

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRE PLAUTZ LISBOA

OS SENTIDOS DO TRABALHO SEXUAL A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA:
ANÁLISE DE NARRATIVA DE TRÊS TRABALHADORAS SEXUAIS

CURITIBA

2021

ALEXANDRE PLAUTZ LISBOA

OS SENTIDOS DO TRABALHO SEXUAL A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA:
ANÁLISE DE NARRATIVA DE TRÊS TRABALHADORAS SEXUAIS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Miriam Adelman

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lisboa, Alexandre Plautz

Os sentidos do trabalho sexual a partir da história de vida : análise de narrativa de três trabalhadoras sexuais. / Alexandre Plautz Lisboa. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Miriam Adelman

1. Prostituição. 2. Trabalhadores do sexo. 3. Feminismo. 4. Moralidade. 5. Prostitutas. I. Adelman, Miriam, 1955-. II. Título.

CDD – 306.74



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ALEXANDRE PLAUTZ LISBOA** intitulada: **Os sentidos do trabalho sexual a partir da história de vida: análise de narrativa de três trabalhadoras sexuais**, sob orientação da Profa. Dra. MERYL ADELMAN, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Junho de 2021.

Assinatura Eletrônica
30/06/2021 15:12:07.0
MERYL ADELMAN
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
30/06/2021 15:07:53.0
THAYS ALMEIDA MONTICELLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
07/07/2021 10:01:59.0
MILENA COSTA DE SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
01/07/2021 10:02:40.0
ANA PAULA DA SILVA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Às mulheres.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa nunca é resultado mera e exclusivamente de seu autor ou autora, apesar da escrita da presente dissertação ter sido marcada por um sentimento de solidão que talvez tenha atrapalhado um bocado seu processo de feitura. Fui dominado pela insegurança em diferentes etapas da investigação, e acredito que a pandemia da COVID-19 – que até agora já ceifou a vida de mais de 488.000 brasileiras e brasileiros e encontra-se longe de terminar, devido à política de morte do atual chefe do Poder Executivo, sua equipe e apoiadores – contribuiu para esse sentimento prevalecer, além de ter imposto mudanças importantes no projeto inicial de investigação. Jamais teria conseguido chegar até aqui se não fosse por algumas pessoas importantes ao longo desses 27 meses de mestrado, atravessado pela pandemia, as quais menciono a seguir.

Em termos intelectuais e acadêmicos, devo agradecer minha orientadora, Professora Miriam Adelman, por ter aceitado me orientar em um tema tão caro às mulheres e aos movimentos feministas, e por ter marcado a história do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com suas pesquisas envolvendo esses campos de estudo, abrindo caminhos para outras pesquisadoras e pesquisadores feministas. Muito obrigado pelas aulas na graduação e pós-graduação, e principalmente por ter confiado e acreditado em mim e na minha capacidade de desenvolver o presente trabalho.

Agradeço a querida Professora Marlene Tamanini pelas três disciplinas ministradas durante a graduação que significaram meu primeiro e decisivo contato com a bibliografia feminista. A condução das reuniões quinzenais da Linha de Pesquisa no âmbito do PPGSocio-UFPR, durante o mestrado, e seus comentários na versão preliminar deste trabalho, foram também muito importantes. Seu comprometimento com a pesquisa, com o trabalho docente e com o feminismo são inspiradores, marcaram-me para sempre. Obrigado, também, pelas palavras de carinho e incentivo durante este mestrado.

Agradeço também a todas e todos os colegas, orientandos das referidas professoras, que participaram das reuniões e comentaram alguma versão do presente trabalho, especialmente o colega Fabio Augusto de Souza, pela importante e necessária conversa num momento de incertezas desta pesquisa

Agradeço a Professora Fernanda Azeredo de Moraes, pela excelente disciplina ministrada no Departamento de Antropologia, durante a graduação, onde conheci o texto *Pensando o Sexo*, que impactou-me profundamente.

Por fim, agradeço a todo corpo docente e técnico do PPGSocio-UFPR, e à CAPES, pela bolsa, que foi fundamental durante todo o processo como mestrando.

Agradeço profundamente a Ana Paula da Silva, Milena Costa e Thays Monticelli, por terem aceitado o convite para compor a banca de qualificação, cujos comentários foram muito importantes para encontrar um foco de investigação mais adequado e deixar de lado alguns dos tantos pontos que eu havia levantado naquele momento; e por aceitarem, mais uma vez, compor, agora, a banca de defesa final da presente dissertação.

Em termos afetivos, algumas pessoas aliviaram minha tensão e insegurança durante o processo de escrita, e merecem destaque: primeiramente as colegas da Pós-graduação em Sociologia: Ana Julia Guilherme e Líbia Oliveira Nascimento, queridas amigas que também leram e comentaram algum trecho deste trabalho; Talita Rugeri, Amanda Stingham Moretão e Roseli Bregantin Barbosa – Rose, com quem dialogo desde a graduação sobre o tema desta pesquisa. Natália Luiza, que é mais do que uma colega, é uma grande amiga, assim como Otavio Luiz Costa, parceiro de caminhada intelectual e afetiva, unidos por uma amizade de sete anos em que aprendemos e ensinamos muito um ao outro. A Jessica Peres, pela confiança e conversas importantes sobre a vida e sobre este trabalho. A Nicolas Paes, por tantas conversas, risadas e momentos de alegria.

De fora do Programa, devo agradecer aos seguintes amigos e amigas: Alexandre Ambiel Duarte, pelas palavras de conforto, pelas tantas e divertidas conversas, e também pela leitura e comentários neste trabalho, que serviram como um gás para continuar a caminhada; Tamires e Ana Candido, sendo Ana peça chave para este trabalho tal como está. Minha mãe, Lucimara Plautz, a mulher da minha vida. E um agradecimento mais que especial para Julia Arduino Barlatti, por revisar, comentar e formatar a presente dissertação, e por mais uma vez me amparar em um momento difícil da vida. Julia, amiga querida, sem você não teria conseguido chegar até aqui.

Por fim, devo agradecer as três mulheres que aceitaram compartilhar a história de suas vidas comigo, as protagonistas deste trabalho, que me revelaram tantas intimidades, conhecimentos, impressões, alegrias e algumas tristezas, antes,

durante e depois das entrevistas. Muito obrigado pela confiança e pelos momentos de prazer! Sem sombra de dúvidas o melhor de todo esse processo foi ter conhecido e aprendido com cada uma de vocês: Carmem Costa, Margarete Silva de Melo, e a jovem mulher que aqui chamei de Gabriela. Suas vidas e histórias são muito mais ricas do que aquilo que aqui está contado. Vida longa ao movimento de trabalhadoras sexuais. Respeito e liberdade a todas as mulheres e prostitutas.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado surge a partir das polêmicas do debate feminista contemporâneo sobre o trabalho sexual, que ora é interpretado como a expressão mais visível da exploração patriarcal do corpo da mulher, ora como opção legítima e representativa da autonomia da mulher que o realiza. Para além deste dualismo, tenho por objetivo analisar os sentidos e os significados que as próprias mulheres profissionais do sexo dão à sua experiência enquanto prostitutas, identificando os sistemas de valores que norteiam suas práticas e representações e as modalidades de agência que acionaram ao longo de sua trajetória, buscando fugir da perspectiva que as enquadra enquanto vítimas. Conheci e coletei, a partir de entrevistas semiestruturadas, a história de vida de três mulheres, com diferentes perfis e idades, que atuaram como profissionais do sexo em algum momento de suas vidas, identificando o contexto de entrada no universo do trabalho sexual, suas preferências quanto às modalidades existentes no nicho, o que aprenderam de positivo e negativo ao longo de suas caminhadas e como concebem e entendem a prostituição. A análise das entrevistas aponta para diferenças e similaridades significativas nas trajetórias, que podem ser explicadas levando-se em consideração as transformações pelas quais a sociedade e a prostituição passaram ao longo da década de 1970 até os dias de hoje, marcadas pelo surgimento e atuação dos movimentos organizados de profissionais do sexo, feministas e a consequente alteração do estatuto normativo e moral relativo às mulheres. Foi possível perceber que a prostituição assume sentidos e significados distintos e variados ao longo da trajetória das três mulheres entrevistadas, cuja compreensão requer considerar certos acontecimentos marcantes em suas vidas, antes, durante e depois da passagem pelo universo do sexo comercial, bem como a aproximação com movimentos organizados, seja de trabalhadoras sexuais, seja de pessoas vivendo com HIV. Ainda, no caso de duas entrevistadas de maneira mais explícita, foi possível identificar uma forma de lidar, em seus próprios sistemas morais, com o estigma que pesa sobre as profissionais do sexo, na medida em que a mulher promíscua, para elas, não pode ser a prostituta, pois esta, a despeito de relacionar-se sexualmente com muitos homens, o faz por um objetivo maior, o de garantir o próprio sustento, diferentemente daquelas mulheres que relacionam-se sem cobrar, estas, sim, representadas enquanto promíscuas.

Palavras-chave: Trabalho sexual 1. Feminismos 2. Sexualidade 3. História de vida 4. Moralidade 5.

ABSTRACT

This master's thesis emerges from the polemics of the contemporary feminist debate on sex work, which, in some instances is interpreted as the most visible expression of the patriarchal exploitation of the woman's body, whereas in others as a legitimate and representative option of the autonomy of the woman who performs it. In addition to this dualism, I aim to analyze the senses and meanings that women sex workers give to their experience as prostitutes, identifying the value systems that guide their practices and representations and the modalities of agency that were triggered by them throughout their trajectory, seeking to escape the perspective that frames them as victims. I met and collected, through semi-structured interviews, the life story of three women, with different profiles and ages, who acted as sex workers at some point in their lives, identifying the context of entry into the universe of sex work, their preferences regarding the modalities existing in the niche, what they learned positively and negatively along their journeys and how they conceive and understand prostitution. The analysis of the interviews points to significant differences and similarities in the trajectories, which can be explained by taking into account the transformations that society and prostitution underwent from the 1970s to the present day, marked by the uprising and performance of organized movements of sex workers, feminists and the consequent change in the normative and moral status of women. It was possible to notice that prostitution takes on different and varied senses and meanings throughout the trajectory of the three women interviewed, whose understanding requires the consideration of certain important events in their lives, before, during and after the passage through the universe of commercial sex, as well as the approximation with organized movements, whether of sex workers or of people living with HIV. Also, in the case of two interviewees more explicitly, it was possible to identify a way of dealing, via their own moral systems, with the stigma that weighs on sex workers, given that promiscuous women, for them, cannot to be the prostitute, due to the fact that despite having sexual relations with many men, she does so for a greater objective, that of guaranteeing her own livelihood, unlike those women who sexually relate without charge, these, yes, are represented as promiscuous.

Keywords: Sex Work 1. Feminism 2. Sexuality 3. Live Story 4. Morality 5.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DADOS DAS ENTREVISTADAS.....	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANPS	- Articulação Nacional de Profissionais do Sexo
AVC	- Acidente Vascular Cerebral
BDSM	- Bongage, Disciplina, Dominação, Submissão e Sadomasoquismo.
COVID-19	- <i>Corona Virus Disease</i>
COYOTE	- <i>Call Off Your Old Tires Ethics</i>
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	- Estados Unidos da América
FEBEM	- Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
GAPA	- Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	- Infecções Sexualmente Transmissíveis
LABIN	- Laboratório de Investigação de Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação
LGBTI	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Intersexuais
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PEP	- Profilaxia pós-exposição
PrEP	- Profilaxia Pré-exposição
RBP	- Rede Brasileira de Prostitutas
RedTraSex	- <i>Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe</i>
RG	- Registro Geral
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNAIDS	- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 METODOLOGIA.....	21
1.1 APORTES TEÓRICOS.....	21
1.2 PROBLEMA, OBJETIVO E MÉTODO DE PESQUISA.....	30
1.3 APRESENTAÇÃO DO CAMPO E NEGOCIAÇÕES DAS ENTREVISTAS.....	37
1.3.1 Margarete Silva de Melo.....	38
1.3.2 Gabriela.....	41
1.3.3 Carmem Costa.....	43
2 O TRABALHO SEXUAL E OS FEMINISMOS.....	48
2.1 O FEMINISMO DA SEGUNDA ONDA E A LIBERDADE SEXUAL.....	48
2.2 A POLÊMICA FEMINISTA EM TORNO DO TRABALHO SEXUALIDADE.....	52
2.3 O MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRABALHADORAS SEXUAIS.....	56
2.4 O GRUPO LIBERDADE COMO EXEMPLO LOCAL DO MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRABALHADORAS SEXUAIS.....	64
3 O INÍCIO DA VIDA, A APROXIMAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO E ALGUMAS PREFERÊNCIAS ENTRE AS MODALIDADES DE TRABALHO.....	72
3.1 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	72
3.1.1 Infância e relações familiares.....	72
3.1.2 Adolescência.....	78
3.2 DA APROXIMAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO.....	84
3.2.1 A narrativa de Margarete.....	84
3.2.2 A narrativa de Carmem.....	89
3.2.3 Virgindade, recato e relações de gênero.....	91
3.2.4 A narrativa de Gabriela.....	98
3.3 DAS PREFERÊNCIAS ENTRE MODALIDADES DE TRABALHO SEXUAL.....	99
3.4 ACORDANDO UM PROGRAMA, OU, DAS MARGENS DE NEGOCIAÇÃO COM OS CLIENTES.....	111
4 CONCLUSÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA: APRENDIZADOS E MILITÂNCIA...122	122
4.1 DAS VIOLÊNCIAS E SITUAÇÕES NEGATIVAS.....	122
4.1.1 A polícia curitibana e o controle do meretrício em 1930-1940.....	123
4.1.2 Analisando os prontuários a partir da dimensão ativa.....	131

4.2 DAS SITUAÇÕES E APRENDIZADOS NEGATIVOS A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS ENTREVISTADAS.....	136
4.2.1 Dos aspectos e aprendizados positivos.....	147
4.3 DA RELAÇÃO ENTRE HIV, MILITÂNCIA E PROSTITUIÇÃO.....	156
4.3.1 Militância e Direitos Humanos.....	161
4.3.2 O Grupo Liberdade: ações, desafios e conquistas.....	162
4.3.3 O renascer de uma fênix – Margarete e a militância.....	169
4.3.4 A relação de Gabriela com a militância.....	173
4.3.5 O HIV entre as jovens profissionais do sexo.....	175
4.4 A PROSTITUIÇÃO PARA AS ENTREVISTADAS: DIFERENCIAÇÕES E ENCAIXES MORAIS.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS.....	198
ANEXO 1 – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS (RBP).....	200
ANEXO 2 – PROGRAMAÇÃO XIV SEMINÁRIO SOBRE PROSTITUIÇÃO DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AS IST/HIV/AIDS.....	203

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado de uma série de fatores que insurgiram em minha vida, sobretudo no período da graduação em Ciências Sociais. Desde o primeiro ano de curso, não somente eu, como qualquer outro estudante que frequentou o campus da Reitoria – que concentra os cursos de Humanas da Universidade Federal do Paraná –, teve contato com diferentes movimentos, discussões e atos cujo pano de fundo eram as relações de gênero. Embora já conhecesse o feminismo, foi na universidade que me deparei com a complexidade e variedade de suas discussões e frentes, suas subdivisões e as diferentes perspectivas de se enquadrar, analisar e enfrentar as desigualdades marcadas pelo gênero. Percebi e aprendi que não se tratava do feminismo, no singular, mas sim dos feminismos, no plural.

Era bastante comum a participação de nós, estudantes da Reitoria, em movimentos e passeatas como a Marcha das Vadias, em protestos na Câmara Municipal de Curitiba contra a retirada dos termos gênero, sexualidade e diversidade dos Planos Municipais de Educação, nas Paradas da Diversidade, e obviamente em diferentes mesas e eventos organizados por professoras, professores e discentes para refletir sobre as relações de gênero e sexualidade no âmbito da produção acadêmica. Imagino que seja impossível que qualquer pessoa que frequentou a universidade a partir da década de 2000 não tenha visto ou se deparado com algum problema de gênero.

Mesmo fora das universidades, os feminismos faziam-se fortemente presentes nas páginas de blogs e redes sociais da internet, promovendo discussões acerca de um fato recente noticiado pela mídia, ou apresentando alguma pensadora fundamental para a consolidação do movimento, em termos históricos, ou fazendo denúncias de assédio e machismo. Mais importante do que isso, durante o período de graduação surgiram uma série de páginas *online*, principalmente no *Facebook*, que buscavam apresentar e representar cada uma o seu próprio feminismo, distinguindo-se entre si e separando suas seguidoras – muitas delas minhas próprias colegas de curso. Um dos feminismos que me chamou atenção foi o chamado feminismo radical, que ficou conhecido por suas polêmicas e ataques

contra a experiência transgênera, mas também por sua visão sobre a sexualidade e, questão chave para a presente pesquisa, do trabalho sexual.

Resolvi participar desse debate tanto no âmbito das redes sociais, quanto no âmbito da própria universidade, e pelas minhas críticas ao movimento e suas explicações, ou talvez pela forma como as enunciei, acabei pagando um preço caro. No entendimento da maioria das e dos estudantes naquele momento, por se tratar de uma discussão feminista, apenas as mulheres poderiam participar do debate, e o que eu estava fazendo era mais do que participar: *critiquei* uma vertente do movimento. O que me incomodava eram as falas e explicações que concebiam as mulheres que realizavam serviços sexuais enquanto coitadas, enquanto vítimas do patriarcado, enquanto exploradas e indefesas. Dentro dessa lógica a prostituição sequer era considerada um trabalho, mas simplesmente uma face da exploração machista e misógina, da dominação dos homens sobre as mulheres. Esse era o entendimento hegemônico acerca do fenômeno do comércio sexual entre a comunidade discente da Universidade Federal do Paraná (UFPR) naquele período.

Afastei-me das discussões e concluí a graduação tratando de outra temática no trabalho de monografia. Porém, essa perspectiva vitimista e as explicações generalizantes e deterministas ainda me incomodavam. Ainda na graduação tomei contato com uma outra maneira de explicar e conceber o comércio sexual, formulada exatamente por mulheres que eram trabalhadoras sexuais e que também participavam das discussões feministas, seja nas redes sociais ou em outros espaços políticos presenciais. São nomes como Monique Prada, Indianare Siqueira e Amara Moira. Ao mesmo tempo que não partilhavam da perspectiva vitimista, também não realizavam uma glamourização da prostituição, nem ignoravam os sérios desafios impostos para aquelas e aqueles que trabalham com sexo. Passei a acompanhar esse debate e logo busquei, na literatura sociológica e antropológica, pesquisadoras e pesquisadores que se debruçaram sobre o fenômeno, sobretudo a partir do texto clássico *Pensando o Sexo*, de Gayle Rubin (2017), o qual tomei conhecimento em uma disciplina ofertada no Departamento de Antropologia voltada às discussões feministas. A partir disso que comecei a considerar a possibilidade de realizar uma pesquisa sobre a prostituição, em Curitiba, na dissertação, e assim o fiz.

Desse modo, o presente trabalho é fruto do, e está inserido, no debate feminista acerca da prostituição, do comércio sexual. São inúmeras as possibilidades de se entrar e tratar da temática dentro da sociologia, e antes da pandemia da COVID-19¹ minha ideia era realizar uma pesquisa de cunho etnográfico em ambientes de trabalho de mulheres prostitutas na região central da cidade de Curitiba, com vistas a realizar observações participantes e travar contato com suas protagonistas, em busca de entrevistas. Diante das necessárias medidas de isolamento e da impossibilidade de frequentar esses ambientes, a fortuita alternativa, sugerida pela minha orientadora, foi a de realizar apenas entrevistas e trabalhar com histórias de vida. Assim, realizei três entrevistas com três mulheres de diferentes idades, perfis e relações com o trabalho sexual, cujas histórias são apresentadas e as narrativas analisadas, de maneira intercalada. Busquei identificar semelhanças e diferenças na maneira como cada uma abordou certos aspectos de suas trajetórias e, sobretudo, do trabalho sexual.

Nos debates que participei ou apenas observei de longe, pelas redes, as vertentes feministas apresentavam suas diferentes explicações sobre a prostituição, suas concepções sobre gênero e sexualidade e as maneiras de se acabar com o machismo e as desigualdades de gênero. Nem sempre as próprias protagonistas deste trabalho eram ouvidas, ou seja, as prostitutas, mas muito se falava sobre elas. Assim, o que busquei fazer nesta pesquisa foi ouvir o que as três mulheres que entrevistei pensam sobre seu próprio trabalho e alguns aspectos dele que julguei importantes para a pesquisa.

O primeiro capítulo é voltado para apresentação e discussão metodológica da pesquisa, onde discorro sobre os aportes teóricos das Ciências Sociais que ancoram minhas reflexões e a análise do material coletado; apresento as potencialidades da técnica de história de vida; discorro sobre as outras pesquisas que li que já trataram sobre o trabalho sexual; e apresento minha pergunta de pesquisa, a hipótese, o objetivo geral e específicos que me moveram. Por fim, e não menos importante, é no primeiro capítulo que realizo uma breve apresentação e introdução das mulheres que aceitaram participar do meu trabalho, concedendo-me as entrevistas, e onde discorro sobre a maneira que travei contato com cada uma

1 COVID-19 (*Corona Virus Disease*) é o nome oficial dado à nova variante do vírus coronavírus, que teve os primeiros casos registrados no ano de 2019. É o vírus extremamente infeccioso, e foi o responsável pela pandemia iniciada no ano de 2020.

delas, ou seja, as negociações das entrevistas, as condições que permitiram sua realização.

O segundo capítulo tem por objetivo tratar a maneira pela qual a sexualidade de modo geral, e o trabalho sexual de maneira específica, são refletidos e explicados entre as diferentes teorizações e correntes feministas existentes, na medida em que a troca de sexo por dinheiro realizada por mulheres nunca foi um ponto de consenso entre as pessoas que se propuseram a discutir o tema. Importa aqui tratar, também, mesmo que de maneira breve, sobre o surgimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, que está diretamente ligado aos desdobramentos do feminismo e às transformações das expectativas e possibilidades de uma mulher viver sua vida no Ocidente na segunda metade do século XX.

No terceiro capítulo finalmente começo a apresentar de maneira mais detalhada as histórias de vida das entrevistadas, a partir da análise de suas narrativas diante de diferentes perguntas realizadas nas entrevistas. São quatro tópicos abordados: a) a maneira como elas narram sua infância e adolescência; b) sua aproximação com o universo do sexo comercial; c) a modalidade de trabalho sexual que cada uma delas prefere, bem como os motivos apresentados; e d) a maneira como estabelecem os acordos de um programa com seus clientes. Não se trata apenas de apresentar as narrativas, mas também de analisar alguns pontos que acabam se articulando nas entrevistas.

No quarto capítulo, o último, concluo a apresentação das histórias através da análise de outros tópicos, também criados a partir das perguntas às entrevistadas e extraídos de suas narrativas: a) começo tratando sobre as situações negativas e de violências características do trabalho sexual, a partir da percepção das mulheres; b) dos aspectos e aprendizados positivos deste trabalho; c) da importante relação entre o HIV, a prostituição e a militância, que sequer constava no escopo do meu roteiro de perguntas na entrevista, mas que surgiu fortemente nas narrativas e marca de forma singular a biografia de algumas entrevistadas; e, por fim, d) apresento e analiso a maneira como cada uma delas percebe, enxerga a prostituição, o trabalho sexual, diante da pergunta: “O que é prostituição pra você?”. Neste ponto foi possível identificar uma interessante diferenciação mobilizada pelas entrevistadas, que me parece uma forma inteligente de lidarem, internamente, com as violências

simbólicas dos discursos morais que enquadraram-nas como promíscuas, possibilitando que elas consigam situar-se no mesmo plano de respeitabilidade – ou até mesmo num plano superior – das mulheres que não prestam serviços sexuais, ou seja, daquelas que fazem sexo gratuitamente.

Esta é uma pesquisa bastante modesta, que de modo algum dá conta de apresentar de forma justa toda a complexidade das trajetórias e experiência de cada uma das entrevistadas. Essas mulheres que conheci e com as quais continuo mantendo contato possuem uma história riquíssima, tal como todo indivíduo que é produto do seu meio e das relações sociais. A maneira como narram certos aspectos de sua vida contribuem para investigação sociológica pois iluminam determinadas partes da realidade social, sobretudo aquelas marcadas pelo gênero, pela sexualidade, e pela moralidade que permeiam essas relações. É possível a partir das narrativas refletir sobre o peso das normas que recaem sobre as mulheres, mas principalmente a engenhosa maneira como cada uma delas encontrou para lidar com esse peso, vivenciarem-no, por vezes transformando-o ou livrando-se dele. As distintas trajetórias e a distância temporal que separa a entrevistada mais velha (62 anos) da mais nova (25 anos) contribuem também para pensar em importantes transformações sociais ocorridas na instituição prostituição, e na própria sociedade de maneira geral.

1 METODOLOGIA

1.1 APORTES TEÓRICOS

São inúmeras as possibilidades de se tratar sobre o fenômeno do comércio sexual, de se descrever, analisar e selecionar elementos de um universo tão complexo, composto por diferentes agentes que são produto e ao mesmo tempo influenciam as diferentes instituições sociais através das quais estão interligados. Na presente sessão esforço-me para demonstrar a maneira como escolhi proceder minha investigação, o objeto que elenquei para tratar do trabalho sexual, com quais agentes e como se deram as negociações que possibilitaram a produção de dados, bem como a maneira que os analisei, o que escolhi para discorrer, e a partir de qual horizonte teórico produzi esta pesquisa.

Para compreender a bibliografia com a qual dialogo neste trabalho, é preciso, antes, resgatar o principal aspecto que me motivou estudar e pesquisar o trabalho sexual, qual seja, a perspectiva que concebe as prostitutas e a própria prostituição, de maneira geral, como resultado direto do machismo, da desigualdade de gênero entre homens e mulheres. De forma mais objetiva, o que sempre me causou surpresa no debate feminista sobre o trabalho sexual é a postura de tutela diante das mulheres que prestam serviços sexuais, sua concepção enquanto vítimas, coitadas, exploradas, violentadas, sem voz e sem margem de ação diante das estruturas de opressão existentes na sociedade. As abordagens que dão demasiado enfoque nas estruturas acabam por apagar a possibilidade de se abordar a percepção das próprias mulheres envolvidas diretamente neste trabalho, ou seja, as próprias trabalhadoras sexuais.

Não se trata de ignorar a existência de sistemas e estruturas de opressão existentes na sociedade envolvendo as mulheres. Assumir sua existência, contudo, é bastante distinto de explicar os comportamentos dos indivíduos como absolutamente dependentes das estruturas, como se fosse uma reprodução mecânica em que não existe margem para ação ou reflexão dos sujeitos. O importante é pensar trajetórias e experiências que muitas vezes fogem das normas sociais, ou, ainda, como cada indivíduo se relaciona com as normas e expectativas

que se colocam diante deles – que aqui são mulheres que em algum momento de suas vidas realizaram serviços sexuais.

Um dos textos mais potentes que tive contato durante a graduação em Ciências Sociais foi o clássico *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade* (RUBIN, 2017). Publicado pela primeira vez em 1984, neste artigo a antropóloga feminista norte-americana Gayle Rubin constrói um quadro descritivo e conceitual bastante importante para se pensar as políticas em torno do sexo, apresentando uma série de formulações sobre a sexualidade em suas dimensões histórica, social, política e antropológica. Seu objetivo é propor as bases de uma teoria que tenha a capacidade de criar formulações potentes o suficiente para demonstrar as injustiças e opressões eróticas identificadas por ela na sociedade – tanto do momento em que escreveu seu texto, ou seja, aquelas percebidas em seu cotidiano², quanto daquelas vistas pelo olhar histórico –, concebendo a sexualidade não enquanto um atributo individual, subjetivo, psicológico ou simplesmente biológico, mas sim dotando-a de uma história, destacando os elementos simbólicos que a constituem, que variam de período a período, de sociedade para sociedade. Dentre diferentes assuntos abordados, Rubin descreve o extremo conservadorismo presente, inclusive, em algumas parcelas do movimento feminista, que atribuem à pornografia e à prostituição a origem e reprodução da desigualdade sexual e de gênero – ideia que ela classifica como sociologicamente absurda (RUBIN, 2017, p. 115) - e traz um aspecto extremamente importante e ao mesmo tempo bastante atual: que a relação entre feminismo e sexo é uma relação complexa, e que o pensamento feminista em torno do sexo é profundamente polarizado.

Pretendo abordar com mais detalhes e explicar uma parte dessa polêmica feminista em torno da sexualidade, e mais especificamente em torno do trabalho sexual, no próximo capítulo. Por ora, na medida em que tomo a teoria formulada por Rubin como horizonte de análise da presente dissertação, importa defini-la segundo a antropóloga, que defende que:

2 Importa mencionar que Rubin contribuiu com a fundação do primeiro grupo lésbico sadomasoquista que se tem notícia, no ano de 1978, o que explica, em partes, seu grande e intenso interesse pelo debate feminista sobre esses assuntos que florescia nos Estados Unidos naquele momento, já que as críticas feministas do período que concebiam o sadomasoquismo e suas práticas como expressão da dominação masculina atingiam diretamente a autora, que propõe, então, uma nova maneira de conceber este e outros fenômenos ligados à sexualidade.

Uma teoria radical do sexo deve identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Essa teoria precisa de ferramentas conceituais refinadas com as quais se possa compreender o assunto e mantê-lo em pauta. Ela deve produzir descrições ricas da sexualidade tal como ela se apresenta na sociedade e na história, e requer uma linguagem crítica e convincente que expresse a crueldade da perseguição sexual. (RUBIN, 2017, p. 77)

Mas o que Rubin quer dizer com perseguição sexual? Quem são os sujeitos dessa opressão? Segundo a autora existem cinco formulações ideológicas presentes no pensamento ocidental que contribuem para inibir o surgimento de uma teoria radical do sexo, sendo uma delas bastante importante para pensarmos nos sujeitos perseguidos pelos seus desejos, gostos e práticas eróticas, qual seja: a formulação ideológica que trata da *valoração hierárquica dos atos sexuais*. É como se no ocidente existisse uma linha que separasse o sexo considerado bom e o considerado mau, uma pirâmide de respeitabilidade social em que indivíduos e grupos estão diferentemente posicionados a partir daquilo que realizam e se identificam em termos sexuais. Aqueles que encontram-se no topo da pirâmide contam com o respeito e apreço social, são tidos como pessoas normais, saudáveis e dentro da lei, ao passo que quanto mais se desce nesta hierarquia, piores são as consequências para os indivíduos desses grupos, estando sujeitos à “presunção de doença mental, falta de idoneidade, tendência à criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda do apoio institucional, sanções econômicas e processos penais” (RUBIN, 2017, p. 83). Tal é a descrição da pirâmide erótica ou sistema hierárquico do valor sexual:

Os heterossexuais que se casam e procriam estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Logo abaixo encontram-se os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maior parte dos outros heterossexuais. O sexo solitário flutua de forma ambígua [...] Os casais lésbicos e gays de longa data, estáveis, encontram-se no limite da respeitabilidade, mas sapatões caminhoneiras e homens gays promíscuos pairam sobre o limite dos grupos situados na parte mais inferior da pirâmide. Atualmente, as classes sexuais mais desprezadas incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, profissionais do sexo, como as prostitutas e os modelos pornográficos e, a mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. (RUBIN, 2017, p. 83)

Rubin constrói essa pirâmide pensando nos juízos de valor e moral que identificava nas ações estatais de perseguição policial aos homossexuais em bares, saunas e clubes nos Estados Unidos na década de 1950, que passaram a ser

identificados como *delinquentes sexuais*; também, refletindo sobre a legislação anti-pornografia e anti-prostituição que surgia nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda no final do século XIX; e, mais contemporaneamente, pensando sobre os discursos dos movimentos feministas sobre a prostituição, a pornografia e o sadomasoquismo nas tentativas de se explicar as desigualdades entre homens e mulheres nas décadas de 1970 e 1980; e, de maneira resumida, notadamente bebendo das reflexões foucaultianas, a partir de uma análise histórica dos saberes produzidos pela medicina, psiquiatria, pelo direito e as consequentes alterações legislativas que tomavam a sexualidade como base e orientavam-se a partir de uma moralidade que atribuía ao sexo um excesso de significados, culminando numa ideia presente na cultura popular que concebe a variedade erótica como “perigosa, doentia, depravada, uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional” (RUBIN, 2017, p. 84-85). Ainda segundo a autora, refletindo sobre o sistema de valor sexual:

[...] a sexualidade “boa”, “normal” e “natural” seria idealmente heterossexual, conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial. Ela se daria entre casais, dentro da mesma geração e em casa. Ela não envolveria pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais de nenhum tipo ou quaisquer outros papéis que não fossem o masculino e o feminino. Qualquer forma de sexo que viole essas regras é “má”, “anormal”, ou “não natural”. O sexo mau pode ser homossexual, o que acontece fora do casamento, promíscuo, não procriador ou comercial. Pode ser a masturbação, as orgias, o casual, o que cruza fronteiras geracionais, e o que se pratica em lugares “públicos”, ou ao menos em arbustos ou banheiros. Pode envolver uso de pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais ou papéis pouco usuais. (RUBIN, 2017, p. 85)

A surpresa quando da leitura desse rico e poderoso texto, bem como sua importância para a presente dissertação, estão ligadas à possibilidade de se pensar e discutir práticas sexuais de uma maneira até então desconhecida por mim, e, mais ainda, a partir de uma ótica feminista completamente distinta daquela que fazia-se presente no meu dia a dia e que pairava como hegemônica entre a comunidade discente das Ciências Sociais – e aqui pode-se tomar como exemplo atual deste feminismo mais conservador e anti-sexo o artigo *A comercialização do sexo*, em uma revista de circulação entre as e os estudantes da Universidade Federal do Paraná³. Revelava-se para mim uma nova maneira de conceber e explicar as

3 Jornal *O que será – O jornal dos estudantes da UFPR*, na sessão Questão Feminina, de outubro de 2016. Disponível no Anexo 3 da presente dissertação.

relações entre o trabalho sexual e os feminismos. As bichas, as sapatões, as travestis, as que curtem um banheirão ou uma pegação, as e os consumidores de pornografia, as atrizes e atores pornôns, as prostitutas, enfim, todo esse conjunto de sujeitos – mas, principalmente, todas essas práticas, gostos e configurações eróticas – mostravam-se um importante locus epistêmico a partir do qual poder-se-ia refletir sobre sexualidade e política. Todas e todos nós que não pairamos no topo da pirâmide erótica – sem deixar de considerar nossas grandes diferenças, é preciso dizer – estávamos portanto ligados a partir deste lugar de sujeição a uma série de violências e desigualdades de diferentes ordens, perpetuadas por diferentes instituições, configurando, portanto, o que Rubin chamou de opressão sexual.

É verdade, então, que refletir sobre o trabalho sexual significa adentrar em um campo de investigação cujos sujeitos envolvidos situam-se num dos patamares mais baixos do sistema hierárquico do valor sexual em nossa sociedade ocidental, ainda bastante conservadora e normativa. Tal constatação deve ser lida com cuidado e impõe um desafio a quem pesquisa uma parte da vida humana e social tão saturado de significações como a sexualidade: o de não contribuir para perpetuar mais estigmas e exclusões desses sujeitos, tal como o fazem algumas vertentes do próprio movimento feminista ao descrever as prostitutas, sobretudo mulheres, como vítimas ou coitadas. Um conceito fundamental que tenho como horizonte em todo o processo da pesquisa e que apresenta-se como uma alternativa a essa concepção vitimista é o conceito de agência, trabalhado também pelo próprio feminismo e cuja mobilização na pesquisa da antropóloga Adriana Piscitelli (2013) fornece pontos profícuos para meu trabalho.

A antropóloga realizou uma ampla pesquisa etnográfica cujas interlocutoras foram mulheres brasileiras que, por diferentes motivos e interesses, migravam para a Europa. Algumas aspiravam por uma vida melhor no exterior e enxergavam no casamento com um estrangeiro uma possibilidade para ascender socialmente. Outras, que trabalhavam no circuito de turismo sexual brasileiro, queriam permanecer trabalhando com o sexo porém em algum país europeu, que ofereciam maiores vantagens econômicas. Outras ainda queriam parar de trabalhar como profissionais do sexo e enxergavam no casamento com um europeu uma via para este objetivo. A questão é que alguns desses deslocamentos eram concebidos pelas autoridades europeia e brasileira enquanto *tráfico sexual*, tratando as mulheres

enquanto *vítimas de exploração sexual*. A própria pesquisadora conta como possuía uma visão bastante distinta no início de sua pesquisa sobre a prostituição, e como ela mudou ao longo do processo:

Quero dizer que imaginava que as brasileiras inseridas nos mercados do sexo eram mulheres muito jovens, de pele considerada escura, em situação de extrema subordinação frente a homens de países “ricos” que as exploravam sexualmente na prostituição (PISCITELLI, 2013, p. 53-54)

Conforme sua pesquisa foi se desenvolvendo, essa dicotomia entre mulheres do terceiro-mundo vitimizadas *versus* homens ricos “se desfez, dando lugar a um complexo quadro de distribuições diferenciadas de poder, no qual era possível perceber diversas dimensões de agência” (PISCITELLI, 2013, p.55-56). Piscitelli conclui que as narrativas que vitimizam as mulheres que se relacionam com homens europeus à procura de sexo no Brasil “apagam suas ideias, ações e aspirações e ameaçam seus projetos de migração e mobilidade social” (PISCITELLI, 2013, p. 60). Em sua pesquisa é possível perceber um amplo quadro de relações sociais que envolvem aspectos da sexualidade, do mercado, das migrações e das representações do trabalho sexual, seja tomando os discursos das autoridades ligadas à polícia de diferentes países, seja os ordenamentos jurídicos e legislativos, seja refletindo sobre as concepções, desejos e noções evocadas pelas próprias mulheres migrantes – e este último ponto assemelha-se com a proposta do presente trabalho. Importa frisar, tal como a própria antropóloga o fez, que o conceito de agência não deve ser compreendido enquanto sinônimo de resistência, ou livre-arbítrio, mas sim no sentido antropológico, isto é, “como capacidade de ação, mediada social e culturalmente” (PISCITELLI, 2013, p. 22). Não se trata de ignorar o poder das normas e regras como orientadores das ações dos indivíduos, mas sim compreender que elas, sozinhas, não dão conta de explicar os comportamentos das mulheres e seus deslocamentos.

A construção da figura do turista sexual enquanto um homem poderoso em busca de explorar sexual e economicamente as ingênuas jovens brasileiras que se prostituem também é pensada e posta em reflexão por Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2005), que a partir de uma etnografia em uma boate carioca conhecida por possibilitar encontros de garotas de programa e clientes, em sua grande maioria estrangeiros, tecem algumas considerações interessantes para se

pensar no conceito de agência. Em conversas e entrevistas com as e os frequentadores deste espaço – mulheres que fazem programas e “gringos” divididos entre diferentes tipos de turistas sexuais – os autores constataram o desejo, ou sua já realização, de todas as mulheres em viajar para o exterior, como que tendo isso enquanto um projeto em seu horizonte de possibilidades. Segundo eles, que consideram as trabalhadoras do sexo como “agentes ativas nas construções de suas vidas”:

Muitas se casaram ou noivaram com gringos que encontravam na noite de Copa. A expectativa das nossas entrevistadas é que a prostituição possa ser transformada e/ou suplementada com relacionamentos afetivos com gringos – clientes ou não – e que estes resultem em viagens ao exterior. (SILVA e BLANCHETTE, 2005, p. 267)

A pesquisa é interessante por evidenciar as migrações como um objetivo almejado pelas mulheres, o que portanto não se constituía enquanto tráfico de pessoas ou exploração sexual, dada a ausência de coação ou aliciamento que resultaria num deslocamento forçado e indesejável. Casar-se com um estrangeiro poderia significar múltiplas possibilidades para aquelas mulheres, seja simplesmente conhecer um novo país, seja abandonar a prostituição e estabilizar-se financeiramente, seja ganhar mais dinheiro oferecendo serviços sexuais fora do Brasil, caso o relacionamento com o estrangeiro não desse certo. Uma equação cujos termos são o sexo, os desejos, o amor, as ambições e as subjetividades. Uma das conclusões importantes para este trabalho é a de que

as mulheres que operam na interseção entre turismo internacional e sexo são ativas na manutenção de uma visão do Brasil como campo para as realizações de fantasias sexuais e afetivas. Longe de serem simples vítimas, elas detêm um controle notável sobre as suas ações e representações, lançando mão de vários artifícios para construir uma almejada ascensão social através do forjamento de ligações com estrangeiros itinerantes. (SILVA e BLANCHETTE, 2005, p. 278-279)

Ou seja, é mais um trabalho científico que busca apresentar novas maneiras de se pensar e conceber a prostituição, complexificando deslocamentos e laços afetivos, levando a sério as protagonistas do trabalho sexual e seus desejos, seus planos, enfim, suas palavras e perspectivas em relação àquilo que fazem. Logo, verifica-se que a narrativa que enquadra toda e qualquer mulher como vítima, como obrigada e

forçada a trabalhar com sexo, não se sustenta a partir desses estudos, não dá conta de toda a complexidade das relações econômico sexuais.

Outra referência importante para construção da metodologia da presente pesquisa é Maria Elvira Díaz-Benítez (2010), pensando sobretudo nos aspectos da moralidade que surgem nas narrativas coletadas e também a própria necessidade de ouvir e compreender a maneira como as profissionais do sexo interpretam aquilo que fazem e são. Sua pesquisa de doutorado tratou das produções de filmes pornográficos brasileiros *mainstream*, num trabalho etnográfico que envolveu não somente entrevistas com produtores, diretores, atrizes e atores pornô, como também a presença nos *sets* de filmagem e de outros ambientes ligados ao gênero. Não é porque o trabalho de ator/atriz de filmes pornô seja considerado uma prática transgressora que os sujeitos que protagonizam as cenas não compartilham de valores morais “comuns”, característicos da nossa sociedade de maneira geral – quer dizer, essas pessoas possuem limites em suas práticas relacionados às cenas a que se propõe participar, limites inscritos no alcance que o filme pode ter dentro e fora das redes do pornô, e nas consequências disso para a imagem do ator fora do mundo da pornografia. Nos filmes heterossexuais, por exemplo, em que supervaloriza-se e reafirma-se a imagem de viril e másculo, os atores relatam certos cuidados e delimitam áreas do corpo passíveis de atrapalhar essa imagem – relatam, por exemplo, que jamais deixariam, numa gravação, uma mulher penetrá-los no ânus ou encostarem com os dedos. Um exemplo interessante gira em torno da gravação de cenas com mulheres que possuem um clitóris avantajado. Sobre isso, um dos atores que entrevistou comenta:

Eu gravei com uma menina que tinha um grelo que parecia um penisinho, era quase hermafrodita. Eu fiz a cena, mas não chupei. Aí o Zeca (diretor) me perguntou: “Você vai ou não vai fazer?”. Eu não vou, o que é que a Brasilândia vai falar de mim se me pegar chupando uma coisa dessas? No meu bairro, todo mundo me conhece, todo mundo vê meus filmes. Aí, o Zeca não insistiu pra não me queimar.” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 115)

A antropóloga menciona em seguida outro exemplo interessante:

Outro ator que viveu a mesma experiência comentou comigo que só não faz sexo oral em atrizes de clitóris avantajados, mesmo desejando fazê-lo, pelo seu *dever de pai* de preservar o filho de 14 anos, que recebe elogios dos colegas da escola por saberem que seu pai atua como ator pornô: “Eles falam pro meu filho: ‘Vi teu pai, aí, arrasou; teu pai é o cara’. Se me veem

chupando aquilo, vão falar pro meu filho que seu pai é boiola, eu não posso fazer isso com meu garoto.” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 115, grifos meus)

É claro que a atividade da prostituta não demanda tanta exposição quanto a de atriz ou ator pornô – a exposição varia de acordo com o tipo de serviço que ela presta, seja na rua, praça, boate, agência, site, etc. Mesmo assim, acredito que essas mulheres mobilizam diferentes mecanismos para ajustar sua prática aos valores morais que compartilham, estabelecendo limites quanto ao que fazem e o que não fazem em um programa. Tais limites também podem ser observados a partir da modalidade/tipo de trabalho sexual que exercem, dada a diversidade do nicho.

E essa questão sobre os limites entre as práticas dentro do trabalho *versus* valores morais também pode ser investigada a partir de Benítez. A antropóloga buscou entender os valores e o imaginário que os próprios sujeitos que fazem pornô possuem de sua atividade e de outros elementos presentes nesse universo, que pode variar em relação às pessoas que apenas assistem a pornografia ou que não gostam de assistir. Tratando especificamente do nicho de filmes conhecidos por simular cenas de estupro e abuso, em que verifica-se o que a autora chama de “estéticas da violência”, onde “o corpo da mulher é colocado em outro lugar de enunciação, na ponta mais frágil de sua feminilidade, ao mesmo tempo em que o ideário sobre a masculinidade dos homens é levado ao extremo” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 120), ao perguntar para atrizes sobre esse tipo de produção, uma delas relatou-lhe que adorava participar de cenas de estupro, pois eram as que ela melhor poderia demonstrar suas qualidades cênicas; já outra contou-lhe que considerava a gravação dessas cenas uma palhaçada, porque apesar de ser exigido dos atores e atrizes um alto nível de representação, a maioria deles não conseguiam atingi-lo, o que acarretava em crises de riso no meio da gravação (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 122).

Não é que a autora ignore a persistência dos filmes com alto teor de violência⁴. O que ela faz é um alerta sobre “a necessidade de nos afastarmos de visões a priori acerca do abuso da mulher para que possamos elaborar críticas substantivas que levem em conta diversas nuanças da questão” (DÍAZ-BENÍTEZ,

4 Benítez escreve na página anterior: “Vale a pena pensar – como já o fez Maria Filomena Gregori – por que o corpo sujeito de violação é sempre feminilizado. Tal corpo pode não ser somente o de uma mulher, mas o de alguém representado simbolicamente como feminino” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 121).

2010, p. 123). Acredito que seja possível transpor esse alerta para as análises sobre o trabalho sexual. Em seguida, elaboro um dos pontos sobre os quais gostaria de repousar minha análise e investigação na presente dissertação:

Acho importante a categoria *escolha* que as feministas do “contra-ataque” colocaram tão enfática e positivamente. Vale a pena pensar que muitas mulheres não gravam cenas de estupro por coerção, mas porque fizeram uma escolha. De modo análogo, para muitas atrizes, a pornografia em geral pode ser não somente uma escolha feliz, mas também um *projeto de vida e um mecanismo para se atingir objetivos e ganhos monetários mais significativos*. Por que não pensar que, para outras mulheres, as cenas de violência podem aproximá-las de seus gostos sexuais mais íntimos e satisfatórios? (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 123, frase destacada por mim)

Acredito que a prostituição pode ser encarada enquanto um meio para se obter renda e assim alcançar projetos pessoais, e pretendo, a partir das entrevistas, investigar essa questão. Não se trata de glamourizar a atividade, nem de dizer que todas as mulheres são felizes em todos os momentos de seu trabalho ou de sua vida na prostituição. Trata-se de entender a maneira pela qual interpretam sua atividade, e como é possível perceber sistemas de valores a partir de suas narrativas.

1.2 PROBLEMA, OBJETIVO E MÉTODO DE PESQUISA

Apresentada a perspectiva teórica, é preciso tratar da maneira como coletei os dados da pesquisa e os instrumentos desse processo. Realizei três entrevistas com três mulheres que em algum momento de suas vidas prestaram serviços sexuais, sendo a narrativa de cada uma delas a principal fonte de dados, o material empírico a partir do qual analiso alguns pontos ligados ao comércio sexual. A técnica/método empregado foi o de histórias de vida, que segundo Maria Isaura de Queiroz é definido como:

o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que ele considera significativo, através dela se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. (QUEIROZ, 1987, p. 7)

Conforme defende Queiroz, ao trabalhar com esta técnica o pesquisador deve “captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence” (QUEIROZ, 1987, p. 7). Busquei destacar algumas semelhanças e diferenças entre as narrativas, apresentando e contando suas histórias de maneira intercalada. Realizei basicamente as mesmas perguntas às três entrevistadas, que apesar da semelhança no aspecto do trabalho sexual, possuem trajetórias e relacionam-se com esse universo de maneira bastante distinta, conforme se verá. Essa técnica é bastante interessante para os objetivos desta dissertação, na medida em que a despeito das narrativas um tanto deterministas e que dão um enorme peso às estruturas de opressão no âmbito do gênero e da sexualidade, apagando, como apontou Piscitelli, as aspirações individuais de mulheres que trocam sexo por dinheiro, as histórias de vida permitem revelar e captar

o cotidiano, o tipo de relacionamento entre os indivíduos, as opiniões e valores [...] a maneira pela qual diferentes camadas sociais, diferentes grupos, homens e mulheres, várias faixas de idade estão experimentando as mudanças que ocorrem, segundo que valores as estão encarando, quais as normas que aceitam para seus comportamentos e quais rejeitam (QUEIROZ, 1987, p. 20).

O emprego desta técnica de pesquisa foi refletido por Guérios (2011), em artigo onde apresenta as críticas e contracríticas de diferentes autores das ciências humanas que discutiram as potencialidades e limites da história de vida. A partir desse debate devo mencionar que reconheço a necessidade de se trabalhar as narrativas com cuidado, não concebendo-as como plenamente capazes de permitir a compreensão da realidade do trabalho sexual – ou de alguns de seus pontos –, necessitando, da minha parte, compreender e analisar os próprios relatos, as próprias narrativas, ou seja, trata-se mais de um esforço *compreensivo*, do que explicativo (GUÉRIOS, 2011, p. 12).

É verdade que, na medida em que apoio-me na teoria radical do sexo, e esta prevê descrições históricas da sexualidade, não pude deixar de fora desta pesquisa dois trabalhos da área da História, calcados na perspectiva feminista e foucaultiana, que tratam sobre a prostituição. São eles *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)* (RAGO, 1991) e *Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)*

(AGUIAR, 2016), ambos bastante úteis para revelar as maneiras pelas quais certas instituições, como a polícia e a medicina, lidavam com a questão do meretrício e das mulheres na virada do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas deste, em São Paulo e em Curitiba. Em vez de um capítulo à parte para apresentar esse passado, acabei por diluir alguns de seus elementos em diferentes capítulos e tópicos.

Contudo, o uso da dimensão histórica não tem por objetivo resolver o dilema da relação entre história individual e meio social, onde muitas vezes emprega-se a noção de *contexto* para dar conta do problema, apontada como insuficiente em muitos casos (GUÉRIOS, 2011, p. 13). Serve mais para destacar certos padrões de moralidade gendrificadas – isto é, marcados pelo gênero –, surgidos num período de grandes transformações em relação as possibilidades de ser mulher, que revelam continuidades e rupturas com o que se vê atualmente, e mais especificamente com o que se vê nas narrativas das entrevistadas.

A pergunta de pesquisa da presente dissertação pode ser descrita da seguinte forma: a despeito do debate do movimento feminista e dos diferentes enquadramentos dado à comercialização do sexo pelas várias vertentes que o compõem, o que as mulheres que protagonizam essa atividade pensam sobre alguns de seus aspectos? O que aprenderam enquanto profissionais do sexo, como elas mesmas concebem a prostituição, a atividade que desempenham?

Algumas hipóteses que eu tinha no início da pesquisa podem ser apresentadas, e que serão retomadas no capítulo da conclusão. Parto do princípio de que a prostituição seja uma via para alcançar determinados objetivos para os sujeitos que a realizam – da mesma forma como os trânsitos migratórios das brasileiras pela Europa que Piscitelli acompanhou, e que Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette verificaram na boate carioca. Ainda, que a escolha por esta ou aquela modalidade de trabalho sexual entre as entrevistadas está ligada a aspectos nem tanto econômicos, mas também morais, que cada uma delas carrega individualmente. As mulheres entrevistadas possuem importante grau de controle sobre sua atuação enquanto trabalhadoras sexuais, um papel ativo de imposição de limites ao longo da rotina de trabalho. E, por fim, acredito que elas encontrem maneiras de adequar, em termos morais, sua conduta e trajetória dentro do mercado do sexo dentro de uma sociedade normativa e machista que ainda cobra um enorme

recato das mulheres, compartilhando valores comuns aos outros grupos que encontram-se nos patamares superiores da hierarquia sexual proposta por Rubin.

Mas afinal, quais os objetivos almejados na presente pesquisa? Como horizonte de investigação, tal como Piscitelli e Silva e Blanchette, importa no presente trabalho analisar a própria compreensão das mulheres que entrevistei sobre suas vidas, sobre a prostituição e diferentes elementos deste trabalho, levando a sério suas narrativas, seus valores e suas escolhas ao longo da vida. Assim, meu objetivo geral é analisar os sentidos e os significados que as três mulheres entrevistadas dão às suas experiências enquanto trabalhadoras sexuais, buscando identificar os valores sobre a prostituição presentes nas narrativas, e as diferentes modalidades de agência possíveis de serem percebidas ao longo de suas trajetórias.

Os objetivos específicos servem para auxiliar na busca pelo objetivo geral, e podem ser divididos da seguinte forma: a) devido ao emprego do método de história de vida, faz-se necessário compreender a maneira que narram o período da infância e adolescência, e aqui importa menos a coleta de dados minuciosos e detalhados sobre esses períodos e mais os elementos escolhidos pelas interlocutoras para abordá-los. Esse objetivo serve também para verificar se certos acontecimentos destes períodos de suas vidas já explicam, ou não, sua aproximação com a prostituição; b) identificar o contexto de entrada de cada uma das entrevistadas no universo do trabalho sexual: como elas narram e explicam esse momento? Quais elementos são apresentados para justificar sua aproximação com o universo do sexo comercial?; c) identificar a existência de um padrão de moralidade ligado às diferentes modalidades de trabalho escolhidas por cada uma delas na trajetória do trabalho sexual. Isso é importante porque o sexo comercial é uma realidade bastante diversa, são múltiplos os tipos de trabalho sexual existentes, portanto busquei saber os motivos que cada uma delas apresentaram para justificar sua preferência por esta ou aquela modalidade de trabalho (praças, ruas, bares, boates, etc.). Ainda em relação a este objetivo específico, foi preciso identificar suas preferências e aspectos apontados como positivos e negativos da modalidade que atuam; d) identificar as diferentes modalidades de agência acionadas pelas três mulheres ao longo de suas trajetórias, sobretudo no ambiente de trabalho, considerando as diferenças de cada ambiente e modalidade onde atuaram. Aqui importa explorar não apenas a forma

como lidam com as situações difíceis, como também a maneira como ocorre a negociação dos programas com os clientes; e, por fim, e) compreender a maneira como concebem seu próprio trabalho, a prostituição, como a descrevem e explicam, bem como as lições aprendidas ao longo desta trajetória.

Separei as perguntas em tópicos e desenvolvi cada uma delas intercalando as narrativas, buscando semelhanças e diferenças entre elas. Um aspecto positivo da presente pesquisa são os perfis distintos das entrevistadas, de idades distintas e inserções no mercado sexual também distintas. As diferenças de idade, bem como a aproximação ou não com movimentos organizados e de luta pelos direitos humanos, também interfere na maneira como cada uma delas discorre sobre as perguntas apresentadas, e de como cada uma experienciou a prostituição e os elementos que apresentam para tratar deste período de suas vidas. É importante destacar que a despeito das perguntas realizadas terem sido basicamente as mesmas, nem sempre as respostas trouxeram as mesmas informações. Conforme se verá, certos acontecimentos impactantes na vida de cada uma delas acabam por encobrir a narrativa sobre um período da vida ou outro, e minha postura não foi interventiva nas entrevistas, pelo contrário: mesmo tendo um roteiro prévio de perguntas, deixava as entrevistadas falando à vontade, e quando sentia que um tópico havia se esvaziado, partia para outra pergunta.

Perto das pesquisas mencionadas anteriormente, a presente dissertação é bastante modesta. Piscitelli (2013) realizou inúmeras entrevistas e deslocamentos entre diferentes circuitos do mercado do sexo no Brasil e na Europa, uma etnografia multisituada e inserções ao campo de mais de sete anos. Conversou e entrevistou não apenas mulheres que migravam em diferentes contextos, mas com agentes do Estado, membros de ONGs ligadas à problemática do tráfico de pessoas, profissionais que trabalham nas embaixadas de diferentes países, realizou a leitura e análise de documentos, ordenamentos e dispositivos jurídicos para abordar a complexa relação entre o turismo sexual, mercado do sexo e tráfico de pessoas. A pesquisa de Díaz-Benítez (2010) teve uma duração de 16 meses e nesse tempo a antropóloga entrevistou atores, atrizes, produtores, diretores e outros agentes ligados às redes do pornô, pertencentes a duas empresas do nicho, observando a gravação das cenas, os momentos de preparação dos atores e atrizes e conhecendo, de certa forma, a vida íntima de alguns dos sujeitos com os quais

dialogou. As reflexões de Silva e Blanchette (2005) surgem a partir de um trabalho de campo ocorrido em uma boate, onde ambos interagiram com os homens e as mulheres que ali frequentavam, e onde puderam observar dinâmicas distintas de interação entre seus interlocutores e estes com o próprio espaço.

Neste trabalho, o principal material de análise são as narrativas coletadas através de entrevistas. Não houve trabalho de campo, um ambiente fisicamente delimitado sobre o qual poderia realizar observações, com pessoas com as quais poderia interagir. O que não significa, creio eu, que minhas conclusões sejam menos importantes: elas são apenas de natureza distinta, possuindo, também, um alcance distinto. Não se trata de dizer, a partir da análise de três narrativas, a verdade sobre a prostituição. Nem de realizar conclusões generalizantes com pretensões de alcançar a experiência de *todas* as prostitutas, ou da *maioria* delas. Apesar de ter ficado frustrado por conta a impossibilidade de realizar uma pesquisa de cunho mais etnográfico, a alternativa de trabalhar com histórias de vida apresentou dados tão ricos e complexos, permitiu-me ouvir tantas histórias surpreendentes, tocantes, chocantes, engraçadas, que estou seguro quanto a possibilidade de realizar uma análise com potenciais sociológicos e antropológicos a partir deste método e material de pesquisa.

A narrativa sobre o passado nos permite compreender a dimensão da subjetividade das entrevistadas, aquilo que lhes foi mais impactante em determinado período da vida, os episódios e embates que as constituem enquanto indivíduo. Talvez o capítulo dedicado à análise das entrevistas seja demasiadamente narrativo, mas é somente contando e apresentando as histórias dessas três mulheres que esta pesquisa e os problemas apresentados terão algum sentido.

Faz-se necessário pontuar que apesar de falar sobre prostituição e prostitutas, que segundo o sistema de valor sexual de Rubin (2017) figuram na base da pirâmide, junto das travestis, dos sadomasoquistas, fetichistas e atores e atrizes pornô, a técnica de histórias de vida permite enxergar essas mulheres para além da prostituição. Afinal, tratam-se de mães, avós, filhas, todas elas possuem uma história, vivenciaram uma infância e adolescência, são resultados dela, possuem valores que não necessariamente estão ligados a esse lugar de transgressão em que socialmente figura o trabalho sexual. Conseguimos perceber mulheres de carne e osso, que choram, que sofrem, que riem, que gozam, que se rebelam, que amam

e que passaram por inúmeros desafios mas também situações de muito prazer. A análise das narrativas permitiu conhecer como cada uma delas lida ou lidou com padrões morais gendrificadas, e a forma que encontraram de adequar suas práticas de forma coerente, sem se considerarem propriamente transgressoras por conta do trabalho que realizaram.

Um último trabalho importante com o qual dialogo é a pesquisa de José Miguel Nieto Olivar (2010), cuja tese de doutorado é construída através de um trabalho etnográfico com duração de 2 anos, quando atuou junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), em Porto Alegre, realizando diferentes atividades e conhecendo e conversando as muitas pessoas que por ali passavam. O NEP é uma organização voltada aos direitos das trabalhadoras sexuais, e foi lá que ele conheceu as quatro mulheres, militantes do Núcleo, com quem realizou entrevistas em profundidade em buscas de analisar as narrativas que elas fazem de sua própria trajetória. Seu objetivo era

compreender os eventos do presente etnográfico na sua relação com a trajetória biográfica e com o universo cultural conceitualizado (...) busquei realizar intra etnográficas e intra narrativas que permitissem compreender as experiências desde elas mesmas para depois, sim, oferecê-las ao exterior; isto é, não explicar os dados desde objetivações numéricas, mas tentar tecer os sistemas de conceitualizações e significações "nativas", locais, endógenas. (OLIVAR, 2010, p. 53).

Este trabalho é bastante interessante, mas mais uma vez minha proposta apresenta-se como bastante modesta ao comparar com sua metodologia. Tal como em Olivar, na presente dissertação a narrativa figura como central para realização das análises, de onde emergem aspectos da subjetividade das entrevistadas, os dilemas de suas vidas, as escolhas e embates entre suas vontades pessoais e as estruturas, sistemas e padrões sociais e morais. Suas experiências e a maneira como as narram. Olivar concebe as maneiras utilizadas pelas suas entrevistadas para narrar e lembrar de suas memórias como uma forma radical de agenciamento,

um veículo privilegiado para conhecermos as políticas da prostituição em Porto Alegre, a configuração do Movimento, as transformações e tensões locais dos últimos 30 anos ao redor do gênero, da sexualidade, das formas de produção, da ocupação do centro da cidade, das configurações familiares. (OLIVAR, 2010, p. 55)

As quatro mulheres que entrevistou nasceram no mesmo período que Carmem, e assim como ela, são militantes dos direitos das prostitutas. Ao realizar algumas comparações entre as narrativas de Carmem e de Gabriela, cujas experiências trabalhando com sexo distanciam-se algumas décadas, é possível perceber algumas transformações importantes na prostituição, ligadas às próprias ações do movimento organizado de profissionais do sexo e às distintas concepções e experiências sobre o ser mulher. Segundo o antropólogo, “a narrativa permite ver, imaginar, compreender os processos complexos de fazer-se mulher, puta, militante. A narrativa constitui, como veremos, o movimento político e a memória coletiva (OLIVAR, 2010, p. 57). É ancorando-me nesta perspectiva que escrevo este trabalho.

1.3 APRESENTAÇÃO DO CAMPO E NEGOCIAÇÕES DAS ENTREVISTAS

A ideia inicial para esta pesquisa era realizar um trabalho de cunho mais etnográfico, com a observação participante, em um cinema pornô e um bar voltados à prostituição que ficam no centro da cidade de Curitiba, cujos valores dos programas são baixos. Isso porque gostaria de seguir a proposta de Rubin, quando afirma a necessidade de se realizar as descrições ricas da sexualidade – no meu caso, da prostituição – tal como ela realmente acontece na sociedade. Assim poderia observar a dinâmica de funcionamento e organização desses espaços, compará-los e discorrer sobre suas semelhanças e diferenças, e principalmente travar um diálogo e estabelecer relações com as mulheres que ali trabalham, realizando entrevistas com vistas a suprir algumas questões que me desafiavam e que pensei a partir de toda a polêmica feminista em torno da prostituição.

Cheguei a realizar duas idas a esses ambientes, travei contato pontuais com algumas mulheres e anotei diferentes aspectos da estrutura desses lugares e de sua organização. Porém, a partir da pandemia da COVID-19 meus planos foram por água abaixo, na medida em que o cinema e o bar foram fechados e as chances de adquirir e transmitir o vírus eram enormes, o que me fez abandonar quaisquer possibilidades de realizar um campo de maneira presencial – questões de ética e responsabilidade. Em conversa com as e os colegas da linha de pesquisa e com as professoras, foi orientado que quem precisasse trabalhar com entrevistas, deveria

realizá-las de forma remota. Minha presença no bar havia sido bastante curta, e o único diálogo travado ali com uma mulher me fez ter a certeza de que sem uma boa relação de confiança com alguma trabalhadora sexual, não conseguiria realizar uma entrevista, por conta do estigma e do medo em ter sua ocupação revelada para outras pessoas.

Analisando hoje aquele momento, percebo que demorei muito para desistir da ideia de uma pesquisa de observação participante, de uma presença física e de contatos diretos travados com os interlocutores. Essa necessidade de um campo fisicamente delimitado quase fez com que eu deixasse de fora do escopo do material de análise dessa pesquisa a primeira mulher que entrevistei – e que eu já conhecia fazia quase um ano e que já vínhamos construindo uma relação de parcerias e amizade. Começo apresentando-a.

1.3.1 Margarete Silva de Melo

A primeira entrevista que realizei aconteceu em 21 de julho de 2020. Conheci Margarete, porém, ainda em 2019, no primeiro ano de mestrado, em um curso chamado *Advocacy* em HIV⁵/AIDS⁶, promovido pelo Grupo Dignidade, Organização Não Governamental (ONG) curitibana voltada aos direitos e as pautas das pessoas LGBTI. O curso ocorreu ao longo de três semanas e os participantes eram pessoas de diferentes grupos e origens que buscavam aprender mais sobre o HIV. Foram mais ou menos 16 participantes, dentre eles jovens e adultos, militantes de movimentos sociais, acadêmicos de diferentes cursos, estudantes do Ensino Médio e pessoas vivendo ou não com HIV. Os assuntos foram bastante diversificados, bem como as dinâmicas das atividades desenvolvidas. Ali conheci Margarete, uma mulher negra de estatura e porte físico baixos, mas cuja energia e potência chamavam atenção de qualquer um dos participantes. Desde o primeiro dia Margarete não escondeu sua sorologia: HIV positiva há 34 anos. Nos intervalos das atividades saíamos para fumar e conversávamos sobre assuntos diversos, e o fim do curso não implicou no fim de nossa relação, que foi sendo fortalecida com o passar dos meses.

5 HIV é a sigla para o Vírus da Imunodeficiência Humana.

6 AIDS é a sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Foram muitos aprendizados interessantes naquele espaço, e como eu estava dando aulas de sociologia em um colégio público no Alto Boqueirão, bairro da região sul de Curitiba, apaixonado pelas minhas alunas e alunos, pensei em elaborar uma atividade no contraturno da aula para discutir algumas questões referentes ao HIV/AIDS e à saúde sexual com os adolescentes, e propus à Margarete, bem como a Maria do Socorro Lisboa – outra integrante daquele curso e ativista dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS em Curitiba –, que elaborássemos uma dinâmica a fim de realizá-la na escola onde trabalhava. E assim foi feito, tivemos um momento excelente e emocionante de muito aprendizado com a presença de duas militantes de movimentos sociais em uma escola que eu jamais tinha trabalhado, e com nenhuma perspectiva, infelizmente, de trabalhar novamente.

Conversando com Margarete sobre minha pesquisa, ainda antes da pandemia, ela chegou a me oferecer companhia para ir em alguma zona ou bar para conversar com as trabalhadoras do sexo. Eu sabia que ela já havia sido prostituta, mas descartava realizar uma entrevista com ela por estar preso a algumas questões: a) porque queria conversar com alguma mulher que ainda estivesse trabalhando; b) porque gostaria que a profissional fosse da cidade de Curitiba; e c) porque ainda pensava no cinema pornô como um lugar ideal para etnografar, ideia que já havia abandonado após a pandemia. Pensando agora no resultado da entrevista e em sua rica e complexa narrativa, e também em como as muitas pesquisas realizadas nas ciências humanas são resultadas de inúmeras contingências, percebo como perdi tempo e que este trabalho poderia ter sido totalmente distinto e menos interessante caso tivesse descartado seu depoimento. Meus “recortes” estavam me prejudicando.

Enfim, desesperado e sem tempo, propus a ela a entrevista, que topou sem pensar duas vezes. Afinal, Margarete adora falar sobre sua vida, sobre as várias dificuldades que enfrentou e superou, e sobretudo falar da sua relação com o HIV, as demandas e as conquistas do movimento. Antes da nossa entrevista, eu ainda não havia conversado com ela sobre sua experiência trabalhando com sexo, portanto naquela tarde na sala de sua então residência, no Bairro Xaxim⁷, a enorme maioria das coisas que me contou eram pura novidade. Conforme se verá, Margarete tem uma história cheia de altos e baixos, passou por inúmeras situações desde sua infância até o período mais recente de sua vida. Importa dizer que ela só aceitou conceder a entrevista sob a condição de que seu verdadeiro nome

7 Bairro localização na região sul da cidade de Curitiba, no Paraná.

aparecesse na pesquisa. Afinal, trata-se de uma mulher pública – no sentido de militante, ativista dos direitos humanos e da causa das pessoas vivendo com HIV/AIDS, e que ao longo de 15 anos de sua vida trabalhou com sexo.

Margarete tem 52 anos e é natural de Capinzal, município do Oeste catarinense. Sua vida é marcada por uma série de deslocamentos por diferentes regiões do Brasil, desde seu nascimento, devido primeiro à situações de violência que sofreu em seu seio familiar ainda criança, passando por migrações realizadas enquanto trabalhava com sexo, e finalizando no período em que se aproximou do movimento organizado de pessoas vivendo com HIV/AIDS, viajando para participar de diferentes eventos por todo o Brasil como ativista. Esteve envolvida com o comércio sexual dos 15 aos 29 anos, e abandonou o ofício após um trágico episódio que quase lhe ceifou a vida: o descobrimento da AIDS num estágio bastante avançado, que resultou num coma e no internamento em um hospital por um ano. Sua experiência na prostituição, principalmente até seus 20 anos, fora marcada por inúmeras situações de violência, e o uso e abuso de drogas, das mais distintas, acompanhou-a até o momento do coma – aliás, ela mesma não sabe se contraiu o HIV pela via sexual ou através do compartilhamento de seringas para uso da heroína.

Após reaprender a andar e falar, deixou de prestar serviços sexuais e superou a dependência química, iniciando um novo momento em sua vida: aproximou-se do movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS e tornou-se uma ativista em prol dos direitos humanos. Tal aproximação representa uma guinada em sua trajetória, importante para compreender sua narrativa e a maneira como concebe e lida com sua experiência no mercado do sexo e na luta dos direitos das pessoas vivendo com HIV. Hoje Margarete restabeleceu alguns de seus laços familiares e mora em Curitiba desde 2019, onde continua participando de eventos, reuniões e cursos promovidos por organizações voltadas à temática do HIV, de mulheres, e, de maneira geral, dos Direitos Humanos.

Apesar dos difíceis acontecimentos pelos quais passou, Margarete não teve nenhum problema em narrá-los, talvez porque adora falar sobre sua vida passada, mas também porque temos uma relação pautada na intimidade e amizade. Acredito que tenha sido muito mais difícil para mim ouvir e, depois, analisar alguns aspectos de sua trajetória de vida, do que para ela falar sobre ela. A maior parte das

informações sobre ela trazidas nesta pesquisa foram retiradas da entrevista realizada na sala de sua casa, em julho de 2020, com duração de 1h32min. Algum ou outro ponto que me trouxe dúvida, ou que achei que devesse ser melhor esclarecido, foi realizado através de mensagens no aplicativo *Whatsapp* ou ligações realizadas posteriormente – a pandemia só foi piorando com o passar dos meses, e o medo e cuidado diante do vírus desestimulou outros encontros presenciais.

1.3.2 Gabriela

A segunda entrevista foi realizada em 07 de agosto de 2020. Conheci a jovem mulher – que aqui chamarei de Gabriela – através de uma família de queridos amigos que são meus vizinhos, os quais conheço a mais de cinco anos e com quem constantemente converso, inclusive sobre minha vida de professor e mestrando. Uma das mulheres desta família já sabia do tema de minha pesquisa e da minha necessidade (e principalmente dificuldade) de conhecer e conversar com alguma mulher que fosse trabalhadora sexual. Um dia, em sua casa, ela me chamou para conhecer uma de suas amigas que estava lá, e foi assim que encontrei Gabriela. A mais jovem de minhas entrevistadas, Gabriela, 25 anos, não é nenhuma figura pública, e apesar de nunca ter adotado um outro nome para trabalhar como garota de programa e de dizer que não se importava de ter seu nome mencionado na pesquisa, por questões de ética prefiro referir-me a ela com um outro nome que não o de registro.

Antes de nos apresentarmos, minha amiga comentou com Gabriela sobre mim e minhas dificuldades em relação à pesquisa, buscando saber se, eventualmente, ela poderia me conceder uma entrevista. Quando nos conhecemos, trocamos algumas ideias, apresentei-lhe brevemente meus objetivos com a pesquisa e conversamos sobre a entrevista. Ela, sempre muito animada e à vontade, aceitou realizá-la. Trocamos contato e ficamos de combinar uma data para a entrevista.

O desafio é que Gabriela disse que preferia fazer a entrevista presencialmente, que não gostaria de tratar sobre o assunto por telefone. Disse-lhe então que não teria problema e que poderíamos marcar a conversa em algum lugar bom para nós dois – não sei o que falava mais alto dentro de mim, o medo de não ter um material para analisar nem interlocutoras com quem dialogar, ou de poder

contrair ou transmitir a COVID-19 em algum desses deslocamentos para a pesquisa. Não poderia perder a chance de conversar com uma jovem mulher que aparecera da maneira mais aleatória possível – mais uma das contingências desta pesquisa. Assim, combinamos de realizar a entrevista na casa dessa nossa amiga em comum, no dia em que ela fosse lhe visitar – o que seria muito bom para mim, visto que Gabriela reside num bairro bastante distante do meu. E assim foi feito. Gabriela é muito atenciosa e solícita e nossa conversa ocorreu de maneira bastante tranquila, estávamos à vontade. Foram 80 minutos de conversa gravada.

Gabriela tem 25 anos, é uma mulher branca de cabelos loiros e longos, e ambas as vezes que nos encontramos ela estava bem-arrumada: maquiada, com unhas pintadas e bem-vestida. Reside com sua mãe e filho no bairro Tatuquara, região sul de Curitiba, portanto bastante afastado do centro da cidade e do bairro da nossa amiga em comum, bairro vizinho ao que resido. Sua experiência no mercado do sexo durou em torno de dois anos, de seus 20 aos 22 anos de idade, com alguns intervalos por conta de um casamento que acabou não perdurando. O ambiente que mais atuou enquanto trabalhadora do sexo – ou garota de programa, acompanhante, em seus termos – foi numa casa diurna que funciona mais ou menos como um bar, localizada próxima à região central da cidade, onde ia de segunda a sexta-feira, de transporte público, ficando das 13h as 22h, retornando para sua casa de *Uber*. Trabalhou esporádica e pontualmente em algumas boates noturnas da cidade, e teve uma curta experiência como *suggar baby*⁸. Tal como Margarete, teve uma infância marcada por situações de extrema violência em seu seio familiar, cujas marcas e consequências pesam ainda hoje em sua vida.

Por ser a entrevistada mais nova e a que temporalmente esteve mais recentemente atuando enquanto trabalhadora sexual, sua narrativa tem a possibilidade de revelar aspectos do cotidiano do sexo comercial curitibano já com transformações causadas, acredito, pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais, bem como das pessoas vivendo com HIV – embora ela mesma não faça parte de nenhum movimento, inclusive desconhecendo-os. A entrevista desenrolou-se tranquilamente e tal como Margarete, um ou outro aspecto que julguei necessário retomar com ela foi realizado através de trocas de mensagem pelo aplicativo

8 Termo utilizado para se referir ao relacionamento entre um homem mais velho e com dinheiro como uma jovem mulher.

WhatsApp. Continuamos conversando ainda hoje e aguardamos um novo encontro na casa de nossa amiga em comum, após o final da pandemia.

1.3.3 Carmem Costa

A terceira entrevista ocorreu em 19 de setembro de 2020. Tratar sobre as condições que possibilitaram sua realização demanda refletirmos sobre a relação entre a academia e os movimentos sociais. Carmem Costa é presidenta e uma das criadoras do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída, ONG curitibana que nasceu em 1994 e que desde então atua em prol dos direitos das mulheres profissionais do sexo da capital e do estado do Paraná. A primeira vez que vi Carmem foi em 2017 durante um evento⁹ promovido pelo Grupo, quando ainda não havia concluído a graduação, mas quando já estava interessado em conhecer e pensar sobre as questões da prostituição e do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Foi o primeiro evento deste cunho que participei, a primeira vez que ouvia debates e falas presencialmente sobre o trabalho sexual - isto é, antes disso minha proximidade com a questão resumia-se ao espaço virtual, às redes sociais, ao material disponível na internet produzido e divulgado por diferentes militantes, e também aos poucos textos acadêmicos que li naquele momento. Quando da escrita do projeto de mestrado para a seleção, no final de 2018, um dos meus objetivos já era o de travar contato com Carmem e a ONG, mas as coisas não foram tão fáceis como imaginei.

Carmem é uma mulher que leva seu trabalho a sério. Lembro-me de no evento ela ter chamado atenção de alguém que estava conversando enquanto um palestrante fazia sua fala. Ela é alguém que se faz presente nos lugares onde está, tem um olhar penetrante, uma fala séria que transmite um profundo conhecimento de causa – o qual de fato é respaldado a partir de toda sua trajetória e vivência no universo do trabalho sexual. Outra coisa da qual me recordo muito bem foi sua fala em alguma das mesas do evento, de abertura ou encerramento, quando disse que estava cansada de estudantes irem até ela ou à ONG pedir ajuda com Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pedir por entrevistas com ela ou as prostitutas, e que ela até costumava ajudá-los, mas apenas sob a condição de que eles fossem com ela

⁹ Trata-se do XIV Seminário sobre Prostituição, Direitos Humanos e Prevenção às IST/HIV/AIDS, que descrevo brevemente no segundo capítulo da presente dissertação.

distribuir preservativos nas ruas, praças ou outros locais de trabalho, mas que não iria mais ajudar ninguém, pois os estudantes tendiam a desaparecer após conseguir o que queriam. Passar um período trabalhando junto da ONG não seria um problema para mim, pelo contrário: uma oportunidade rica para ter novos olhares em relação ao trabalho sexual e da realidade da prostituição em Curitiba, uma oportunidade que qualquer pesquisador ou pesquisadora adoraria ter. Mas aquela fala ficou na minha cabeça por muito tempo.

Cheguei a trocar mensagens com Carmem em 2019, já no primeiro ano de mestrado, mas sem muito sucesso. Não sabia ao certo como me apresentar, como abordar meus objetivos com nosso contato, tinha medo de que um ato falho pudesse impedir a construção de uma relação entre nós e toda uma incrível possibilidade de tê-la como interlocutora pudesse cair por terra - afinal, eu era mais um estudante querendo pesquisar sobre prostituição, a realização de um projeto individual até então. Fui imaturo e amador, mas pude rever esta postura posteriormente. Em abril de 2020, em plena pandemia, Carmem me enviou um *link* de uma vaquinha feita pelo Grupo Liberdade, junto com o Grupo Esperança¹⁰, com o objetivo de angariar fundos para a compra de cestas básicas e outros itens para as profissionais do sexo de Curitiba, fortemente atingidas pela COVID-19. Dei minha contribuição e começamos a conversar com mais frequência.

Criei coragem para finalmente falar que estava fazendo uma pesquisa sobre prostituição e que a pandemia havia impedido que eu desse continuidade ao trabalho de campo no cinema pornô – e que uma das etapas da pesquisa era, exatamente, a realização de entrevistas. Carmem compartilhou comigo uma entrevista que daria a uma rádio local, a qual eu acompanhei, e após uma nova conversa via *WhatsApp* ela me fez outro convite, para participar de um bate papo promovido pela Articulação Nacional de Profissionais do Sexo (ANPS) cujo tema foi o “Impacto da pandemia na vida das trabalhadoras sexuais”, que ocorreu em 21 de julho de 2020. Estiveram presentes, de forma remota, quatro lideranças do movimento de diferentes regiões do Brasil que abordaram sua realidade, sendo Carmem uma delas. Alguns dias após esse evento, Carmem apresentou-me uma proposta, que poderíamos chamar aqui de uma espécie de troca de favores entre mim e ela: pediu meu auxílio para a elaboração e escrita de dois projetos a serem

10 ONG voltada às travestis e transexuais trabalhadoras do sexo, que nasce junto com o Grupo Liberdade.

desenvolvidos em prol das trabalhadoras sexuais de Curitiba a fim de mitigar os impactos da COVID-19¹¹, e que a partir disso ela poderia me conceder alguns nomes de mulheres para possíveis entrevistas. Finalmente havia surgido uma porta de acesso ao Grupo e à pessoa de Carmem Costa.

Fui duas vezes até sua casa, em Araucária¹², para que pudéssemos ler com calma os editais e construir uma sintonia quanto às ações a serem desenvolvidas. Afinal, Carmem dedica mais anos à luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais do que minha própria idade, conhece de perto essa realidade, realizando inúmeras ações junto à ONG, travando contato direto em diferentes ambientes e locais de prostituição de Curitiba. Já eu, apesar de interessado, conhecia muito pouco dessa realidade, apenas através das duas idas ao bar e ao cinema pornô no centro da cidade e de algumas leituras acadêmicas. Por outro lado, graças às habilidades de escrita e leitura atenta obtidas na graduação em Ciências Sociais, tinha a capacidade de colocar as ideias e ações no papel, na rígida e exigente estrutura dos editais.

Nesses encontros, pude conhecer melhor a pessoa de Carmem e transformar aquela imagem que tinha dela no evento como brava ou séria – ou melhor, pude conhecer um outro lado dela, já que, quando precisa ser, ela realmente é brava e séria. Conheci, através das conversas, os impactos da pandemia na vida das trabalhadoras sexuais e as respostas dos grupos organizados ao vírus, tanto local quanto nacionalmente. As tardes em sua casa foram cheias de conversas não somente sobre os problemas enfrentados pelas profissionais do sexo, mas também sobre a vida de Carmem e a minha também. Jogamos conversa fora, falamos sobre alguns desafios pessoais de ambos, e enquanto aguardávamos o resultado dos projetos, perguntei-lhe sobre as possíveis entrevistadas para minha pesquisa. Para minha agradável surpresa, Carmem se propôs, ela mesma, a conceder uma entrevista. É cômico e curioso pensar que essas três tardes – duas para discutirmos e escrevermos o projeto, outra para a entrevista – representaram a primeira vez em minha vida que fui para o quarto com uma (ex)prostituta, não para obtenção de serviços sexuais, mas sim para reflexão dos desafios que milhares de mulheres enfrentam em seu cotidiano e as maneiras de mitigá-los, e também ouvir sobre a

11 Foram os editais Mulheres em Movimento, do Fundo ELAS, e Fortalecimento a Organizações de Base Comunitária que trabalham em resposta ao HIV na América Latina e Caribe, no contexto da pandemia da COVID-19, da UNAIDS.

12 Cidade da Região Metropolitana de Curitiba.

história de vida de uma importante liderança nacional e local do movimento bem como suas impressões sobre o trabalho que realizou por mais de 30 anos. A entrevista teve duração de 2h20min.

Carmem tem 62 anos, pele branca, cabelos loiros e uma baixa altura. Iniciou a trajetória no universo sexual aos 18 anos, preferindo sempre trabalhar nas ruas e praças de uma Curitiba da década de 1970, onde permaneceu até os primeiros anos da década de 2000. Parou porque as atividades do Grupo Liberdade, fundado em 1994, passaram a exigir bastante tempo e esforço da equipe, e porque já não podia se locomover como antes por problemas nas articulações. Desde então, dedica toda sua vida e energia na luta e na garantia dos direitos humanos das profissionais do sexo curitibanas, travando diálogo com diferentes instâncias e instituições. Mãe de dois filhos, avó de dois netos e uma neta, Carmem atribui um grande valor à sua família, seu bem mais precioso, sua base de apoio. Desde o seu primeiro programa, nunca escondeu sua profissão de ninguém e nunca adotou outro nome no trabalho. Enfrentou e enfrenta os desafios que surgem em sua vida com coragem e de peito aberto, e pode-se dizer que se a realidade do trabalho sexual hoje é diferente daquela dos anos 1970, quando começou com os programas, isso se deve ao trabalho do Grupo Liberdade e às diferentes conquistas dessa luta coletiva e organizada local, nacional e internacionalmente. Aliás, sobre este último ponto, Carmem faz parte da *Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe* (RedTraSex), organização que articula diferentes grupos de trabalhadoras sexuais nesta região do mundo.

Tais são as mulheres com quem travei contato, cujas narrativas foram captadas através de entrevistas e analisadas após sua transcrição e leitura à luz das teorias e métodos aqui apresentados. Nos próximos capítulos discorro a partir de alguns tópicos sobre suas histórias e percepções, abordando as narrativas de maneira intercalada, identificando semelhanças e diferenças, por vezes voltando a um passado ou dialogando com alguns pontos de outros trabalhos e pesquisas. Já que Carmem e Margarete tem 62 e 52 anos, respectivamente, e Gabriela 25, acredito ter sido possível realizar a identificação de transformações importantes na realidade do sexo comercial desde a década de 1970 até os dias de hoje – que obviamente foram percebidas grande parte através apenas das narrativas, de modo que as conclusões sobre esse ponto devem ser realizadas com cuidado. Os perfis

distintos revelam percepções distintas, mas certos pontos em comum são capazes de demonstrar a potência da técnica de histórias de vida, por permitir estabelecer relações entre a biografia individual dessas três mulheres, e aspectos macro estruturais, ligados à estrutura e organização da sociedade. A seguir, uma tabela com alguns dados importantes sobre as três entrevistadas:

QUADRO 1 – DADOS DAS ENTREVISTADAS

NOME	Carmem Costa	Margarete Silva de Melo	Gabriela*
DATA DE NASCIMENTO	09/1958	10/1968	04/1996
IDADE	62 anos	52 anos	25 anos
LOCAL DE NASCIMENTO	Curitiba – PR	Capinzal – SC	Curitiba – PR
FILHOS	2	1	1
APROXIMAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO	Aos 18 anos (1976)	Aos 14 anos (1982)	Aos 20 anos (2016)
QUANTO TEMPO TRABALHOU	28 anos (até seus 46 anos de idade -2004)	15 anos (até os 29 anos de idade – 1997)	Pouco mais de dois anos.
LUGARES/ MODALIDADES	Ruas e praças do centro de Curitiba	Ruas, bares, portos, boates de diferentes cidades, mas predominantemente em Rio Grande – RS	Predominantemente em uma boate diurna

Fonte: O autor, 2021.

*Nome fictício

2 O TRABALHO SEXUAL E OS FEMINISMOS

Neste capítulo, tenho por objetivo apresentar algumas questões ligadas ao surgimento do feminismo e de sua relação com a sexualidade, que evidencia-se como um ponto de articulação que promoveu debates intensos e onde é possível perceber algumas distinções importantes entre as diferentes vertentes do movimento feminista. Começo tratando sobre o feminismo da segunda onda nos Estados Unidos para então discorrer sobre a polêmica feminista em torno do trabalho sexual, que mobilizou perspectivas distintas que conseqüentemente produziram visões e explicações conflitantes sobre o tema. Em seguida, trato brevemente sobre o movimento de trabalhadoras sexuais e sua existência no Brasil, e concluo o capítulo realizando alguns paralelos entre os movimentos feministas e o surgimento do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída, ONG criada por Carmem Costa, uma das entrevistadas da presente pesquisa.

Este capítulo serve como ponto de apoio para compreensão das distintas concepções e explicações feministas em relação ao trabalho sexual, com as quais me deparei durante a graduação, mas que na verdade possuem uma origem um tanto quanto distante. É como se aquele debate que estava sendo travado entre a comunidade discente da UFPR e em diferentes páginas das redes sociais fosse uma reatualização de um outro momento de discussões feministas, sobretudo aquela ocorrida nos Estados Unidos na década de 1970, nas chamadas *sex wars*. Observa-se rupturas e continuidades entre aquele e este.

2.1 O FEMINISMO DA SEGUNDA ONDA E A LIBERDADE SEXUAL

De maneira a introduzir as discussões do presente tópico, me parece interessante voltar no tempo e dirigir-se ao país cujas transformações sociais contribuíram fortemente para a disseminação de ideais e movimentos de mulheres, movimentos feministas, de diferentes orientações e concepções. Refiro-me aos Estados Unidos da década de 1960, e para discorrer sobre o período anco-ro-me na pesquisa de Adelman (2009). Ainda na década de 1950 é possível identificar, dentro das produções artísticas e culturais, o surgimento de contestações e críticas à sociedade norte-americana aparentemente pacata e ordeira do pós-guerra, do

cidadão americano que buscava trilhar seus caminhos ao estilo *american way of life*, valorizando sua família, seu trabalho, sua propriedade e o consumo. A literatura e o movimento *beat* são um exemplo desse tipo de contestação. Segundo Adelman (2009),

Eles cultivavam a excentricidade, a qual vinha dos seus próprios anseios de liberdade, mas também pelo intuito de, através de provocações, chamarem a atenção para a estreiteza e a escravidão da “vida normal”, isto é, para quem fosse assim capaz de perceber. (ADELMAN, 2009, p. 31)

A maneira como chamavam atenção era diversa: suas roupas, seu estilo de vida considerado rebelde – justamente por fugirem do esperado para um cidadão comum –, suas práticas sexuais, seu vocabulário, o uso de drogas, tudo isso deve ser entendido como uma maneira de contestação da sociedade que viviam, e apontam para o surgimento de uma nova subjetividade naquela sociedade. Os *beats* não foram os únicos a criticar a aparente normalidade da conservadora e nem tão democrática e livre sociedade norte-americana. Ao final da década de 1950, os cidadãos negros daquele país intensificaram a organização e resistência contra as chamadas leis Jim Crow, que promoviam a segregação racial institucionalizada entre brancos e negros a despeito da suposta igualdade entre todos os cidadãos. Foram mobilizações gigantes que ao longo dos anos conseguiram agregar pessoas de diferentes profissões e posições sociais, e não é à toa que Adelman considera que “o primeiro grande movimento social do pós-guerra tenha sido o movimento pelos direitos civis dos negros” (ADELMAN, 2009, p. 33). Esta mobilização viria a contribuir, inclusive, com o surgimento do feminismo da segunda onda, no final da década de 1960, na medida em que “as mulheres que mais tarde articulariam nos EUA¹³ o maior desafio à ordem patriarcal [...] começaram seu processo de conscientização e aprendizagem política *dentro* do movimento pelos direitos civis dos negros.” (ADELMAN, 2009, p. 35, grifos da autora).

Somam-se a esses movimentos e críticas outros que despontavam em todo o globo, sobretudo os anticolonialistas, protagonizados pelos jovens de países europeus e, de libertação nacional, em países africanos que buscavam sua independência. O interessante apontado por Adelman é que devido a um aumento da escolarização da classe trabalhadora nos países de primeiro mundo, como

13 EUA é a sigla para Estados Unidos da América.

também da disseminação dos meios de comunicação, da própria televisão, todos esses movimentos e as juventudes que fortemente os protagonizaram, acabavam por interconectarem-se, realizando uma série de trocas culturais que apontavam para novas formas de viver e enxergar a vida. Ainda, “os acirrados conflitos que os novos comportamentos produziam na interação social entre gerações e grupos demonstravam que o terreno da subjetividade e da sociabilidade estavam se *politizando*.” (ADELMAN, 2009, p. 38, grifos da autora).

Retomar esse passado é importante porque é justamente nesse contexto que surgem os chamados novos movimentos sociais – os quais o próprio feminismo pode ser compreendido enquanto tal, em sua segunda onda –, sendo protagonizados, logicamente, por novos atores sociais, cujas demandas e angústias não estavam envoltas somente às discussões de classe social, e cujos problemas, portanto, exigiam ferramentas distintas para análise e possíveis soluções, que nem sempre poderiam ser encontradas nas formulações mais clássicas, como o próprio marxismo. Além disso, o que se via era uma transformação de ordem subjetiva, novos problemas sociais que passavam a afetar a vida das comunidades. A vida pessoal começava a ser entendida, também, como resultado das relações políticas, exigindo-se assim sua transformação, que perpassa necessariamente sob o prisma cultural, individual, subjetivo e da vida cotidiana.

O movimento da contracultura, que nasce nesse período, é um reflexo direto da ausência de respostas nos movimentos de esquerda mais tradicionais para as perguntas e problemas enunciados pela subjetividade distinta da massa jovem. Os elementos desse movimento aproximam-no muito mais do anarquismo que do marxismo; rejeitam a ética produtivista do capitalismo, mas que também fora compartilhada, de certo modo, pelo socialismo soviético. Segundo Adelman,

A contracultura propunha uma verdadeira “revolução” no cotidiano, que colocava o prazer e a imaginação no lugar da ordem e do progresso do positivismo e da moral e da obediência da ética protestante. Do consumo de drogas ao movimento de “voltar à mãe terra/natureza” e ao estabelecimento de novas formas de vida comunal e familiar, visava-se, é importante frisar, formas mais abertas, pacíficas e “des-hierarquizadas” de viver. (ADELMAN, 2009, p. 45)

Diante de tantas transformações culturais, formas de conceber a política, de criticar comportamentos e padrões hegemonicamente considerados como “corretos” e “naturais” daquela sociedade, como e onde ficaram as mulheres? De que forma

tudo isso afetou suas vidas? Apesar da contracultura ter antecedido o movimento feminista, Adelman aponta para uma relação de contradição entre aquela e as questões de gênero – e aqui já começamos a compreender a natureza da relação tensa entre o feminismo e a sexualidade, que será apontada por outras feministas futuramente e cujos desdobramentos importam sobremaneira para o presente trabalho. Sobre essa contradição,

Por um lado, as novas formas de sociabilidade que [a contracultura] propunha incorporavam mudanças importantes, na medida que forneciam uma crítica ou uma prática diferente da família nuclear convencional (que se baseava nos papéis de gênero relativamente rígidos) e rejeitavam a “moral sexual burguesa”. Por outro, dentro das novas comunidades, as mulheres tendiam a executar funções “domésticas” e, em matéria de sexualidade, gerava-se muitas vezes uma pressão para atender os desejos sexuais dos homens, independentemente dos seus. (ADELMAN, 2009, p. 53)

É claro que as mulheres tiveram um papel fundamental em todos esses movimentos, participavam ativamente dos diferentes protestos e ações de questionamento e crítica da ordem social e política, seja na contracultura, seja na Nova Esquerda – portanto, sua classificação enquanto *minoría* nesses movimentos não faz sentido (ADELMAN, 2009, p. 62). Foi preciso apresentar esse contexto porque é exatamente nele que encontra-se a origem do feminismo da segunda onda. Ao longo de toda a década de 1960 em diante, as diferentes mulheres que compunham tais movimentos começaram a perceber que embora não fossem uma minoria, encontravam-se num lugar de subalternas quando comparadas aos homens, que prevaleciam nas posições de liderança, enquanto a elas eram relegados outros espaços e funções. Assim, é possível entender o surgimento do movimento de libertação das mulheres e da visão feminista do político a partir “de um rompimento com os grupos que compunham a Nova Esquerda” (ADELMAN, 2009, p. 62), de uma contestação dessas contradições.

Dessa forma, nos termos de Adelman, identifica-se uma diferença importante entre a “revolução sexual”, tão almejada e propagada naquele momento, e a revolução feminista. Em diferentes depoimentos de ativistas que participaram daquele momento, e que futuramente viriam a propor e organizar os primeiros grupos autônomos de mulheres, em busca de discutir tais contradições, é possível perceber que “desenvolveu-se, dentro da cultura jovem da época, uma quase obrigação das mulheres estarem sexualmente disponíveis para os homens”

(ADELMAN, 2009, p. 64), o que parece ajudar na explicação sobre o enorme dissenso entre os diferentes movimentos feministas acerca da sexualidade e de diferentes aspectos a ela ligados – os quais serão tratados mais à frente. Liberdade sexual para os homens e a obrigação das mulheres em saciá-los: tem-se aí um ponto importante de tensão e contradição.

Todas essas manifestações propriamente políticas relatadas acima desembocaram em novas questões para a pesquisa acadêmica desenvolvida nas universidades, que acabam por exigir novas formas de enquadrar a realidade social, a partir das diferentes perguntas características das novas preocupações sociais e políticas. A pesquisa de Adelman é bastante rica ao mostrar esses desdobramentos políticos sobre a produção intelectual e acadêmica, sobretudo nas Ciências Humanas e Sociais, e a importância que teve o feminismo na crítica intelectual de alguns cânones destas áreas. À guisa de conclusão, e de forma a resumir esse novo momento, o que ocorreu foi uma passagem fundamental das explicações econômicas para as explicações culturais, estas representadas pelo crescente interesse nas questões de identidade, de subjetividade, das emoções, do cotidiano, já que as primeiras não davam conta de responder de maneira plena e satisfatória as novas questões evocadas por todas as transformações políticas e sociais que estavam ocorrendo.

Assim, pode-se identificar já nos momentos prévios ao surgimento do feminismo da segunda onda, uma relação complexa entre a liberdade sexual preconizada pelos movimentos da contracultura e o lugar das mulheres neste processo. Conforme se verá ao longo deste capítulo, tal questão não será resolvida nas décadas seguintes pelas diferentes vertentes que surgiram contrapondo-se umas às outras, em busca de enquadrar, descrever e explicar as desigualdades de gênero e, sobretudo, as desigualdades sexuais e a relação do gênero com estas últimas. Pelo contrário, será um ponto rico a partir do qual diferentes vertentes feministas adentraram no debate sobre a opressão contra as mulheres.

2.2 A POLÊMICA FEMINISTA EM TORNO DO TRABALHO SEXUALIDADE

Segundo Chapkis (1997, p. 12) o início dos anos 1980 foi marcado por um debate feminista nos Estados Unidos tão inflamado em torno da sexualidade a ponto

de ser chamado de *sex wars* – batalhas do sexo. Tais batalhas foram protagonizadas pelas chamadas Feministas Radicais, de um lado, e pelas Radicais do Sexo, de outro. As primeiras, mais hostis ao sexo, concebiam-no como a fonte da opressão das mulheres. As segundas, em oposição, compreendiam-no como fonte de prazer e poder na vida das mulheres. Ao realizar um trabalho que envolveu inúmeras entrevistas com mulheres de diferentes vertentes e visões sobre o trabalho sexual, Chapkis, porém, alerta sobre a questão: “a realidade é muito mais complexa” (CHAPKIS, 1997, p. 12, tradução minha).

A partir da autora pode-se dizer que existem ainda diferenças dentro de cada um dos grupos no que se refere ao olhar sobre o sexo: para as feministas radicais há aquelas que abrangem certas práticas sexuais como positivas, desde que apresentem uma expressão de reciprocidade e amor. Outras opõem-se a todas as práticas da sexualidade por entendê-las como expressão da dominação masculina sobre as mulheres. Entre as radicais do sexo as interpretações variam um pouco mais, sendo as duas últimas apresentadas pela autora as que mais assemelham-se, talvez, a um olhar sociológico e antropológico acerca do trabalho sexual, o qual pretendo utilizar como horizonte:

aquelas que veem o sexo nem como inerentemente empoderador ou opressivo, mas como um terreno de disputa em que as mulheres precisam se organizar e lutar por direitos; e aquelas que entendem o sexo como uma prática cultural aberta às performances subversivas e ressignificação. (CHAPKIS, 1997, p.12, tradução minha)

Talvez seja interessante refletir sociologicamente sobre a prostituição sem escolher um dos lados pelos quais seguir, mas sim tomando essa polarização já como um dado. A realidade é bem mais complexa, alerta Chapkis, mas como apreendê-la? Existem muitas formas de proceder e certamente os aportes conceituais e teóricos da sociologia nos ajudam nessa tarefa. As reflexões sobre a prostituição acabaram tornando-se o centro a partir do qual muitas explicações e interpretações sobre o sexo ganharam força, sobretudo em sua forma polarizada. A interpretação feminista radical às vezes opera com uma distinção entre um sexo positivo, caracterizado por uma relação de erotismo que envolve amor e liberdade, e um negativo, em que não existe um amor mútuo, nem uma vontade livre, mas sim violência e dominação contra as mulheres, o que está menos ligado ao erótico e mais ao pornográfico (CHAPKIS, 1997, p. 13).

Quando o dinheiro está presente de maneira explícita em uma relação sexual, a autonomia, o amor, a liberdade e a segurança parecem não poder dividir o terreno com o sexo. Assim, a prostituição não seria exatamente sobre sexo, para algumas perspectivas, mas sim um abuso mediado por ele (CHAPKIS, 1997, p. 14). Ao analisar a argumentação das feministas radicais, Chapkis aponta: “O sexo comercial, portanto, pode ser responsabilizado tanto literal quanto simbolicamente pela violência contra as mulheres” (CHAPKIS, 1997, p. 15, tradução minha). Chapkis está se referindo à argumentação de feministas como Kahtleen Barry e Robin Morgan, produzidas durante essas batalhas, mas importa dizer que esta lógica também foi transportada para os feminismos brasileiros, tanto no mesmo período das batalhas, conforme será abordado mais à frente, quanto atualmente – e um exemplo deste último caso pode ser exatamente as discussões ocorridas no âmbito da comunidade discente da UFPR, no período de minha graduação em ciências sociais, justamente o fator que me motivou a investigar o trabalho sexual e realizar a presente pesquisa.

Tal como Chapkis, a já referida Gayle Rubin (2017) também aponta para uma dualidade dentro do movimento feminista quando se toma a sexualidade como ponto de reflexão. É preciso lembrar que ela viveu e participou dessas discussões exatamente no período das batalhas do sexo, assumindo um posicionamento mais pró-sexo, construído não apenas a partir das práticas eróticas e grupos eróticos com as quais filiava-se, como o BDSM¹⁴, mas também a partir dos conhecimentos sobre a sexualidade produzidos através de pesquisas nos campos da história, sociologia e antropologia. A autora classifica a relação entre o feminismo e o sexo como *complexa*, e que aquele sempre mostrou um grande interesse por este: “Como a sexualidade é um nexos das relações entre os gêneros, uma parte importante da opressão sofrida pelas mulheres é sustentada, mediada e constituída pela sexualidade.” (RUBIN, 2017, p. 114). A antropóloga menciona a existência de duas linhas de pensamento feminista sobre a sexualidade:

Uma tendência tem criticado as restrições impostas ao comportamento sexual das mulheres e denunciado os altos custos impostos a elas por serem sexualmente ativas. Essa tradição de pensamento sexual feminista tem defendido uma liberação sexual cujo alcance beneficiaria mulheres e

14 Sigla para práticas sexuais que envolvem a dominação, a submissão e o sadomasoquismo, cujos protagonistas sentem prazer ao assistir, sentirem ou perpetuarem a dor, de maneira consensual, através de diferentes práticas e utilizando-se de diferentes meios e instrumentos.

homens. A segunda tendência tem considerado a liberalização sexual mera extensão do privilégio masculino. Essa tradição ressoa nos discursos conservadores e antissexuais. (RUBIN, 2017, p. 114)

O interessante do artigo de Rubin é evidenciar como os feminismos englobados nesta segunda tendência acabam por alinhar-se ideológica e moralmente a movimentos conservadores de diferentes instâncias da sociedade, criando uma argumentação e retórica que, em vez de libertar mais mulheres de opressões e criticar as injustiças marcadas pelas relações de gênero, acaba, pelo contrário, por contribuir com a estigmatização de indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos da estratificação sexual por ela proposta – como as transexuais, as lésbicas e homossexuais que escapam de papéis de gênero esperados, que possuem vários parceiros sexuais, e também, foco da pesquisa, as prostitutas. Todos esses indivíduos e suas práticas acabam por tornar-se bodes expiatórios de um problema muito maior que é a desigualdade de gênero, cuja natureza e estrutura devem ser encontrados a partir de outras formulações. O movimento anti-pornografia, que ressurgia fortemente no período em que escreveu o texto, acaba por tornar a segunda tendência apontada acima como temporariamente hegemônica nas análises feministas, conforme apontou a autora (RUBIN, 2017, p. 114). A seguinte passagem mostra a importância de análises mais amplas e que levam em consideração diferentes instituições sociais para a análise sobre o mundo do sexo comercial:

Boa parte da literatura feminista atual atribui a opressão da mulher a representações explícitas do sexo, prostituição, educação sexual, sadomasoquismo, homossexualidade masculina e transexualidade. O que aconteceu com a família, a religião, a educação, as práticas de criação dos filhos, os meios de comunicação, o Estado, a psiquiatria, a discriminação no trabalho e a desigualdade salarial? (RUBIN, 2017, p. 116)

De todo modo, considero extremamente pertinente a afirmação da autora de que, a despeito destas diferentes e polarizadas concepções sobre o sexo, a riqueza da discussão indica que o feminismo sempre será uma fonte importante para se refletir sobre a sexualidade (RUBIN, 2017, p. 123). Diante dessa riqueza, obviamente as posições não restringem-se à polarização, e ao mesmo tempo a busca por uma solução de meio termo entre elas não é uma saída viável. Na verdade, um dos aspectos mais interessantes e potentes do feminismo é justamente

essa multiplicidade de vozes e interpretações sobre os diferentes aspectos ligados às relações de gênero e sexualidade. Quem chamou a atenção para este ponto foi a antropóloga Marilyn Strathern, num texto escrito na década de 1980 cujo título aponta para uma relação *incômoda* entre sua disciplina e o feminismo (STRATHERN, 2009). A seguinte passagem do texto sintetiza de maneira bastante interessante essa característica *prodigiosa*, em seus termos, do feminismo, seja no âmbito da militância ou da própria pesquisa acadêmica – levando-se em consideração que uma separação rígida desses dois campos não faz sentido:

Qualquer um que revise a teoria feminista terá também que encaixá-la em suas posições explícitas e autodiferenciadas. Os rótulos têm um sabor político: liberal/radical/socialista-marxista. Os pontos de vista políticos fornecem um modelo para a diferenciação dos pontos de vista feministas, que novamente reproduzem divisões intelectuais latentes no interior da sociedade ocidental em geral. Na verdade, pode-se ver como se houvesse uma multiplicidade impossível de posições teóricas no interior do debate feminista [...] Contudo, é um prodígio do feminismo que as posições sejam mantidas explicitamente umas em relação às outras. Por meio de uma vasta crítica e contracritica interna, as vozes dependem da presença uma das outras. Nem é preciso exemplificar o fato de que o feminismo socialista-marxista se define sempre, ele mesmo, em relação ao feminismo liberal e ao radical, sendo isto constantemente lembrado. Os argumentos nunca são esgotados. Em outras palavras, nenhum dos pontos de vista se auto-reproduzem: a “teoria” feminista é criada dialogicamente, no sentido de que todas as posições no debate constituem sua base. (STRATHERN, 2009, p. 94)

Na medida que este trabalho é fruto de toda essa polifonia de vozes feministas, e a despeito de ancorar-me em certas autoras que realizam críticas a algumas vertentes do movimento, não se trata aqui de buscar uma resolução para os conflitos e as concepções distintas sobre o trabalho sexual, pois esse tipo de ambição empobreceria o texto, nos próprios termos da teoria feminista apontada por Strathern. A crítica aberta e direta e as posições explícitas de cada vertente – não somente sobre qualquer tema debatido, mas principalmente umas às outras – não deve ser vista como algo que pode enfraquecer a luta e o movimento feminista, pelo contrário, é justamente seu ponto forte – em termos de episteme, metodologia, teoria e prática.

2.3 O MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRABALHADORAS SEXUAIS

Foi durante a década de 1970 que as primeiras organizações de trabalhadoras sexuais foram criadas ao redor do mundo, e na década seguinte aconteceram os primeiros congressos mundiais de prostitutas, em Amsterdã e Bruxelas. O Brasil começou a contar com grupos e organizações voltadas às pautas e direitos das mulheres que trabalham com sexo a partir do final da década de 1980, com a criação do Grupo Davida, fundado no Rio de Janeiro pela paulista Gabriela Leite (PISCITELLI, 2013, p. 38). Essas organizações e o trabalho que desenvolviam acabaram por produzir algumas mudanças na própria teoria feminista, inclusive a desenvolvida nas universidades, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Se outrora a prostituta era vista como uma vítima da opressão masculina, objetificada e vendida, os novos olhares feministas sobre a questão passaram a desnaturalizar o sexo e as emoções, de modo que as situações de violência que sofrem essas mulheres, sempre lembradas, passam a ser vistas e interpretadas como resultado não exatamente do trabalho sexual em si, mas das condições em que ele se dá (PISCITELLI, 2013, p. 40).

A relação, quase que de aliança, entre a academia e os grupos das trabalhadoras sexuais pode ser vista a partir da organização e produção conjunta de artigos em periódicos acadêmicos nos anos de 1990 e 1993. O novo olhar feminista trouxe perspectivas que “longe de considerarem as prostitutas vilãs, heroínas ou vítimas percebem-nas como seres dotados de capacidade de agência que exercem um trabalho” (PISCITELLI, 2013, p. 40). Nos Estados Unidos, a emergência do termo *trabalho sexual* estava ligada à tentativa de afastar conotações negativas e estigmatizantes que remetiam à palavra prostituta, numa tentativa de normalizar as ocupações laborais ligadas ao sexo. Tal termo foi criado por uma integrante do grupo COYOTE¹⁵, influente no país na década de 1970 e cujos membros eram mulheres brancas, de classe média e com educação formal. Já nas reflexões produzidas na década de 1990, outras experiências foram englobadas nas análises pelas trabalhadoras do sexo, como as das mulheres de regiões pobres e as imigrantes. Segundo Piscitelli,

Esses artigos chamam atenção para o racismo presente nas estruturas e nos desejos que organizam indústrias locais específicas e para o imperialismo cultural evidente nos discursos internacionais sobre prostituição. Situando-se no marco do pensamento feminista, as autoras

15 Grupo fundado em 1973, por Margo James, cuja sigla são as iniciais para *Call Off Your Old Tires Ethics*.

contestam as abordagens, também feministas e consideradas imperialistas, que percebem as trabalhadoras do sexo como inerentemente vítimas (passivas) da violência sexual. (PISCITELLI, 2013, p. 41)

Dessa forma, não se tratava de dizer que não há violência nem exploração econômica nos setores e modalidades do mercado do sexo, mas sim que suas causas não estavam sendo compreendidas corretamente, sobretudo nas análises que associavam o comércio sexual ao tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2013, p. 41) - a questão do tráfico sexual é bastante importante para Piscitelli na medida em que a antropóloga teve como interlocutoras mulheres brasileiras que migravam para a Europa a partir de diferentes interesses, seja porque conheceram um estrangeiro com quem firmaram um relacionamento, seja em busca de uma vida melhor e por enxergarem no trabalho sexual uma via para este fim, e em algumas situações às vezes eram enquadradas por autoridades como característica do tráfico sexual.

Se nos Estados Unidos, país onde ocorreram as batalhas em torno do sexo, o surgimento do termo trabalho sexual ocorreu para se contrapor às referências negativas evocadas pelo termo prostituição, no Brasil a história foi bem diferente. Conforme já dito acima, a organização da qual fazia parte a trabalhadora responsável por propor o termo era composta por mulheres brancas, classe média e com elevado grau de instrução, que trabalhavam em agências ou de maneira autônoma, enquanto dançarinas eróticas ou massagistas (PISCITELLI, 2013, p. 38). Em um país tão desigual quanto o nosso, marcado e construído pelo racismo e pela desigualdade de classe, o movimento organizado de prostitutas nasce permeado e imerso exatamente por esses marcadores. Apesar de ser comum encontrar textos e ideias, sobretudo partindo da ala feminista radical, tentando deslegitimar a luta e história de Gabriela Leite para organização e defesa das pautas de mulheres que trabalham com o sexo, classificando-a como branca, classe média alta e com Ensino Superior, logo, alguém cuja biografia não condiz com a realidade da maioria das mulheres que vivem desse ofício, ao olhar para sua história vê-se que a realidade é bastante diferente.

Gabriela Leite foi a fundadora do movimento organizado de prostitutas no Brasil. Junto de Lourdes Barreto, percorreram todo o país auxiliando as mulheres de cada região a se organizarem, seja através de ONGs ou associações, em busca do respeito e de uma vida digna para as mulheres que trabalham como prostitutas – ou *putas*, palavra sempre utilizada e defendida por Leite e Barreto. A dignidade poderia

ser conquistada não somente através do acesso das mulheres aos serviços de saúde, a preservativos, aos órgãos de justiça, como também pela valorização da prostituição, retirando-lhe o forte estigma que a reveste, cujos efeitos negativos recaem sobre as mulheres, e concebendo-a como um trabalho.

A primeira vez que a paulistana falou publicamente enquanto prostituta mostra exatamente como a discussão acerca desse trabalho no Brasil e através da pessoa de Gabriela Leite está ligada e imersa às questões de raça e classe, logo, bem distintas de um movimento um tanto elitizado de mulheres brancas e letradas. Trabalhando e morando na Vila Mimosa, antiga Zona do Mangue – espaço histórico ligado ao comércio sexual popular do Rio de Janeiro –, nos conta Gabriela Leite, em sua biografia *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (LEITE, 2009), que o Rio de Janeiro havia acabado de eleger Benedita da Silva como vereadora da cidade, tornando-se a primeira vereadora negra do país, no ano de 1982. Benedita da Silva foi até a Vila Mimosa convidar, pessoalmente, as mulheres que ali trabalhavam para participarem do I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia. Em torno de 500 mulheres estavam participando – havia empregadas domésticas e trabalhadoras rurais – e durante boa parte do evento, Leite permaneceu escutando as falas e histórias que denunciavam as condições precárias em que viviam, resultantes da ausência de políticas públicas.

As mulheres da Vila Mimosa, colegas de Gabriela, levaram para o evento uma faixa com os dizeres “Prostituta também é mulher”, e segundo ela as demais mulheres presentes no evento mantiveram certa distância delas, sendo o único que estava mais à vontade para conversar com elas era o marido de Benedita. Ao final do evento, Ângela Borba¹⁶, feminista com uma trajetória de luta e pesquisa de destaque no país, dirigiu-se até elas perguntando se não queriam falar alguma coisa para todas as presentes. As duas colegas de Gabriela não se sentiram seguras, mas ela, mesmo sem saber o que dizer, e morrendo de medo, foi até a frente. Suas palavras iniciais foram: “Meu nome é Gabriela, sou prostituta da Vila Mimosa”. Em sua biografia ela conta:

Aí, foi um rebu. A prostituta falou. Parece incrível, mas o tabu perdurava mesmo ali, entre mulheres conscientes: prostituta não fala. Falei. Seguindo o modelo das outras mulheres, expliquei como eram as condições da

16 ÂNGELA BORBA. Institucional, Fundo Social ELAS. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/institucional-angela-borba.asp> Acesso em: 3 de junho de 2021.

prostituta na Vila, nossas dificuldades, os problemas que costumávamos enfrentar. Mas não falei muito, fui rápida. (LEITE, 2009, p. 134)

Depois de sua fala Leite foi convidada por Beth Lobo¹⁷, outra referência feminista do país, para participar de um programa de rádio voltado às questões das mulheres, e a partir disso, conta Leite que nunca mais parou de falar e dar entrevistas, sendo o evento com Benedita da Silva e outras lideranças feministas considerado como o início de sua trajetória como ativista da causa das prostitutas.

A partir dessa breve contextualização vê-se que embora nos Estados Unidos o debate feminista em torno do trabalho sexual tenha sido realizado de maneira bastante polarizada, com fortes vozes críticas à prostituição, no Brasil é impossível desassociar o feminismo do nascimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais – embora, conforme se verá ainda nessa sessão, tomando como exemplo a narrativa de Carmem Costa –, a relação entre o movimento feminista e o movimento de trabalhadoras sexuais, à nível local, pode ser caracterizada como uma relação tensa. Ao mesmo tempo, a própria possibilidade de um movimento como esse revela as importantes transformações sociais quanto ao lugar das mulheres em nossa sociedade, trazendo suas pautas, fazendo-as serem ouvidas, evocando os problemas característicos do marcador de gênero, e também sexual, algo impossível de ocorrer nas décadas passadas. Para enriquecer este quadro, vale a pena tratar da relação entre o feminismo e a prostituição no Brasil, a partir de uma leitura antropológica feminista realizada por Piscitelli (2012).

A pesquisadora caracteriza o cenário feminista brasileiro como heterogêneo no que se refere aos posicionamentos sobre a prostituição, com transformações históricas importantes ao longo dos anos. O Brasil dos anos 1970 e 1980, quando da segunda onda feminista, estava enfrentando os anos de chumbo da ditadura civil-militar, período de grande repressão das vozes críticas ao regime e de qualquer grupo com ideais revolucionários, de esquerda e progressistas. Apesar da repressão, é neste momento que diferentes grupos tornam-se a se organizar e reivindicar suas pautas, inclusive o movimento de mulheres, que junto de suas pautas “específicas” aliam-se a todos os outros que colocavam-se contrários à

17 HIRATA, Helena. Elisabeth Souza Lobo (1943-1991). BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 3-5, 1º semestre de 1991. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/bib31_1.pdf. Acesso em: 3 de junho de 2021.

ditadura militar e favoráveis à democracia – o que acabou fazendo da questão da prostituição algo que não estava na primeira pauta de discussão dos movimentos, embora gerasse interesse por parte de alguns nomes do movimento (PISCITELLI, 2012, p. 14).

Gabriela Leite é mencionada no artigo da antropóloga, em que trata de seus primeiros encontros com as feministas brasileiras e aponta para um processo de aumento do conservadorismo, dentro do movimento, ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 em diante, culminando com as concepções que vitimizam as prostitutas e retiram-lhes a possibilidade de existência e de autonomia sobre a própria vida:

De acordo com Gabriela Leite, os primeiros contatos que teve com as feministas, durante a década de 1980, que redundaram em entrevistas para jornais e na realização de filmes, foram positivos. Em seus relatos, o quadro foi alterando-se ao longo do tempo, expressando-se, a partir da década de 1990, ora em aberta rejeição, por parte de feministas que se negavam a ouvir as vozes das prostitutas, ora numa relação ambivalente, em que feministas com importante atuação no cenário nacional afirmavam que a prostituição era uma exploração contra a mulher. Ao mesmo tempo, percebiam posições como as de Gabriela Leite, que afirma que o exercício da prostituição como escolha e como direito, como inquietante, pois era a expressão de um conceito caro ao feminismo: a autonomia. (PISCITELLI, 2012, p. 15)

A partir de uma série de entrevistas com mulheres que participaram desse momento do feminismo no Brasil, segundo sua análise é justamente na década de 1990 que as leituras negativas ou ambivalentes sobre a prostituição começam a prevalecer no feminismo. Segundo Piscitelli, para se compreender isso é necessário levar em consideração o momento pós-ditadura e o estabelecimento da democracia no Brasil, período marcado por uma reconfiguração do feminismo, que passa a se articular com o Estado e fazer-se presente através das ONGs (PISCITELLI, 2012, p. 15). A década de 2000 aponta, também, para um grande diálogo dos movimentos feministas brasileiros com os de outros países, que “se expressaria na criação de novos mecanismos de coordenação e gestão das políticas e na criação de fóruns e redes feministas sob a influência da agenda internacional das mulheres” (PISCITELLI, 2012, p. 16). Nesse contexto, segundo a autora, é que se disseminaria as leituras negativas sobre a prostituição vinculada ao turismo sexual e ao tráfico internacional de pessoas – objeto principal de preocupação da antropóloga.

É justamente no âmbito das discussões sobre o tráfico internacional de pessoas que Piscitelli aponta para a multiplicidade de interpretações sobre o

trabalho sexual no debate feminista, onde prevalecerão abordagens que tendem a considerar o fenômeno como característico da mercantilização dos corpos das mulheres, o que dificulta ou impede a compreensão da prostituição enquanto um trabalho – uma das principais pautas do movimento organizado de profissionais do sexo. A ala abolicionista do feminismo ganha grande destaque nessas discussões. Sobre esta ala,

O abolicionismo contemporâneo mais radical considera a prostituição como violência sexista, que foram parte de um continuum que se inicia na publicidade, inclui espetáculos, o mercado matrimonial, a pornografia e culmina na prostituição. Nessa visão, a articulação entre patriarcado, estratificação social e a vulnerabilidade, resultado de carências afetivas e de violências físicas e sexuais vividas na infância, explica a prostituição das mulheres. Essa versão de abolicionismo nega qualquer forma de prostituição livre. Nesse contexto, nasce outro grande princípio do abolicionismo radical, a negação do direito a prostituir-se tido como contrário aos direitos humanos universais. Nessa linha de pensamento, a prostituição é exploração sexual porque nela se obtém prazer sexual mediante a utilização abusiva da sexualidade de uma pessoa, anulando os seus direitos à dignidade, igualdade, autonomia e bem estar. (PISCITELLI, 2012, p. 21-22)

É possível dizer que no feminismo brasileiro existem diferentes abordagens e posicionamentos, levando-se em consideração depoimentos de lideranças coletados por diferentes pesquisadoras, como também pela própria Piscitelli, mas que a aproximação de certas vertentes com o Estado, sobretudo as que partilham da visão abolicionista, prevaleceu no debate nacional sobre o tráfico de pessoas, apagando essa diversidade de vozes. (PISCITELLI, 2012, p. 27).

Talvez seja pertinente, após essa breve contextualização, tratar, mesmo que brevemente, sobre a organização local de trabalhadoras sexuais da cidade de Curitiba, na figura do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída, e da relação de sua fundadora e atual coordenadora, Carmem Costa, com o feminismo, este último ponto a partir da entrevista realizada com ela. Antes disso, porém, importa apresentar um documento crucial para compreender a concepção dos movimentos organizados de trabalhadoras sexuais sobre sexualidade e sobre a prostituição, a partir da Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP)¹⁸.

Este documento é importante sobretudo porque uma das entrevistadas para esta pesquisa, Margarete, aproximou-se do universo do sexo comercial ainda bastante jovem, aos 15 anos de idade, e sob condições de extrema vulnerabilidade

¹⁸ A Carta de Princípios da RBP está presente no primeiro Anexo desta presente dissertação.

e violência. À luz deste documento, e também da atual legislação brasileira, não é possível classificar esse seu primeiro contato enquanto prostituição, mas, sim, exploração sexual de menores – e conforme se verá nos próximos capítulos, cárcere privado, escravidão por dívidas, e talvez diversos outros crimes. É necessário realizar esta importante diferenciação justamente para não contribuir com uma enorme confusão que se faz presente em diferentes ambientes quando se propõe a debates e reflexões sobre o trabalho sexual.

Por último, vale a pena apresentar a definição de uma vertente feminista que foi responsável por me apresentar, de maneira organizada, uma outra perspectiva sobre o trabalho sexual, aquela chamada de putafeminismo. As já mencionadas Monique Prada, Indianare Siqueira e Amara Moira podem ser consideradas suas representantes. Estas mulheres circulam em diferentes espaços, como a academia, as ruas, a internet, movimentos organizados de trabalhadoras sexuais, e dialogam com diferentes instituições apresentando suas reivindicações e visões em relação à prostituição, do trabalho sexual. É Monique Prada quem sintetizou uma definição do putafeminismo em um livro potente, cuja apresentação foi escrita por Adriana Piscitelli – o que demonstra um importante diálogo travado entre as pesquisadoras e as putas feministas, putas intelectuais, putas escritoras, tal como a autora do livro – e que vale a pena ser reproduzida. Segundo ela,

Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonharmos dele. Mas o putafeminismo também pode ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela. (PRADA, 2018, p. 37)

Certamente este trabalho teria tomado outros rumos, ou sequer teria sido possível, caso não tivesse tomado contato com as ideias, textos e entrevistas desta autora, ainda no período da graduação através das redes sociais e outras plataformas *online*. Aliás, só tomei conhecimento sobre um importante evento organizado pelo Grupo Liberdade, descrito brevemente abaixo, graças a ela, que compartilhou informações sobre ele em suas redes sociais, que eu acompanhava e ainda acompanho. Importa mencionar que, diferentemente do ambiente discente da UFPR, ao menos entre os docentes as vozes das profissionais do sexo eram

respeitadas e buscavam ser ouvidas, já que Monique Prada esteve presente na UFPR, em setembro de 2017, em evento organizado pelo Laboratório de Investigação de Corpo, Gênero e Subjetividades na Educação (LABIN), em parceria com a Marcha das Vadias de Curitiba¹⁹. Foi outro momento interessante de aprendizado no âmbito da universidade.

2.4 O GRUPO LIBERDADE COMO EXEMPLO LOCAL DO MOVIMENTO ORGANIZADO DE TRABALHADORAS SEXUAIS

Embora o grosso da apresentação e análise do material coletado nesta pesquisa esteja concentrado no terceiro e quarto capítulo, acredito ser pertinente tratar neste capítulo sobre uma das questões que abordei com as três mulheres que entrevistei, que está diretamente ligada ao contexto apresentado acima sobre o feminismo e o trabalho sexual. Uma de minhas entrevistadas, Carmem Costa, foi a fundadora e é a atual coordenadora do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída, ONG curitibana que nasceu em 1994 e que desde então vem atuando em prol das trabalhadoras do sexo da cidade de Curitiba através de diferentes ações. Ao analisar a narrativa de Carmem e sua resposta diante da pergunta sobre o feminismo, poder-se-ia dizer que a sua relação com o movimento é tensa, embora, considerando o contexto apresentado acima, talvez seja impossível separar os dois movimentos e muito menos colocá-los totalmente em oposição.

Embora sua coordenadora não se considere feminista, o Grupo Liberdade - que em seu próprio nome completo já traz a palavra Mulher - surge exatamente no período apontado por Piscitelli caracterizado pela consolidação de diferentes ONGs que surgiram para representar as pautas do conjunto heterogêneo de mulheres organizadas. Para compreender a concepção sobre o feminismo que Carmem apresenta é necessário considerar os conflitos feministas brasileiros ligados à prostituição, sobretudo as explicações e propostas abolicionistas sobre a questão, e a visão vitimista que elas possuem sobre as trabalhadoras sexuais, descritos acima. De acordo com sua narrativa sobre o feminismo, talvez seja possível afirmar que a vertente abolicionista é a única a partir da qual Carmem tomou conhecimento sobre o movimento, na medida em que ela afirma que as feministas não gostam das

¹⁹ Mais informações em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/eventos/labin-promove-debate-sobre-feminismo-e-ativismo-das-prostitutas-27-de-setembro/>. Acesso em: 1 de junho de 2021.

prostitutas, que não as aceitam: “A gente vê pelas caras e bocas a insatisfação das feministas quando nós falamos que somos prostitutas”, referindo-se a eventos ou congressos de que já participou. Na medida em que, segundo Gabriela Leite, com o passar dos anos a sociedade brasileira foi tornando-se mais conservadora, incluindo o feminismo, e pensando que o início da vida militante de Carmem inicia-se em 1994, talvez seja possível explicar sua relação com o feminismo a partir desses aspectos.

Apesar dela não se reconhecer enquanto feminista, dizer não fazer parte da rede feminista, e mobilizar uma diferenciação entre ela e “as feministas”, em um determinado trecho da entrevista é possível perceber que a preocupação e o esforço militante de Carmem é para com a causa das mulheres – sejam elas profissionais do sexo ou não –, e de como o desafio da militância no trabalho sexual acabar por englobar a figura da mulher como um todo, e não apenas os aspectos ligados ao trabalho propriamente dito. O trecho abaixo é de um momento anterior à pergunta sobre o feminismo:

Só que brigar, eu brigo, seja pela mulher que se prostitui, ou pela mulher que é professora... Bastou ser mulher. [...] Porque interessante, a gente (Grupo Liberdade) começou a trabalhar só mulheres, né, profissionais do sexo. De repente a gente viu que não adianta só trabalhar *a mulher*. A gente tem que trabalhar *a família* dessas mulheres. Sabe? A família. Porque a mulher é *uma* pessoa. Chega lá na casa dela, a vida que ela vive lá, é *outra*. Às vezes ela ajuda todo mundo e ainda é chamada de vagabunda e de puta. Então a gente começa trabalhando as questões desde aquela mulher, até a gente poder entender *junto* com a família. Sabe? Então é bem, bem difícil mesmo, sabe? E eu acho assim, que hoje nós não trabalhamos só com profissionais do sexo, sabe? A gente trabalha com a *mulher em si*. A gente fala que é profissional do sexo mas a gente trabalha com a mulher *num todo*! (Os trechos em itálico representam a ênfase da entrevistada)

Vê-se que as preocupações da coordenadora do Grupo Liberdade englobam os problemas ligados à vida das mulheres, seja no ambiente de trabalho ou no ambiente familiar. Ou seja, são preocupações eminentemente feministas, a despeito dela não considerar-se como tal. Ao mesmo tempo, o trecho revela a complexidade de se atuar no resgate da dignidade e cidadania das mulheres que trabalham com o sexo, cujas ações demandam pensar os sujeitos desse trabalho em sua totalidade, o que vai ao encontro do que é apontado por Laura Murray, Gabriela Leite e Flávio Lenz no artigo sobre as formas de controle do HIV nos contextos de prostituição (MURRAY; LEITE; LENZ, 2015). Segundo eles, faz-se necessário considerar os

fatores socioculturais externos aos ambientes de trabalho das mulheres como importantes no combate ao vírus, inclusive as redes de relações afetivas, “com a visão de que a prostituta precisa ser considerada uma mulher autônoma, capaz de fazer escolhas para cuidar de sua saúde” (MURRAY; LEITE; LENZ, 2015, p. 20), e ainda “estratégias de gestão de risco precisam ser direcionadas para o ambiente fora do trabalho para promover autonomia nas relações íntimas e sociais de prostitutas” (MURRAY; LEITE; LENZ, 2015, p. 20).

Devo destacar e relembrar que a presente pesquisa conta como material empírico e principal somente a narrativa das três entrevistadas, de modo que é impossível afirmar que as ações que o Grupo Liberdade realizou desde a sua criação, bem como aquelas que ainda realiza, estejam em consonância com o que é preconizado pelos autores acima mencionados. Mesmo assim, é possível dizer pela narrativa de Carmem que o que ela enxerga como preocupação e o desafio maior é justamente a consideração da mulher como um todo, e dos problemas que advêm das próprias relações familiares - situações classificadas como *bem difíceis* pela própria coordenadora.

Ainda, para melhor compreensão da relação de Carmem com o feminismo, importa dizer que certos valores que entende e considera como fundamentais, como a vida, aliado à associação que ela mobiliza entre o feminismo e a luta pela legalização do aborto, fazem com que ela não se sinta confortável em considerar-se enquanto tal. Em suas palavras, “eu não posso me deixar influenciar por uma coisa que eu não acredito. E eu não acredito que você acha que o aborto deve ser liberado, e eu por ser feminista tenha que concordar com isso!”. Contudo, é preciso analisar de maneira adequada sua narrativa. Em primeiro lugar, ela destaca que trata-se de uma visão sua, particular. Em segundo lugar, é possível dizer que uma parte do seu posicionamento pode ser explicada, também, como uma forma de responder e mitigar os estigmas associados às profissionais do sexo, que para muitas pessoas são mulheres que realizam um número muito alto de interrupção de gravidez, algo que não condiz com a realidade, segundo a experiência que possui:

Normalmente ela (a profissional do sexo) não faz aborto. Se ela tiver 10 filhos, ela vai trabalhar pra sustentar aqueles 10 filhos! Nós temos uma porcentagem muito baixa de mulheres que fazem aborto, na prostituição. *Eu, Carmem, não gosto [...] Agora, se a menina falar: “Fiz um aborto.” Isso é com ela.*

Outro aspecto evocado por ela ao abordar o feminismo e o motivo pelo qual não faz parte da rede feminista diz respeito à maneira como enxerga a relação das mulheres feministas para com os homens. O trecho abaixo serve, também, para refletirmos sobre quais feminismos estão fazendo-se ouvir, ou podendo fazer-se presente, entre os diferentes espaços da nossa sociedade, inclusive nas praças, ruas, esquinas, boates, e demais ambientes onde trabalham as profissionais do sexo. Na narrativa de Carmem,

Pra você ser feminista, não precisa você ficar falando mal dos homens. Porque se você quer ter direito e igualdade não é atacando os homens que você vai ter direito à igualdade, você entendeu? Ela fala, fala, fala do homem, mas ela tá dormindo com quem? Quem satisfaz os prazeres carnaís dela? Não é um homem? Não é mais fácil dialogar com o homem e fazer a cabeça dele mudar, do que ficar falando mal do homem?

Além do apreço pelo diálogo, é interessante notar como é semelhante a postura dessas mulheres das quais fala Carmem com as posturas que presenciei e vivenciei ao longo da graduação, de algumas colegas feministas – que embora talvez representassem uma minoria em termos numéricos, eram as que mais faziam-se ouvir. Elas frequentemente mobilizavam uma dualidade entre homens e mulheres, em que os primeiros representavam e encarnavam, quase que naturalmente, a violência, a desigualdade, o patriarcado e o machismo, enquanto as segundas encontravam-se no outro polo, o de vítimas, coitadas e abusadas. Diante disso, além dos primeiros terem de se afastar do movimento, aqueles que ousavam criticar esta concepção ou qualquer outra do movimento teriam de pagar com um alto preço. Certamente esta não é, nem de longe, a única postura presente nos movimentos feministas, embora, infelizmente, talvez tenha sido aquela que Carmem mais ouviu e presenciou. Para finalizar, conforme se verá na seção em que discuto sobre os aprendizados positivos adquiridos através do trabalho sexual, tanto Carmem como as outras duas entrevistadas dizem ter aprendido muito com os diferentes clientes que tiveram ao longo de sua trajetória como profissionais do sexo, e com alguns deles mantêm, ainda hoje, relações de amizade – o que provavelmente explica o incômodo com as generalizações sobre os homens apontado por Carmem. Este é outro aspecto útil para compreender sua narrativa e entendimento sobre o feminismo.

No que se refere à relação das outras duas entrevistadas com o feminismo, Margarete – que conforme se verá mais à frente também possui uma trajetória marcada pela relação com movimentos sociais, tendo criado uma ONG voltada às pessoas vivendo com HIV em Rio Grande, RS - apresenta uma outra concepção do movimento. Diante da pergunta sobre o que é o feminismo, como se aproximou ou não, o que vem à cabeça quando pensa sobre, a resposta de Margarete foi a seguinte:

Eu me aproximei do feminismo quando eu abri a ONG, e eu descobri que tinha os conselhos, Conselho da Mulher, Frente Feminista. E o que eu descobri, que o feminismo é um lugar de empoderamento, que traz conhecimento, troca de experiências de mulheres. Como eu fui uma mulher que já sofreu violência sexual, abuso sexual, né, não só a sexual mas também a psicológica, o movimento de mulheres, o feminismo, nos traz esse empoderamento. Que nós somos mulheres, nós temos direitos, e nós não podemos baixar a nossa cabeça. Nem pra sociedade nem pro homem machista, né? Que hoje nós temos direitos iguais, que nós temos luta. O feminismo busca lutas de direitos iguais, por igualdade, equidade, né? Em tudo. Por salários iguais, por profissões iguais, né? Isso que o movimento feminista me fez eu ver.

A partir de sua resposta percebe-se que sua aproximação com o feminismo deu-se no momento em que já estava atuando enquanto ativista dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, ou seja, posteriormente à sua trajetória enquanto trabalhadora sexual – e isso ficará melhor explicado nos próximos capítulos. A imagem que possui é bastante distinta da de Carmem, na medida em que atribui ao movimento a possibilidade de enxergar a importância das lutas por equidade em diferentes âmbitos, seja no aspecto das profissões e remunerações, mas também na luta contra a violência contra as mulheres. Aliás, por já ter passado por diferentes situações de violências – as quais também serão apresentadas mais à frente – pôde se identificar com as pautas e reivindicações feministas. Por fim, resta falar sobre a relação de Gabriela com o movimento. A jovem mulher de 25 anos, diante da pergunta sobre o que é feminismo e o que vinha à sua cabeça quando pensava sobre, deu uma resposta curta:

Olha, não sei te dizer muito bem o que é o feminismo. Porque eu não entendo muito disso. Já ouvi falar bastante, já vi bastante coisas nas redes sociais sobre, mas... Eu não sei te dizer o que eu acho sobre isso, por não conhecer mesmo da área, sabe?

Vê-se que as redes sociais apresentam-se como um lócus importante onde o assunto é evocado, tal como o foram para mim. Gabriela não arriscou trazer mais detalhes, aparentemente por não sentir que possui “conhecimento de causa” ou talvez uma ideia melhor formulada sobre o assunto. Talvez seja possível concluir que ela não se deparou nem com as perspectivas mais favoráveis às trabalhadoras do sexo, nem com as mais negativas sobre o sexo comercial, já que não trouxe esses elementos à tona. Conforme se verá, Gabriela não tem aproximações com quaisquer outros movimentos sociais, seja o de trabalhadoras sexuais, de pessoas vivendo com HIV, ou mesmo o feminismo – embora tenha mostrado interesse em conhecer o movimento de profissionais do sexo, manifestado ao final da entrevista. Já Carmem e Margarete, embora tenham perspectivas distintas sobre o feminismo, depararam-se com algumas de suas vertentes ao longo dos caminhos que trilharam no ativismo. Percebe-se uma diferença etária e também de ordem militante que influencia na aproximação com o movimento.

De modo a encerrar o presente capítulo, apresento um exemplo de ação realizada pelo Grupo Liberdade a partir do qual é possível enxergar a complexidade dos desafios ligados à prostituição, como também sua relação com o feminismo - ou ao menos com as questões de gênero. Outras ações do Grupo serão mencionadas no quarto capítulo, sobretudo aquelas ligadas ao HIV, e principalmente a relação de Carmem com a militância. Trata-se de um evento ocorrido em 2017, promovido e organizado pelo Grupo Liberdade, sendo o primeiro momento que tive contato com o grupo e que conheci Carmem Costa, quando ainda não havia concluído a graduação.

O XIV Seminário sobre Prostituição, Direitos Humanos e Prevenção às IST²⁰/ HIV/AIDS²¹ ocorreu na cidade de Curitiba, no Hotel Paraná Nacional, localizado em frente à Praça Eufrásio Correia, região central da cidade. Foram três dias de atividades, entre 10 e 12 de dezembro de 2017, reunindo diversas pessoas em busca de falar, ouvir e refletir sobre diferentes temas ligados ao trabalho sexual. Esse momento foi de extrema importância para mim, uma vez que até então conhecia basicamente apenas uma parte das discussões sobre trabalho sexual, aquela que ocorria nas redes sociais ou entre as e os discentes do curso de ciências sociais, onde prevalecia as abordagens vitimistas sobre as profissionais do sexo, as

20 IST é a sigla para Infecções Sexualmente Transmissíveis.

21 A programação deste Seminário está presente no segundo Anexo, ao final da presente dissertação.

quais eram, também, confrontadas por ativistas, escritoras e intelectuais que se vinculam ao que podemos chamar de putafeminismo, como Monique Prada, Indianere Siqueira e Amara Moira – que em algum momento de suas vidas, ou ainda hoje, atuaram enquanto prostitutas. Durante o Seminário pude perceber como diferentes atores sociais estavam envolvidos, na prática, com a prostituição.

Conforme consta na programação do evento, a primeira atividade, no dia 10, ocorreu no período da tarde sob o título “Oficina De Fortalecimento das ONGs da Região Sul”, que contou com a fala de Monica Soares Siqueira, doutora em Antropologia pela UFSC e tesoureira da ONG Estrela Guia, uma Associação em prol da cidadania e direitos sexuais. Ao final do dia, uma apresentação cultural encerrou os trabalhos. O dia seguinte foi cheio de atividades desde a manhã até o período da noite. Houve mesas sobre prevenção combinada, a questão da regulamentação da prostituição, o uso de drogas, a exploração sexual infantil, saúde da população transgênera e sobre o HIV/AIDS. Os condutores das mesas eram pessoas ligadas ao Ministério da Saúde, outras ONGs da cidade – como a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e a coordenadora do Grupo Fênix, que atua com crianças vítimas de abuso sexual – e também advogados, doutores e mestres em Direito, História e Serviço Social.

Foi na mesa de abertura que foi possível visualizar mais atores sociais englobados com a discussão. Participaram dessa mesa representantes do Ministério Público do Paraná, do Ministério da Saúde, da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho do Paraná, da Coordenação do Núcleo da cidadania e direitos da Defensoria Pública do Paraná, das coordenações estadual e municipal de IST/HIV/AIDS, professoras da Universidade Federal do Paraná e, é claro, Carmem Costa, representando o Grupo Liberdade. Isso demonstra como diferentes instituições sociais e seus representantes ligados às discussões do trabalho sexual, são chamados para falar sobre como sua atuação e existência pode contribuir com a garantia dos direitos humanos e fundamentais das pessoas que vivem do sexo comercial.

Ainda, percebe-se que temas difíceis como o tráfico de pessoas e o abuso sexual infantil não são ignorados pelo movimento de trabalhadoras do sexo, pelo contrário: são encarados de frente, são esclarecidos a partir de especialistas, o que

é bastante necessário, já que não é nada incomum a associação direta da prostituição a essas temáticas - quase como se fossem sinônimos -, o que contribui diretamente não apenas para estigmatizar mais ainda o trabalho sexual, mas principalmente para dificultar que tais violências possam, de fato, ser compreendidas adequadamente e eliminadas da nossa sociedade, tarefa esta também abraçada pelo Grupo Liberdade, a julgar pela variedade temática de discussões do evento. As mesas do último dia do evento foram sobre a violência contra a mulher, violência de gênero e sobre tráfico de seres humanos, o que demonstra que as questões de gênero - e conseqüentemente as questões feministas - tiveram espaço e importância entre as discussões.

À guisa de conclusão, o que se vê é que a despeito de Carmem não se identificar com o feminismo, seu trabalho e o trabalho da ONG está diretamente ligado aos temas do movimento de mulheres, é fruto deste, de modo que é impossível, além de desnecessário, realizar uma oposição do movimento organizado de prostitutas com o feminismo. Existem, sim, relações de conflito, que são históricas tanto internacional quanto nacionalmente, e no caso de Carmem ainda é necessário considerar outros fatores, ligados à moral, para explicar sua relação com o tema. De qualquer forma, mais do que criar uma oposição entre “prostitutas” e “feministas”, o importante é perceber as diferentes relações dos dois movimentos, que construíram-se mutuamente, através, sim, de críticas e embates, mas com propósitos semelhantes: o da luta pela dignidade das mulheres e pelo fim das violências e desigualdades de gênero.

3 O INÍCIO DA VIDA, A APROXIMAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO E ALGUMAS PREFERÊNCIAS ENTRE AS MODALIDADES DE TRABALHO

Este capítulo é reservado para apresentar e analisar quatro tópicos elencados a partir das perguntas às entrevistadas, no que diz respeito: 1) à maneira como cada uma delas narrou sua infância e adolescência; 2) à maneira como se aproximaram do trabalho sexual; 3) à preferência de cada uma delas pela modalidade de trabalho em que mais atuaram ao longo de sua trajetória no universo do sexo comercial, apontando as características de um bom lugar para trabalhar, e um lugar ruim, aos seus olhos; e 4) à maneira como ocorre a negociação de um programa com um cliente, bem como as características apresentadas para descrever um bom cliente, ideal, e um cliente ruim.

3.1 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.1.1 Infância e relações familiares

Uma das primeiras perguntas que fiz às entrevistadas diz respeito ao período da infância. As memórias e as narrativas estão marcadas por certos acontecimentos significativos na vida de cada uma delas, e logo de início é possível estabelecer diferenças e semelhanças nas trajetórias. Começo apresentando a infância de Carmem Costa, que diante da minha pergunta devolveu-me outra: “A minha infância, Alexandre, você tá querendo fazer eu chorar, já de início, né?”.

Nascida e criada em Curitiba, a mais velha de minhas entrevistadas passou seus primeiros anos de vida residindo no bairro Capão Raso e estudando em um colégio público no bairro Novo Mundo, onde concluiu o Ensino Fundamental e Médio. Caçula de três irmãs, Carmem relata que seus pais, embora humildes, sempre trabalharam e se esforçaram ao máximo para garantir uma vida digna para ela e suas irmãs, de forma que as filhas sempre puderam desfrutar de algum presente e bolo de aniversário nas datas comemorativas, além de roupas novas para passear. Conhecia todos os vizinhos do bairro, com quem até os dias de hoje diz possuir algum vínculo, e lembra de situações características de uma Curitiba dos anos 1960 – como quando ia a pé buscar leite na casa de uma senhora na Avenida

República Argentina, das brincadeiras aos domingos nas praças e árvores com as tantas crianças da redondeza, com muita risada e sem brigas – mesmo que houvesse um único balanço para todos: “A gente era feliz, sabe?”, resume Carmem.

É também falando sobre a infância que pode-se perceber a importância atribuída por Carmem à família, na medida em que relata que foi através desta instituição, nas figuras de seu pai e de sua mãe, que aprendera valores como a honestidade, o companheirismo e a amizade, a ser uma pessoa do bem e a andar sempre no bom caminho. De família cristã, seus pais não deixaram de ensiná-la, também, sobre Deus. O pai foi uma grande referência e base para Carmem ao longo de toda sua vida, um “companheiro”, em suas palavras, para as horas boas e ruins, cuja preocupação era a felicidade das filhas em primeiro lugar, haja o que houvesse. Já a mãe possuía uma postura de condescendência diante do pai, sempre acatando o que ele falava, segundo conta Carmem. Ela diz: “A família é a base de tudo. E eu tive uma família – tenho até hoje, né – que eles estão comigo para o que der e vier. Independente de profissão, de religião, de cor, de credo, de doença, nada. A gente sempre tá juntos e unidos”.

A figura paterna possui grande importância para ela, que conta logo no início de nossa conversa sobre a postura e reação do pai quando da revelação de que havia começado a trabalhar como prostituta. Ele não somente não desprezou a filha²², como também auxiliou-a diversas vezes em sua trajetória como prostituta, como quando levava coisas para ela nos pontos de prostituição para que ela não passasse necessidades, ou quando tirava-lhe da já extinta Delegacia de Costumes²³ após as inúmeras batidas policiais que sofrera. Nem os comentários maldosos e depreciativos em relação à filha abalavam seu sentimento para com ela, fruto de orgulho, e não de vergonha, conforme contou Carmem:

Porque quando as pessoas me viam nas praças, falavam (para o pai): “Olha, eu vi tua filha, vi a Carmem em tal lugar!” (O pai responde, como que desprezioso:) “Ah, é? Ela trabalha de prostituta lá na praça!”. Ele nunca se envergonhou por esse trabalho que eu exercia, ele sempre teve orgulho da filha que ele teve, sabe? Eu tenho certeza que ele sempre amou, sem preconceito, sem discriminação, sem questionar muita coisa, sabe? Pra ele

22 Posteriormente Carmem vai revelar que a mãe chorou bastante quando ela contou que havia se tornado uma prostituta, mas que com o passar do tempo as coisas se acalmaram, de modo que Carmem nunca sentiu preconceitos por parte de sua família por trabalhar nas ruas como prostituta.

23 A história da Delegacia de Costumes e seu funcionamento na capital paranaense será apresentada mais à frente, no quarto capítulo da presente dissertação.

o importante era que eu estivesse bem e feliz, era isso que importava para o meu pai, sabe?”

Assim, quando Carmem perguntou-me se eu queria fazê-la chorar logo nos primeiros minutos das entrevistas, era porque tinha lembranças boas e prazerosas o suficiente desse período ao ponto de emocioná-la – situação bastante distinta das outras duas entrevistadas, conforme se verá.

Na medida em que deixei minhas entrevistadas discorrerem livremente a partir das minhas perguntas, algumas informações mais específicas sobre seus núcleos familiares não foram possíveis de serem obtidas²⁴. De qualquer forma, o importante é justamente refletir sobre quais elementos cada uma trouxe na hora de se referir à infância, e foi logo nos primeiros minutos de entrevista que Margarete me relatou diferentes situações de violência sexual que teve de enfrentar em seus primeiros anos de vida. Natural de Capinzal, município no Oeste Catarinense, Margarete, que é dez anos mais nova que Carmem, conta que foi abandonada pela mãe e criada pelos avós maternos nesta mesma cidade, que em suas palavras foram seu pai e mãe. Junto deles morava também seu padrinho, autor do primeiro abuso sexual que sofreu, aos sete anos de idade. Estamos na década de 1970.

Margarete conta que quando tinha oito anos acabou se mudando para o Rio de Janeiro, para morar com uma de suas tias, uma vez que sua avó havia trazido seus outros netos para morar junto dela e a casa acabou ficando apertada demais para tantas pessoas. A ideia era estudar no Rio e ajudar a tia a cuidar dos primos, mas quando chegou percebeu que a realidade seria outra: “Eu fiquei sendo mais uma empregada pra ela, né?”. Este seria seu primeiro de muitos outros deslocamentos ao longo da vida. Para piorar as coisas, o tio, marido de sua tia, passou a abusar sexualmente de Margarete, e ela não demorou para descobrir que seus primos, filhos da tia, também eram violentados pelo mesmo homem. Foram mais ou menos dois anos vivendo no Rio de Janeiro sem frequentar a escola e fazendo atividades domésticas para a tia, e ela só se desvencilhou da situação quando conseguiu ligar para seu avô e contar sobre os abusos, e este viajou até o Rio para trazê-la novamente para Santa Catarina.

24 Algo que não atrapalha diretamente a pesquisa – uma vez que foi possível analisar as trajetórias de vida das entrevistadas a partir das informações obtidas durante a entrevista –, e que podemos considerar como uma limitação do próprio método qualitativo empregado para a entrevista semiestruturada.

Nestes primeiros minutos de entrevista nós sequer havíamos começado a tratar sobre o trabalho sexual, mas interessa notar como Margarete teve de se defrontar com o significado da palavra *puta* logo quando criança. Referindo-se ao caso do abuso sexual, e após eu perguntar-lhe se era esse o aspecto que se lembrava sobre a infância, ela me responde:

É... O que eu me lembro que me deixa muito triste foi que naquele tempo você falava, se você falasse isso (dos abusos) você era a *puta*, você era a *vagabunda*. Eu lembro quando eu contei do meu tio, no Rio, e que eu cheguei em Santa Catarina, nossa, *como eu fui julgada!* E minha avó, uma baiana arretada, não acreditava em mim. Meu avô acreditou em mim. Foi a única pessoa que acreditou em mim, foi ele.

Depois de retornar à Santa Catarina, Margarete continuou morando com seus avós até os 14 anos de idade, quando seu tio encontrou sua mãe e Margarete foi levada para morar com ela. O restante de sua história será abordada na sessão da adolescência, portanto resta tratar do período de infância da mais jovem entrevistada, Gabriela. Como se verá, sua narrativa sobre o período assemelha-se com a de Margarete, a despeito da considerável distância temporal e espacial que separa ambas.

Tal como Carmem, diante da pergunta sobre a infância Gabriela devolveu-me outra: “*Tudo, assim? As coisas boas?*”. Respondi que era para ela falar aquilo que vinha na sua cabeça. E foi assim que ela me relatou os casos de abuso sexual que sofreu em sua infância – os quais faz questão de classificar como *estupro* –, dos oito aos treze anos de idade, por parte daquele que na época era seu padrasto. Violência diária, ininterrupta e com hora marcada: sempre pela manhã. “Toda vez que fala ‘infância’ é isso que eu consigo lembrar”.

Estudando em um colégio público no bairro Tatuquara, região sul de Curitiba, Gabriela relatou-me que chorava todos os dias no horário de intervalo da escola, e às vezes durante as aulas, sem ninguém nunca questioná-la sobre, sem ninguém entendê-la. Até que um dia não conseguiu mais guardar o sofrimento para si, e contou, no recreio, para um de seus colegas, com quem tinha um pequeno namoro, após ele questionar o porquê dela estar sempre triste e chorando. Pediu-lhe, contudo, que não contasse a mais ninguém, ao que ele consentiu. No retorno para a sala de aula, porém, a pedagoga chamou-a para uma conversa e ambas foram até a sala da diretora. Lá, a diretora lhe disse que pertencia ao Conselho Tutelar e que o

aluno havia lhe contado o que estava se passando com Gabriela, e pediu para que ela explicasse a situação. Assim, somente após cinco anos sofrendo diariamente nas mãos do seu padrasto é que Gabriela conseguiu contar, pela primeira vez, os casos de estupro, em meio às lágrimas. No mesmo dia, ela e a diretora foram ao Conselho Tutelar para que seu depoimento pudesse ser colhido, e de lá ligaram para sua mãe, que foi até o local junto de seu padrasto, este permaneceu no carro esperando ambas. Conforme sua narrativa:

Aí na hora que ela entrou, ela falou que era mentira. Daí ela olhou assim pra mim e falou: “Não, ela tá inventando, ela tá fazendo isso pra chamar atenção”. Tipo, aquilo *acabou* comigo, assim, sabe? Daí a mulher ainda parou de escrever e ficou olhando pra cara dela, tipo: “Pô, como é que você não tá acreditando na tua própria filha?!” [...] Daí a gente saiu do Conselho, eu entrei dentro do carro e ele ainda falou assim pra mim: “Que que essa vagabunda fez agora dessa vez?” - porque eu aprontava muito na escola, né? E foi isso, daí a gente foi embora, foi pra casa, né, e ela não acreditou em mim.

Em casa Gabriela foi direto para seu quarto e a mãe foi conversar com sua irmã mais velha, contar do ocorrido. Foi aí que a primogênita começou a chorar e relatou para a mãe que também era vítima dos abusos do padrasto. Somente a partir desta informação é que a mãe acreditou nas palavras de Gabriela, filha do meio. Diante da situação a mãe telefonou para o tio, as mulheres arrumaram suas coisas e foram embora – já que a casa onde moravam pertencia ao padrasto, o autor dos abusos. Tais foram as informações obtidas através das narrativas das entrevistadas sobre o período da infância, e aqui cabe a realização de alguns pontos de análise.

Ao relembrar e narrar sua infância, Carmem traz aspectos bastante positivos e agradáveis, acentua os valores transmitidos pelos pais a ela e às irmãs, o clima de uma vida tranquila, cita aniversários que comemorava, brincadeiras com as crianças da vizinhança, e a importância que teve seu pai em sua vida – tanto na infância como quando passou a se prostituir nas ruas de Curitiba – bem como do papel da família em sua formação enquanto pessoa.

Já a configuração familiar de Margarete é bastante distinta, bem como as lembranças que tem da infância: abandonada pela mãe, criada pelos avós, e aos 14 anos, quando foi morar com a mãe, já havia pertencido a três núcleos familiares distintos e em todos eles sofreu abusos sexuais por parte de algum parente homem.

Conforme se verá, o reencontro com a mãe não foi nada agradável, ao ponto de ser bastante curto e exigir de Margarete, mais uma vez, o desvencilhamento com os frágeis laços familiares que não pareciam vingar. Parou de estudar muito cedo, tendo interrompido os estudos após sua ida ao Rio de Janeiro.

Por sua vez, Gabriela não menciona brincadeiras ou diversões, nem momentos alegres em família: os estupros dominam suas lembranças e a reação de negação desta realidade, por parte de sua mãe, contribui para piorar, ainda mais, este período de sua vida, na medida em que percebe-se sua frustração por não ter podido contar com o auxílio da figura materna, em quem depositava esperanças para desvencilhar-se do padrasto ou, ao menos, acreditar em seu relato. Conforme se verá mais à frente, a relação de Gabriela com sua mãe somente piorou com o passar dos anos, e pode-se dizer que isso ainda é um motivo de sofrimento para ela.

A diferença entre Gabriela para Margarete é o papel da escola em suas infâncias: foi a partir desta instituição que Gabriela conseguiu, mesmo que a contragosto, contar pela primeira vez sobre os abusos que sofria em sua casa, os quais os sujeitos da instituição escolar não poderiam se eximir de lidar, acionando os canais legais de proteção às crianças e adolescentes criados a partir Constituição de 1988 e da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990. Vê-se aqui como um fator macro social teve influência no desfecho dos casos de abuso sexual de Gabriela, cuja infância foi vivida na década de 2000, diferente da infância vivida por Margarete, na década de 1970. Por mais que a mãe de Gabriela tenha duvidado, num primeiro momento, de seu relato – motivo de indignação tanto para ela quanto por Margarete, cujo único defensor no caso abuso sofrido no Rio de Janeiro fora seu avô –, e por mais que ela tenha abandonado a escola após esse período, esta teve papel fundamental no desfecho dos abusos que sofria.

A partir dos três relatos destaca-se a heterogeneidade das narrativas do período da infância das três mulheres, de como cada uma delas experienciou o momento e os elementos escolhidos para descrevê-la. A instituição familiar permanece como figura central, ora como ponto de apoio para uma experiência positiva, no caso de Carmem, ora como fonte de sofrimento devido aos casos de violência sexual e suas consequências, no caso de Gabriela e Margarete. Ainda, os episódios de violência sexual pelos quais passaram são tão fortes ao ponto de

dominaram todas as suas lembranças da infância e sobrepõem-se a quaisquer outras memórias.

3.1.2 Adolescência

Logo após perguntar sobre a infância e explorar alguns pontos trazidos pelas entrevistadas, questionei-as sobre a adolescência. Carmem e Margarete apresentam informações-chave a partir das quais torna-se possível compreender o contexto de entrada de ambas no universo do sexo comercial. Assim, escrever o presente tópico sem misturá-lo com o próximo, que trata do contexto de aproximação das entrevistadas com a prostituição, torna-se uma tarefa um pouco difícil, especialmente no caso de Margarete. Por isso, a apresentação deste período de sua vida será feita de forma justa e detalhada na próxima sessão. Já Gabriela, embora não tenha se aproximado da prostituição na adolescência, também não trouxe muitos elementos sobre este período, apenas que foi um momento conturbado, tal qual a infância – apesar de não ter citado nenhum outro caso de abuso sexual. Começo tratando sobre Gabriela.

Ela conta que parou de frequentar a escola na 7ª série e começou a ir para a Igreja – sua família é evangélica. Ela concluiu seus estudos através do supletivo, portanto apenas depois da maioridade. Sobre a adolescência, menciona também o nascimento do seu filho. Reproduzo na íntegra sua resposta:

Depois eu fui embora (da casa do padrasto), comecei a ir pra Igreja, fiquei um tempo na Igreja, aí com 16 anos já engravidei do meu filho, né. Mas todo o meu período de infância e adolescência sempre foi muito conturbado. Eu sempre fui de aprontar bastante, sabe? Mas acho que muito querendo chamar atenção da minha mãe, querendo que ela meio que me notasse, assim, sabe? Então acabei aprontando bastante, minha adolescência foi bem doida, e eu engravidei muito cedo.

Vale a pena notar a referência de Gabriela à sua mãe e sua explicação para o fato de “aprontar bastante”, já que conforme se verá Carmem também agirá com propósitos semelhantes, mesmo que em outro contexto. Diante do silêncio e da ausência de novos elementos para descrever a adolescência, preferi, com Gabriela, partir para a próxima pergunta – exatamente sobre a aproximação com o trabalho sexual. Jaz aqui uma lacuna, reconhecida.

Passo agora a abordar a adolescência de Carmem, cuja história e narrativa remetem a certa literatura ao estilo do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Carmem começa sua fala sinalizando uma adolescência conturbada, mas a partir de sua narrativa percebe-se que esta classificação diz respeito mais à centralidade que teve em sua vida um episódio em específico, cujo desfecho explica sua entrada na prostituição.

Minha entrevistada mais velha começou a trabalhar aos 13 anos em uma empresa onde iniciou passando roupas, mas que ao longo dos anos aprendeu a costurar, casear, pregar botão, dobrar camisa, fazer calça, e também a mexer com maquinaria. Seu expediente era das sete da manhã às seis da tarde – logo, sempre estudou no período da noite, tendo concluído o Ensino Básico em uma escola pública. Ficou lá dos 13 aos 15 anos, parou por um período e retornou a trabalhar por mais quatro anos. Além dessas tarefas, e apesar de ser uma carga diária de trabalho bastante considerável, Carmem conta que divertiu-se muito, já que nesta empresa permitiam e estimulavam os adolescentes a praticar esportes e competições, jogar pebolim, tênis de mesa, xadrez: “tinha assim umas coisas bem boas, até pra estimular, porque a gente era criança na verdade, né? Aos 13 anos de idade. Então a gente fazia muito esporte lá, tinha muita festa”. A classificação da adolescência como “conturbada” deve-se ao seguinte episódio, descrito abaixo.

Aos 13 anos, uma das primas da mãe de Carmem convidou toda a família para um casamento que aconteceria em uma cidade no interior do Paraná, num sítio. Seria uma festa grande, com muita comida, que duraria o dia todo. A família viajou numa quinta-feira e o casamento aconteceria no sábado. Estamos nos primeiros anos da década de 1970, “no auge da Pantalona”, e foi vestindo uma pantalone branca, “muito chique”, que Carmem, a “menininha patricinha de Curitiba, a selva de pedra” - como ela pontuou, ironicamente sobre si mesma –, fora, a contragosto, celebrar o casamento²⁵.

Prestes a chegar na casa da prima, a família parou algumas quadras antes, as quais deveriam prosseguir a pé e onde alguns meninos jogavam futebol. Um dos garotos acaba chutando a bola e atingindo Carmem, que responde: “Nossa... Eu vim lá da cidade pra ser suja por um capial, um cara da roça...!”. O rapaz pede desculpas e a família segue até a casa. De noite, no jantar, ainda antes do casamento, os primos de Carmem começam a lembrar do acidente e caçoar de sua

²⁵ Os trechos entre aspas neste parágrafo são os termos da própria Carmem na entrevista.

peessoa, dizendo que ela havia flechado um coração. Carmem relata que ficou sem entender as chacotas dos primos, não deu muita bola: “E eu meio ingênua e tal, não tinha maldade nem nada [...] Vivia na cidade mas era muito burrinha, porque naquela época as crianças de 13 anos não tinham a experiência que as crianças de 13 anos têm hoje”. Eis que no dia do casamento o mesmo rapaz que havia lhe chutado a bola aparece na casa dos tios para dar carona para a família até a igreja. Na festa, Carmem e o rapaz ficaram conversando, e, de noite, novamente na casa dos tios, os primos voltam a caçoar da garota da cidade grande:

[...] Aí meu primo falou assim “Sabe o rapaz que te deu uma bolada? O nome dele é tal.” - Alexandre²⁶ o nome dele. - “E eu com isso? Que que eu quero saber de nome de Alexandre? Odiei ele, odiei ele” - eu falava. Aí ele disse assim: “Você que não sabe que amanhã ele vai vim aqui pedir pra namorar com você, vai pedir pra tua mãe”. Aí eu disse assim: “É? Tá bom...”

No dia seguinte, um domingo, lá estava o rapaz na casa dos tios de Carmem, tal como seu primo havia dito. Conversou com ela e disse que pediria à sua mãe para namorar com ela. “Aí eu disse assim pra ele: ‘Bom, vamos namorar’. Nunca tinha namorado ninguém, né?”. O rapaz havia levado um disco de vinil e colocou para tocar a música “Te amo eternamente”, de Celso Ricardi - “nunca me esqueci e nunca vou me esquecer”. No final do dia a mãe diz ao rapaz que ele haveria de ir até Curitiba, em sua casa, a fim de conversar com o pai de Carmem sobre o namoro. Antes de retornar à capital ambos combinam uma data para esse momento: dia 24 de dezembro – dali apenas duas semanas.

Eis que o rapaz cumpre com o combinado e o pai de Carmem aceita o namoro da filha. “Só que eu não sabia que esse é o grande amor da minha vida, né?”. Encontravam-se de 15 em 15 dias – isso porque o rapaz vinha sempre para Curitiba porque trabalhava comprando, vendendo e transportando algumas cargas entre a capital e a cidade interiorana –, um namoro cujos afetos restringiam-se apenas a ficar de mãos dadas e alguns beijos comportados - “que nem era na figurinha, [...] sem cama nem nada, né?”. Durou mais ou menos dois anos. O término está ligado a alguns casos de ciúmes, um desentendimento que parece ter ofendido o rapaz, e por uma fofoca.

Sempre trabalhando na mesma empresa e participando dos jogos que eram promovidos, Carmem relata que seu namorado passou a demonstrar ciúmes: “E ele

26 Nome fictício.

começou a dizer: ‘Ai, eu não gosto que você jogue voleibol porque você fica de shorts muito curto, tal, tem muito homem, tal’”. O estopim aconteceu quando minha entrevistada, sempre muito ativa, havia se comprometido a organizar um evento de festa junina enquanto membra de um Grêmio Esportivo, onde ela representaria a noiva e sua função era recepcionar os convidados – que eram em sua maioria maiores, coronéis e capitães. Seu namorado foi à festa, mas por conta de suas tarefas ela não pôde ficar tanto tempo ao seu lado, situação que acabou incomodando o rapaz, que em um determinado momento do evento foi até ela e lhe disse: “Estou indo embora”. Dito e feito. No dia seguinte, num domingo, na casa de Carmem, ambos conversam novamente sobre a situação e o rapaz termina com ela.

Para piorar, após o término surge uma fofoca entre os primos de Carmem, os mesmos do casamento e da cidade interiorana, sugerindo que ela só estava se relacionando com o rapaz em vistas de se casar com um homem rico – ou seja, que o interesse de Carmem por ele era de ordem econômica. A partir disso, mais uma briga entre ambos. De maneira resumida, e para além dessa relação de paixão narrada por Carmem diante da pergunta sobre a adolescência, que possui bastante importância para ela, neste período ela conta que gostava de praticar esportes, brincar com amigos ou colegas de classe, participar de saraus, dançar, extrapolar e frequentar algumas festas. Passou a adolescência, portanto, trabalhando e estudando, morando com seus pais e irmãos e também namorando o rapaz que conheceu na cidade interiorana.

Já estamos quase chegando ao ponto principal a partir do qual conseguimos não somente compreender a entrada de Carmem na prostituição como também pensar sobre algumas relações de gênero, sexualidade e moral, tomando como centro a questão da virgindade, que aparecerá como elemento de destaque sobretudo nas narrativas das duas entrevistadas mais velhas, e sobre a qual eu não havia feito quaisquer perguntas – portanto, surgiram espontaneamente ao longo de suas narrativas.

Apaixonada e namorando por dois anos, Carmem conta que nunca havia se relacionado sexualmente com seu namorado. A partir de sua narrativa, em que traz diferentes valores transmitidos a ela por sua família – caráter, honestidade, companheirismo, amizade, união, ensinamentos sobre Deus – é possível perceber a importância para com sua imagem enquanto mulher, por parte da mãe, já que esta

sempre valorizava a virgindade, além de nunca ter incentivado a filha a tentar reatar o relacionamento com o homem por quem se apaixonou após as desavenças, postura que foi, e talvez ainda seja, fonte de certo sofrimento para minha entrevistada:

Minha mãe nunca deixou eu ir atrás dele, porque achava feio, e minha mãe sempre falava: “Olha, eu namorei o pai dele, e eles não tem boa fama lá. Então assim, você fugir com ele – *porque minha mãe falava fugir, né, não falava dar* – se você fugir com ele, você vai ficar mal falada, por isso, por isso e por aquilo.” (Destaque meu)

Ao tratar longamente deste evento em sua adolescência, ela relata, ainda, um episódio ocorrido após seis meses do término do namoro, em uma visita aos primos na cidade interiorana. Na saída de um encontro com eles, Carmem passa a noite inteira com o ex-namorado, dentro carro, em frente à casa dele – mas sem ter uma relação sexual. Vale a pena ler, na íntegra, esta parte da entrevista, tão importante para compreender a centralidade deste episódio em sua vida e, sobretudo, pensar sobre a questão da moral:

Nós estávamos brigados há uns seis meses... Aí... E ele, claro que queria, né, eu sabia que ele queria transar, mas eu aguentei firme ali, sabe? Tanto que eu saí do carro e eu estava com minha calça rasgada do lado, sabe? Eu digo: “Não, não é assim, não é assim, não é assim”. Hoje eu me arrependo. Se eu tivesse transado com ele dentro daquele carro, naquela época era obrigada a casar, porque eu era de menor, entendeu? E eu não tinha perdido o grande amor da minha vida. *E a minha mãe tinha o costume sempre de dizer que a virgindade era tudo na vida, sabe?* Daí depois de muitos anos *eu descobri que era só mais um buraco aberto*. Fiquei muito decepcionada, sabe? *Se eu soubesse eu não teria perdido o grande amor da minha vida por causa de um buraco, né?* (Destaque meu)

A jovem Carmem precisou lidar com problemas internos que só podem ser compreendidos a partir do reconhecimento de um padrão de moral eminentemente gendrificado: conter seus desejos e impulsos para com seu grande amor e paixão por conta dos valores característicos de uma boa moça – que, como tal, deveria aguardar o casamento para relacionar-se sexualmente –, transmitidos e ensinados pela mãe. Tem-se aí a única instituição socialmente legitimada e reconhecida, na lógica desta moral, para uma mulher relacionar-se sexualmente, e pela primeira vez, com um homem: o casamento – e aqui pode-se perceber a atualidade da pirâmide da moral sexual proposta por Rubin (2017), ao dizer que as relações sexuais que

ocorrem dentro do casamento pairam no topo dessa pirâmide, portanto conta com prestígio e respeito. O preço de aguardar tal momento fora pago a um alto custo para Carmem: a perda daquele que considera seu grande amor. As consequências foram drásticas, uma vez que Carmem é dominada pela tristeza, angústia e pela depressão. Outro fato importante e que vale a pena ser mencionado é que após o término, seu ex namorado diz que vai reatar com a garota com quem havia terminado anteriormente, exatamente para poder ficar com Carmem. E assim foi feito.

Muitas meninas e mulheres precisam lidar, ainda hoje, com este tipo de padrão moral que marca as relações sociais, que serve ao mesmo tempo como um guia para orientar suas ações, mas também como ponto de ponderação das consequências de segui-lo ou de rompê-lo – padrão que de maneira nenhuma deve ser compreendido enquanto uma estrutura determinante ou determinista das relações. Reconhecer a existência de um padrão é diferente de dizer que este estrutura por completo as relações. Conforme se verá, estamos tratando de um exemplo que demonstra a exigência de reflexões de ordem subjetiva por parte do indivíduo, que é constantemente incitado a defrontar-se com o padrão, com a norma. O leque de possibilidades de reações desse confronto é imenso, e a história de Carmem ilumina esta questão.

Dominada pela tristeza, Carmem tentou tirar a própria vida várias vezes: “Passou um tempo, eu continuei meu trabalho, tentei me matar várias vezes, com remédio”. Contou que em seu trabalho, enquanto costurava, ficava o dia inteiro tomando medicamentos como optalidon e diazepam, dispostos em uma banqueta ao lado dos outros utensílios de costura. Foi ao psiquiatra, a quem relatou que sua vontade era deitar na rua e esperar que o biarticulado²⁷ passasse por cima dela²⁸. O médico chegou ainda a sugerir que Carmem fosse internada em um conhecido hospital psiquiátrico de Curitiba. Como minha entrevistada já havia me relatado mais ou menos esta história na última vez que nos encontramos em sua casa, para escrever os projetos para a ONG, neste momento da entrevista intervi de modo que ela começasse a abordar sua entrada na prostituição – diretamente ligada aos padrões morais relativos às mulheres e, também, ao seu espírito rebelde e

27 Biarticulado são os famosos e longos ônibus vermelhos do transporte público de Curitiba.

28 Este episódio foi tão marcante em sua vida que suas consultas ao psiquiatra permaneceram ainda por mais alguns anos, mesmo após engravidar de seu primeiro filho, aos 22 anos de idade.

inconformado com a grande importância atribuída “a um buraco fechado”. O desfecho deste episódio será contato, portanto, na próxima sessão.

Vemos que Gabriela apresentou poucos elementos para tratar de sua adolescência, mencionando o abandono escolar, o nascimento do filho e a ida para a igreja. Já Carmem inicia sua narrativa abordando seu caso de amor, a partir do qual conseguimos descobrir outros pontos mais ligados à adolescência, mesmo que não abordados diretamente. Carmem concluiu seus estudos, passou bons anos trabalhando nesta empresa e frequentou diferentes ambientes de lazer, seja participando de pequenas festas, seja praticando esportes. Já a adolescência de Margarete será abordada na próxima sessão, justamente por essa se confundir diretamente com sua aproximação com a prostituição.

3.2 DA APROXIMAÇÃO COM A PROSTITUIÇÃO

3.2.1 A narrativa de Margarete

Quando perguntei à Margarete sobre sua adolescência, ela me respondeu: “Ah, com 14 anos fui morar com a minha mãe. E lá... Eu sofri muito. *Foi aí que eu conheci a prostituição*” - ou seja, em sua própria narrativa esses momentos se confundem, são difíceis de separar. Estamos em Balneário Camboriú no início da década de 1980. Se para o leitor e leitora a história de Margarete, até então, já está bastante difícil de ser digerida – tal como o foi para mim conduzir a entrevista em que logo nos primeiros momentos são mencionados os casos de abuso sexual, os quais eu desconhecia –, sugiro respirar fundo para continuar a leitura. Às vezes a impressão que fica é a de que o responsável por traçar o destino e a história de Margarete é o francês Marquês de Sade, criador da personagem Justine²⁹. Tal como a narrativa de Carmem, a dela também me remeteu a obras literárias, porém com diferenças bastante importantes.

29 No livro *Os infortúnios da virtude* (2009[1787]), a jovem Justine, após se tornar órfã aos 12 anos e ser expulsa da instituição em que estudava por falta de dinheiro da mensalidade, passa a vagar por diferentes lugares da França contando com a boa fé e benevolência daqueles que encontra. Temente a Deus e valorizando os sentimentos e virtudes mais nobres, acaba se envolvendo em uma série de infortúnios protagonizados exatamente por aqueles em quem confiava sua história e sofrimentos, acreditando que poderiam ajudá-la. A semelhança da história de Margarete com a de Sade reside nos episódios difíceis pelos quais passou, e não na inesgotável ingenuidade da personagem sadeana.

Margarete contou que após retornar do Rio de Janeiro junto de seu avô, permaneceu morando com ele a avó até seus 14 anos. A partir da notícia, divulgada pelo tio, de que eles haviam descoberto o paradeiro da mãe, que residia em Balneário Camboriú, a jovem garota foi passar as férias com sua avó junto da mãe. Porém, a avó retornou para Capinzal e Margarete ficou morando com sua mãe, que todos imaginavam trabalhar com eventos, em um suntuoso hotel da cidade litorânea. Ela não traz nenhum detalhe sobre esse reencontro com a mãe, apenas que em um determinado momento sua mãe passou a exigir que em um certo horário, no final da tarde, Margarete ficasse fechada, todos os dias, em um dos quartos deste lugar. Não tinha permissão para sair sequer para ir ao banheiro: “Ela botava uma vasilha pra fazer pipi, fazer minhas necessidades, porque eu não podia sair”.

Alguma coisa estava sendo escondida dela. Intrigada e ouvindo barulhos, “gemidos” que vinham do aposento ao lado, a desconfiança passou a tomar conta: “E a gente já não tinha mais inocência porque eu já tinha sofrido muitas coisas”. Um quadro fixado na parede do quarto escondia um buraco, que um dia Margarete descobriu: “E por aquele buraco eu via as mulheres sentadas no colo dos homens, né, tudo...”. Neste momento da entrevista, sem entender muito bem o que ela estava me contando, perguntei-lhe: “Mas isso, a sua mãe, ela trabalhava lá também ou ela...?”. Ao que Margarete responde em um tom de exclamação e denotando uma obviedade: “Minha mãe era a *dona* da casa!”.

Assim, a mãe não estava trabalhando em um hotel ou numa casa de eventos qualquer, mas sim em uma casa de prostituição, que segundo minha entrevistada era de alto escalão, localizada em Balneário Camburiú, frequentada por senadores, deputados e vereadores que recorriam à sua mãe quando tinham algum evento ou congresso na cidade catarinense. Não sei o que Margarete fazia durante o dia, com quem conversava, se havia outras crianças ou jovens para brincar, nada disso é mencionado. Apenas o terceiro abuso sexual de sua vida, realizado por seu padrasto, marido da mãe, e o desfecho dessa história, o qual reproduzo na íntegra:

E aí, depois, tá, aconteceu de mim arrumar um namoradinho, e tal. Minha mãe não aceitou, quando ela descobriu me cortou meu cabelo, raspou minha cabeça. Aí eu disse: “Tu não aceita que eu namore, mas deixa seu marido me bulinar, e tu não vê. Enquanto você tá com tuas festas dentro de casa, todas as noites, teu marido tá lá me... né, querendo fazer sexo comigo. Querendo me pegar, fazendo coisas comigo”. Fazer eu chupar o pênis dele, né...

Quando eu pergunto a Margarete se sua mãe acreditou em seu relato, ela me responde: “Não, ela raspou minha cabeça³⁰, me deu uma surra e me deixou trancada num quarto. Aí eu fugi. Aí eu fugi de casa”. Assim, a experiência de minha entrevistada morando com sua mãe além de curta fora marcada por mais violência: mais um caso de abuso sexual, o terceiro, e mais um confronto familiar para desvencilhar-se de um quadro difícil – difícil porque faltam-me outras palavras para descrevê-lo. A partir de seu relato, a força da pessoa de Margarete – que eu percebi desde o primeiro dia que a conheci, em 2019 – revela-se como uma característica que cultivava desde a infância e adolescência. Afinal, sua história pode ser contada através de muitos ângulos. Aquela que foi abandonada pela mãe; aquela que foi abusada aos sete anos; aquela que com 14 anos já havia sido abusada três vezes; aquela que foi trancafiada pela própria mãe aos 14 anos após confrontá-la sobre os abusos cometidos pelo padrasto. De fato são episódios bastante cruéis, mas conhecendo a pessoa de Margarete hoje, e julgando apenas a partir do que até então fora narrado, diria que se trata da história de uma mulher que confrontou a família para fugir de inúmeras situações de violência que passou ao longo da infância e adolescência.

Fugida de casa, Margarete conta que passou a morar nas ruas. Dormiu embaixo de marquises, em casas abandonadas, “como qualquer morador de rua”, conviveu com outros jovens em situação semelhante a dela, que por motivos que desconhecemos não encontravam-se junto de suas famílias: “a gente encontrava naquele tempo muitos jovens fugindo de casa, né” - relembro, estamos falando do início dos anos 1980³¹. Não sei quanto tempo passou convivendo nestas condições, mas um dia uma das mulheres que trabalhava com sua mãe, e que Margarete conhecia, passou pela praia junto de seu namorado e reconheceu a jovem adolescente, que estava com uma amiga. A mulher chamou ambas, perguntou onde estavam morando e a partir da resposta de minha entrevistada fez uma proposta:

30 Não sei se a mãe raspou a cabeça da filha por conta do namorado ou por conta do questionamento sobre os abusos do padrasto, que eu interpreto como sendo entendido como uma afronta contra a mãe ou por conta das duas coisas.

31 Um excelente documentário, útil para imaginarmos os tipos de jovens com os quais Margarete conviveu nesta fase de sua vida – ou, de maneira mais exata, como o Estado brasileiro criava e lidava com o “problema” que esta juventude representava, e qual poderia ter sido seu destino nas mãos do Estado naquele momento – chama-se “The beginning of the end – Febem: O começo do fim” (1990), de Rita Moreira. A diretora acompanha o processo de fechamento de uma unidade da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), dada a recente criação do ECA no Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fwE0MvgzRY&t=522s&ab_channel=RitaMoreiraVideos > Acesso em: 19/10/2020.

“Ah, vamos pra casa, vamos tomar um banho, vou arrumar umas roupas pra vocês”. E lá foram Margarete e sua amiga. Esta mulher, porém, conforme minha entrevistada viria rapidamente a descobrir, também era dona de uma casa de prostituição.

Ao descobrirem isso, inconformadas, Margarete e sua amiga se negaram a permanecer junto da amiga da mãe. Diante da recusa o casal fez outra proposta: uma viagem para um lugar legal. O destino era a cidade de Brusque – ou, conforme Margarete, “entre Gaspar e Brusque” – e aí esses conhecidos de sua mãe levaram-nas para almoçar, tomar sorvete, até que chegaram em um lugar que minha entrevistada considerou bonito. Curiosas, as adolescentes desceram do carro e foram olhar o ambiente. Tomaram uma cerveja – “porque nós bebia naquele tempo, jovem né” – e nesse meio tempo o casal entrou de volta no carro e partiu, deixando as duas meninas naquele lugar bonito, mas com enormes e estranhas grades ao redor: “E nós fomos correr atrás do carro. Aí vieram e nos seguraram: ‘Ah, não, agora vocês vão ficar aqui!’. ‘Mas como ficar aqui? Nós queremos ir embora!’. Aí levaram, porque era tudo gradeada as boates naquele tempo”.

Tem-se início uma nova fase na vida de Margarete, aos 15 anos de idade. O casal conhecido da mãe quando da negativa de minha entrevistada e sua amiga para ficarem na casa de prostituição que abriram, levaram-nas até esta região de Santa Catarina, entre as cidades de Gaspar e Brusque, onde segundo Margarete existiam diferentes boates de prostituição, e entregaram-nas aos administradores do local, em troca de dinheiro – ou seja, elas foram vendidas. Uma vez nesse lugar, não demorou muito para descobrir que tinha de cumprir uma cota diária de programas e consumo de bebidas junto dos frequentadores para pagar sua “dívida” para com os donos do ambiente, adquirida automaticamente e sem qualquer interesse de sua parte. Neste momento da entrevista começo a ouvir uma expressão que será recorrente nas falas de Margarete: “naquele tempo...”. É o estabelecimento de um marco, um divisor, que nem sempre é claro, mas que aqui visa distinguir o modus operandi das boates – ou da própria instituição prostituição, tal como a percebia naquele momento – quando comparado à realidade atual. Conforme sua fala, ao se referir à boate e às grades:

Naquele tempo era assim, principalmente porque eles tinham muitas menores, de fora. Eles vinham buscar mulheres no Paraná, eles vinham

buscar mulheres em São Paulo, no Rio de Janeiro, e traziam meninas de 14, 15 anos! Eu cheguei a ver mulheres de treze anos entrarem dentro da boate! Doze anos! [...] Vinha meninas do Mato Grosso do Sul. Eu conheci mulheres que já estavam ali há 20 anos, dentro daquela casa.

Margarete ficará neste local até seus 20 anos de idade. Ou seja, durante toda a sua adolescência e início da fase adulta fora obrigada a relacionar-se sexualmente com diferentes homens, tendo que cumprir uma quantidade mínima de programas por noite – “chegava a fazer dez programas numa noite, no mínimo” –, de ingestão de bebidas alcoólicas, sempre com a esperança de poder pagar sua dívida e ter sua liberdade novamente, apesar desta possibilidade figurar num horizonte distante – “mas era *difícil* naquele tempo de sair! Quando tu pensava que tava pagando a conta, a conta tinha triplicado!”. Enfim, assistimos até agora a uma história repleta de abusos de diferentes ordens, com toques bastante sadeanos.

Assim, a vida dela e das outras colegas na boate era de privação e de grande exploração. Tudo aquilo que recebiam da administração da casa, como roupas, sapatos, acesso a produtos e serviços de beleza e alimentação, retornava para elas como dívida, que crescia com o passar dos meses e que também era utilizada como uma forma de mantê-las naquela relação de exploração, pois quando uma mulher tentava questionar os donos da casa e buscava desvencilhar-se da prisão, informando a vontade de sair do ambiente, estes diziam que ela estava em débito com a casa, pois a boate gastava com as moradoras – tanto com os cuidados estéticos, roupas, mas também luz e água. Contudo, não havia meios de se controlar os gastos, não havia transparência. Segundo Margarete, os homens que frequentavam o ambiente eram pessoas de posses consideráveis, portanto o cuidado estético das jovens era levado a sério:

Nós tínhamos salão de beleza dentro do local, se não tinha nas casas a gente ia até a cidade. Tanto que o dia que a gente ia pro salão de beleza que a gente agendava, era só pras puta. Era só pras profissionais do sexo. “Veja o dia, que aí eu não marco cliente de fora, porque senão elas não vem, eu perco minhas clientes”

As jovens eram colocadas dentro de uma kombi, de propriedade dos donos da boate, e segundo Margarete quando elas chegavam na cidade as pessoas já sabiam que se tratava de prostitutas, justamente por conta do veículo. Eram deixadas num

ponto da cidade, iam para o salão, e depois novamente a kombi as buscava para retornar à boate.

Uma última informação importante sobre sua adolescência na boate diz respeito à sua maternidade. Conforme consta no quadro com as informações das entrevistadas, Margarete é mãe de um filho, e foi exatamente enquanto ainda vivia nesse lugar-prisão que ela engravidou e teve seu filho, entre os 17 e 18 anos de idade. Tratar do relacionamento dela com o pai da criança é fundamental para compreender a maneira como conseguiu sair desse ambiente. Margarete conheceu esse homem aos 17 anos de idade, ele foi um de seus clientes, tornando-se, depois, seu cafetão, dentro da boate. Sobre o processo do parto na boate, Margarete diz:

Tanto que eu ganhei meu filho dentro da boate. Como eu era menor, 18 anos ainda é menor, todo meu nome foi trocado na hora de ganhar no hospital. Eles trocaram meu nome, eles pegaram documento de outra pessoa, falsificaram, e botaram pra me internar. *Muitas* eu vi acontecer isso! Aí depois a gente tinha que correr atrás pra como registrar o filho. Porque como é que tu vai ter aquele papel do hospital ali, todo errado? Tinha essa dificuldade naquele tempo.

Mesmo depois do nascimento do filho, ela e o marido ainda viriam a morar por mais três anos na boate, quando finalmente deixam o ambiente e rumam para Londrina, no Paraná. Contudo, não demoraria muito para ela descobrir que na verdade encontrava-se em outra prisão, nas mãos desse homem – que conforme ela contou, já lhe agredia fisicamente. A conclusão dessa fase de sua vida será exposta na continuidade deste capítulo. Passo a tratar agora sobre a aproximação de Carmem com a prostituição.

3.2.2 A narrativa de Carmem

Voltemos ao sentimento de paixão de Carmem. Aos 18 anos, já se tratando no psiquiatra e ainda com esperanças de retornar ao seu grande amor³², Carmem relata um episódio cujos personagens e enredo remetem a um trecho da obra *Dom Casmurro*³³, de Machado de Assis. O avô de Carmem chega em sua casa e fala para a mãe que o rapaz estava prestes a se casar. A mãe, provavelmente preocupada

³² Esperança, inclusive, que minha entrevistada diz nutrir até os dias de hoje.

³³ Trata-se do início da história, quando Bentinho escuta atrás da porta sua mãe e José Dias falando sobre ele e a necessidade de enviá-lo para a vida eclesiástica, já que a promessa da mãe estaria em risco por conta de um possível namoro entre Bentinho e Capitu, sugerido por José Dias.

com a reação da filha, diz a ele: “Não fale perto da Carmem”. Esta, porém, estava escutando tudo. Foi a gota d’água. Conforme ela relatou:

Naquele dia eu saí sem eira nem beira, sem saber pra onde ir. A vontade que eu tinha era de entrar num buraco, assim, e não sair nunca mais. O que eu fiz: eu encontrei uma moça, essa moça disse assim – era minha amiga, e eu nem sabia que ela trabalhava com prostituição, sabe? - ela disse: “Carmem, então já que você tá tão triste assim, vamos pra um lugar que eu vou te ensinar uma coisa que você vai talvez suprir essa necessidade, uma vez que por causa de um buraco fechado, tal, né?”

Começa aí a vida de Carmem na prostituição – quem diria que esta jovem de 18 anos que entrou na prostituição após uma revolta por ter perdido o grande amor da sua vida viria a se tornar a criadora e presidenta da única ONG da capital paranaense que atua em prol das mulheres profissionais do sexo. Para concluirmos esta fase da vida de Carmem, importa dizer que sua amiga não levou-a para um bar ou uma boate, mas sim para as ruas da cidade, mais especificamente para a Avenida Getúlio Vargas, ambiente ou modalidade – tendo em vista a grande diversidade característica do ramo sexual – em que Carmem trabalhou por muito tempo, mais especificamente até seus 45 anos de idade. Enfim, seu primeiro “cliente” ou “programa” aconteceu no mesmo dia em que ficou sabendo que o amor de sua vida iria se casar. Trago estas palavras em aspas porque Carmem não perdera sua virgindade nessa noite. Conforme relatou:

Aí quando eu cheguei lá (na rua) - eu sem saber nem o que ia falar, né, porque nunca tinha vivido aquilo – um carro parou e era um professor do Camões... Eu conversei com ele até o dia de hoje! [...] Ele é uma pessoa, assim, foi uma pessoa ma-ra-vi-lho-sa! Ele me ensinou a tirar a roupa, ele disse: “Tenha calma... Não vai ser hoje que você vai fazer o primeiro programa... Eu sou carinhoso.” Sabe?

A imagem do cliente dominador, ávido por satisfazer seus desejos e saciar seus impulsos sexuais a qualquer preço não existe aqui. Pelo contrário, Carmem relata aprendizados fundamentais, em seu primeiro programa, úteis para sua trajetória futura no mundo do sexo comercial. O mais importante, porém, para fecharmos esta história e compreendermos a centralidade dos conflitos internos com os quais precisava lidar, bem como entendermos com maior adequação sua entrada na prostituição, é a seguinte passagem, quando ela mesma explica, com uma

sinceridade e esclarecimento ímpares, seus motivos de ter feito este primeiro “programa”:

Mas era tanta dor, tanta dor (ao saber que seu caso de amor iria se casar), que eu precisava fazer algo pra fazer outras pessoas doer, sabe? Então eu achava que minha mãe era culpada disso, de eu ter perdido meu grande amor. [...] E quando eu cheguei na minha casa, a primeira coisa que eu fiz foi falar assim, pro meu pai e pra minha mãe: “Hoje, vocês tinham uma filha certinha, bonitinha, lindinha e maravilhosa. Mas hoje vocês têm uma filha prostituta em casa”. Lembro que minha mãe chorou muito, sabe? E meu pai disse assim: “Olha... Prostituta ou... Trabalhando em escritório, costureira, independente você é minha filha”. Entendeu? Mas eu queria magoar a minha mãe, sabe?

Pergunto, para confirmar, se sua intenção era magoá-la por conta da importância dada à virgindade, ao que Carmem responde:

Por conta da virgindade e por ela não ter deixado eu ir atrás, porque eu acho que ela poderia ter sido uma mãe e dito assim: “Não, minha filha, se você tem necessidade de conversar com ele, vamos lá, vamos lá na casa dele, a mãe vai com você lá”. Entendeu? Eu acho que faltou (Carmem começa a embargar a voz e se emocionar) essa ponte... [...] E foi que daí, foi assim que aconteceu na minha vida... (Carmem recupera seu tom de voz) E depois disso eu trabalhei na prostituição, sabe? Pra... Pra mim... Minha mãe sabendo que eu tava lá, eu sabia que estava machucando ela. Não sabia que quem poderia ser mais machucada era eu, né? Mas graças a Deus tudo isso foi uma... Uma questão de aprendizado, sabe? Eu tinha que estar lá por algum motivo, hoje entendo assim, mas...

Na sessão a seguir, apresento novos elementos que explicam a entrada das entrevistadas na prostituição, realizando uma análise que leva em consideração aspectos das relações de gênero e sexualidade.

3.2.3 Virgindade, recato e relações de gênero

Dando continuidade à apresentação das histórias das entrevistadas, sobretudo do momento da aproximação com a prostituição, na presente sessão é possível refletirmos sobre um ponto que figura como central na narrativa de minhas entrevistadas – de maneira mais destacada na narrativa de Carmem. Quando Gabriela relatou-me sobre os casos de abuso sexual que sofrera por parte do seu padrasto, fez questão de frisar que o que sofreu, na verdade, foram estupros: “Da questão que me tocou muito (na infância) que foi o estupro, né” e também “Eu tinha oito anos quando meu padrasto começou a me estuprar, e terminou quando eu tinha

13 anos”. Ainda sobre o estupro na infância, relata: “[...] eu perdi minha virgindade muito nova, eu tinha oito anos, eu era uma criança, né”. Nota-se aqui a noção de estupro como penetração.

Exatamente da mesma forma como Margarete conceberá a questão da virgindade, a qual, mesmo diante dos abusos sexuais que sofrera na infância e adolescência, continuava “preservada”. Quando cita a colega de sua mãe que tentou levar ela e a amiga para trabalhar na casa de prostituição que havia aberto, e mencionando sua recusa, ela acrescenta: “É que na realidade eu tava na rua mas eu era virgem, né? Apesar de ter sido, né... Mas nunca tinha sido penetração”. Menciona ainda como ela e a amiga eram mais visadas entre as casas que buscavam garotas, exatamente por serem virgens. Isso significa que quando fora levada e vendida para a casa onde permaneceria até seus 20 anos de idade, continuava virgem – isto é, a despeito dos episódios de abuso sexual, ainda não havia sido penetrada por ninguém. Esse fator desencadeara mais um episódio de violência extrema na vida de Margarete, o qual contarei após demonstrar a centralidade que possui os valores que sustentam a virgindade na narrativa de Carmem e no desfecho do seu caso de paixão/amor.

Segundo Rago (1991), uma das “funções” da instituição prostituição, reconhecida por parte de autoridades e intelectuais que se debruçaram sobre o tema na virada do século XIX para o XX, era a de preservar a virgindade das “boas moças”, que deveriam guardá-la para o homem certo – no caso, aquele com quem iriam se casar, o único que tinha a permissão de “deflorá-la”, após, é claro, o consentimento do pai da futura esposa. Assim, a prostituição serviria para que os rapazes e os homens pudessem canalizar seus desejos sexuais, tidos como natural e biologicamente mais acentuados do que entre a parcela feminina, mais ou menos como um “instinto” masculino, preservando assim a virgindade das boas moças (RAGO, 1991). Mas e como a virgindade foi experienciada entre mulheres que viriam a se tornar prostitutas – no caso, minhas entrevistadas?

Vale a pena refletirmos sobre as narrativas com o auxílio de Rago (1991), cujo trabalho concentrou-se nas representações em torno da figura da prostituta, constituídas pelos discursos médicos e jurídicos na passagem do século XIX para o XX, no Brasil. Preocupados com as consequências da modernidade e as transformações sociais que observaram, como a própria entrada da parcela feminina

na esfera pública, os doutores da época elaboraram diferentes explicações para o fenômeno da prostituição. O jurista Viveiros de Castro, “pioneiro nas discussões sobre a honra da mulher e os atentados ao pudor” (RAGO, 1991, p. 143), não deixou de mencionar as meretrizes em seu livro *Delitos contra a honra da mulher*, de 1897, que surgem apenas quando da discussão sobre o estupro.

Caso sofresse esse tipo de crime, Viveiros de Castro defendia que a meretriz fosse, sim, amparada pela lei, tal como a mulher casta. A diferença, porém, residia na pena para o culpado do crime, que se fosse contra uma prostituta seria mais branda. Por quê? Exatamente porque, na explicação do jurista, esta não era mais uma mulher honrada. Conforme escreveu em seu livro: “A prostituta, a mulher que faz comércio de seu corpo, recebendo homens que a pagam, não tem sentimento de honra e dignidade. Quem dela abusa contra sua vontade não lhe prejudica o futuro, não mancha seu nome, sua reputação”(VIVEIROS DE CASTRO, in RAGO, 1991, p. 146). Assim, conforme aponta Rago sobre as formulações de Viveiros de Castro,

Certamente, o que importava no estupro para o jurista não era a violência em si da ação exercida contra outra pessoa, *mas a perda da virgindade*. Esse seria o dano maior, em sua opinião, que um homem indigno poderia causar à jovem honesta. Aquele que estuprasse uma moça casta cometeria um crime contra sua honra, enquanto que o que atacasse a meretriz atentaria apenas contra sua liberdade pessoal, pois ela não teria mais honra. Portanto, não causava mal irreparável à vítima. (RAGO, 1991, p. 147, grifos meus)

A passagem de Rago nos é útil para pensarmos na maneira como os homens da lei encaravam a virgindade, em como a moralidade está relacionada a esta questão, e também sobre as consequências dessa lógica de pensamento sobre a vida das prostitutas do nosso país. Já a narrativa de Carmem e sua análise nos ajudam a compreender um outro lado dessa realidade, aquele em que o indivíduo precisa se defrontar com sistemas morais e articular uma resposta para eles, cujo leque de possibilidades, apesar de não ser infinito, é bastante variável. Estamos diante de relações marcadas pelo gênero, pela sexualidade e pela moral, que precisam ser compreendidas a partir de explicações que reconheçam tanto a estrutura desta moral – elemento genuinamente sociológico –, quanto a subjetividade daquela ou daquele que se defronta com ela, incluindo as estratégias mobilizadas pelos sujeitos a fim de contornar os aspectos negativos desta estrutura

ou deste padrão – seja de maneira consciente, ou não. Esta análise encontra apoio naquilo apontado por Adelman:

“Estruturas” e “experiências íntimas” se influenciam mutuamente e as pessoas por vezes respondem de maneiras criativas que manipulam ou subvertem hierarquias e formas profundamente desiguais de distribuição de recursos. (ADELMAN, 2011. p. 132)

Assim, conseguimos explicar a entrada de Carmem na prostituição como um ato de transgressão e rebeldia frente aos padrões morais exigidos da parcela feminina da sociedade, como uma atitude de revolta para com sua mãe, de quem esperava compreensão quanto ao seu caso de amor mas que obteve apenas a exigência de cumprimento da moralidade – é óbvio que não se trata de julgar a mãe, mas sim de perceber a instituição familiar como fundamental na formação de subjetividades e transmissão de valores gendricados que perpassam diferentes instituições, de formas distintas. Afinal, sua mãe preocupava-se com o melhor para a filha, que em sua educação significava a defesa da honra das filhas, valores apreendidos mais ou menos no mesmo período em que a Polícia de Costumes da cidade de Curitiba criava fichários das meretrizes, como forma de controlar sua vida e atividade, e perguntavam-lhes há quanto tempo haviam “abandonado o lar”.

Assim, a entrada de Carmem no universo do sexo comercial não tinha por vistas suprir uma carência econômica, nem estava relacionada a coações de terceiros, como no caso de Margarete, mas foi a maneira que encontrou para confrontar a mãe e os padrões de moralidade exigidos, diante da perda do grande amor e da frustração quanto ao significado da virgindade – ou a supervalorização deste “buraco fechado”, transmitida e defendida pela mãe. É óbvio que estamos tratando de um caso em particular, mas por que não podemos tomá-lo como mais uma das possibilidades para se explicar, ou, melhor, simplesmente refletir sobre e entender a prostituição? Serve para expandirmos as maneiras de compreender esta instituição tão complexa atravessada por valores gendricados em uma sociedade que continua cobrando o recato das mulheres ao mesmo tempo que enxerga como natural a necessidade de sexo por parte da parcela masculina, por vezes, inclusive, incentivando os rapazes a frequentar os bordéis, tomando isso como um sinal de masculinidade sadia³⁴.

34 Mesmo hoje não é incomum que pais levem seus filhos, jovens garotos, aos bordéis em vistas de iniciarem sua vida sexual. Em 2019, dando aulas em um colégio público, um aluno da primeira

Neste caso, a moralidade exigida das mulheres, o recato e a defesa da honra e da virgindade, em vez de afastar Carmem deste extremo oposto em que figura a prostituição, serviu, pelo contrário, para colocá-la exatamente neste lugar da mulher pública, “desonrada”. Sua história serve para reconhecermos a diversidade de contextos de entrada no mundo do trabalho sexual, além de ser o exemplo de como um indivíduo experiencia e lida com as exigências morais e normativas de nossa sociedade – lembremos que estamos falando dos anos 1970, ou, mais especificamente, 1976, quando do ato de transgressão e rebeldia de Carmem. Vemos uma subjetividade constituída por um jogo de forças expressado em desejos e vontades individuais confrontados em padrões morais requisitados e defendidos pela instituição familiar, sobretudo na figura de sua mãe. A frustração quanto ao significado de um “buraco fechado” ou aberto resultou na inversão do comportamento que sempre fora valorizado por e esperado de Carmem.

A narrativa e história de Carmem servem como um exemplo claro de como as mulheres podem responder de múltiplas maneiras às exigências de uma moralidade que cobra o recato e a valoriza em exagero a virgindade das moças, de como as mulheres não necessariamente são dominadas por tais valores ou seus comportamentos limitam-se a eles. Às vezes a cobrança de um certo comportamento, a valorização de uma certa moral, acaba por resultar em seu extremo oposto. No caso em questão o amor e a paixão – ou a frustração em não tê-los – figuraram como elementos-chave para esta guinada. A história de Margarete nos revela outros desdobramentos ligados à ideia de virgindade.

Avançemos alguns anos no tempo e transportemo-nos à boate entre as cidades de Brusque e Gaspar, em Santa Catarina, onde Margarete foi levada e permaneceu até seus 20 anos de idade, numa situação que hoje se enquadra como exploração sexual infantil, escravidão por dívida e cárcere privado. Estamos por volta de 1982, minha entrevistada tinha 15 anos e, conforme ela mesma mencionou na entrevista, continuava virgem, a despeito dos abusos sofridos – os quais não envolveram penetração. Margarete conseguiu evitar por algum tempo a exigência do cumprimento de cotas de programa, e ganhava dinheiro apenas cumprindo a cota de bebidas. A questão da virgindade, porém, era algo que havia guardado apenas para si mesma, como um segredo, o qual revelou para um cliente que, em suas palavras, acabou “se encantando” por ela. Reproduzo aqui uma parte do relato:

série do Ensino Médio – isto é, com seus 15 anos – contou-me que passou exatamente por isso.

Aconteceu de um cara muito rico da cidade de Brusque, dono de empresa, se encantar por mim. E diz: “Olha, ele tá a fim de você”. E aí eu fui beber com ele. Ele pagou *muita* champanhe, muitos vinhos, garrafas de vinho era de lotar! Aí ele: “Vamo pro quarto”. Chegou na hora de ir pro quarto... que ele tirou a roupa eu fiquei de roupa! (Margarete ri) Eu sentada, e ele saiu do banho pelado e eu botava a mão assim (Margarete coloca a mão no rosto, como quem se esconde)... Ele olhou pra mim, disse assim: “Menina, e aí, não vai tirar a roupa?”. E eu chorava, eu chorava, e... “O que que foi?”. Aí eu disse: “Eu nunca fiquei com ninguém. Já fizeram coisas comigo, mas... eu nunca fui penetrada”. Aí ele pegou e disse: “Calma”. Botou a roupa: “*Ninguém sabe que tu é virgem aqui ainda?*”. Eu disse não. Aí começou a vim todos os dias, ele ficava comigo, a gente ia pro quarto e a gente ficava conversando, contando da vida dele, e tudo.

O homem queria ajudá-la a pagar sua dívida com a casa, mas seu comportamento começou a levantar suspeitas no ambiente, na medida em que, conforme contou Margarete, ele deixou de gastar com as muitas bebidas que geralmente consumia para lhe dar diretamente o dinheiro, que garantiria a liberdade da minha entrevistada – ou ao menos era com essa possibilidade que ela contava. Ele chegava na boate e os dois iam direto para o quarto. As meninas da casa começaram a questionar Margarete, que acabou revelando, então, o que estava se passando³⁵. Não demorou muito para o dono do lugar ficar sabendo e tomar uma atitude:

Aí eu contei pras meninas: “Olha, nunca transei com ele”. Aí elas foram e contaram pro dono da casa. Aí eles pegaram dois, foi o dono da casa e mais outro cara, me chamou no quarto. “O patrão quer falar contigo”. Aí eu entrei, né. “Tá, mas não é no escritório?”; “Não, é ali no quarto”. Aí quando eu entrei o dono estava lá, tinha mais outro dentro do banheiro, o outro entrou e fechou a porta, e ali tiraram a minha virgindade. Na marra. Chorei *muito!* Fiquei sangrando *uma semana!* Com medo, e acho que fiquei mais um mês, dois meses, com medo do que era aquilo.

Mais uma situação de extrema violência e crueldade pela qual Margarete passou em sua adolescência, nas mãos de homens que a exploravam e que provavelmente sentiram-se no prejuízo diante das consequências de sua tentativa de quitar sua dívida com eles. Apesar da situação da virgindade, no caso de Margarete, não ser tão central quanto na vida de Carmem, o desfecho desse episódio nos exige refletirmos sobre o valor e o significado da virgindade por parte

³⁵ Mais uma vez este episódio remete aos infortúnios de Justine, personagem sadeana que sempre revelava suas mazelas e percalços a pessoa que julgava de confiança e que poderiam ajudá-la, acabava por adentrar em novas situações trágicas.

dos homens – não somente de seus exploradores, mas, também, do próprio empresário que havia se encantando por ela. Isso porque quando ele voltou até a casa após o episódio do estupro, Margarete lhe contou do ocorrido: “E toda aquela coisa que ele tinha comigo, quebrou”. Buscando confirmar sua narrativa, acrescentei: “Quebrou, depois que você perdeu a virgindade, digamos, ele perdeu o encanto”. Ao que ela responde: “Ele perdeu o encanto, né... Perdeu o encanto”.

Ela mesma reconhece que ele agiu errado, que poderia ter pago a dívida dela e lhe tirado de lá. De qualquer forma, diante das histórias e narrativas de minhas entrevistadas, importa perguntar: o que é a virgindade? Ao que parece, é um atributo necessário, por parte das mulheres, para contarem com o respeito e reconhecimento social como pessoas respeitáveis e honradas – talvez seja um atributo essencial para que sejam reconhecidas enquanto mulheres. Logo em seu segundo abuso sexual, Margarete diz que fora julgada como puta e vagabunda por parte de sua avó. Preocupada com a reputação da filha, a mãe de Carmem nunca incentivou-a a reatar o relacionamento com o grande amor da sua vida, e ela mesma buscava aguardar o casamento para ter sua “primeira vez”. Já para Gabriela, a virgindade lhe foi tirada aos oito anos de idade. Mesmo que nenhuma das minhas perguntas a elas durante a entrevista apontasse sobre a virgindade, as três, cada uma a sua maneira, trouxeram em suas narrativas esta questão, o que demonstra como – seja para aquelas cuja infância e adolescência foram experienciadas nos anos 1970 e 1980, seja bem mais recentemente, nos anos 2000 – elas precisavam lidar, individualmente e subjetivamente com esse elemento ao longo de suas vidas, e como possuem certa relevância na enunciação de suas narrativas e, no caso de Carmem, na compreensão de sua história e biografia.

Conforme pudemos observar, o interesse do cliente rico em Margarete não recaía exatamente sobre ela e a situação em que se encontrava, mas, sim, única e exclusivamente sobre sua virgindade, algo que talvez a tornasse, aos seus olhos, mais “pura”, porque “intocada”. Uma vez que já não possuía tal atributo após o estupro, perdeu seu valor para o empresário – tal como a prostituta, para Viveiros de Castro, carecia de honra por não ser mais virgem. É como se encontrássemos ecos ou consequências mais contemporâneas das dualidades produzidas historicamente ao longo do século XIX, que preconizavam valores e condutas distintos a homens e mulheres. Estas, para contarem com o respeito da sociedade, deveriam aguardar o

casamento para finalmente terem sua primeira relação sexual. Aos homens, não parece haver tantas preocupações quanto à virgindade, visto que a honra não estava ligada ao recato e que a satisfação dos prazeres sexuais era concebida como uma necessidade biológica.

3.2.4 A narrativa de Gabriela

A mais nova de minhas entrevistadas aproximou-se da prostituição de maneira um tanto aleatória: ela conta que certo dia, aos 20 anos de idade – portanto no ano de 2016 –, uma amiga que frequentava os mesmos “rolês” que ela perguntou-lhe se ela trabalhava como garota de programa. Um tanto surpresa, Gabriela respondeu que não: “Óbvio que não, né?” - falei bem assim”. A amiga ainda completou: “Ah, por quê? Você é tão simpática, acho que você se daria bem nessa área”. O comentário acabou ocupando-lhe por demais os pensamentos, e, após muito refletir, Gabriela entrou na internet e procurou a casa de prostituição mais próxima de sua residência. Acabou não encontrando nenhuma, mas realizou uma nova busca e viu um ambiente que lhe agradou, próximo à região central de Curitiba - portanto longe de onde morava. Não quis conhecê-lo sozinha, então convidou uma conhecida sua para ir junto, que topou. Foi assim que Gabriela conheceu essa boate diurna, onde viria a trabalhar por mais ou menos um ano. “E fui ainda com a roupa normal, assim, bem... Bem normal, bem aleatória (risos), no meio do lugar. Cheguei, consegui entrar – que já era de maior, né – aí fiquei por lá mesmo. Comecei a trabalhar, daí”.

A partir de sua narrativa percebe-se o uso da internet como ferramenta que permitiu avaliar e buscar por lugares onde poderia trabalhar, uma tecnologia que ainda não existia nos tempos de Carmem e Margarete. Aproximou-se da prostituição por conta própria, não foi levada por ninguém, nem coagida por terceiros, embora tenha considerado a questão após o comentário de uma conhecida. Ela não deu mais detalhes sobre esse contexto, também não mencionou uma urgente necessidade de dinheiro. Vê-se uma aproximação a partir da reflexão e ponderação autônoma diante de um comentário do acaso. Também, diferentemente de Carmem, e apesar de não possuir uma boa relação com sua mãe, não justifica sua entrada no mercado do sexo em vistas a confrontá-la.

A partir das histórias de vida e das narrativas das entrevistadas apresentadas até então conseguimos perceber como explicações generalizantes ou “economicistas” demais sobre a entrada das mulheres na prostituição carecem de evidências empíricas – como aquelas que atribuem a carência econômica como fator primordial de explicação desta instituição. Mais importante do que isso, esse tipo de explicação, sociologicamente falando, acaba por apagar as relações de gênero e o papel da moral neste contexto, totalmente centrais no caso de Carmem, bem como a agência, a reflexividade de cada uma delas acerca da própria vida – mais especificamente Carmem e Gabriela, já que o caso de Margarete é bastante distinto.

3.3 DAS PREFERÊNCIAS ENTRE MODALIDADES DE TRABALHO SEXUAL

Na apresentação da coletânea “Gênero no mercado do sexo”, Adriana Piscitelli (2005) aponta que, segundo Laura Agustín³⁶ (2005 apud, PISCITELLI, 2005), o termo prostituição pode obscurecer a diversidade ou os tipos de trabalhos sexuais existentes dentro do que ela chama de mercado do sexo. A título de exemplo pode-se citar os serviços realizados por *strippers* em boates, casas noturnas, saunas, as atrizes e atores de filmes pornográficos, modelos de fotos para revistas pornográficas, a prostituição nas ruas, nas praças, em apartamentos, em motéis, em hotéis, em cinemas pornô, o sexo virtual pela *webcam* ou pelo telefone. Em sua pesquisa a partir de entrevistas com diferentes trabalhadoras sexuais, Chapkis (1997) mostra como os relatos das mulheres sobre sua atividade podem variar de acordo com as condições em que o trabalho ocorre, atribuindo as variações menos por conta da natureza do trabalho sexual do que pelo lugar que as mulheres ocupam dentro da estrutura social e as condições em que ele ocorre.

Na medida em que não concebi, nesta pesquisa, o trabalho sexual – independentemente de suas modalidades – como uma imposição forçada às mulheres que o realizam, foi possível abrir margem para o questionamento sobre a preferência de modalidade de trabalho de cada uma das entrevistadas. Portanto, uma das perguntas que fiz para Carmem, Margarete e Gabriela diz respeito às preferências e às escolhas de se trabalhar em determinado lugar e modalidade:

36 AGUSTÍN, Laura. **Trabajar en la industria del sexo, y otros tópicos migratorios**. Tercera Prensa, Donosti, 2005.

Como se deu essa escolha? Por que esta modalidade e não aquela? Ainda no sentido das preferências, questionei-as sobre quais seriam os melhores e os piores lugares para se trabalhar com o sexo, e por quê. É interessante perceber a heterogeneidade de elementos colocados pelas entrevistadas para justificar suas escolhas e respostas, ponto que assemelha-se com o exposto por Chapkis, conforme se verá.

Começando por Margarete, a partir do que já foi exposto de sua história percebe-se que sua aproximação com o mundo do sexo comercial ocorreu de maneira forçada, ainda adolescente, em uma situação clara de exploração sexual de adolescentes – situação que não abre margem, portanto, para se pensar em escolhas ou preferências, ao menos nesse momento inicial de sua vida. Contudo, dando continuidade à sua história, Margarete contou que depois de sair da boate com seu marido e filho, passou a enfrentar situações de agressões físicas constantes por parte dele - “espancamentos”, em suas palavras. Mesmo na boate ele já batia nela, e as agressões só se intensificaram. A forma que achou para se livrar da situação foi fugir dele. Isso, porém, teve um preço: deixou seu filho com ele, ainda criança. Vemos mais uma vez a dificuldade de criação de relações familiares sólidas na trajetória de Margarete, e mais uma ruptura, mais um deslocamento solitário. Fato é que nesta nova etapa de sua vida, ela continuou exercendo trabalhos sexuais, agora, contudo, de maneira minimamente autônoma, vivendo uma vida bastante distinta daquela que levou na adolescência na boate.

A partir desse momento ela atuou em diferentes lugares como trabalhadora sexual, mencionando as esquinas, as praças, os bares, boates noturnas de diferentes cidades e regiões do Brasil, ora atendendo em um apartamento onde residia, ora em outras boates e ora trabalhando nos bares próximos aos portos de cidades litorâneas – Itajaí, Santos, Rio Grande, Rio de Janeiro foram por ela mencionados. E é neste último ambiente que Margarete diz ter se sentido melhor trabalhando:

Porque o porto era um lugar onde você tirava muito mais dinheiro, né (risos). Tu fazia 500, 600 dólares numa noite. Tu se mantinha bem, tinha boas roupas, era muito melhor. Eu conheci muitas mulheres que adquiriram muito, amigas minhas que conseguiram – que não tinham envolvimento com a droga. Porque eu conheci mulheres ali que estavam fazendo faculdade. Eu via meninas chegarem no porto pra fazer um programa por 300, 400 dólares pra pagar sua faculdade, né.

Apesar de mencionar os rendimentos maiores obtidos no porto, ao longo da entrevista Margarete aponta para outros elementos que explicam sua preferência para esse ambiente, como quando aborda um pouco sobre sua rotina no último lugar onde trabalhou, na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Ela morava em uma casa junto de outras mulheres, todas profissionais do sexo - “era um coletivo de meninas, naquele tempo não dizia profissional do sexo não, era *puta* mesmo” - e trabalhavam sempre à noite, nos bares e esquinas próximos ao porto. Saía de casa com uma meta na cabeça, buscando ganhar R\$400, por exemplo, e assim que conseguisse o valor retornava para casa. Às vezes o movimento era fraco e os rendimentos provinham apenas de uma parte do valor que o cliente gastava em uma dose de bebida alcoólica – a chamada comissão –, mas quando tudo ocorria bem, os programas eram combinados no bar e realizados em motéis nas proximidades.

Margarete diz que no porto era tudo mais *independente*. Para melhor compreensão dessa afirmação, bem como de sua preferência por esse lugar, devemos refletir sobre sua resposta diante da pergunta sobre o pior ambiente para se trabalhar com sexo: sem titubear, ela menciona as boates. Independência lembra liberdade, e liberdade era tudo o que ela não tinha quando morou e trabalhou de maneira forçada na boate em Santa Catarina, quando adolescente. Quis saber se ela havia voltado a trabalhar em boates depois que se viu livre do seu marido, e ela afirmou que sim, mas acrescentou: “Voltei, mas hoje as boates são diferentes”. É constante a mobilização temporal do passado e do presente em sua narrativa, apontando para transformações no mundo do trabalho sexual. Perguntei por que era pior naquela época:

os meus 14, 15 anos, porque as boates te tornavam escravas e te endividavam. E ainda existe boates assim hoje. São poucas, mas ainda existem. Principalmente quando a mulher é boa pra casa, (quando a) mulher sabe fazer o homem gastar, o cliente gastar, eles querem manter aquela mulher. Só que a mulher diz: “Ah, eu vou embora”, aí eles: “Não, mas tu me deve isso!”, “Mas da onde?!”. Tu não sabe, aparece aquela dívida pra você. Isso é um problema ainda hoje das boates. Quando você *mora* na casa, quando você *depende* da casa, entende?

A falta de uma casa própria ou de rendimentos para pagamento de um aluguel são fatores mencionados por ela que agravam as condições de vida e trabalho de uma mulher que ganha dinheiro através do sexo dentro de uma boate,

na medida em que a trabalhadora estabelece uma relação de dependência com o dono do estabelecimento em que trabalha e mora. Ela aponta para o que entende como uma certa forma de *exploração* nessas condições, como quando um cliente conhece uma mulher dentro da boate mas deseja realizar um programa por fora, ou seja, em algum motel, ou levá-la para jantar. Neste tipo de situação, “a casa tem que ganhar, a casa nunca pode perder”, resume ela. O que isso significa? Que o dono da boate, para permitir que a mulher que ali trabalha faça o programa em outro ambiente, exige que o cliente “pague a noite” da mulher – isto é, ele estabelece um preço baseado nos rendimentos que a profissional ganharia ao longo de toda a noite com programas e com as bebidas que outros clientes gastariam caso ela estivesse ali, e impõe ao homem que deseja fazer esse programa por fora: “A mulher que depende do quarto da casa, o cliente tem que pagar a noite dela. Por exemplo, eu bebia muito, dava 300, 400, 500 reais de lucro pra ele. Tu acha que ele vai perder? Ele fazia uma noção do que eu dava de lucro”.

É por isso que ela menciona as boates como o pior lugar para se trabalhar, não apenas pela sua experiência na adolescência, mas mesmo depois disso, apontando para os rendimentos extraídos de seu trabalho por parte dos donos do estabelecimento como uma forma de exploração. Nas ruas e bares das cidades portuárias, onde ela realizava os programas nos motéis das proximidades, este tipo de extração dos rendimentos não ocorria, fato que serve para atribuir esse ambiente como os que mais gostou de trabalhar, justamente pela independência.

E como se deu a escolha de Gabriela em trabalhar na boate diurna, de segunda a sexta-feira? Por que não optou por atender por sites? Por que não uma boate noturna? Essas foram algumas perguntas que realizei, e novos elementos surgem como justificativas para suas preferências e preterições, que talvez pareçam meros “detalhes” mas que ajudam a entender a diversidade da realidade do trabalho sexual e os elementos que pesam na trajetória de cada uma das mulheres.

Em 2016, Gabriela, aos 20 anos, começou a trabalhar na boate diurna. Ela frequentou o ambiente por mais ou menos um ano, indo semanalmente, de segunda a sexta-feira, das 13h às 22h. Ela me explica que até pensou em trabalhar através de algum site³⁷, mas que por conta das muitas tatuagens que possui e do medo de

37 Uma das modalidades de trabalho sexual é aquele em que a mulher ou homem cria um perfil com fotos suas e paga para divulgá-lo em *sites* voltados para o seu nicho. Fornecem seus telefones e os clientes interessados entram em contato. O trabalhador atende em seu ambiente de preferência. Normalmente os preços do programa já constam nos perfis.

ser reconhecida por alguém de seu círculo, logo descartou essa alternativa, pois teria de borrar suas tatuagens na edição dos anúncios e, no final das contas, pouco sobraria de seu corpo para ser mostrado e visto por clientes em potencial. Só trabalharia em sites se fosse em outra cidade. Outro motivo importante relatado para evitar os sites é, em sua perspectiva, a *segurança* que uma boate proporciona para as mulheres que ali trabalham³⁸:

E eu acho que é mais perigoso você trabalhar no site do que numa casa. Porque no site você não sabe quem é que você vai encontrar, aonde você vai, com quem que você vai, entende? Ali na casa, não. É o quarto, tem a segurança da dona, dos seguranças, de outras meninas, de outras pessoas.

Em relação à prostituição nas ruas, Gabriela diz que isso nunca passou por sua cabeça, que sequer cogitou a ideia, apontando para o fato de que em Curitiba “todo mundo conhece todo mundo”, e que algum de seus parentes poderiam passar por perto e avistá-la – mais uma vez pesa sobre suas escolhas o medo em ser reconhecida, ou seja, o fator do estigma associado ao trabalho sexual, um dos grandes problemas enfrentados por muitas mulheres neste ofício. Ao mesmo tempo, Gabriela diz já ter encontrado conhecidos seus na boate, situação constrangedora inicialmente, mas com a qual soube lidar: “Eu ficava meio constrangida no início, mas depois... Eu ia, e ainda cumprimentava, dava um beijo no rosto (risos), abraçava e foda-se!”. É importante ponderar que, a partir de sua narrativa, seu maior medo não era exatamente encontrar algum conhecido seu, mas sim de não ter o controle sobre quem poderia saber sobre seu trabalho, ou seja, que a informação fosse espalhada para terceiros sem ela sequer ter ciência. Além disso, deve-se lembrar que Gabriela nunca adotou um nome diferente em seu ambiente de trabalho, sempre foi o mesmo de seu Registro Geral (RG), o que demonstra uma relação ambígua com o medo de ter sua fonte de rendimentos descoberta. No final das contas, é praticamente impossível se esconder totalmente.

Gabriela trabalhou por quase dois anos nessa boate diurna, mas não foi o único lugar que frequentou. Ela menciona ao menos três boates noturnas onde trabalhou esporadicamente, e é a partir de sua resposta sobre o que seria um bom lugar para se trabalhar que novos elementos surgem para complexificar e enriquecer a diversidade das modalidades e dinâmicas de trabalho sexual, bem como o que de

³⁸ O que não quer dizer que ela não tenha passado por situações de violência dentro da boate, conforme se verá.

fato pesa na decisão por um ou outro ambiente. Diferentemente de Margarete, Gabriela diz que os melhores lugares para se trabalhar são as boates noturnas, apontando para uma dinâmica distinta de se ganhar dinheiro:

[...] (Nas boates noturnas) o cara chega e ele já sabe o que ele quer. Porque geralmente essas casas de dia é uma enrolação. O pessoal vai, bebe muita cerveja, às vezes só vai pra ficar curtindo... Hoje, se eu voltasse a trabalhar, não voltaria a trabalhar lá (na boate diurna), porque eu sei que você perde muito tempo, às vezes com um cara que não quer nada, sendo que você poderia estar ganhando dinheiro, sabe? [...] Então pra mim, hoje, o lugar ideal seria um lugar que não tem esse negócio de bebida, de balada, essas coisas. Você chega, escolhe a menina, vai pro quarto, trabalha, e pronto. É até mais fácil pra ganhar dinheiro.

Outro aspecto negativo mencionado por ela, característico desse espaço que chama de “baladinha”, é a postura de alguns clientes no ambiente onde ocorrem as interações e as negociações do programa, antes de irem para o quarto, que remete a situações de assédio – embora essa palavra não tenha sido mencionada por ela: “Porque assim, infelizmente hoje em dia, ainda tem muita pessoa que acha assim: ‘Ai, ela é garota de programa, então eu posso fazer com ela tudo o que eu quiser. Ela vai passar aqui de sainha, e eu vou ficar passando a mão nela’”. Embora ela não tenha falado em assédio, percebe-se um desconforto neste tipo de situação, entendida como desrespeitosa, como se o corpo da mulher fosse público e estivesse 100% disponível, sem seu consentimento.

A partir de sua narrativa, percebe-se que Gabriela pondera o tempo dedicado ao serviço e a quantia de dinheiro que recebe em um dia, preferindo ambientes em que os programas acontecem mais rapidamente, preterindo outros em que precisa fazer companhia em demasia e que nem sempre a conversa com o cliente pode vir a se tornar um programa de fato – ou seja, o cliente pode simplesmente ficar bebendo com a mulher, que ganhará a comissão das bebidas, mas não irá para o quarto, momento em que ela recebe um retorno financeiro maior. Assim, o lugar ideal de trabalhar, para ela, é onde os programas ocorrem de maneira mais direta, enquanto que um lugar ruim para se trabalhar é este em que Gabriela chama de “baladinhas”, onde os homens “enrolam” e que portanto exige-se das mulheres “bastante lábia para conseguir trabalhar”, em suas palavras.

Existe outro fator apresentado por ela para justificar sua preferência pelas boates noturnas, e que é possível estabelecer uma relação com a narrativa de

Margarete: o preço do programa e a quantia de dinheiro retida pela casa por programa. Apesar de não ter mencionado a palavra *exploração*, tal como o fez Margarete, Gabriela diz preferir as boates noturnas porque era ela quem acertava o preço de seus programas diretamente com os clientes, ou seja, o valor não era tabelado pela casa, tal como acontecia na boate diurna. A gerência dos ambientes noturnos que frequentou ganhava dinheiro com o aluguel dos quartos pelo cliente e com a venda de bebidas, mas não intermediava a negociação dos programas, que ficava totalmente a cargo das mulheres. Estas também não precisavam pagar à boate para entrar ou realizar programas nos quartos. Já na boate diurna onde mais trabalhou, além de haver dias em que os frequentadores mais queriam conversar ou beber do que ir para o quarto, o preço do programa era fixado pela casa, bem como a parte que ficava com a gerência. Na época, Gabriela explica que haviam dois preços: o de meia hora (R\$150) e o de uma hora (R\$210). No primeiro caso ela ficava com R\$100, no segundo com R\$150 – ou seja, a casa retinha 33% e 29% do valor de cada programa, respectivamente³⁹.

Na casa diurna os clientes pagavam o programa diretamente no caixa do ambiente, e ao final do dia as mulheres iam retirar seu dinheiro. O controle era feito por uma comanda, entregue a cada uma das mulheres, mas Gabriela comenta que tinha o hábito de anotar em seu bloco de notas do celular cada programa que fazia, para depois conferir na saída⁴⁰. Outra maneira de ganhar dinheiro é a partir das bebidas, havendo duas possibilidades: uma dose de R\$20 e outra de R\$40 em que ela ficava com a metade do valor de cada dose adquirida pelo cliente, com quem bebia junto. Gabriela conta que em dias ruins atendia de três a quatro clientes, em dias bons de oito a dez.

Mas se ela conseguia obter mais dinheiro em menos tempo trabalhando nas boates noturnas, se incomodava com posturas características de assédio por parte de alguns clientes, e se disse que se voltasse a trabalhar, hoje, como garota de programa, não voltaria para a boate diurna em que permaneceu por quase dois anos, por que passou tanto tempo trabalhando lá? Por que não trabalhou apenas nas boates noturnas? É aqui que entra um importante fator dentro da equação, fator este colocado sobre muitas prostitutas e, para ser mais abrangente, muitas

39 Lembrando que outra forma de incrementar os rendimentos era através das chamadas *caixinhas*, assunto a ser abordado mais à frente.

40 Lembremos que não é tão difícil perder as contas, nem tanto pela quantidade de programas que ela poderia realizar em um único dia, mas principalmente pelo uso de bebidas alcoólicas.

mulheres: as obrigações impostas pela maternidade. Perguntei-lhe por que ela não trabalhava de noite, ao que me respondeu:

Por causa do meu filho. Era complicado, tipo, sair de casa 22h, 23h, e voltar no outro dia às 5h. Eu teria que dormir o dia inteiro pra ter energia de novo pra trabalhar à noite. Então eu só fazia de dia e de noite quando ele, por exemplo, não estava, quando ele estava pra casa do pai dele, porque daí eu sei que eu podia ficar lá, tanto que às vezes eu não saía da (*nome da boate*)⁴¹ 22h, às vezes eu saía 18h, 19h, porque ele estava lá, eu precisava ficar com ele. Só que daí eu tinha a parte da manhã pra ficar com ele, o horário do almoço ali, né?

Gabriela foi mãe aos 17 anos de idade, e nutre um carinho muito forte pelo filho. Dentre diferentes aspectos de sua vida que poderiam ser diferentes, ela menciona que a única coisa que manteria como está, e da qual não abre mão, é a relação que tem com o filho. Ela não me apresentou outros detalhes sobre o pai da criança, se eles se casaram depois dela engravidar, quando e porque se separaram, mas vê-se através do relato que o filho visitava e passava alguns dias com o pai, momento em que ela aproveitava para ficar mais tempo no trabalho e obter mais rendimentos nas boates noturnas. Ela conta com a ajuda da mãe para criar o filho.

Quando começou a trabalhar com sexo, o dinheiro obtido muitas vezes era gasto rapidamente, em festas, baladas e roupas. Depois, Gabriela conta que passou a guardá-lo em uma poupança, que serviu muitas vezes para pagar despesas médicas do filho que surgiam esporadicamente. Além disso, contribuía com as despesas da casa, fator decisivo para que sua mãe mudasse sua postura diante do trabalho da filha: “Quando ela começou a ver a cor do dinheiro, daí ela meio que não falou mais nada, parou de me julgar, me criticar. Mas apoio, apoio (para continuar trabalhando), nunca”. Várias vezes sua mãe requisitou os rendimentos da filha, e esta assim o fez, mesmo considerando o dinheiro da filha amaldiçoado – talvez pelos valores cristãos a partir dos quais dá sentido à vida, na medida em que Gabriela menciona que nasceu numa família evangélica.

A partir da narrativa de Gabriela é possível afirmar que apesar de o dinheiro figurar como um aspecto bastante relevante do trabalho sexual, nem sempre o caminho – ou a modalidade – que fornece os maiores rendimentos é aquele escolhido para se seguir: pesa o fator maternidade, a relação e o tempo que passa junto do filho, e é a partir deste marcador e dessa estrutura que ela encaixa e faz

41 O nome da boate não será mencionado no trabalho para que a identidade de Gabriela não seja revelada.

sua rotina de trabalhadora sexual. Ainda, é possível pensar nas casas e boates diurnas como um espaço que possibilita a conciliação entre a necessidade de dinheiro e a experiência enquanto mãe, que no caso de Gabriela, figura como a mais relevante, na medida em que tinha consciência de que preferia os ambientes noturnos aos diurnos, mas optava por estes pelo desejo de estar junto do filho, mesmo que os rendimentos fossem menores e que precisasse passar, às vezes, por situações características de assédio por parte dos clientes. Quantas outras mulheres profissionais do sexo talvez encontrem-se na mesma situação? O marcador social da maternidade apresenta-se como importante para se explicar a diversidade dos nichos e modalidades do trabalho sexual.

Resta tratar sobre as preferências de Carmem, aquela dentre as minhas interlocutoras que mais tempo atuou no mercado do sexo e, mesmo após parar com os programas, nunca deixou de estar próxima da prostituição, pôde futuramente experienciá-la e vivê-la enquanto militante dos direitos das trabalhadoras sexuais. Carmem conta que sempre preferiu trabalhar nas ruas e praças de Curitiba, foi o ambiente ou modalidade onde mais atuou como profissional do sexo, e que não gostava de trabalhar nas boates noturnas – ela conta que quando começou sua jornada no mercado do sexo, na década de 1970, ainda não havia boates diurnas em Curitiba. Os motivos de sua preferência são basicamente dois, que dialogam com as narrativas de Margarete e Gabriela apresentadas anteriormente. Segundo Carmem, “quem não gosta de beber, não consegue trabalhar em boates”. Ela nunca cultivou o hábito de ingestão de bebidas alcoólicas nem de qualquer outra substância, seja durante o trabalho, seja nos momentos de lazer. Conforme já foi relatado, tanto Gabriela quanto Margarete contam que uma das maneiras de se ganhar dinheiro nas boates ou mesmo nos bares é através do consumo de bebidas junto dos clientes, que pagam para a gerência um preço maior na dose considerando a comissão que é repassada para a profissional⁴². Mas este não é o único elemento trazido por ela para justificar sua preferência a esse ambiente:

Então, fui trabalhar em algumas boates, mas que, pra mim, não dava. Uma porque eu não gosto de cliente me apalpando, me alisando... E na rua é um outro sistema. Você conversa com o cliente, vai pro quarto, pro hotel, lá você faz o que tem que fazer e não tem aquela coisa de ficar te amassando sem te pagar nada, sabe? Então... É um universo bem diferente.

42 Isso ocorre também nos bares do centro de Curitiba onde são negociados programas com as mulheres que ali trabalham. Na minha única ida exploratória ao campo vivenciei tal situação.

É nítido o paralelo a ser estabelecido entre seu relato e aquele trazido por Gabriela, quando esta diz que *infelizmente* ainda existem clientes que acham que podem fazer o que quiserem com as garotas de programa, como passar a mão nelas quando transitam pelas mesas do espaço do bar na boate diurna onde trabalhava. Também, transparece uma semelhança quanto à dinâmica mais rápida e fluida dos programas realizados nas ruas, que ocorrem sem mais delongas: ele é acordado na calçada e executado no quarto de um hotel próximo⁴³. Quando pergunto-lhe sobre as características de um ambiente ruim de se trabalhar, aos seus olhos, mais uma vez ela menciona as boates, apresentando outro elemento que assemelha-se, dessa vez, ao mencionado por Margarete sobre a retenção do valor do programa por parte da gerência:

Porque além de eu ter que dividir o meu dinheiro, eu tenho que ficar sendo amassada, e fazer o que o proprietário da casa quer. Eu conheço proprietários que a mulher não quer fazer sexo anal e que ele obriga as mulheres a fazer sexo anal. É uma obrigação fazer as mulheres beberem cinco doses antes de ir pro quarto, sabe? [...] É que se o programa for R\$150, metade é do dono e metade é da mulher. O dono cobra lá, R\$30 de uma dose, você recebe R\$7 e o resto é do dono⁴⁴. E eu acho que é uma forma de explorar a mulher, sabe?

Quer dizer, Carmem e Margarete concebem a divisão dos rendimentos por programa pela casa como uma forma de exploração, ponto que as afasta dessa modalidade como interessante de se trabalhar. Gabriela, apesar de não falar em exploração, nem de reclamar diretamente da divisão, diz preferir as boates noturnas onde atuou exatamente pelo fato dela mesma poder acordar o valor dos programas diretamente com os clientes, cobrando um preço que ela mesma acha justo. Esta última fala de Carmem ainda traz outro ponto bastante sério que pode ocorrer dentro de uma boate: a obrigação de práticas sexuais colocada às mulheres, sem estas poderem recusar, e também a obrigação de ingestão de bebidas alcoólicas antes de realizar um programa^{45,46}.

43 Carmem conta que na dinâmica da rua fazia muitos programas em um único dia.

44 Sobre este ponto da quantia retida pela casa, mais à frente, quando pergunto sobre as conquistas do movimento organizado, Carmem menciona a diminuição deste valor retido e o fim destas exigências para as mulheres trabalharem em determinado ambiente.

45 Obviamente que isso não se trata de uma obrigação de todas as casas. Gabriela conta que ela tinha total autonomia para combinar seus programas com os clientes, e que não era obrigada a ingerir bebidas alcoólicas.

46 É interessante pensar na enorme diversidade das relações de trocas econômico-sexuais existentes. O seguinte trecho da entrevista de Carmem surgiu após o questionamento sobre um ambiente que nunca trabalharia: "Um lugar que eu acredito que nunca trabalharia, nunca! - a gente fala nunca, mas, de repente, quando a gente vê a gente tá trabalhando – mas assim, que

A partir das narrativas, pode-se concluir que diferentes fatores influenciam nas respostas sobre as preferências e preterições entre modalidades, nas características boas e ruins de um determinado ambiente de trabalho: o medo de ser vista e reconhecida por algum parente ou conhecido pode influenciar na escolha por uma boate, e não nas ruas, bem como a sensação de segurança diante de possíveis situações de violência por parte dos clientes. A necessidade de se dividir o tempo de dedicação ao trabalho e a obtenção de rendimentos com as tarefas e funções de mãe fazem das boates diurnas um ambiente capaz de conciliar tais tarefas. A noção de exploração, percebida como a retenção de uma parte do valor do programa por parte da casa, influencia na preferência por modalidades em que não existam intermediários na relação do sexo comercial. A necessidade de se consumir bebidas alcoólicas no ambiente de trabalho, seja por imposição da casa ou porque seu consumo é facilitado pelo próprio ambiente – como no caso de Gabriela, que descreve a boate diurna onde trabalhou como se fosse “tipo um bar” – afasta aquelas que não cultivam o hábito de beber. São diferentes elementos trazidos nas narrativas que ajudam a iluminar tanto a diversidade do mercado do sexo, quanto as motivações para se atuar em determinado lugar. Análises rápidas e superficiais não dão conta de explicar adequadamente toda essa diversidade, e somente levando a sério as narrativas é que se consegue expandir as noções sobre o trabalho sexual.

Para finalizar o presente tópico, a resposta de Carmem diante da pergunta sobre as características de um bom lugar para se trabalhar abre espaço para a reflexão sobre a enorme responsabilidade que recai sobre cada mulher que resolve, por conta própria e sem ser coagida por terceiros, adentrar no universo tão diverso do trabalho sexual. Quer dizer, por que uma mulher se submete a trabalhar numa boate que a obriga a fazer sexo anal, se esta é uma prática que ela não quer fazer? Por que trabalhar num lugar que exige-se a ingestão de bebidas alcoólicas se ela não gosta e não quer beber? Recai sobre cada mulher, diante, talvez, de uma ausência de legislação e regulamentação, a responsabilidade dela mesma fazer seu ambiente de trabalho um lugar bom para trabalhar – e aqui a experiência, a informação e a atitude possuem grande importância nos caminhos do trabalho sexual, conforme aponta Carmem:

eu não gostaria de trabalhar, é dentro dos presídios. Porque nós temos muitas mulheres que vão fazer programa com os presos nos presídios”.

Porque... Eu posso dizer, assim, da minha época até os dias de hoje... Um bom lugar pra você trabalhar... Nada é caro se você negociar e tratar. Tudo que é bem tratado entre donos de casa – o que é bom pra mim e pro dono da casa – eu não tenho que reclamar. *Eu* tenho que fazer meu local de trabalho. *Eu* que tenho que saber como me portar, e como vou fazer daquele ambiente um ambiente saudável e bom pra trabalhar! Desde a minha época e até agora, você entendeu? Por quê? Nas ruas – porque tinha pontos fixos, né? – nas ruas, quando você chega, se você não fizer um *lobby* com as pessoas, e trabalhar num esquema que não dê problema – não te agridam, ou te aceitem na rua – você tem que fazer uma construção disso, sabe? Você tem que respeitar as companheiras que estavam ali. E não é só na rua! Em todos os espaços têm que ser assim.

Só é possível compreender o trecho acima quando se aceita, de fato, que a prostituição não é uma imposição forçada às mulheres, mas sim uma escolha de foro íntimo condicionada a diferentes estruturas e marcadores sociais – e aqui obviamente excluo situações iguais ou semelhantes aquela em que Margarete passou na adolescência –, que demanda muita responsabilidade, sabedoria, e autonomia de cada mulher. O trecho acima não deve ser entendido como uma cegueira diante de imposições absurdas e violentas por parte de gerentes das boates, ou daqueles que extorquem mulheres exigindo-lhes que paguem o ponto de prostituição – cafetões e cafetinas –, até porque Carmem e a equipe do Grupo Liberdade atuam e posicionam-se contra esse tipo de situação. Trata-se, sim, de reconhecer a genuína liberdade, direito, escolha e consciência de uma mulher que quer trocar sexo por dinheiro – e principalmente a enorme, pesada e difícil responsabilidade que vem junto de tudo isso. Aliás, um dos tipos de ações do Grupo Liberdade é a promoção de reflexões entre as muitas trabalhadoras do sexo de Curitiba afim de que elas possam compreender quais são os seus limites e possibilidades dentro desse mundo, para que saibam exatamente o que um gerente pode ou não exigir-lhes, e o que um cliente pode ou não fazer durante um programa:

Quando uma mulher tá se prostituindo ela sabe muito bem pra que fim veio. Cê entendeu? Ela sabe que não vai ser fácil, ela vai ter que aguentar várias coisas – mas se ela quiser aguentar também, senão ela faz as normas dela pra trabalhar –, entendeu? E hoje uma mulher que trabalha por R\$1.200, ela não sustenta dois, três filhos. E a profissional do sexo, ela sustenta quatro, cinco filhos lá, com o dinheiro trazido da prostituição. Você entendeu?

Carmem não vitimiza as profissionais do sexo, reconhece-as como mulheres com a capacidade de agir, escolher, sair e voltar da prostituição quando lhes convêm. Ao mesmo tempo, reconhece também que não é uma profissão fácil, nada

fácil. Talvez seja possível dizer que uma das consequências de não conseguir lidar com tanta responsabilidade, de maneira autônoma, seja essa situação relatada por Carmem ao longo da entrevista, sobre o que a prostituição pode fazer com uma mulher:

Porque não é uma vida fácil. Nem um pouco, sabe? Se você não se cuidar, ela destrói o seu amor, ela destrói o teu eu... Você passa a ser uma máquina de dinheiro, sabe? E você não pode deixar isso acontecer com você, sabe? Você tem que... Tentar separar as coisas, sabe? Eu estou aqui porque eu necessito, porque eu preciso, mas eu não posso matar os sentimentos que têm dentro de mim e o meu eu, sabe? Eu não posso passar por cima, que nem uma máquina esmagadora, e dizer: "Hoje eu sou uma outra pessoa"

Assim, as inúmeras situações de violências pelas quais passam muitas mulheres na prostituição, ou diferentes sofrimentos, também podem ser compreendidas a partir dessa ótica: de quando extrapolam-se os limites subjetivos de cada mulher em particular – que são variáveis – sob o pretexto de se ganhar dinheiro a qualquer preço. O sofrimento é menos pelo trabalho sexual em si, mas sim por aquilo que uma mulher, ela mesma, acaba se autosubmetendo dentro desse amplo universo, quando não tem forças ou consciência para impor limites ou “fazer do seu próprio ambiente de trabalho um lugar saudável”. O risco de se perder e, mais especificamente, os custos, são bastante altos. Essas últimas informações serão melhores trabalhadas no tópico sobre as situações de violência percebidas pelas entrevistadas durante suas trajetórias no mercado do sexo.

3.4 ACORDANDO UM PROGRAMA, OU, DAS MARGENS DE NEGOCIAÇÃO COM OS CLIENTES

Perguntei às interlocutoras sobre o momento da negociação de um programa com um cliente, na medida em que no senso comum, ou mesmo entre as alas abolicionistas do feminismo, muitas vezes impera a visão de que a profissional do sexo se submete à práticas que não deseja realizar, mais ou menos como se topasse tudo por dinheiro. Essa linha de raciocínio certamente não está totalmente equivocada, já que na própria entrevista com Carmem tomamos contato com a existência de situações em que donos de boate impõem práticas sexuais às mulheres que ali trabalham, como a obrigação de realizar sexo anal no programa, ou

de consumir álcool junto do cliente antes de ir para o quarto⁴⁷. Margarete, durante sua adolescência, confinada na boate em Santa Catarina, também menciona a exigência de cumprir cotas diárias de programas e de consumo de álcool – mas aqui é preciso lembrar que não se trata de prostituição aos moldes do permitido por lei ou defendidas pelo movimento organizado, conforme já foi apontado, mas sim de exploração sexual de menores, cárcere privado, etc. Contudo, dizer que essa realidade existe é algo bem diferente do que dizer que todas as mulheres que trabalham com a prostituição estão submetidas a ela. A partir das narrativas coletadas, é possível perceber que seja na prostituição das praças e ruas, seja nos bares dos portos, seja na boate diurna, a profissional é a protagonista no estabelecimento do acordo e possui margem considerável para impor suas vontades, negociar valores e sobretudo apresentar aquilo que faz e o que não faz, cabendo ao cliente a escolha de fechar, ou não, o programa a partir dos critérios por ela apresentados.

Para enriquecer este quadro aproveito para tratar um pouco da imagem que minhas interlocutoras possuem em relação aos homens que procuram pelos seus serviços, a partir das respostas dadas aos questionamentos sobre o que elas consideram um cliente ideal e um cliente ruim, as características de cada um desses tipos, já que me propus a compreender e levar a sério suas opiniões e compreensões sobre seu próprio trabalho e vida.

A partir das narrativas é impossível enquadrar um único tipo de homem que recorre aos serviços de uma profissional do sexo. Elas relatam programas com garis, empresários, professores, políticos, mecânicos, padeiros, pedreiros, homens casados e solteiros, universitários, pessoas sem instrução nenhuma, com ensino superior, homens que ganham pouco dinheiro e homens muito bem de vida, homens da cidade que buscam um programa rápido durante o horário de almoço, e homens simples do interior. Mesmo Carmem, que trabalhou nas ruas, relata que seus clientes variavam desde os engravatados até aqueles de chinelo de dedo – e estes, mais simples, “são capazes de dar o salário inteiro deles!”, segundo ela. Gabriela também trouxe a grande variedade de homens que já foram seus clientes na boate, desde desempregados até grandes empresários. Diante da pergunta sobre quem

47 É preciso considerar, neste caso, algumas mudanças apontadas por Carmem como conquistas do trabalho do Grupo Liberdade junto dos donos das boates, como a diminuição do valor do programa que fica retido pela gerência e o fim das exigências de consumo de álcool como condição de realização do programa.

eram seus clientes, ela começa a resposta dizendo: “Todo mundo que você imaginar. Todo tipo de homem que você imaginar”. Essa enorme diversidade de homens é um fator apontado como interessante por Gabriela, pois pôde conhecer todo tipo de pessoa: “Eu conheci desde um cara que não fazia nada da vida dele, vivia, sei lá, de seguro-desemprego, até um cara que era, tipo, dono de uma empresa, rico, japonês, viajava fora do país todo mês, então era muito... Oscilava demais, assim, os clientes.” - resume ela.

Em relação ao que consideram um cliente ruim e um cliente ideal, suas respostas encontram uma certa consonância, ligada ao tratamento com respeito para com elas, à manutenção daquilo que foi acordado previamente à realização do programa, e à higiene do cliente. Mesmo diante dos diferentes contextos de atuação, ligados à modalidade de trabalho de cada uma das entrevistadas, ou dos diferentes lugares em que atuaram, e também da diferença temporal entre elas, as respostas apresentadas assemelham-se bastante, ao ponto de se confundirem. Para Margarete:

O bom cliente é aquele que chega, ele te trata com carinho, ele te trata com respeito, né. Porque nós somos conselheiras deles. Muitas vezes o cliente vem, às vezes nem... Cansei de pegar cliente que não era só pra sexo. Era pra desabafar dos problemas de casa. O bom cliente é aquele que chega, te paga aquela dose, te paga a segunda, te trata com respeito, como ser humano. E isso era muito pouco, naquele tempo. Hoje em dia é muito melhor, né. Mas, que te trata com respeito.

Para Gabriela:

Cliente bom é um cliente simpático, respeitoso acima de qualquer coisa, que não é aquele cara grosseiro, estúpido, sabe? Que acha que só porque ele tá pagando ele tem direito de fazer o que ele quiser com você – porque infelizmente também tem *muitos* assim! E acho que esses, assim... Que é direto, ele vai sabendo o que que ele quer. Só que ele não é estúpido, é um cara gentil, que sabe conversar, que ele deixa você à vontade. Isso pra mim é um cliente excepcional: que deixa a menina à vontade.

E, por fim, para Carmem:

Olha... Um cliente ideal é aquele que... bem limpinho, bem asseadinho, que não é grosseiro, sabe? Que não reclama do preço... Sabe? Que não te faz perguntas, ou quer exigir coisas de você, sabe? [...] Um bom cliente, pra mim, é um cara tranqüilinho, pacífico, sabe? Que tem empatia pelo aquilo que você é, sabe? Pelo próximo. Que gosta de conversar, que sabe

conversar, ele não quer só chegar lá e pá pum, entendeu? Esse tipo de coisa.

Já é possível imaginar as características de um cliente ruim: aqueles que são grosseiros ou agressivos, que no quarto tentam exigir práticas que não foram previamente acordadas, ou que querem pagar um valor menor do que o combinado, aqueles que não estão bem limpos e asseados. Sobre este último ponto, trazido apenas por Carmem, é interessante notar uma particularidade dos seus tempos como profissional do sexo: não existiam chuveiros nos hotéis em que realizava os programas no centro de Curitiba, nem mesmo pias. Ela conta que após atender um cliente, precisava se limpar numa bacia, com uma jarra d'água: "Hoje tá diferente, hoje tem água... As mulheres estão quase no céu pra ganhar dinheiro", conclui em tom de humor. Já Gabriela dispunha de um banheiro nos quartos da boate diurna, exigindo que cada cliente tomasse banho antes do programa – por isso, talvez, não tenha mencionado a higiene dos clientes como algo relevante em seu cotidiano. Em outro momento da entrevista Margarete também conta que sempre pedia aos clientes para que tomassem banho antes do sexo, momento em que podia, inclusive, conferir as partes do cliente, e talvez até mesmo transferi-lo para alguma de suas colegas, caso considerasse seu pênis grande demais para o sexo:

A sorte é que a gente deixa o cliente tomar banho primeiro, quando ele sai do banho a gente vê o tamanho do instrumento já *deste tamanho, desta grossura*, e diz: "Na minha não cabe!". Pulei a janela, fui pra outra amiga: "Amiga, vai lá que é contigo! Troca, me dá o filipino" (risos).

Tanto Gabriela quanto Margarete dizem explicitamente que o cliente ruim é aquele que acha que, por pagar, pode fazer tudo o que quiser com a profissional, como práticas sexuais que não foram acordadas ou até mesmo agressão física, xingamentos e humilhações. Tem-se aí uma relação entre dinheiro, sexo, poder e posse, que certamente não deve ser desconsiderada nas análises sobre o complexo universo do trabalho sexual, mas que ao mesmo tempo não deve ser compreendida como regra em todos os programas, muito menos como uma situação sobre a qual as trabalhadoras do sexo não possuem controle sobre, ou que não conseguem buscar estratégias para contornar a situação⁴⁸.

48 Isso será melhor abordado na sessão sobre as situações de violência dentro da prostituição, no quarto capítulo.

O momento da negociação do programa com o cliente é fundamental para o bom andamento do trabalho da profissional do sexo. Extrai-se das narrativas que os acordos sobre as práticas sexuais entre a prostituta e o cliente e qual valor será cobrado pelo programa ocorrem, sempre, em momento anterior à ida ao quarto, seja na boate, nas ruas ou nos bares. No caso de Carmem, estivesse o cliente a pé ou de carro, o programa era combinado na rua e executado no quarto de algum hotel próximo ao local, cujas gerências já a conheciam. Já Margarete relata que quando trabalhava nas cidades portuárias, as primeiras conversas ocorriam no bar, e de lá ela e o cliente partiam para algum motel, semelhante ao caso de Gabriela, que negociava o programa nas mesas do bar do andar debaixo da boate e executava-os nos quartos, no andar de cima. Em relação à maneira como os clientes abordavam as entrevistadas, Margarete e Carmem dão a mesma resposta: “‘O que que tu faz?’ é a primeira pergunta que eles fazem. ‘O que que tu tem pra me oferecer?’”, e “O cliente chega pra você e pergunta o que que você faz.”, respectivamente. Tem-se uma espécie de pergunta padrão, um tanto quanto mecânica, e o que foi relatado por Gabriela não foge muito disso: “O cliente geralmente chega e pergunta, né, por exemplo: ‘Ai, eu quero ir pro quarto com você, é completo?’. É só isso que eles perguntam: ‘É completo?’”.

Após essa abordagem inicial, chega-se ao momento em que cada uma delas coloca aos clientes as condições do programa, ou seja, o que estão dispostas a realizar em termos sexuais. Margarete e Carmem narraram que respondiam aos clientes que faziam sexo oral e vaginal, e que não faziam sexo anal. A primeira não menciona a exigência do uso do preservativo, já a segunda, sim. Gabriela conta que respondia ao cliente que não fazia sexo oral sem camisinha, nem vaginal sem camisinha, e que só fazia sexo anal (com camisinha) mediante um pagamento maior, para além daquele tabelado pela boate diurna. As restrições quanto às práticas variam de profissional para profissional, e estão ligadas a questões e limites subjetivos de cada uma delas, o que elas sentem-se confortáveis de fazer ou não. Margarete relata que nunca praticou o sexo anal nos programas por conta de um trauma, surgido a partir de uma relação forçada – não sei se com algum cliente ou outro homem fora das redes da prostituição. Sobre as negociações feitas por Margarete, esta relata:

Eu como fui uma pessoa que nunca fiz o sexo anal, eu sempre tirava o sexo anal. “Ah, meu preço é tanto, só não tem sexo anal, meia hora é tanto, uma hora é tanto, né...”. Tinha cliente que dizia: “Ah, eu quero a noite toda”. Daí meu preço era maior. Eu vou perder outros clientes que tão me esperando. “Ah, mas eu quero ficar contigo a noite toda.” Então, se tu quer a noite toda... Às vezes o cliente ficava lá: (Margarete simula outro cliente tentando chamar sua atenção, requisitando seus serviços). “Encerrou por hoje, (o outro cliente que quis a noite toda) já fechou comigo”. Aí acontecia isso, muito.

Vê-se que diante de alguns pedidos do cliente, como um programa de longa duração, Margarete levava em consideração a quantia de dinheiro que deixaria de ganhar a partir de outros programas, de modo que não fosse sair no prejuízo em uma noite de trabalho com movimento considerável.

A entrevista com Gabriela é bastante interessante para se refletir sobre a negociação do programa com o cliente, onde é possível vislumbrar a importância do protagonismo da profissional do sexo na hora de combinar a realização de práticas sexuais e os respectivos valores monetários de cada uma delas, considerando que na boate diurna onde trabalhava já havia um preço fixo de cada programa ligado a sua duração (meia hora ou uma hora), mas não ligado às práticas sexuais – que ficam inteiramente a cargo da própria mulher, a partir dos desejos apresentados pelo cliente. É por isso que diante da pergunta “é completo?”, cabe a cada mulher esclarecer o que significa o seu “completo”, já que, nas próprias palavras da entrevistada mais jovem, certas práticas sexuais não estão “inclusas no pacote”:

Porque eu acho que a partir do momento que você paga por uma coisa, não significa que você vai ter todas, né, não te dou um negócio exclusivo ali. Por exemplo, não tem uma cláusula ali no balcão dizendo “ah, ela tem que te dar o cu também, ou, ela tem que mijar em você”. Não.

É aí que Gabriela menciona uma outra maneira de se ganhar dinheiro em seu trabalho, para além dos programas de meia hora ou uma hora, ou do consumo de bebidas junto dos clientes: as caixinhas. Ela conta que o cliente pode lhe dar uma quantia de dinheiro a mais caso, por exemplo, goste do programa, ou caso ela faça alguma coisa que ele lhe tenha pedido. No caso da primeira alternativa o dinheiro pode ser entregue ao final do programa, no quarto, já em relação a segunda o preço é combinado anteriormente à ida ao quarto, e varia de acordo com a prática que o cliente deseja. Este é sempre quem sugere, primeiro, o valor, que é então refletido por ela, que tem a liberdade para aceitar, pedir um preço maior, ou se negar a fazer.

Importa mencionar que, para Gabriela, alguns dos pedidos dependem da *intimidade* entre o cliente e ela, já que nem todas suas outras colegas de trabalham aceitam realizar certas práticas – o que demonstra, mais uma vez, que não se trata de topar tudo por dinheiro, e que cada mulher apresenta seus limites e condições:

Por exemplo, eu to com um cliente aqui agora, e ele quer, ai... “Se no quarto eu quiser, por exemplo, comer seu cu, eu vou te pagar tanto a mais, você me dá?”. Aí: “Ah não, sim”. Como já aconteceu comigo: “Ai, eu quero que você faça xixi em mim, vou te pagar a mais”. “Então tá bom!”. Eu vou lá e... Entendeu? Ele estipula um valor. Então, geralmente eles que falam: “ai, vou te dar, sei lá, cinquentão a mais, cenhão a mais”. Aí eu sempre falava: “Eu não vou *mijar* em você por R\$100, né, pode me dar mais”. Ou, por exemplo, “não vou te dar o cu por R\$100, vai me dar um programa a mais, tipo, duzentão, duzentos e dez, que é o que você paga no caixa, você vai dar pra mim R\$210, mais um programa de uma hora”. Aí eles pegavam e topavam. Daí pegavam e ia. Mas é raro os clientes que fazem isso, bem raro. Eles não querem pagar, eles querem fazer tudo... incluso, ali, no pacote. E tem menina que faz, né.

Vê-se na última frase que nem todas as mulheres agem como Gabriela, ou seja, nem todas ponderam as práticas e estipulam um valor maior para cada uma delas. Quando a questiono sobre o porquê disso, ela não sabe me responder. Talvez esse seja um conhecimento adquirido com a prática e experiência cotidiana, uma autovalorização de si e de seu próprio trabalho, uma compreensão sobre uma nova maneira de ganhar dinheiro, mesmo em um ambiente cujos preços dos programas são tabelados. Ainda, importa destacar a ênfase com que menciona a palavra *mijar*, sugerindo um aspecto moralizante ligado a uma prática sexual incomum, logo, uma prática em que ela enxergava uma oportunidade de exigir um valor maior do cliente – tendo em vista que nem todas as suas colegas topavam realizá-las. É possível imaginar que os pedidos são classificados em um continuum que varia de práticas e posições mais comuns – como sexo oral e vaginal, inclusas no seu “pacote” – até incomuns – como a mencionada por ela, conhecida como *goldenshower*, ou chuva dourada. Gabriela diz, sobre os clientes, que “eles oferecem dinheiro para absolutamente tudo que você imaginar”, portanto ganha mais dinheiro aquela que consegue estabelecer uma intimidade com o cliente ao ponto dele se sentir confortável para fazer o pedido à garota e combinar o preço, e aquela cujos padrões de moralidade não estejam limitados às práticas mais comuns⁴⁹.

⁴⁹ Gabriela contou que os pedidos e práticas mais *exóticos*, em seus termos, que recebeu foram o *goldenshower* e a inversão, quando ela penetrava os clientes seja com consolo acoplado em sua cintura, seja com um vibrador, escolhido pelo cliente dentre os diferentes modelos que ficavam dispostos no quarto. Como havia colegas que não queriam realizar estes pedidos, e como ela não

Ainda sobre a negociação do programa, busquei saber se havia insistências, por parte dos clientes, para que as entrevistadas realizassem práticas que não sentiam-se confortáveis de fazer – como o sexo anal, no caso de Carmem e Margarete. Ou, se houve ocasiões em que o acordo não foi respeitado, e como elas faziam para lidar com esse tipo de situação. Margarete disse não era incomum casos de clientes insistindo no pedido do sexo anal, ao que ela respondia pronta e negativamente:

“Não. Não, não...” E eles respeitavam. Eles respeitavam, porque no resto eu era boa. Eu mantinha meu posicionamento sempre, né, e dizia: “Se continuar, não vai ficar mais comigo. Tu gosta de ficar comigo? Então se tu gosta de ficar comigo, tem que respeitar minha decisão. O sexo anal eu não faço.”

Carmem relatou que em toda sua trajetória como profissional do sexo, só passou por uma única situação em que o acordo não foi respeitado pelo cliente, quando este não quis lhe pagar pelo programa. Embora sempre cobrasse pelo programa antes do ato sexual, abriu uma exceção para um cliente, e este, após o programa, disse-lhe que pagaria depois, o que nunca ocorreu: “Só que como eu disse pra você, que existe uma valorização da vida de cada um, eu achei melhor ficar quieta, perder, e não... Pôr a minha vida em risco, entendeu? Preferi nem esquentar minha cabeça”. Já Gabriela disse que o acordo estabelecido com o cliente é respeitado em 99% das vezes, e que é difícil um cliente “sair do eixo”. Perguntei o que ela fazia em momentos em que o acordo não era respeitado, e se tinha algum episódio para relatar. A importância da experiência e dos aprendizados cotidianos mostram-se fundamentais para contornar situações atípicas que podem surgir no trabalho da profissional do sexo:

Ó, já aconteceu do cara pedir pra eu virar de quatro, e ele na hora querer tirar a camisinha. Só que quando você tem a malandragem você escuta, você sabe, você sente quando o cara é meio vadio, assim, sabe? Aí acontece. Ou você fala assim: “Não, não vai rolar desse jeito” ou pega as coisas e sai do quarto e vai embora, porque ele vai ter que pagar de qualquer jeito. Só que ele não pode faltar com o respeito com a guria, né. Então se foi acordado uma coisa ele não pode entrar no quarto e falar assim: “Não, mas eu quero tal coisa agora”. Não, não é assim que funciona. Então já aconteceu de ter desrespeito, mas foram poucas vezes comigo, graças a Deus.

Pedi para ela contar com mais detalhes sobre o episódio:

A gente estava conversando, tudo lá, a gente tomou uma dose: “Ai, vamos pro quarto?”. “Vamos”. Chegou no quarto ele começou a insistir, insistir muito que queria fazer sem camisinha. Eu falei: “Meu amor” - que é assim que a gente trabalha, né? - “Meu amor, não dá pra gente fazer sem camisinha, né? Por que é um risco pra mim e é um risco muito grande pra você, você é casado, você não pode chegar pedindo pra qualquer pessoa transar com você sem camisinha! Se eu tiver uma doença você não vai saber” [...] Aí ele insistiu, insistiu, daí eu falei: “Não, não vai rolar. Sem camisinha, não vai rolar”. Daí ele: “Tá, então tá bom, vamos de camisinha mesmo”. Daí a gente fez tudo que tinha pra fazer, daí na hora ele falou: “Vira de quatro aí”. Aí eu fui virar, aí eu escutei o látex saindo, assim, sabe? Eu escutei ele tirando a camisinha. Aí na hora eu já virei e mesmo assim ele quis me forçar pra ficar. Daí eu falei: “Me solta, eu falei que não vai dar sem camisinha. Você não respeitou. Ou você vai colocar a camisinha pra gente continuar, ou eu vou sair de dentro do quarto”. Aí ele ficou meio emburrado, assim, mas foi, continuamos, daí terminou. Aí depois eu falei pra ele que não rola, que se fosse outra guria tinha saído de dentro do quarto, tinha feito um escândalo, porque não pode, né! E tem menina que faz isso mesmo!

A *malandragem* mencionada por Gabriela deve ser entendida como uma especial atenção e cuidado por parte da trabalhadora sexual diante de possíveis situações inusitadas, fora do eixo, que venham a surgir durante o programa, e uma maneira dela poder contorná-las. Aqui, importa realizar uma comparação entre o exposto por Carmem e por Gabriela, e para fazermos isso de maneira mais adequada, deve-se lembrar de quando a última disse preferir pelo ambiente das boates pelo fato de se sentir mais segura. Carmem não insistiu em receber o dinheiro de seu programa, demonstrando temor de possíveis represálias, por parte do cliente, para com ela. No caso de Gabriela, entende-se que uma vez que a garota e o cliente vão para o quarto, em caso de algum transtorno ou rompimento daquilo que foi acordado, o homem é obrigado a pagar pelo programa, tendo havido sexo ou não. Esta garantia é fornecida pela própria casa e suas regras – mesmo que não estejam escritas –, o que aparentemente amplia a margem de controle da profissional sobre tais situações. Vê-se que Gabriela primeiro insistiu no diálogo com o cliente, tentou convencê-lo sobre a importância do uso do preservativo lançando mão de argumentos como o do cuidado com a saúde e a própria relação matrimonial do cliente. Este finalmente aceitou terminar o ato sexual usando o preservativo, e ao final ainda ouviu de Gabriela que outras meninas não teriam a mesma paciência que a dela. Isso mostra como o ambiente e a modalidade de trabalho sexual influenciam

no alcance e no tipo de controle sobre situações que fogem do controle e do que foi combinado previamente entre as partes.

Para fechar a presente sessão, apresento mais alguns elementos interessantes que surgiram na entrevista de Carmem em relação ao acordo do programa entre cliente e profissional, que remetem, mais uma vez, à importância de se realizar combinados bastante claros entre as partes e, principalmente, de se cumprir os combinados, para que não surjam situações que fujam do controle – quando ela diz que “nada é caro se você negociar e tratar”, referindo-se aos donos das boates. É possível perceber que sua resposta abrange não apenas sua própria experiência e trajetória como profissional do sexo, mas a de tantas outras mulheres que já acompanhou e amparou:

Muitas vezes o cliente chega no quarto, ele fala se faço sexo anal, que eu te pago mais. “Ah, faz sem camisinha, faz com camisinha”. Sabe? Aí às vezes dá problema. Tipo assim, eu falo pro cliente... O cliente quer que eu faça sexo oral, vaginal e anal. Aí eu chego lá no quarto, recebi o dinheiro do cliente, mas quando chega na parte do anal eu não quero fazer. E isso dá problema. O cliente fica revoltado. Sabe? Quantos minutos você vai ficar com o cara no quarto, com o cliente? Vinte minutos, é esse o valor. Beleza, então não queira sair em dez. “Ah não, mas eu vou ficar duas horas”. Então você espere as duas horas dá. Sabe?

A partir de sua narrativa fica clara a importância de se combinar e se cumprir com os acordos estabelecidos com os clientes, o que demanda, por parte da mulher, uma compreensão clara sobre aquilo que está disposta, ou não, a realizar em termos sexuais, e, mais uma vez, uma grande responsabilidade. Um acordo descumprido pode levar um cliente à ira, o que certamente pode acarretar numa situação de violência, sobretudo em ambientes que não dispõem de seguranças ou da companhia de outras colegas de trabalho. São conhecimentos e técnicas exigidas de cada mulher que se propõe a entrar no universo do trabalho sexual, que pode ser bastante hostil sobretudo para aquelas que não dispõem dessas habilidades, que por vezes podem topar realizar uma prática sexual que não se sentem à vontade, e assim pagar um preço caro, e obviamente exagerado, caso não a cumpram. Ao mesmo tempo, as narrativas evidenciam que o dinheiro não possui a força de romper certos padrões morais ligados às práticas sexuais que cada uma está disposta a realizar com os clientes. Em relação ao sexo anal, por exemplo, Carmem

diz que mesmo diante de uma proposta monetária significativa, nunca o fez por dinheiro:

Isso daí é uma questão de você... Nem que o cliente te oferecesse mais, porque eu já sabia que eu não ia fazer, entendeu? Cada uma faz aquilo que... que gosta de fazer, e tem que fazer bem-feito, porque você depende do cliente *sempre* pra voltar. Mesma coisa numa empresa, você tem que fazer um bom trabalho pra que o patrão não te dispense. E na rua não é diferente: você tem que tratar bem o cliente, fazer com que ele goste, pra que ele venha a voltar toda a semana, ou de 15 em 15 dias, porque você depende de fazer o teu dinheiro. Entendeu? E se ele saiu uma vez com você, e não gostar, ele não vai sair mais! Cê entendeu?

Tanto a narrativa de Carmem quanto de Margarete revelam que no trabalho sexual, menos importante do que topar realizar uma prática sexual que elas não se sentiam dispostas a fazer, mesmo ganhando um valor a mais do cliente, é fazer um trabalho bem-feito, que dê prazer ao cliente e que este possa valorizar aquilo que a profissional faz de melhor – tal como quando Margarete diz que, a despeito de não realizar sexo anal, “no resto eu era boa”, mencionando, nessa parte da entrevista, o aprendizado de técnicas no sexo oral e vaginal que intensificavam o prazer dos clientes. Isso faz com que os homens retornem até elas.

4 CONCLUSÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA: APRENDIZADOS E MILITÂNCIA

Neste capítulo dou continuidade e finalizo a apresentação e análise da vida das entrevistadas, que é realizada de maneira intercalada e a partir da discussão de diferentes tópicos, extraídos das entrevistas. São eles: 1) das violências, situações ruins e aprendizados negativos na prostituição; 2) dos aspectos e aprendizados positivos da prostituição; 3) da relação entre HIV, militância e trabalho sexual; e 4) da percepção que as entrevistadas possuem sobre o que é prostituição, bem como dos encaixes morais necessários de ser realizados para manter uma coerência com os sistemas de valor gendrificadas, característicos da nossa sociedade.

Tratar da temática do HIV não estava em meus planos, não havia interesse ou questionamentos sobre essa questão em específico quando formulei algumas perguntas para realizar às entrevistadas. Contudo, tal questão fez-se presente na narrativa das três entrevistadas, cada uma à sua maneira, e pensando especificamente sobre a história de vida de Margarete, o HIV constitui peça-chave para compreensão de grande parte de sua narrativa e vida. Em Carmem o HIV também aparece como importante, sobretudo pensando na história do Grupo Liberdade e, de maneira atual, nas ações realizadas em prol dos direitos das profissionais do sexo que trabalham em Curitiba. Já em Gabriela o HIV aparece de maneira tangencial, mas cujas relações com as outras entrevistadas podem ser feitas.

4.1 DAS VIOLÊNCIAS E SITUAÇÕES NEGATIVAS

Na medida em que Margarete e Carmem mencionam a violência policial como um dos aspectos negativos ligados à prostituição – e aqui vale lembrar que boa parte da trajetória de Carmem como prostituta deu-se durante o regime civil-militar –, considero pertinente realizar uma breve volta ao passado da cidade de Curitiba a partir da dissertação de Nayara Aguiar (2016), cujo objeto de investigação foi o controle policial do meretrício na capital paranaense nas décadas de 1920 e 1930. Margareth Rago (1991) é outra pesquisadora do campo da história que também se propôs a pensar sobre a prostituição em período próximo, mais especificamente na virada do século XIX para o XX, período caracterizado pela

ambição de modernização do país nas diferentes capitais – inclusive Curitiba, que não estava em seu escopo de investigação, mas sobre o qual é possível de refletir a partir de Aguiar (2016).

Esse exercício é pertinente para a presente dissertação não apenas por permitir a visualização de aspectos ligados à moral sexual marcada pelas relações de gênero, como também por conta da teoria radical da sexualidade proposta por Rubin (2017), que aponta para a pertinência das descrições sobre a sexualidade em termos históricos. Assim, após apresentar esse quadro histórico da prostituição em Curitiba, passo a abordar, finalmente, o objeto principal do presente tópico.

4.1.1 A polícia curitibana e o controle do meretrício em 1930-1940

Margareth Rago (1991) propõe refletir sobre a prostituição tomando como marco temporal a virada do século XIX para o XX na cidade de São Paulo. Rago apresenta e analisa as representações que foram construídas sobre a figura da meretriz naquele período, por parte principalmente de juristas, médicos, jornalistas, cronistas e literatos, que demonstram não somente uma preocupação e interesse de caráter moral sobre as prostitutas, mas que servem principalmente para se pensar sobre a definição de códigos de conduta relacionados a todas as mulheres daquela sociedade, à figura feminina de forma geral. São Paulo atravessava grandes transformações de ordem urbana, caracterizadas pelo surgimento de suntuosos hotéis, palacetes, cafés, teatros e outros espaços de diversão, que permitiam e instigavam novas sociabilidades entre a população. A cidade modernizava-se, e em um país marcado pela colonização, o progresso era medido sempre a partir do modelo europeu, seja na arquitetura, seja nos hábitos e nos padrões de beleza.

Outra novidade marcava o período: aos poucos os espaços públicos de lazer, trabalho ou formação superior passaram a ser ocupados também pelas mulheres – brancas e de certa condição financeira –, que reivindicavam uma participação na vida pública, política e social da cidade. A primeira onda feminista está ligada a esse contexto, uma nova forma de ser mulher passou a ser refletida em meio a tantas transformações. Assim, não foi de forma pacífica que a sociedade paulistana tradicional lidava com a presença das meretrizes que fazia-se cada vez mais presente e explícita nas áreas nobres da região⁵⁰. Ao mesmo tempo em que o

⁵⁰ Rago, em sua pesquisa, centra-se mais na prostituição dos estratos mais favorecidos.

comércio do prazer era apreendido como mais um dos sinais do progresso e da modernidade – uma vez que esteve ligado também às apresentações artísticas cujas protagonistas eram dançarinas e artistas que vinham da Europa diretamente para São Paulo, trazendo as novidades do além-mar –, era também visto com várias ressalvas: que exemplos tais mulheres dariam às jovens meninas? Onde fica a função nobre e santificada da maternidade em meio a tantas transformações sobre o lugar das mulheres nessa nova sociedade?

Ainda no que se refere à concepção da prostituição enquanto símbolo da modernidade, vale ressaltar o caso das meretrizes francesas. Além das novas formas de sociabilidade possíveis de ocorrerem nos ambientes destinados à diversão e prazer masculinos, recaiu sobre a cortesã francesa uma espécie de função civilizadora na cidade provinciana de São Paulo. No imaginário social, além de ser compreendida como misteriosa, sedutora e mais experiente do que qualquer outra mulher – o que amedrontava os homens (RAGO, 1991. p. 43) –, a prostituta francesa ainda foi tida como responsável por ensinar “códigos mais modernos de civilidades aos rudes fazendeiros e demais provincianos” (RAGO, 1991. p. 44) que iam até São Paulo em busca de diversão, deslumbrados com as grandiosidades arquitetônicas e todo um novo mundo erótico e boêmio. Segundo Rago,

Prostituição e modernidade, nesse sentido, foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais no sentido de se autorepresentarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações europeias. (RAGO, 1991, p. 45)

Tendo em vista a recente abertura do espaço público às mulheres e considerando também essas novas formas de sociabilidade, é nesse sentido que Rago concebe a figura da prostituta naquele período como um fantasma. É como se a presença feminina nos espaços públicos tivesse de contar com um limite, uma barreira sinalizando o que era permitido e o que era proibido em termos de comportamento e atitudes em um âmbito da vida social tão novo para as mulheres. Apesar de não ser citada explicitamente na literatura voltada às mulheres que começava a surgir no período (RAGO, 1991. p. 38), a prostituta aparecia ali como um modelo útil sobre o que não se deve ser ou parecer, uma ameaça ao conjunto de todas as mulheres: ocupemos os espaços públicos, mas cuidemos para que nossos corpos, hábitos, trejeitos, roupas e perfumes não nos remetam às “mulheres

públicas”. O seguinte trecho da *Revista Feminina*, de fevereiro de 1920, escrito por Ana Rita Malheiros, serve de exemplo para ilustrar tal preocupação latente entre as poucas mulheres que passaram a exigir direitos iguais aos dos homens:

Como se exigir o respeito que se deve às mulheres honestas se nos vestimos como as hetairas, se fumamos como fumam as favoritas dos haréns, se nos enchampanhamos como as marafonas, se nos debruçamos aos ombros dos homens como o fazem as chinas embriagadas, e se chegamos – já se chegou a isso! – a fazer, a apregoar, no “grande mundo”, as célebres farras?... Felizmente que esse fenômeno, se nos atingiu, foi só nas grandes cidades, e ainda nestas, apenas numa certa sociedade desnacionalizada, de tipos que se envergonham de ser brasileiros (MALHEIROS, 1920. in RAGO, 1991, p. 36)

Segundo Rago, a emergência do fantasma da prostituta está ligada portanto a esse cenário de reivindicações por direitos das mulheres, de transformações na cidade e conseqüentemente nas subjetividades dos indivíduos. A partir de um ideal liberal, a presença dos homens nos espaços públicos remetia à figura do provedor, do político. Ao passo que “a mulher fora do lar, sobretudo se desacompanhada, precisou prestar muita atenção aos seus gestos, aparência, roupas, para não ser confundida com a figura dissoluta, excêntrica da prostituta, “mulher pública”” (RAGO, 1991, p. 39-40). A polarização entre a mulher honesta e a prostituta pode ser vista como o estabelecimento de um limite no que se refere às possibilidades femininas de ocupar e viver nos espaços públicos. Dessa forma, escreve Rago,

a construção da prostituição como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: instituiu as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que organizava relações sexuais num espaço geográfico da cidade especialmente destinado à evasão, aos encontros amorosos, à vida boêmia. (RAGO, 1991, p. 41)

É verdade que as mulheres ousaram se organizar e reivindicar pautas como o direito ao voto, equiparação salarial, educação escolar para todo o conjunto feminino da sociedade, porém este conjunto ainda estava demasiadamente marcado e definido pela dimensão da maternidade, da mãe como santa, o que delimita de certa forma sua liberdade e possibilidades. Referindo-se às discussões e pautas desses grupos femininos progressistas (porém não radicais), comenta Rago que

reserva-se sempre ao homem o privilégio de ser o chefe da família, o principal contribuidor no orçamento familiar, enquanto a mulher se torna o

administrador doméstico do dinheiro, mas apenas para os pequenos negócios, como o abastecimento de gêneros alimentícios, ou as compras de roupas. As grandes decisões continuam sendo reservadas a ele, assim como a “última palavra” sobre qualquer assunto importante. (RAGO, 1991, p. 40)

Símbolo da modernidade e progresso e ao mesmo tempo modelo de como uma mulher não deve ser, fato era que prostituta ganhava cada vez mais espaço na cidade de São Paulo – inúmeras “microinstituições” (RAGO, 1991, p. 86) começam a surgir em torno de sua presença nos primeiros anos do século XX, como cafés-concertos, cabarés, pensões alegres, casas de show, fato que anunciava uma espécie de prenúncio a uma “indústria do sexo”. Todos aqueles corpos devidamente perfumados e enfeitados desfilando pela cidade demandavam atenção não somente das mulheres “honestas” e que lutavam por avanços e direitos, como também de homens – médicos, delegados, juristas – que não deixaram de produzir explicações desse fenômeno urbano-industrial, em busca de conter excessos e as imoralidades – sobretudo da prostituição mais popular.

Tal como a cidade de São Paulo, porém obviamente em uma escala menor, Curitiba passava por algumas transformações importantes na virada do século XIX para o XX. Enquanto que na década de 1870 a cidade contava com uma população de 12.700 habitantes, em 1920 eram 70.000 (AGUIAR, 2016, p. 29). Além do aumento populacional, começaram a surgir na cidade cinemas, automóveis, novos espaços de lazer, prédios e vias voltadas ao deslocamento: tudo isso foi concebido por parte da elite curitibana como sinal de que a cidade modernizava-se, conforme outras grandes capitais no país e na Europa. A imprensa da época, constituída principalmente pelos veículos *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*, reconhecia o crescimento urbano e denunciava, quase que diariamente (AGUIAR, 2016, p. 29), os problemas de infraestrutura e segurança pública – incompatíveis com o ideal de cidade moderna que defendiam e almejavam – como uma forma de chamar atenção das autoridades.

O crescimento urbano, defendiam, demandava o incremento na força policial, que teria o papel de controlar problemas que surgiam nesse processo a fim de colocar Curitiba nos eixos de uma cidade genuinamente moderna e civilizada. Mas que problemas são esses? O aumento e concentração populacional significou o surgimento da multidão enquanto ente a ser vigiado e olhado de perto por parte do poder policial, afinal, “a multidão era esconderijo ideal para aquele que praticasse

algum ato condenável e precisasse se esconder” (AGUIAR, 2016, p. 31). Junto das inovações tecnológicas e arquitetônicas, portanto, vieram também as chamadas classes perigosas, uma espécie de ônus da modernidade, que causavam medo e colocavam uma parcela da população em alerta – notadamente aquela influente o suficiente para ter suas reivindicações colocadas em jornais e atendidas pelo poder público. Por sua vez, exigiam das autoridades maneiras de se controlar as tais classes perigosas. Mas de quem exatamente estavam falando?

Aguiar (2016, p. 32) divide as classes perigosas em dois grandes grupos: aqueles que rompiam com a norma legislativa e aqueles que tinham comportamentos tidos como inadequados socialmente – ou seja, suas práticas não necessariamente confrontavam o que estava estabelecido pela lei. E é exatamente no sentido de melhor vigiar os membros desse segundo grupo e controlar seus comportamentos tidos como desviantes que Curitiba passa a contar, no ano de 1928, com uma Delegacia de Costumes, em cuja mira estavam os mendigos, os vadios, menores abandonados, jogadores, embriagados e, finalmente, as prostitutas.

Segundo a autora, tomando como base os jornais da época, a presença do meretrício no centro de Curitiba era intensa, seu crescimento era destacado em tom condenatório. O seguinte trecho é bastante pertinente para exemplificar o quadro, retirado do jornal Gazeta do Povo e publicado um ano antes da criação da referida Delegacia – demonstrando portanto uma espécie de cobrança das autoridades quanto ao problema:

Em Curityba as pensões alegres pullulam, como cogumellos em dias de chuva. Em todos os pontos da cidade, em todas as ruas ellas se ostentam em meio de residências familiares, criando não raro situações difficeis pela maneira como quasi em geral se postam as doudivanas, transgredindo por actos e palavras as leis do decoro. (GAZETA DO POVO, 1928, p. 3. In: AGUIAR, 2016, p. 36)

Tal como em São Paulo as pensões alegres começavam a fazer parte da cidade, e conseqüentemente novas relações e subjetividades. Percebe-se no trecho que o incômodo não estava ligado exatamente à existência das prostitutas, mas sim ao fato delas compartilharem o espaço e as vias públicas com outras residências familiares – sinalizando uma oposição entre a instituição família e a instituição prostituição – e, além disso, atentarem contra uma moral, destoarem em seus modos de ser e falar do modelo ideal de mulher esperado naquela época: recatada,

mãe, responsável pelos afazeres domésticos, vestindo-se de tal maneira, nunca andando sozinha pelas vias. Assim, analisando os periódicos das primeiras décadas do século XX, Aguiar aponta que

exigiam-se ações relativas a grupos que cometiam delitos específicos, que nem sempre infringiam a legislação estatal, mas que infringiam códigos morais e comportamentais comprometendo os objetivos idealizados da cidade moderna. Solicitavam da Polícia o conhecimento e técnicas que combatessem práticas ilegais com a maior eficiência possível, em nome de ruas mais seguras. (AGUIAR, 2016, p. 30)

A alternativa foi a criação de uma Delegacia de Costumes⁵¹. Mas de que forma ocorreu sua atuação especificamente no que se refere à questão do meretrício? Em vez de buscar eliminar ou proibir por completo o meretrício, o optou pela criação de um registro e arquivo de meretrizes, exigindo-lhes e colhendo delas uma série de informações. Pode-se imaginar, segundo Aguiar (2016, p.100), que os policiais detiam as mulheres em ruas e hotéis em que moravam e trabalhavam, ou que simplesmente eram conhecidos como espaços associados à ilegalidade e imoralidade, e conduziam-nas para a Delegacia de Costume, situada no centro da cidade. Lá, numa tarefa realizada em conjunto com o Gabinete de Identificação e Estatísticas – que localizava-se no mesmo prédio, exatamente para facilitar o processo –, preenchiam um prontuário exigindo informações como nome, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, apelido, nome dos pais, situação civil, instrução, endereço de residência, altura, cor da pele, cor dos olhos e cabelos, se tinham marcas ou cicatrizes, se tinham outra ocupação, há quanto tempo haviam “abandonado o lar” e se pertenciam ao alto, médio ou baixo meretrício⁵². Ainda, a polícia fazia um retrato dessas mulheres com uma câmera fotográfica, que era armazenado junto das outras informações.

51 A Delegacia de Costumes foi criada a partir da lei nº 2.531, do dia 27 de março de 1928, como consta no relatório enviado pelo Delegado de Costumes, Francisco Raitani, e reproduzido em: Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Chefe de Polícia, Dr. Arthur Ferreira dos Santos, 1928, p. 1. Disponível em : http://www.arquivopublico.pr.gov.br/sites/arquivo-publico/arquivos_restritos/files/documento/2020-11/ano_1928_mfn_822.pdf Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

52 É preciso considerar que nem todos os campos da ficha eram preenchidos integralmente pelo responsável pela tarefa, além de que certas informações, como, por exemplo, se a mulher tinha outra ocupação ou a qual nível de meretrício pertencia, foram colhidas de maneira bastante subjetiva por quem preenchia o prontuário, não havendo um campo dentro do prontuário delimitando alternativas (AGUIAR, 2016, p. 108). Mesmo assim, o conjunto de informações disponíveis possibilita conclusões bastante interessantes sobre o controle dessas mulheres por parte da polícia.

Outro fato importante é que ao final da detenção era fornecida à mulher uma *certidão de meretrício*. Isso demonstra que o poder público de Curitiba, naquele momento, de certa forma autorizava as mulheres a exercerem a prostituição, porém dado seu caráter imoral e as constantes reclamações em jornais preocupados com uma limpeza moral da cidade, exigiam dessas mulheres inúmeras informações e obrigavam-nas a serem fotografadas. A escolha por essa modalidade de controle do meretrício, por parte do delegado Francisco Raitani, responsável pela Delegacia de Costumes, revela o caráter regulamentarista em relação à prostituição em Curitiba (AGUIAR, 2016, p. 89). Não se proibiu totalmente, nem se confinou o meretrício à determinada rua ou região da cidade, mas a polícia devia vigiar de perto as mulheres que exerciam essa função, classificada como um “mal necessário”.

É exatamente sobre o conjunto desses arquivos, as certidões e os prontuários de meretrizes que Aguiar realiza sua pesquisa, constituindo sua fonte principal, que contou também com jornais e crônicas do período. A Delegacia de Costumes foi criada em 1928, e no ano seguinte inicia-se o processo de produção dos prontuários, estendendo-se até 1937. Ao todo foram fichadas 957 mulheres. Existem algumas questões interessantes sobre o perfil das meretrizes de Curitiba, compiladas por Aguiar a partir da análise dos documentos: 58% eram solteiras; 33% foram ou eram casadas (destas, 80% não terminaram o casamento de maneira oficial); 61% tinham entre 21 e 25 anos; 53% eram analfabetas ou não tinham instrução; 77% não tinham registro de qualquer tipo de infração; e 8% não eram brasileiras (AGUIAR, 2016, p. 97).

Ainda, é preciso destacar um ponto: o que parecia constituir um problema para os que se sentiam representados com as reclamações em jornais sobre a presença daquelas mulheres não parecia ser exatamente a prostitutas pertencentes ao alto meretrício, mas sim a grande maioria que situava-se nos estratos médio e baixo do ofício. Isso porque apenas 12% das mulheres foram classificadas como pertencentes ao alto meretrício – isto é, 115 de um total de 957 mulheres fichadas. Isso pode significar duas coisas segundo a autora: “ou não havia uma prostituição considerada de alto padrão na cidade ou esta era deliberadamente deixada de fora das ações policiais de controle” (AGUIAR, 2016, p. 108). A última alternativa soa como a mais plausível, sobretudo a partir de uma comparação com a pesquisa de Rago (1991, p. 242).

É preciso entender exatamente para que foi criada a Polícia de Costumes para se aprofundar no debate sobre o comércio sexual. No primeiro relatório de atividades da referida Delegacia, Raitani destaca como funções de sua repartição:

[...] estão affectos complexos problemas de alta significação social: prostituição, vadiagem, vagabundagem, jogos e apostas, ultrage público ao pudor, defloramento, estupro, inspeccção às casas de diversões públicas, alcoolismo, exposição e ministração de substancias venenosas e entorpecentes, processos referentes a ocultação, abandono e delinquência de menores. (Relatório apresentado ao Dr. José Pinto Rebello, 1928, p. 1. apud: AGUIAR, 2016, p. 85)

Em um período em que se exigia das mulheres recato – identificado não somente nas palavras mas também nos gestos e trajés – o trabalho da prostituta tornava-se bastante vigiado pelas autoridades, uma vez que demandava certa exposição do corpo e atitudes com fins de chamar atenção de potenciais clientes. É exatamente sobre a presença das mulheres no espaço público que se construirá uma série de exigências por parte do poder policial da cidade de Curitiba – como também na cidade de São Paulo, analisado no importante trabalho de Margareth Rago (1991) - consoantes com a moralidade da época e marcadas pelas relações de gênero e sexualidade.

Muito mais preocupado com a exposição pública das meretrizes no centro da cidade do que com a atividade do lenocínio, o delegado Raitani propõe no já referido primeiro relatório da Delegacia de Costumes três proibições para conter os excessos denunciados pelos jornais: 1) estacionar para fins de meretrício na via pública, só ou em grupo; 2) dirigir convites à transeuntes; 3) conservar-se para tal fim à porta ou à janela da sua residência (AGUIAR, 2016, p. 87). Tais medidas lembram aquelas propostas pelo delegado Cândido Motta, em 1896, de São Paulo, no primeiro Regulamento Provisório da Polícia de Costumes, com fins de eliminação de comportamentos “escandalosos” das mulheres do baixo meretrício, uma vez que proibia-se que as mulheres permanecessem às portas de suas casas ou hotéis em determinados horários, que chamassem ou “provocassem” transeuntes, exigia-se cortinas e persianas em suas janelas, bem como trajés que resguardassem completamente o corpo e o busto (RAGO, 1991, p. 114-115). A sintonia entre os delegados, apesar das décadas que separam suas medidas, demonstra certa

homogeneidade das ações empregadas pela força policial e pelo poder público a fim de controlar a atividade de prostituição em duas cidades do país.

As prostitutas, sobretudo as pertencentes ao estrato social mais baixo, requeriam atenção e vigilância por parte da polícia não somente porque seus comportamentos poderiam implodir os limites morais aceitáveis para uma mulher, mas também porque entendia-se que os locais em que trabalhavam reuniam indivíduos pertencentes às classes perigosas, como bêbados, vadios e suspeitos (AGUIAR, 2016, p. 87). Isso também explica a alçada de indivíduos e comportamentos da Delegacia. É preciso pontuar, contudo, que Aguiar percebeu que 77% dos prontuários não continham nenhuma infração registrada.

4.1.2 Analisando os prontuários a partir da dimensão ativa

Imaginar e pensar nessa empreitada policial de controlar o comportamento das mulheres, conduzindo as que eram meretrizes até a delegacia para colher e armazenar inúmeras informações, além de fotografá-las já é algo bastante violento e constrangedor. Aparentemente não havia escolha de aceitar ou não ser conduzida até a delegacia no momento em que um policial abordava a mulher, uma vez que cada abordagem significava uma ida até a delegacia e uma nova anotação no prontuário, que poderia ter algum de seus campos atualizados caso fosse necessário. Um exemplo é o de Maria H. M., que retornou ao Gabinete de Identificação outras duas vezes (AGUIAR, 2016, p. 113). Além disso é possível imaginar e contar com a possibilidade de que em caso de recusa a mulher poderia ser detida por desacato, o que ficaria anotado em seu prontuário e poderia gerar problemas futuramente.

Os valores que trazemos conosco desde aquela época, senão antes, que dão à relação sexual confinada no casamento o estatuto de norma, que classificam como baixo ou sujo a troca de sexo por dinheiro, ou ainda que recriminam práticas sexuais fora do padrão heterossexual, induzem uma explicação bastante limitada sobre o fenômeno da prostituição e, questão chave aqui, muitas vezes produzem em nós um sentimento de pena e desconforto para com essas mulheres, praticamente resumindo suas experiências e vida a essa dimensão da privação e violência.

Não é o que Aguiar faz em sua pesquisa, já que “busca pensar as mulheres que exerciam a prostituição como sujeitos ativos, fugindo principalmente da perspectiva vitimista” (AGUIAR, 2016, p. 28). Ao buscar evidenciar o espaço de ação dessas mulheres, na tentativa de conhecer, a partir da análise dos prontuários, suas vivências e experiências, o que num primeiro momento poderia significar um controle absoluto e violento pela polícia, revela-se como uma prática passível de ser contornada, além de os prontuários um meio para se chegar, mesmo que minimamente, às esferas das sociabilidades e das expressões subjetivas dessas mulheres – exatamente o objetivo de Aguiar em sua pesquisa, bem como a perspectiva a partir da qual conduzo minhas análises na presente pesquisa.

Após abordar todo esse controle sobre as mulheres que exerciam a prostituição em Curitiba, bem como as representações construídas sobre elas, pode parecer mais difícil enxergar alguma forma de ação dessas mulheres diante de todo esse aparato repressivo e de controle sobre seus corpos, roupas, gestos e atitudes. Mas exatamente por isso é que esta empreitada torna-se bastante necessária. Não restam dúvidas de que sobre as mulheres que exerciam a prostituição pesavam uma série de restrições, normas, julgamentos, juízos morais, etc. Poder-se-ia escrever uma história de abusos e violências, mas a forma como Aguiar conduziu sua análise aponta para outros caminhos.

Gostaria de destacar, por ora, mais dois pontos interessantes de seu trabalho. Um diz respeito à dimensão da ação e agência das mulheres, o outro remete à questão do fantasma da prostituição e, mais especificamente, demonstra que o controle por parte da polícia não se restringia apenas às mulheres que de fato exerciam a prostituição, mas sim a todo o conjunto de mulheres da época. Em relação ao primeiro ponto, ao analisar os prontuários, Aguiar (2016) pretende buscar,

na medida em que a documentação permitir, pensar algumas informações e trajetórias das mulheres identificadas a partir do pressuposto de que apesar de configurar uma relação desigual, a elaboração do prontuário contava com a presença da prostituta e que determinadas estratégias demonstravam que sua presença no processo não era passiva (AGUIAR, 2016, p. 92, grifos meus)

Uma das formas de se perceber tais estratégias pode ser através do campo do nome. Apesar de quantitativamente menos frequentes, existem alguns prontuários que apresentam mais de um nome para a mesma mulher. Isso ocorria

porque a cada nova abordagem a meretriz era encaminhada para a Delegacia e novas informações poderiam ser colhidas ou atualizadas. Uma mesma pessoa com nomes distintos demonstrava uma manipulação por parte das meretrizes sobre essa informação (AGUIAR, 2016, p. 102). Outro exemplo trata da manipulação da idade: em uma das fichas analisadas pela pesquisadora, feita em 02 de junho de 1932, a primeira informação fornecida pela meretriz sobre seu nascimento constava 15 de dezembro de 1911. Muitos anos depois, em 1957, a mulher requereu atualizações dos dados em sua ficha e apresentou sua certidão de nascimento registrada em cartório. Assim, pode-se auferir que sua verdadeira data de nascimento era 28 de dezembro de 1915, e que portanto tinha apenas 17 anos quando seu primeiro registro fora elaborado, e não 20. Nas palavras de Aguiar,

Esta é a provável razão para as falsas informações registradas. Marina não poderia exercer a atividade da prostituição com 17 anos e falseou os seus dados, incluindo sua naturalidade, para dificultar provável verificação. Tais correções só foram realizadas porque anos depois ela precisou de um atestado de boa conduta para “fins particulares” e, para tanto, teve que apresentar seu nome verdadeiro. (AGUIAR, 2016, p. 102)

É fugindo de uma perspectiva vitimista ou que enquadrasse tais mulheres como totalmente dominadas ou submetidas ao poder policial que Aguiar consegue extrair tais informações ao analisar o conjunto de prontuários de meretrizes. Ainda, no final do parágrafo acima é possível saber da existência de um atestado de boa conduta, aparentemente também emitido pela delegacia. No caso de Marina, além da primeira vez em que seu prontuário foi feito, ela voltou ainda duas vezes à delegacia. A segunda foi em 1935, quando pediu a emissão da segunda via da certidão de meretrício⁵³, e a terceira foi para o atestado de boa conduta, em 1957. Não é possível saber exatamente o motivo e a importância desses atestados naquele período, mas na cópia do atestado, anexada em seu prontuário, consta a profissão de doméstica. Será que o atestado de boa conduta poderia garantir-lhe melhores empregos como doméstica, ou que trabalhasse em mais casas? Houve a exigência deste atestado por parte de um possível patrão, desconfiado de sua trajetória passada?

⁵³ Marina além de ter fornecido dados alterados sobre sua idade e origem, também forneceu um nome diferente: nas duas primeiras idas à delegacia seu nome constava como Mathilde das N., e somente na terceira vez, quando pediu o atestado de boa conduta, que forneceu seu verdadeiro nome, qual seja, Marina V. (AGUIAR, 2016, p. 102).

O prontuário de Anita N. R. também nos dá pistas, infelizmente poucas, sobre a importância ou função do atestado de boa conduta. Criado em 30 de setembro de 1932, três versões de seu nome fazem-se presentes: Francisca R., Ana R. N. e por fim Anita N. R. Este prontuário é bastante interessante porque conseguimos conhecer um pouco da trajetória dessa mulher espanhola vivendo e trabalhando em Curitiba. Segundo a análise de Aguiar (2016, p. 108), Anita voltou ao Gabinete de Identificação e Estatística do Estado do Paraná dois anos depois de seu primeiro contato com a instituição, a fim de solicitar o atestado de boas condutas, com o intuito de ingressar no curso de enfermagem. Não se sabe quantos anos ela tinha, nem em qual instituição desejava estudar e o porquê da exigência de tal documento. As informações que constam no requerimento da solicitação disponibilizadas pelo Chefe de Secção Interino são essas:

Informo a V.S. que a requerente foi prontuáriada neste Gabinete em 30 de setembro de 1932, como meretriz. No serviço criminal nada consta que desabone a sua conduta e em vista de tratar-se de um atestado de boa conduta para matrícula no curso de enfermeira, me parece não haver inconveniente em ser atendido. Seção de Estatísticas e Prontuários. Gabinete de Investigação e Estatísticas. Em 20 de fevereiro de 1934. (AGUIAR, 2016, p. 108)

Mesmo após o fim dos registros de meretrizes por parte da polícia, que cessou em 1937, a necessidade, busca e exigência de atestados de boa conduta continuou: em 1939, Ana volta ao Gabinete de Identificação em busca do atestado, dessa vez para poder obter a identificação para estrangeiros. No campo da atividade profissional constava parteira. Em 1949, outro pedido de atestado, dessa vez para poder viajar para o exterior. Será que Ana conseguiu entrar e se formar no curso de enfermagem, e com seu diploma conseguiu um emprego como parteira? Será que com seu trabalho juntou dinheiro o suficiente para conseguir viajar para a Europa, quem sabe retornar para sua terra natal, a Espanha? Será que exercia o meretrício concomitantemente à enfermagem? Ou o abandonou por completo?

O segundo e último ponto diz respeito a quem exatamente estava na mira da polícia de costumes: seriam apenas as meretrizes? Ou qualquer mulher *suspeita* de exercer o meretrício? Ou, no final das contas, seriam todas as mulheres? Após ser levada até a Delegacia, o delegado preenchia uma guia em que constava o nome e o motivo da detenção, encaminhando a (possível) meretriz para o Gabinete de

Identificação, que ficava no mesmo prédio da delegacia. Era este Gabinete quem forneceria a certidão de meretrício e produziria os registros de identificação (AGUIAR, 2016, p. 101). O curioso, conforme aponta Aguiar, é pensar sobre os motivos que poderiam levar a uma detenção, uma vez que eram descritos pelo delegado sem muitos detalhes:

Frequentar os chamados rendez-vous era critério para a detenção, outra razão poderia ser a moradia em pensões ou residências com outras mulheres. Estella B. M. e Munira F. de O., por exemplo, foram identificadas seguidamente, o delegado produziu apenas uma guia para a identificação das duas, no dia 01/03/1933. Segundo seus prontuários, elas residiam no mesmo local neste período, na rua Visconde de Guarapuava no. 950. Várias hipóteses podem ser formuladas em relação às razões que levaram as duas mulheres a serem identificadas como meretrizes. Sua residência poderia ser uma casa de prostituição conhecida ou a entrada de estranhos pode ter levado a polícia a desconfiar das atividades ali executadas. Infelizmente, nenhuma informação dos prontuários poderia confirmar se elas de fato exerciam a prostituição ou se a desconfiança advinha de uma condição ou de comportamentos que não obedeciam a normatividade social e sexual. Afinal, Estella e Munira não eram da cidade e estavam ali há pouco tempo: a primeira chegara há um ano, a segunda estava na cidade há 10 dias; uma foi considerada parda e a outra morena, eram solteiras e não tinham instrução” (AGUIAR, 2016, p. 101)

A partir desse trecho é possível perceber como as ações de controle da polícia sobre as prostitutas são também ações sobre todas as mulheres. Olhar para e falar sobre a prostituição no passado, é olhar para e falar sobre as mulheres no passado. A prostituição parece tornar-se nesse sentido um bom e privilegiado lugar para refletir sobre as desigualdades, violências e representações que recaem sobre todo o conjunto de mulheres, independentemente de sua ocupação, se trabalham ou não com o sexo. A análise do prontuário de Rosa M. realizada por Aguiar (2016, p. 104-105) ajuda a compreender a questão.

Um dos campos a serem preenchidos pelo Gabinete dizia respeito à situação conjugal da mulher. Na ficha de Rosa, criada em 14 de fevereiro de 1932, constava que era casada com José Mendes. Porém, sem informar se era desquitada ou separada, no registro de Rosa consta simplesmente que era *adúltera*. Não havia nenhuma informação sobre há quanto tempo havia “abandonado o lar” - uma pergunta ambígua que merece melhor reflexão depois - e na guia preenchida pelo delegado constava que o motivo de encaminhamento era *frequentar rendez-vous*⁵⁴,

54 Termo francês que significa literalmente um encontro com hora marcada. No Brasil, o termo *randevu* (palavra que descende da francesa) foi utilizado por muito tempo para caracterizar os estabelecimentos destinados à prostituição.

e não o exercício do meretrício. Segundo Aguiar, o prontuário de Ana é bastante incompleto e ela não apresenta reincidência, portanto tais situações seriam indícios de que sua apreensão pela delegacia seria menos pelo fato dela ser prostituta do que por ter sido infiel ao seu marido (AGUIAR, 2016, p. 105). Após as conclusões sobre o prontuário de Ana, Aguiar lança as seguintes perguntas, que além de pertinentes são bastante potentes e instigantes:

Mais uma vez, é possível questionar qual era o real alvo desta tarefa de identificação, era identificar as mulheres que eram prostitutas ou mulheres que não se adequavam ao padrão idealizado? Ou talvez esta seja a pergunta errada: será que a Polícia Civil considerava como meretrizes o conjunto de mulheres que se desviavam da norma, e não necessariamente aquelas que cobravam pela atividade sexual? (AGUIAR, 2016, p. 105)

Assim, o trabalho de Aguiar nos ajuda a compreender não somente alguns aspectos do meretrício da cidade de Curitiba naquele momento, como também nos revela a que estavam sujeitas as mulheres que ultrapassassem a barreira daquilo que lhes era imposto como comportamento e modos de ser ideal: a mulher mãe, a mulher do lar, a mulher casada.

4.2 DAS SITUAÇÕES E APRENDIZADOS NEGATIVOS A PARTIR DAS NARRATIVAS DAS ENTREVISTADAS

Finalmente, após pincelar este quadro histórico local do controle da prostituição nas décadas de 1920 e 1930, retomo a análise das narrativas das três entrevistadas desta pesquisa. Para melhor compreensão nas situações negativas que podem surgir durante o trabalho, apontadas por elas, é necessário, sempre, levar em consideração o contexto em que cada uma delas atuava, e conforme já apontado Carmem e Margarete trabalharam com a prostituição nas ruas, aquela quase que predominantemente e esta concomitantemente com outros ambientes, como boates e bares. Tendo em vista que Carmem iniciou sua trajetória na segunda metade da década de 1970, ou seja, ainda durante o regime militar, não é de causar espanto que tenha mencionado a violência policial como um dos aspectos negativos ligados à prostituição. Contudo, não foi a única coisa que mencionou:

Seria as prisões, a polícia em cima, mulheres brigando, mulheres que andavam armadas, que esfaqueavam, que matavam, que cafetinavam [...] A

polícia passava fazendo um tipo de arrastão, e ela pegava todas as mulheres e levava pra Costume. Lá a gente ficava 48h, 72h. E lá, o que acontecia: água eles não davam, comida eles não davam, e ainda no inverno molhavam a gente com água fria. [...] Às vezes nós nem tava no local de trabalho. Pai e mãe pediam pra gente pagar luz, pagar água, quando a gente tava indo pro banco eles nos prendiam – porque nos conheciam – e levavam presa... Lá nós ficava sem dinheiro da água, da luz, do pai, da mãe... Isso foi até 1990.

Além de detenções arbitrárias e gratuitas, o que é possível de perceber a partir da narrativa é uma situação de violência pela qual passavam as profissionais do sexo nas mãos da polícia da cidade de Curitiba, com direito à tortura e retenção de dinheiro, mesmo quando as mulheres não estavam trabalhando. Ainda, é interessante pensar nos longos anos de existência da Delegacia de Costumes no estado do Paraná – ou ao menos na cidade de Curitiba –, que a despeito de há muito tempo ter deixado de prouvar as meretrizes, conforme mostrou Aguiar, alterou seu *modus operandi* e talvez tenha intensificado ações truculentas com o passar dos anos ou ao menos sob o regime militar. Sobre este ponto, o ano apontado por Carmem como o de interrupção dessas ações coincide com a extinção, finalmente, da Delegacia de Costumes, por força da Lei nº 9534, de 16 de janeiro de 1991, que em seu Art. 11 põe um fim desta subseção⁵⁵. São tempos de abertura democrática, pós Constituição de 1988, onde o termo Direitos Humanos passava a fazer parte do vocabulário nacional, materializando-se e transformando diferentes instituições, inclusive a policial. Carmem contou que já fora presa diversas vezes na Delegacia de Costumes, e que seu pai diversas vezes também já foi até o centro da cidade para retirá-la de lá, localizada na rua Barão do Rio Branco.

Não é exagero pensar que as prostitutas de todo o país, nesse período, passaram por constrangimentos e violações de direitos nas mãos da polícia, semelhantes às prostitutas de Curitiba. Em sua biografia, Gabriela Leite (2009) conta como este tema figurou como central nos debates do I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, embora apontasse como importante a expansão da noção de violência:

55 PARANÁ. Art. 11 da Lei nº 9.534, de 16 de janeiro de 1991. Extingue a Delegacia de Costumes, passando as atribuições de polícia judiciária, de que trata o art. 21 do Anexo do Decreto nº 4884/78, a ser exercidas pelas Delegacias dos Distritos Policiais da capital, observada a circunscrição onde tenham ocorrido, sendo que os atos administrativos e de fiscalização ficam atribuídos à Delegacia de Ordem Social. Legislação do Estado do Paraná, Curitiba, 16 de janeiro de 1991. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-9534-1991-parana-altera-a-estrutura-organizacional-basica-da-policia-civil-do-estado-de-que-trata-o-decreto-no-4884-de-24-de-abril-de-1978-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

A gente fez uma lista de assuntos a serem discutidos: profissão, preconceito e estigma, escolaridade e violência, entre outros. Mas no final, mesmo com todo o esforço para conduzir a discussão para outros caminhos, tudo acabava no assunto da violência. Mas não era de qualquer violência da qual se precisava falar, e sim da violência policial. Violação dos direitos humanos para a prostituta é sempre violência policial. Existe um esforço para ampliar esse conceito na visão da prostituta. Ela precisa entender que uma cafetina⁵⁶ que não lhe dê boas condições de trabalho, por exemplo, também está violando os direitos humanos. (LEITE, 2009, p. 147)

A cafetinagem foi outro aspecto negativo mencionado por Carmem ao lembrar de seus tempos na ativa como prostituta, caracterizada por ela como muito comum. O ato consiste na cobrança de um valor em dinheiro como uma espécie de “pedágio” para que as mulheres pudessem trabalhar em determinada rua ou praça da cidade, como se o ponto de prostituição possuísse uma dona. Carmem menciona quatro mulheres que faziam esta cobrança, realizada de maneira autoritária, diária e sob ameaça de violência física. Ela, contudo, disse que nunca pagou qualquer tipo de valor, contornando a exigência de outras maneiras, estabelecendo relações com estas mulheres a partir das quais eximia-se da cobrança. Hoje, segundo ela, a cafetinagem não existe mais entre as mulheres cis profissionais do sexo de Curitiba, porém ainda ocorre entre a população trans, e menciona o exemplo mais ou menos recente de um cafetão, ligado ao tráfico de drogas, que, junto de sua companheira, exigia dinheiro de travestis que trabalham num conhecido ponto de prostituição da cidade. Uma das travestis que se recusou a pagar o pedágio foi ferida com facadas e jogada no mato. A polícia foi acionada e deteve o homem – o que demonstra uma outra relação das forças de Estado com o trabalho sexual, ao menos neste caso.

Sobre as brigas entre mulheres, alguns dos nomes mencionados por Carmem como de cafetinas reaparecem em algumas histórias que contou sobre as situações de violência comuns em seu período de batalha. O que é possível concluir é que para se frequentar o ambiente das ruas naquele tempo era necessário um bom jogo de cintura e lábia para lidar não apenas com a polícia, mas também com outras prostitutas, que usavam da violência umas com as outras. Havia quem já havia sido presa por diferentes crimes, quem já havia cometido homicídio, se

⁵⁶ Talvez seja possível afirmar que Leite estava se referindo às gerências dos ambientes de prostituição ao referir-se à cafetina, e não a alguém que retém de maneira arbitrária e forçada os rendimentos das profissionais do sexo, tal como mencionará Carmem lembrando o passado.

envolvido em brigas com faca por disputa de pontos ou desentendimentos com outras colegas, sendo alguns dos atritos inflamados após a ingestão de bebidas alcoólicas, resultando, inclusive, em óbito.

Embora Margarete não tenha mencionado este tipo de brigas entre mulheres por disputas por pontos nas ruas, a cafetinagem e a violência policial também aparecem em sua narrativa. Sobre a cafetinagem, Margarete conta que havia homens que ficavam nas esquinas observando o movimento das mulheres e cobrando uma porcentagem de cada programa. Já a violência policial aparece enquanto um elemento a ser evitado, ao ponto de ser necessário anunciar às colegas a presença das forças armadas. Uma relação de aliança e cuidado entre ela e outras colegas de ponto, travestis e gays, é percebida neste trecho:

Eu quando trabalhei na esquina tive o prazer de conhecer travestis e gays que me cuidavam! Eu só ficava cuidando quando a rapa⁵⁷ chegava: “Ah rapa!!” (em tom elevado). Porque naquele tempo já existia da polícia ter perseguição, como tem até hoje, com o gay, com travesti, né. Então a gente cuidava.

Ou seja, além das ameaças e extorsões por parte de cafetões, as (e os, no caso dos homossexuais) prostitutas ainda tinham que se proteger dos agentes do Estado que deveriam, pelo contrário, prezar pela sua segurança e integridade física das cidadãs e cidadãos, e não agredi-las e ameaçá-las. A ajuda e o cuidado era realizada entre os próprios sujeitos do trabalho sexual, o que revela um quadro bastante difícil, de extrema vulnerabilidade. Mais uma vez esses episódios foram contados por ela após a mobilização do termo “naquele tempo...”, o que revela certas transformações, aos seus olhos, da realidade do trabalho sexual, que podem ser corroboradas pela narrativa de Carmem, bastante próxima desta atividade e seu funcionamento à nível local, enquanto militante.

Contudo, outros elementos são mencionados por Margarete na pergunta sobre os aspectos negativos ligados à prostituição, como o estupro – referindo-se ao episódio na boate durante sua adolescência –, considerado como a pior situação pela qual passou, e também agressões por parte de clientes, caracterizados como possessivos, como se a profissional fosse de sua propriedade. E, ainda, clientes que se apaixonam, que “confundem as coisas”, em suas palavras. Aqui revela-se uma outra dimensão da violência, aquela que ocorre na relação direta entre a prostituta e

57 Rapa é uma gíria utilizada para se referir à polícia.

o cliente, onde os limites do acordo de um programa não são respeitados, em que os homens não compreendem as fronteiras do acordo e da prestação de serviço da profissional. Especificamente sobre a relação de Margarete com as atividades sexuais comerciais, é possível dizer que todo o período passado trancafiada na boate em Santa Catarina foi marcado por uma série de violências extremas e situações negativas, conforme já foi exposto.

A experiência da Gabriela no mercado do sexo ocorreu em 2016, predominantemente em uma boate diurna da cidade, ou seja, num contexto bastante distinto daqueles que foram previamente apresentados, tanto em termos de modalidade de trabalho quanto do período em que ocorreu. Mesmo assim, tal como Margarete, Gabriela também menciona agressões por parte de clientes, e palavras com o objetivo de humilhar. O interessante é perceber as estratégias mobilizadas por ela para contornar tais situações, diretamente relacionadas ao ambiente em que trabalha, que conta com seguranças particulares e os próprios gerentes do estabelecimento, que transmitem uma imagem de maior segurança. Foram dois episódios de violência mencionados por ela: o primeiro é de um cliente que quis fazer um programa fora da boate, mas que em vez de ir para um motel, conforme ambos haviam combinado, preferiu transar dentro do carro e ainda não quis pagar – o que não ocorreu porque Gabriela recusou-se a continuar no carro, atitude que teve consequências sérias para ela, inclusive envolvendo as colegas e a gerente do ambiente; e o segundo é um episódio de agressão física, ocorrido num dos quartos do lugar. Na medida em que o primeiro caso tem relações com o HIV, preferi detalhá-lo na sessão em que trato especificamente sobre o tema. Já o segundo episódio pode ser melhor abordado a partir do próprio relato de Gabriela, quando contou sobre o ocorrido, o qual reproduzo abaixo na íntegra:

Eu estava no meu oitavo ou nono programa do dia. Estava acabada já, estava indo embora na verdade. Eu estava indo na recepção pra pegar meu dinheiro, e ele me parou. Ele falou: “Ai, não sei o quê, você é linda e tal”. Começamos a conversar, aí ele foi super gentil, pagou uma dose pra mim... “Vamos pro quarto?” (Ela responde:) “Vamos”. Eu estava cansada já. Porra, já eram 10h, 11h da noite, e eu *tava* indo embora, ele *viu* que eu tava indo embora. Aí chegou no quarto, e tal, daí ele olhou pra mim e falou assim: “Por que você tá com essa cara de cansada? Você não é puta? Você não tá fazendo o teu serviço?”. Daí eu falei: “Quê?!” (Gabriela tinha uma expressão de indignação misturada com um ar irônico). Só que eu fingi demência, né, falei: “Tá, deixa pra lá”, ele estava chapado⁵⁸... Aí começamos, e tal, daí

58 Estar chapado é uma gíria utilizada para se referir a alguém que está sob efeitos de alguma substância como o álcool, a maconha ou qualquer outra droga.

nisso ele encheu a mão e “PUFF”, na minha cara, com tudo. Mas tipo, gente, doeu de verdade, eu cheguei a encher o olho de água, assim, sabe? Daí eu falei (com expressão e tom sério): “Não, você tá louco? Quem você pensa que é pra me bater?”. Daí ele: “É, você tá com essa cara de cansada e tal”. Eu falei: “Não, filho, não é assim que funciona”. Peguei minha roupa, me vesti, ele falou: “Onde é que você vai?”. Eu falei: “Eu vou descer” (O cliente diz) “Eu não vou pagar teu programa”. Eu falei: “Você vai, sim!”. Daí ele: “Não, não vou”. Daí eu falei: “Então vamos ver!”. Peguei, vesti minha roupa, desci na recepção e falei: “Olha, aconteceu isso, isso e aquilo”. Daí ele desceu e a (administradora do ambiente) falou pra ele: “Olha, vou te avisar uma coisa, a próxima vez que você encostar a mão em alguma das minhas meninas você vai daqui direto pra cadeia. Pode sair porque aqui você não pisa mais. E você pode pagar o programa dela sim”. Ele pagou, o segurança ficou do lado dele, levou ele pra fora e ele nunca mais apareceu lá.

O demonstra que mesmo um ambiente fechado, administrado e que conta com seguranças particulares não impede por completo situações de violência física por parte de clientes contra as mulheres que ali realizam seu trabalho. É verdade que ela menciona que esse tipo de acontecimento é numérica e significativamente inferior perto de todos os atendimentos que realizou, e em outro momento diz também que é difícil os clientes “saírem do eixo”, no sentido de se comportarem fora de um padrão esperado, no qual tudo ocorre bem. Mesmo assim, esse episódio faz pensar sobre um tipo de violência em que aparentemente tudo já estava premeditado pelo homem, que foi até ela justamente no final da noite, vendo que já estava indo embora, e que tinha uma expectativa em relação à performance de Gabriela pautada em sua condição de prostituta, como se ela devesse estar sempre 100% disposta e disponível para ele. Diante da frustração, a maneira escolhida por ele para lidar com isso, após humilhá-la verbalmente, foi um forte tapa no rosto. Ou, talvez seja possível pensar que o homem tenha escolhido Gabriela para se relacionar justamente porque já tinha a vontade de agredir alguém, e a maneira de realizar tal agressão, ou a justificativa encontrada para ele mesmo, foi a aparente “cara de cansada”, incompatível, aos seus olhos, com a performance de uma prostituta.

De qualquer forma, vê-se que ela recusou-se, de prontidão, a permanecer no quarto com o cliente, explicitando que não aceitaria passar por aquilo e exigindo o dinheiro do programa. Além disso, recorreu aos artifícios disponíveis dentro de seu contexto de trabalho, como a gerência e a segurança privada da casa. Diferentemente de Carmem, que no episódio relatado preferiu não cobrar o programa de seu cliente, ocorrido no quarto do hotel, alegando receio e medo de

sofrer algum tipo de agressão, Gabriela, por ter se dirigido ao quarto e mesmo não tendo realizado o ato sexual, conseguiu receber seu dinheiro somente mediante a pressão exercida pela administração da casa sobre o cliente, que terminou com uma ameaça contra ele e uma sanção permanente, a de nunca mais frequentar o espaço. Em um primeiro momento ela ignorou as agressões e humilhações verbais, mas depois, diante da agressão física, transferiu o problema aos seus superiores. Ela explicou que em situações que saem do eixo, primeiro tenta-se a argumentação verbal com o cliente, e, se não der certo, vai até a recepção e esta é quem resolve a situação. Bastante diferente do que ocorre na rua, onde os meios para se proteger deste tipo de situação são diferentes, ou inexistentes, cabendo aos próprios sujeitos do trabalho sexual protegerem-se.

Considerando que os indivíduos não são folhas em branco, nem passivos diante dos acontecimentos da vida, bons e ruins, prazerosos ou difíceis, outra pergunta que realizei para as entrevistadas foi sobre o que elas *aprenderam* trabalhando com a prostituição, tanto aspectos que consideram positivos, quanto negativos. Os primeiros constam na próxima sessão, e os segundos são apresentados abaixo, começando pela narrativa de Gabriela.

São dois elementos trazidos pela mais jovem das entrevistadas. Em primeiro lugar ela menciona uma certa decepção em relação aos homens: “(Aprendi) que 90% dos homens não vale nada (risos)”. Quando pergunto o porquê, Gabriela conta um episódio, o qual diz que nunca esquecerá, em que atendeu um cliente na boate que considerou bastante bonito e atraente – destacando tatuagens, corpo malhado, alto, com barba – e que acabou mostrando a ela a foto de sua mulher, tão bonita quanto ele, aos olhos dela: “Era uma prin-ce-sa, a mulher mais linda que eu já vi, cara, uma boneca! Cinturinha, peitão, cabelão, loira, ela era linda, linda. *E o cara tava na zona!* Tipo...?”. Como logo em seguida Gabriela passou a tratar sobre o outro aspecto negativo, não pude desenvolver de maneira mais adequada sobre esse episódio em questão, mas o que parece tê-la frustrado é o fato de mesmo com uma mulher bonita, o homem frequentar uma casa de prostituição e trair sua companheira. Talvez, aos seus olhos, o fato da mulher ser bonita fosse o suficiente para que ele não procurasse outras pessoas para se relacionar, o que não ocorreu, logo, compreende-se seu aprendizado negativo em relação aos homens⁵⁹. Além

⁵⁹ Algo que talvez fosse interessante de se perguntar, em outras pesquisas, seja justamente o entendimento das prostitutas sobre os motivos que levam os clientes a recorrerem aos seus serviços – uma lacuna reconhecida no presente trabalho.

disso, o cliente disse-lhe que estava ali por conta de uma despedida de solteiro de seu amigo, justificativa que Gabriela considerou uma mentira.

O outro aprendizado negativo foi introduzido da seguinte forma: “Aprendi que as pessoas são más. Aprendi muito que as pessoas são más, e que elas te julgam pelo que você é, pelo que você faz”. Aqui, temos um fator ligado aos julgamentos de outros indivíduos sobre as prostitutas, seu trabalho e as mulheres que a realizam, um aspecto da moralidade e do estigma, que será compartilhado, de maneiras distintas, é verdade, pelas outras entrevistadas. Para melhor compreensão da narrativa, faz-se necessário transcrever na íntegra o restante da resposta de Gabriela:

Porque, igual eu falei, do mesmo jeito que eu mudei minha concepção por trabalhar com isso, eu vi que tem pessoas que ainda pensam exatamente como eu pensava antes de começar a trabalhar. Que tipo, que julgam você pelo que você faz, não pelo que você é, mas pelo que você faz. “Ah, você é garota de programa, você vai ser pra sempre uma garota de programa, eu nunca vou conseguir olhar pra você com uma cara diferente”. Eu casei com uma pessoa que era assim, né? Ele não conseguia me enxergar a não ser como uma garota de programa.

Neste trecho percebe-se o estabelecimento de uma fronteira entre a pessoa de Gabriela e a atividade que desenvolvia, que demandava uma outra identidade, a de garota de programa, prostituta, e sobretudo a maneira que as pessoas compreendem (ou não) esta divisão. Mais importante do que isso, é preciso destacar que sua resposta está diretamente ligada a um caso específico de sua trajetória, o relacionamento íntimo com um outro homem, com quem teve um casamento de alguns anos. Mais à frente ela trouxe outras informações bastante importantes para se refletir sobre a questão da violência na intimidade das mulheres que exercem a prostituição, que embora não tenha sido o foco desta pesquisa, revelou-se como um ponto em comum entre as entrevistadas. Atentar-se a essa questão é algo já mencionado por pesquisadoras que refletem sobre a prostituição, inclusive pensando sobre as políticas públicas voltadas ao combate ao HIV entre esta população, cujas abordagens devem levar seriamente em consideração os contextos de vida para além do trabalho, uma vez que “a vulnerabilidade com parceiros fixos é muito maior” (LEITE, MURRAY, LENZ, 2015, p. 20). Esta afirmação diz respeito ao HIV especificamente, porém a partir das entrevistas é possível pensar que os relacionamentos íntimos, cancelados pelo casamento, podem trazer

maior vulnerabilidade às mulheres em questão de violência do que os relacionamentos comerciais, com os clientes.

Gabriela contou que conheceu seu ex marido na boate, embora ele nunca tenha sido seu cliente lá. Um dia ele a convidou para comer alguma coisa, levou-a em casa, e ela acabou se apaixonando, em suas palavras: “Daí por diante, só ladeira abaixo, né! Ô desgraça!”. Mais à frente ela dirá que esse relacionamento foi a pior experiência de humilhação que teve por já ter trabalhado como garota de programa, e que nunca foi tão humilhada por alguém quanto por este homem:

Ele me humilhou muito, assim, é... Fora as outras coisas que ele fazia, né, porque ele me batia muito. Então toda a vez que a gente brigava, ele falava assim: “Ah, você é puta, você tem que voltar de onde você nunca devia ter saído, da onde eu te tirei. Você não tem nada, se você for embora essa roupa aí que você tem fui eu que te dei”. Entendeu? Tudo isso ele falava pra mim: “Você não passa de uma garota de programa... É pra isso só que você serve...”. Ih, eu escutei muita coisa, muita coisa...

Tal como Margarete, agredida pelo marido, pai do seu filho, com quem saiu da boate, Gabriela também sofreu nas mãos do homem com quem se casou, não apenas com agressões físicas, mas também verbais, humilhações, reconhecidas por ela enquanto tais. Palavras que buscavam diminuir seu valor enquanto pessoa e mulher pelo fato de ter exercido a prostituição, que era mobilizada pelo marido enquanto um artifício que acabava prendendo-a em suas mãos, inclusive por questões financeiras, na medida em que enquanto esteve casada, parou de trabalhar com a prostituição, portanto não ganhava mais seu próprio dinheiro. Esse fato era mobilizado pelo parceiro como uma maneira de controlá-la, como se presentes ou roupas representassem uma relação de vínculo, e, principalmente, posse dele sobre ela. Nos olhos do marido, este fez um favor a ela, “tirando-a” da prostituição, porém essa “benesse” vinha acompanhada de muita violência e agressões.

Margarete foi direta ao responder que o que aprendeu de negativo na prostituição foi a exploração: “Nós somos exploradas, muitas vezes. A mulher que não sabe trabalhar na noite. Naquele tempo nós éramos muito exploradas”. Acredito que após toda a apresentação de sua história, sobretudo em seus primeiros contatos com o sexo comercial, já sirvam para justificar e compreender sua resposta e a prevalência desse elemento diante da pergunta. A noção de exploração, contudo, não deve ficar restrita à fase de sua adolescência, na medida em que a

retenção dos ganhos de um programa por parte da gerência de boates também é vista por Margarete como exploração, o que ocorreu já na fase adulta quando continuou atuando como profissional do sexo. Especificamente sobre este último período, é interessante como a percepção de Margarete coincide com aquelas colhidas por Piscitelli no trabalho aqui já referido, uma vez que a noção de exploração compartilhada por mulheres migrantes na Europa que realizam serviços sexuais diz respeito não à dimensão sexual, mas sobretudo à econômica. Segundo a autora, tratando de seu material, “a maioria dessas entrevistadas considerava exploração não a intermediação, mas a retenção excessiva de parte dos rendimentos” (PISCITELLI, 2013, p. 149), sendo as dívidas contraídas com clubes ou agentes para chegarem até a Europa consideradas uma fase do processo migratório, um período de suas vidas, e não uma situação característica de exploração.

Ao mesmo tempo, a resposta de Margarete aponta para uma necessidade da mulher que trabalha com sexo *saber* realizar tal serviço como forma de evitar situações de exploração. Essa afirmação assemelha-se com o exposto por Carmem, a ideia de que cabe à mulher realizar suas próprias regras e ponderar aquilo que aceita, ou não, para si mesma – e mais uma vez tem-se o problema e a grande responsabilidade de enfrentar, muitas vezes sozinha e sem experiência, as adversidades e os desafios característicos da profissão. Mais uma vez é possível realizar um paralelo com o material de Piscitelli, uma vez que suas interlocutoras, ao refletirem sobre as diferenças de rendimento obtidas nos ambientes de *clubs* e ruas, explicam-nas a partir da maturidade das trabalhadoras sexuais e sua capacidade de administrar o dinheiro que recebem (PISCITELLI, 2013, p. 146).

Por último, a percepção de Carmem sobre os aprendizados negativos ligados à prostituição dizem respeito não a situações pelas quais diretamente passou, mas sim a partir daquilo que viu em outras mulheres ao longo de sua trajetória. Frisando este ponto, e também o de que não necessariamente tais situações ocorrem apenas com a prostituição, mas também em outras profissões, Carmem diz o seguinte:

É, a prostituição pode te levar a roubar, a matar, a usar drogas, a ficar alcoólatra, sabe? E também existe aquelas que aprendem a ficar arrogantes. Sabe? Mas isso não é só na prostituição, eu vejo no todo, sabe?

Mas os pontos negativos da prostituição seriam levados a essas coisas que eu tô dizendo, é mais forte, talvez, do que em outras profissões.

É imprescindível levar em consideração para compreensão da resposta toda sua trajetória enquanto profissional do sexo, sobretudo as brigas que presenciou entre as cafetinas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, mulheres que nas palavras de Carmem “eram tudo as fodásticas, sabe? Não deixavam ninguém em paz” – tendo uma das brigas resultado em morte –, em como o álcool faz parte do ambiente de trabalho de muitas trabalhadoras sexuais, que podem obter dinheiro a partir das doses que consomem junto dos clientes – situação que a afastou dos ambientes como as boates, justamente porque ela nunca gostou de beber, conforme já exposto –, ou mesmo que ingerem bebidas e outras drogas para ter mais disposição durante o trabalho. Sobre este último ponto, a própria Margarete menciona que foi ainda enquanto estava na boate de Santa Catarina, na adolescência, que teve os primeiros contatos com drogas: “começaram a apresentar as drogas pra gente, pra gente poder beber mais, né”.

Aliás, diferentemente de Carmem e Gabriela, toda a sua trajetória na prostituição realizou-se concomitantemente com o uso de substâncias como a cocaína, a heroína, o crack, a maconha, o álcool e cigarro. Margarete diz que a despeito de ter ganhado muito dinheiro com a prostituição, por ter se envolvido com as drogas acabou perdendo grande parte do que obteve. É interessante pensar nas articulações entre o trabalho sexual e o uso de drogas, do ponto de vista do próprio sujeito que realiza tais práticas, como no caso de Margarete até o coma, que precisou lidar com certos estigmas tanto por parte de clientes como por parte de outras colegas, conforme ela mesma conta:

Porque você é estigmatizada duas vezes quando você é uma prostituta e usa drogas. Até com os clientes. Porque aquela (profissional do sexo) que não usa chega e diz: “Aquela lá é uma viciada!”. Aconteceu muito isso. Muitos clientes eu perdi por causa disso. Inclusive pra gringos! Mas também muitos deles usam, né, chegam até a procurar a mulher que usa pra buscar o fornecedor.

A narrativa de Carmem encontra importantes ecos na experiência de Margarete, que nos revela a complexidade das imbricações entre o trabalho sexual e o uso de drogas. Não apenas isto pode ocorrer para trazer mais energia à mulher, ou como forma de aumentar seus rendimentos consumindo uma bebida junto dos

clientes em boates e bares anteriormente ao programa em si, mas também através de clientes que recorrem a elas em busca de substâncias ilícitas, o que revela um campo complexo de relações, em que mais uma vez faz-se necessário uma boa dose de consciência e experiência, pés no chão, para lidar com a questão.

4.2.1 Dos aspectos e aprendizados positivos

Esta pesquisa, conforme já foi exposto, nasce da discussão e do dissenso que ocorre entre os feminismos nas formas de explicação e enquadramento da prostituição, onde muitas vezes associa-se fortemente a violência, o estigma, a desgraça e a tristeza nas experiências das mulheres que o realizam. Certamente estes aspectos fazem parte da trajetória de vida de muitas das profissionais do sexo, e a narrativa acima exposta e analisada contribui para reflexão sobre tais questões. Contudo, não faz sentido resumir a prostituição nem as trajetórias de suas protagonistas somente a essas dimensões. A partir das narrativas analisadas é possível perceber não apenas as maneiras através das quais as mulheres encontram para contornar as situações negativas, como também os aprendizados que tiram delas. Além disso, a partir da pergunta sobre quais são as situações consideradas como positivas pelas entrevistadas, ligadas ao seu cotidiano de trabalho, um outro campo de relações torna-se visível e a partir dele novas maneiras de dar sentido à atividade comercial e sexual fazem-se presentes. O trabalho sexual, como qualquer outro trabalho, também pode ser fonte de prazer, alegria e aprendizados, conforme discorro abaixo a partir das entrevistadas e suas narrativas, começando por Margarete.

Em relação ao cotidiano do trabalho sexual, Margarete começa falando sobre a possibilidade de conhecer alguém que seja sua “cara metade”, com quem se possa viver uma vida a dois. Além disso, menciona o fato de poder conhecer diversas pessoas, “conhecer o caráter, você conhecer o lado bom, o lado ruim das pessoas. E você conhece os dois lados da vida”. É interessante como alguns elementos da resposta fazem-se presente, de maneira mais ou menos semelhante, nas três narrativas, conforme se verá. Ainda, menciona a possibilidade de rir, dançar, cantar e fazer rir. Quando pergunto se é possível se divertir sendo profissional do sexo, ela diz: “Muito! A gente se diverte muito sendo profissional do sexo. E quando

goza, a gente se diverte mais ainda!”, responde ela com uma gargalhada ao final. A menção à possibilidade de encontrar um companheiro para o resto da vida talvez tenha sido trazida justamente porque ela própria foi casada por mais de 20 anos com um homem que a auxiliou no momento mais delicado de sua vida, na recuperação do coma e após o diagnóstico de HIV, o qual conheceu uma semana antes, enquanto prostituta. Ou seja, este homem tão importante em sua vida foi seu cliente e depois marido. Ajudou-a na recuperação, contactou sua família, visitava-a no hospital, enfim, auxiliou-a de diferentes maneiras⁶⁰ – esse momento fundamental de sua trajetória será melhor exposto na próxima sessão.

Quando pergunto sobre o que aprendeu de positivo enquanto profissional do sexo, ela responde dizendo que ser profissional do sexo é uma profissão como qualquer outra. Porém, logo em seguida diz que não é para qualquer uma, sendo necessário saber administrar, conhecer, ter metas e objetivos – de forma semelhante ao que Carmem menciona e que já foi exposto acima. Nesse momento, mais uma vez, Margarete torna a falar sobre as drogas, atribuindo a elas a perda de inúmeros bens que conquistou enquanto prostituta – “se hoje eu fosse profissional do sexo, não usaria droga”. Por fim, conclui retomando a questão dos homens e também sobre “os dois lados da vida”:

Mas ser profissional do sexo me ensinou a lidar com homem. Aprender a conhecer o homem. A conhecer o homem de forma íntegra. Porque o homem tem várias faces, né. Ele tem a face da agressividade, por qual eu conheci, a face do carinho, do desejo, do prazer. O homem tem diversas faces. E a gente aprende a se amar como mulher. Aprende a não deixar o homem bater na sua cara, né? Aprende a conhecer... *O outro lado da vida.* Você já passou por várias etapas, né? Degraus! Baixos, altos. Porque em tudo tu tem momentos felizes, mas também tu tem grandes tropeços.

A resposta de Gabriela apresenta alguns elementos semelhantes com a de Margarete, já que uma das primeiras coisas que menciona sobre aspectos positivos ligados ao cotidiano do trabalho é a possibilidade de se divertir, e também a de conhecer pessoas e estabelecer amizades com clientes – porém, não fala sobre conhecer uma cara metade ou qualquer coisa parecida com isso: “Pô, é possível se divertir muito! Eu fiz muita amizade lá dentro. Às vezes eu fazia amizade com os

⁶⁰ Ainda hoje, nos espaços de formação e ativismo como aquele onde conheci Margarete, ela menciona o fato de ter tido um relacionamento sorodiscordante de longos anos, isto é, com um parceiro que não era HIV positivo. Ela mobiliza esse momento como forma de mostrar a possibilidade de se ter uma vida normal, podendo namorar e se relacionar, mesmo sendo soropositiva.

caras, tipo, e eram meus clientes fora e dentro da casa, que nunca me faltaram com o respeito, de ambas as partes...”. Ela continua a narrativa, em tom bem-humorado e em meio à risadas, contando uma história envolvendo um de seus clientes, um homem aparentemente do interior, “meio que da roça”, e “muito gente fina”, que sempre que ia à boate pagava várias bebidas e conversava por longo período, contava piadas, e com quem ria bastante. Em uma das vezes, quando foram para o quarto, Gabriela, um pouco tonta devido ao álcool, acabou escorregando no box e batendo de leve sua cabeça, situação que despertou uma crise de risos nela e no cliente. Quando dirigiram-se até a cama, não houve nenhuma relação sexual, já que o homem não conseguia parar de dar risada: “Foi, tipo, sensacional!”.

Outra situação que mencionou em seguida foi a presença de um grupo de rapazes, todos jovens, que iam sempre juntos até a boate, em cinco ou seis pessoas. Eles reuniam várias garotas do local e pagavam bebidas para todas elas: “Às vezes pra gente compensava mais ficar com eles, bebendo, do que sair pra fazer programa, porque eles não pagavam duas doses, pagavam um monte de doses, e ficavam dando caixinha pras meninas”. Uma vez que os rapazes chegavam sempre no início da noite, entre as 19h e 20h, muitas vezes ela já havia atendido outros clientes ao longo da tarde, já havia trabalhado o suficiente, ou seja, passava as últimas horas em seu local de trabalho apenas conversando e bebendo, recebendo dinheiro através das comissões da bebida e do extra que eles davam⁶¹.

Mas é na pergunta sobre os aprendizados positivos que tirou da prostituição de modo geral que outros elementos interessantes surgem, bastante semelhantes sobretudo ao que Carmem trará em sua narrativa. Logo de cara Gabriela diz ter aprendido a não julgar o outro, e é assim que explica sua resposta:

É que assim, eu fui criada numa família de evangélicos, então a prostituição tá na bíblia que é errado, e etc. etc. etc. Só que uma das coisas que eu aprendi mais, é ter empatia com o próximo. Porque muitas pessoas que estão lá, muitas mulheres estão lá não porque gostam, mas porque precisam do dinheiro, porque sabem que ganha dinheiro. [...] Você julgar uma pessoa que trabalha com isso, julgar uma garota de programa: “Ai, é puta! Trabalha com isso porque quer! Trabalha com isso porque é dinheiro fácil!”. Não é assim!

61 Gabriela contou que com esse grupo de rapazes chegou a receber, uma vez, mais de R\$200 apenas com as bebidas. É interessante frisar que conforme relatou, relacionou-se sexualmente, em um programa, apenas uma única vez com um dos rapazes do grupo. Ou seja, é necessário pensar sobre esses ambientes e na própria prostituição não apenas com a finalidade sexual, mas também sob outras formas de relação, envolvendo companhia e conversa.

Tem-se aqui o aparecimento de uma diferenciação fundamental, presente de maneira bastante semelhante sobretudo nas narrativas de Gabriela e Margarete, ligada às mulheres que trabalham com sexo porque gostam e aquelas que trabalham porque precisam. Separei o último tópico desta pesquisa para tratar sobre a questão, dada sua importância no trabalho. De qualquer forma, Gabriela diz ter aprendido a ser mais empática com as trabalhadoras sexuais pensando naquelas que, para ela, não gostam do seu trabalho mas o realizam pois conseguem tirar um bom dinheiro com ele – que nunca é um dinheiro fácil. Quer dizer, trabalhar como garota de programa transformou a própria imagem que possuía desse trabalho. Além disso, na continuação de sua resposta, ela traz elementos semelhantes ao de Margarete, como a possibilidade de conhecer e conversar com várias pessoas, e também ouvir conselhos dos clientes ligados ao dinheiro que recebia:

Cara, você escuta muitas coisas, de muitas pessoas. E você presencia histórias de muitas pessoas diferentes. Por exemplo, eu sentei e conversei com muitos clientes como se eu fosse uma psicóloga! Sentei e escutei muita história, ouvi muito conselho, então... Acho que isso foi uma das coisas que mais me amadureceu – antes de trabalhar com isso eu já era madura, depois que eu comecei a trabalhar com isso fiquei 10 vezes mais, entendeu? Parei de julgar o próximo, parei de achar que as coisas têm que ser exatamente do jeito que a sociedade impõe: “Tem que ser assim, tem que ser assado”. Não é assim que funciona. Sabe, escutei um monte de coisa, um monte de história. Ouvi muito conselho, de homens mais velhos, sobre relacionamento, sobre a vida, sobre tudo, assim, sabe? Sobre dinheiro... Aprendi a guardar meu dinheiro, a investir dinheiro, coisas que, nossa, nem passavam pela minha cabeça! [...] Porque do mesmo jeito que ele vem muito rápido, ele vai muito rápido. Se você não tiver consciência do que está fazendo, o dinheiro vai embora. Então muitos clientes chegaram pra mim e falaram: “Olha, você é bonita, você é nova, guarda teu dinheiro, faz isso, faz aquilo”. Aí eu comecei a guardar, comecei a comprar isso, comprar aquilo, comecei a prestar mais atenção que às vezes eu deixava de comprar coisas pro meu filho pra festar... Então a hora que eu coloquei a mão na consciência: “Não, pera, tem alguma coisa errada, né?”. Aí eu dei uma segurada...

Sua narrativa revela como a prostituição não pode ser pensada, mais uma vez, apenas como uma simples troca comercial e sexual, uma vez que as conversas com os clientes também envolvem conselhos e o compartilhamento de histórias e experiências, a partir dos quais Gabriela transformou algumas de suas práticas, ligadas sobretudo à administração dos rendimentos provenientes do trabalho sexual. Aliás, o dinheiro, segundo ela, sobe à cabeça das pessoas, e com ela não foi diferente - “quanto mais eu ganhava, mais eu queria ganhar, e quanto mais ganhava, mais eu gastava”, explicou ela em outro momento. Gabriela contou que chegou a

ganhar R\$400, R\$500 em um dia, e conseguiu gastar todo o valor no outro, ficando sem dinheiro inclusive para pagar um transporte privado para ir ao trabalho no dia seguinte. Conforme o tempo foi passando, e a partir da conversa com alguns clientes, refletiu sobre suas prioridades e sobre onde é que estava gastando o seu dinheiro. Por último, é importante retomar uma passagem de sua entrevista, mencionada no tópico anterior, sobre os aprendizados negativos, quando disse que transformou sua imagem sobre a prostituição, e que antes de realizá-la *pensava exatamente como algumas pessoas pensam hoje* – isto é, julgando as mulheres. Isso é importante para refletirmos sobre a resposta de Carmem, da qual trato abaixo.

Carmem foi a entrevistada que mais elementos trouxe na resposta sobre os aprendizados positivos que a prostituição lhe proporcionou, sendo possível encontrar alguns pontos importantes de consenso entre as narrativas já apresentadas. De maneira resumida, Carmem diz ter conseguido aprender muitas coisas, estabelecer muitas amizades, a respeitar a si mesma e aos outros, a ser uma pessoa melhor, e resume a prostituição e as ruas como uma *escola da vida*. Vale a pena reproduzir alguns trechos de sua narrativa como forma de melhor compreender esses aspectos, e principalmente para que, ao final deste tópico, seja possível fazer alguns paralelos entre as respostas de Margarete, Gabriela e Carmem. Importa frisar que a primeira frase que ela trouxe após minha pergunta foi a seguinte: “A gente⁶² falava esses dias aí, a respeito desse (aspecto) positivo, que as pessoas têm de sempre achar que a prostituição é só uma coisa negativa, e não é”. E é assim que ela continua sua resposta:

Tudo depende do que você quer pra você, e do que você tem de meta na sua vida, né? Na prostituição uma das grandes coisas que eu ganhei foi o conhecimento, sabe? E... Ser uma pessoa melhor, com mais empatia – não só lucros financeiros, sabe? Mas ganhei muitos amigos. Não só enquanto eu tava na prostituição, mas como agora que tô na ONG, assim, sabe? Que nem o primeiro cliente que saiu comigo, eu tenho amizade com ele até o dia de hoje, entendeu? Se eu vou no centro de Curitiba, muitos clientes me encontram, conversam comigo, uma conversa sadia, né?

Carmem dá continuidade contando a história de um cliente que a encontrou alguns dias atrás e que queria sair com ela novamente. Ela disse que estava com um problema na perna, ao que ele respondeu que nem precisavam fazer nada – quer dizer, relações sexuais –, que apenas queria ficar um tempo junto dela, para

⁶² Não sei ao certo sobre quem ela estava se referindo, talvez sobre algum grupo de profissionais do sexo do qual faz parte, em alguma reunião ou evento.

“sentir o cheiro um do outro”. Em seguida, fala sobre as amizades com os comerciantes das lanchonetes no centro da capital, onde frequentava entre um programa e outro, dizendo que ali pode “entrar e sair de cabeça erguida”. São relações construídas e mediadas através do respeito mútuo, que duram desde a década de 1970, e pelas quais ela preza e valoriza muito. A amizade, contudo, não se restringe aos comerciantes, mas também às próprias colegas de profissão de Carmem. A valorização da amizade como um aprendizado que julga como positivo adquirido através da prostituição consegue ser melhor compreendido através deste trecho, em que ela fala sobre o papel que algumas de suas amigas desempenharam quando sua mãe precisou de cuidados e acompanhamentos médicos, antes de falecer:

A amizade de uma prostituta com outra pessoa, ela é uma amizade verdadeira. Ela está ali pra apanhar, pra bater, pra te ajudar e pra sofrer! Eu te digo isso [...] porque quando a minha mãe esteve doente, as mulheres que se prostituíam, que trabalhavam durante o dia, se revezavam para cuidar da minha mãe no hospital, sabe? Então elas ficaram ali meses e meses cuidando da minha mãe no hospital pra mim. Minha família dizia, minha irmã (dizia para as amigas de Carmem): “Quanto você ganharia na rua, no dia, pra mim poder te pagar?”. E elas falavam assim: “Se você me oferecer mais um dinheiro eu vou te mandar enfiar naquele lugar! Porque nós gostamos da vozinha, porque sempre que fomos na casa dela, sempre nos tratou bem, com respeito, com dignidade, de igual pra igual!”. Sabe? Então, isso daí é uma das coisas que *poucas* pessoas fazem, sabe? Ter um amigo de verdade. Minha irmã dizia assim: “Carmem, você tem uma coisa que nós não temos. Eu tenho dinheiro, você não tem. Mas o que você tem e eu não consegui durante todos esses anos, com o dinheiro: amizade verdadeira!”

Outro aspecto interessante a ser considerado nesta passagem, até para realizar uma compreensão um pouco mais abrangente da trajetória de Carmem, dos membros de sua família e da relação deles com a prostituição, é o fato de sua mãe, após os primeiros momentos de tensão diante da escolha que a filha tomou de se inserir nas redes da prostituição de rua de Curitiba, ter aceito esta condição e, mais do que isso, ter conhecido e recebido outras colegas e amigas da filha em sua própria casa, tratando-as com respeito. Ou seja, a mãe de Carmem também acabou por transformar a imagem que possuía do trabalho da filha, e a maneira como tratou suas colegas contribuiu para que, no futuro, em um momento delicado de saúde, fosse cuidada e amparada por inúmeras colegas da filha. Voltando ao primeiro trecho, quando retomo a menção à maturidade e pergunto sobre seu sentido, ela detalha da seguinte forma:

É que existe uma diferença, né, entre você fazer uma faculdade, que é uma coisa teórica, com uma vivência, sabe? A rua nos ensina muito. Ensina desde a gente ficar falando como tupi-guarani, até falar em espanhol, inglês, e tal coisa, sabe? Porque a gente teve muitos clientes marinhoiros, sabe? Então a gente aprendeu muito, sabe? E as pessoas, elas começam a querer sempre saber mais. A gente sabe sobre olaria, colarinho branco, a gente aprende sobre política, sobre religião, porque os clientes vão falando pra gente, sabe?

Aqui percebe-se a dimensão da aprendizagem através da prática, da experiência, da vivência, e a rua e a prostituição como vias importantes para acessar certos conhecimentos, aos olhos de Carmem. Mais uma vez, tal como Gabriela e Carmem, a possibilidade de se travar contato e relações com diferentes homens, sobretudo na condição de clientes, é vista como algo positivo, que expande seus conhecimentos e referências ligadas a diferentes temáticas. Em relação ao que Carmem chama de tupi-guarani, poder-se-ia dizer, talvez, que ela estivesse se referindo às gírias características do espaço da rua e da prostituição, tal como aquela mencionada por Margarete, a *rapa*, para nomear a polícia. Dando continuidade à sua narrativa, Carmem começa a falar sobre o respeito ao próximo:

E uma das coisas que eu aprendi bastante na prostituição e na rua é você ter respeito pelo próximo. Que é fundamental, você ter respeito por todos! Você tem que se fazer respeitar, mas antes de fazer respeitar, você tem que ter o respeito do próximo. *Você se respeitar, pra você ser respeitada, sabe? Se você respeitar, você será respeitada. Se você respeitar os valores de vida que eu tenho, entendeu, eu vou poder te respeitar.*

É possível dizer que a prostituição foi uma via a partir da qual Carmem pôde reconhecer e dar sentido às diferenças, sobretudo aquelas no âmbito dos valores de vida de cada indivíduo tem consigo. Ela não elimina as diferenças, pelo contrário, é através do seu reconhecimento que consegue perceber a importância de cultivar o respeito para com o próximo, e também para consigo mesma. Mais à frente, é possível notar em sua narrativa a concepção de indivíduo – ou ser humano – pautada numa noção de certo modo universal, vinculada àquela de Direitos Humanos, mas ainda fazendo uso da diferença:

(Aprendi a) ser uma pessoa melhor. Porque as profissões são diferentes, mas a pessoa é exatamente igual à outra. Tudo que uma faz, a outra faz. Uma faz sexo, a outra faz sexo. Uma faz coco, a outra faz coco. Tudo que o corpo humano necessita, independentemente de profissão, é igual. Independentemente de cor, de credo, de raça, de tudo! É exatamente um

igual o outro! Ninguém é melhor do que ninguém, sabe? Não é porque uma pessoa é estudada, é letrada, e eu não sei ler e escrever que me faz diferente dela. Me faz diferente dela só um fator: que ela foi um *pouquinho* mais esperta que eu, e aprendeu alguma coisa. Mas isso não quer dizer que aquele que não estudou numa escola, e não sabe ler e escrever, não possa *ensinar* aquele que é letrado, sabe?

Carmem dá valor aos saberes e conhecimentos populares, de rua, das profissionais do sexo e provavelmente de outros atores sociais envolvidos com o comércio sexual, diferenciando, sim, dos saberes letrados, mas não os hierarquizando. Mas é na passagem seguinte, narrada logo após essa acima, que é possível estabelecer um paralelo interessante com a narrativa de Gabriela, devido à sua semelhança, ligada ao que ambas pensavam antes de entrar no universo da prostituição, e como este universo transformou-as:

Agora, a prostituição me ensinou *muito*, por quê? Porque quando eu era patricinha, que eu passava na Avenida Batel, e que tinha *muita* mulher que batalhava ali, de batom, e bota e maquiada, e roupa curta, eu dizia: “Nossa, que mulherada sem vergonha essa! Nossa...”. Eu não gostava de andar de bota, porque eu achava que era coisa de puta. Batom? Era coisa de puta. Sabe? Roupa curta era coisa de puta. E olha onde eu fui parar! E eu vi que pra você ser uma profissional do sexo, não é porque você anda de bota, ou de batom, ou de roupa curta ou comprida, entendeu? Porque todos andamos assim! E que o preconceito, a discriminação, o estigma, isso maltrata o ser humano, sabe? Ele não é uma pessoa boa, a partir do momento que fica julgando. Então eu sempre tenho uma teoria comigo aqui em casa: “Nossa, eu acho que eu tinha mesmo que ir lá, estar lá na prostituição”. Eu era uma pessoa tão arrogante... Tão “limpinha”⁶³, como a gente falava anteriormente, né? Minha casa era um brilho, minha mãe muito caprichosa! Com moral e bons costumes. Eu tive que estar lá pra ver o que é o outro lado da meia-noite. Sabe? As prostitutas não são vítimas. Mas elas sofrem um monte, como qualquer outra pessoa, sabe? E às vezes o sofrimento dignifica uma pessoa.

Este é um interessante trecho pois a partir dele é possível retomar a ideia da prostituta enquanto fantasma, tal como Margareth Rago descreveu ao refletir sobre a virada do século XIX para o XX no Brasil, tomando como base as representações sobre as meretrizes da época. Tal como naquele passado, onde dividia-se as mulheres castas das prostitutas a partir de perfumes, trejeitos e vestimentas, ainda hoje é possível verificar esse tipo de demarcação em marcha, inclusive entre mulheres que viriam a se tornar, um dia, prostitutas – como as entrevistadas. Carmem descreve a imagem que possuía das profissionais durante sua

63 Referindo-se às pessoas que mobilizam o termo “limpinho” de maneira preconceituosa, sobretudo pensando sobre aqueles que não têm HIV.

adolescência e reconhece que realizava um julgamento, desvalorizando-as – tal como Gabriela, quando menciona as coisas negativas que aprendeu com a prostituição e destaca a dimensão da maldade nas pessoas, referindo-se aos julgamentos que ela mesma fazia das prostitutas: “Porque do mesmo jeito que eu mudei minha concepção por trabalhar com isso, eu vi que tem pessoas que ainda pensam exatamente como eu pensava antes de começar a trabalhar”, disse a mais nova das entrevistadas. Ambas realizaram julgamentos dessas mulheres, e ambas pararam de fazê-lo somente após começar a atuar como trabalhadoras sexuais, reconhecendo o sofrimento que essas atitudes causam.

A importância que Carmem atribui a essa transformação de atitude diante das prostitutas – ou talvez aos conhecimentos adquiridos em sua trajetória enquanto profissional do sexo – é tamanha ao ponto de justificar sua inserção e permanência no mercado do sexo por tantos anos. Ainda, é possível perceber outra semelhança entre as narrativas, agora levando-se em consideração o que foi falado por Margarete, pois tanto esta quanto Carmem mencionam que a prostituição permitiu-lhes enxergar “o outro lado da vida”, ou “o outro lado da meia-noite”, uma afirmação que parece apontar para a existência de uma espécie de lente a partir da qual novas possibilidades de conhecimento e maneiras de se relacionar com a vida fazem-se possíveis. Ainda, importa notar como Carmem concebe as situações de sofrimento pelas quais uma prostituta pode passar, não negando sua existência, mas sim apontando para a possibilidade de tirar algo de positivo delas, como que para contribuir com a dignidade do ser humano. Por último, dando continuidade à sua narrativa, Carmem mais uma vez diz ter aprendido a maior lição de sua vida através da prostituição: o respeito pelo ser humano, e o respeito pela opinião das pessoas. E, tal como Margarete, Carmem complementa:

(Aprendi a) me respeitar! A me respeitar enquanto pessoa, sabe? E isso foi uma coisa muito grande pra mim. Como a gente sempre fala: “se você não se amar, quem vai te amar, né?”. É uma das coisas que eu sempre preguei na minha vida. Eu me amo. Eu me amo e me respeito, sabe? Se eu me respeito, eu aprendi a respeitar o próximo, sabe?

O que se conclui levando-se em consideração as narrativas e sua análise é que a prostituição apresenta-se como um meio potente o suficiente para transformar a imagem que as entrevistadas possuíam sobre as mulheres que trabalham com sexo antes de adentrarem nesse universo. Carmem e Gabriela deixaram de julgar as

trabalhadoras sexuais na medida em que perceberam as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, atitude que significa, para elas, um crescimento enquanto pessoas, tendo em vista a dureza de se sentir julgada por ser uma trabalhadora sexual. Para além disso, a convivência com diferentes homens, na condição de clientes, resultou em um aumento de conhecimentos não apenas sobre o homem em si, como também sobre outras temáticas, e também, no caso de Gabriela, na administração do dinheiro e no estabelecimento de prioridades em sua vida. Vínculos de amizade são mencionados e valorizados – e sobre este ponto é possível compreender, de maneira mais adequada, uma das críticas que Carmem realiza sobre a concepção feminista sobre os homens. A prostituição apresenta-se ainda como uma escola da vida, uma via para aprender a respeitar os outros e a si mesmas.

4.3 DA RELAÇÃO ENTRE HIV, MILITÂNCIA E PROSTITUIÇÃO

Segundo Pierret (1998), os estudos sociológicos voltados para a sexualidade tiveram um forte impulso na década de 1980 devido ao surgimento do HIV, que logo se transformou em uma pandemia e exigiu esforços de todos os países para seu enfrentamento, e conseqüentemente novas análises e olhares das e dos pesquisadores de diferentes áreas do saber. Não pretendia abordar o HIV e a AIDS em minha pesquisa, mas a questão apareceu tanto de maneira direta quanto indireta nas narrativas das mulheres que entrevistei, marcando fortemente a biografia de Margarete - que contraiu o vírus provavelmente logo nos primeiros anos de circulação no Brasil -, e tangencialmente a de Carmem, que participou da criação do Grupo Liberdade, em 1994, o qual tinha dentre suas motivações o grande número de mortes de mulheres profissionais do sexo em Curitiba em decorrência da AIDS. No caso da Gabriela, cuja experiência no mercado do sexo ocorreu na segunda metade de 2010, portanto num período de avanços significativos em termos de políticas públicas de controle do vírus, o HIV aparece como uma preocupação característica do próprio trabalho, seja pensando em como se prevenir, seja precisando lidar com um episódio onde foi levantada a suspeita de ser uma pessoa vivendo com o vírus.

A partir das entrevistas, é possível identificar uma série de transformações no próprio cotidiano do trabalho sexual ligadas ao HIV, como se existisse uma prostituição antes do HIV e outra, distinta, a partir da criação e consolidação de mecanismos de controle do vírus através de diferentes agentes – Estado, ONGs e agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e, mais especificamente, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Lembremos que Carmem iniciou sua trajetória no mundo do sexo comercial por volta de 1976, e, Margarete, em 1982, sendo que o primeiro caso de AIDS no Brasil foi classificado apenas em 1982⁶⁴. Para a primeira mulher, o vírus sequer existia em seus primeiros anos de trabalho, enquanto que para a segunda, ainda demoraria muito tempo para que ele se tornasse, de fato, um problema com o qual se preocupar.

Uma das perguntas que fiz às três dizia respeito à negociação do uso da caminha com os clientes, e logo na resposta da primeira entrevista que realizei, com Margarete, uma realidade sobre o vírus bastante distinta da que vivemos hoje foi evidenciada – o que aponta para a potência da sociologia, cuja finalidade é exatamente a desnaturalização das relações sociais. Quando pergunto sobre o uso do preservativo, ela me responde, com energia:

Naquele tempo?! Nem se falava nisso, baby... Quando começou o HIV ninguém falava nisso lá dentro também não, não tinha prevenção nas boates. Não tinha, a gente ouviu falar do HIV... uma doença como qualquer outra. Porque era a doença do gay, da prostituta, né, mas as prostitutas não se preveniam, não compravam preservativo. Naquele tempo o governo não dava, e nós não comprávamos preservativo. Muitas profissionais do sexo se infectaram e morreram. Eu perdi muitas amigas, muitas mesmo. Muitas amigas.

Para os nascidos na década de 1990, como eu, comprar um preservativo na farmácia ou posto de gasolina, ou mesmo obter de forma gratuita em qualquer Unidade Básica de Saúde (UBS), é algo bastante comum, já faz parte do leque de possibilidades em qualquer grande metrópole ou mesmo de cidades médias e pequenas. Mas a partir das narrativas de Margarete e Carmem é que temos a possibilidade de compreender a recente história do combate ao HIV/AIDS no Brasil bem como seus desdobramentos para vida e o trabalho das profissionais do sexo de

64 HISTÓRIA DA AIDS. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/centrais-de-conteudos/historia-aids-linha-do-tempo>. Acesso em: 27 de março de 2021.

hoje. Depreende-se, a partir de Margarete, que a despeito da doença estar associada aos gays e às prostitutas, elas mesmas não acessavam os preservativos, seja pelo custo, seja pela falta de informação sobre sua importância. “Prevenção”, palavra tão importante e corriqueira na narrativa tanto de Margarete quanto de Carmem – provavelmente pela ligação que ambas possuem com o ativismo – ainda não era uma realidade, não se materializava em práticas e possibilidades a serem alcançadas pelos sujeitos envolvidos no mercado do sexo.

Quando pergunto a Carmem sobre o preservativo, ela me responde que foi apenas em 1992 que Curitiba passou a contar com um significativo número de preservativos. Foi o momento em que iniciou-se a prevenção ao HIV/AIDS na capital paranaense, quando começou a “chover preservativos” na cidade, em suas palavras. Até aquele ano, nem ela nem as outras profissionais do sexo podiam contar com esse recurso, que hoje é compreendido quase como um instrumento de trabalho, que previne não apenas o HIV como várias outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como a gonorreia, a sífilis, o cancro, a crista de galo, muito comuns entre as profissionais naquele momento, segundo Carmem.

Carmem sabia dos inúmeros riscos que estava se submetendo durante o trabalho ao não utilizar o preservativo nas relações sexuais, e é por isso que quando teve a oportunidade de realizar seu primeiro teste de HIV e se deparar com o resultado negativo, nunca mais relacionou-se sem proteção:

Até então (1992), como eu te falei, a gente fazia 40, 50 programas num dia, com pessoas que a gente nem sabia. A gente era um depósito de lixo, se você analisar. Quantos espermatozoides, um diferente do outro, né? Quer dizer... Aí eu digo assim pra você, Alexandre, quando surgiu a história da AIDS, que eu fiz um exame, dizendo assim: “você é negativa”, você não pode mais transar sem camisinha. Porque você já esteve no risco durante *tantos anos!* Se você analisar quantos anos eu já tinha vivido nesse risco...

A perda de muitas colegas de profissão em decorrência da AIDS também foi mencionada por ela, e o impacto do vírus foi tão forte na capital ao ponto de ser uma das justificativas para a criação do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída, em 1994, como possibilidade de articulação de ações de combate ao HIV⁶⁵.

65 Essa relação entre o combate ao HIV e ISTs por Carmem através de sua militância no Grupo Liberdade será tratada mais detalhadamente no decorrer do presente capítulo.

Antes de apresentar as preocupações e situações ligadas ao HIV presentes na narrativa de Gabriela, importa ainda mencionar outro episódio de Margarete sobre o tema, que serve para jogar um pouco mais de luz na realidade do trabalho sexual nas duas primeiras décadas da existência do vírus no Brasil. Quando morava em Itajaí, dividindo um apartamento com outras mulheres, todas profissionais do sexo, Margarete teve a oportunidade de realizar um teste de HIV, e assim o fez junto de suas colegas. O problema foi que no momento em que a primeira delas voltou da sala com o resultado, completamente pálida, nenhuma delas teve coragem de saber do resultado com o médico: “Tava tudo contaminada, ainda fazia suruba! Nós pegava os clientes uma da outra... Não se usava camisinha! Não entrei (na sala do médico)...”. O medo acabou sendo forte demais para se encarar a realidade, mas Margarete não conseguiria escapar de um acontecimento trágico, alguns anos depois, que quase tirou-lhe a vida.

O último lugar em que trabalhou como prostituta foi em Rio Grande, cidade portuária no estado do Rio Grande do Sul. Em 1997, conforme conta Margarete, o acesso ao preservativo já era uma realidade naquela cidade, graças ao Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA)⁶⁶, ONG fundada em 1989 e mencionada por ela na entrevista. Segundo conta, nesses últimos anos trabalhando nos bares e esquinas próximos ao porto ela já usava preservativos, porém apesar de desconfiar que pudesse ter o HIV – sobretudo após o episódio com as colegas –, nunca foi confirmar seu diagnóstico. É preciso ter em mente que naqueles primeiros anos da circulação do vírus poucas informações científicas haviam sido descobertas, mal sabia-se de que forma ocorria a transmissão, nem se havia tratamento adequado, de modo que o diagnóstico positivo era compreendido praticamente como uma sentença de morte – o que explica tanto a postura de Carmem após seu diagnóstico negativo, quanto a postura de Margarete de não querer encarar a realidade:

Por isso que eu digo pra muita gente, naquele tempo a gente tinha *medo*! Não sabia se tinha remédio, todo mundo dizia que ia morrer, então deixa. “Vou morrer mesmo, vou... extrapolar!”. Passamos pra muita gente. Isso que é uma dor que eu tenho. Quantas pessoas eu passei, né? Porque naquele tempo não se tinha apoio, quando eu fiz meu primeiro teste. Você saía dali positivo e não tinha nada.

⁶⁶ O GAPA é uma ONG do Rio Grande do Sul, com atuação em toda a extensão deste estado. Tem como objetivo promover a diminuição da epidemia através da conscientização da população e da luta pelos direitos das e dos cidadãos soropositivos.

O pós diagnóstico hoje é de fato bastante distinto do daquele momento, já que hoje quando alguém faz um teste rápido em qualquer UBS de Curitiba, ou no Centro de Orientação e Acompanhamento, e o resultado é positivo, a pessoa é imediatamente orientada a realizar um segundo teste para confirmação e pode contar com inúmeras informações de qualidade, seja sobre o tratamento – que é gratuito e disponibilizado rapidamente – seja sobre os direitos, o amparo legal em diferentes situações, a possibilidade de viver uma vida normal tal qual qualquer outra pessoa sem o HIV. A realidade transformou-se graças ao trabalho de diferentes ONGs e movimentos sociais, incluindo o LGBTI e, por óbvio, o de profissionais do sexo, conforme pretendo demonstrar.

Não demoraria muito para Margarete ter de encarar, finalmente, seu diagnóstico positivo, em um episódio dramático em que ficou entre a vida e a morte, episódio forte o suficiente para mudar sua vida completamente – abandonando o trabalho sexual e também o uso de drogas. Aliás, ela mesma coloca em dúvidas se contraiu o vírus do HIV durante relações sexuais ou durante o consumo de heroína, através do compartilhando de seringa com outras pessoas. Quando pergunto o porquê dela ter parado com a prostituição, ela me responde prontamente: “O HIV em minha vida!”. Apresento o trecho a seguir:

Quando eu caí em Rio Grande, depois de anos que eu tava lá, eu, aos 29 anos de idade, tive uma neurotoxoplasmose fumando crack – naquele tempo era casquinha que a gente fazia, não tinha o crack ainda, era casquinha que fazia com bicarbonato e cocaína. Tive uma convulsão, a segunda, a terceira, na quarta eu acordei no hospital. Uma neurotoxoplasmose, uma isquemia e um AVC⁶⁷. Eu perdi a fala, eu não caminhava, né, eu... Fiquei quatro meses em coma, e quando eu acordei o médico disse que eu estava com HIV, estava morrendo. Cheguei a 20 quilos.

Era o ano de 1997. Além dos quatro meses em coma, Margarete passaria ainda mais um ano hospitalizada, recuperando-se lentamente de todas as doenças oportunistas decorrentes do desenvolvimento da AIDS. Nos primeiros meses comunicava-se através de gemidos. Por dois anos, já após receber alta, fez uso de muletas e depois de uma bengala para auxiliá-la na locomoção. Em resumo, precisou reaprender a falar e caminhar. O médico disse a ela que estava com o vírus no corpo há muitos anos. As consequências foram tamanhas que ela teve de voltar

67 Sigla para Acidente Vascular Cerebral (AVC).

inúmeras vezes ao hospital e ser internada por alguns meses. De qualquer forma, é neste momento que renasce Margarete, aqui ela reata alguns laços familiares e aproxima-se da militância e ativismo das pessoas vivendo com HIV/AIDS⁶⁸.

4.3.1 Militância e Direitos Humanos

O impacto do HIV sobre a vida das trabalhadoras do sexo de Curitiba foi imenso. É impossível pensar na criação do Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída sem considerar as inúmeras vítimas da doença, muitas delas de amigas e colegas de batalha de Carmem. O ano era 1992 e Carmem acabara de ganhar sua filha, portanto havia ficado um tempo sem voltar para as praças e ruas da cidade. Quando voltou, ouviu de suas colegas que no tempo em que esteve ausente alguns rapazes estavam indo conversar com elas sobre camisinha, conscientização, AIDS, Direitos Humanos, e que estavam esperando Carmem para saber de seu posicionamento - o que revela uma certa autoridade e respeito de suas colegas para com ela. Um dos rapazes era Toni Reis, um dos fundadores do Grupo Dignidade, o primeiro grupo da cidade voltado aos direitos das pessoas LGBTI.

Outro ponto mencionado por Carmem, quando pergunto sobre a criação do Grupo Liberdade, foi a violência policial: as prostitutas eram constantemente agredidas pela polícia nas ruas de Curitiba, enquanto trabalhavam, eram submetidas a espancamentos e prisões arbitrárias. O então Secretário de Segurança Pública da cidade chegou a proibir a presença delas nas ruas, o que desencadeou um protesto reunindo mulheres, travestis e homossexuais, que se reuniram na Praça Tiradentes e marcharam até o Centro Cívico, local onde, até hoje, concentram-se os prédios da Assembleia Legislativa e do Poder Executivo⁶⁹. As prostitutas, mulheres cis ou trans, junto dos homossexuais, redigiram uma carta contendo diferentes reivindicações direcionadas ao Secretário. Sobre o ato, Carmem comenta: “E todo mundo de máscara, assim, as mulheres, e eu fui a única que fui sem máscara - porque eu não precisava me esconder, sempre achei assim - na passeata”.

68 Os desdobramentos desse episódio, tão importante para compreendermos a trajetória de vida de Margarete, está organizado em uma sessão a parte, para que possamos discurrir mais detalhadamente sobre sua militância.

69 Mais informações sobre esse momento podem ser encontradas em GRUPO DIGNIDADE, **Uma história de dignidade**. 22ª edição. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/05/livro-dignidade.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

Portanto, o HIV precisa ser pensado não apenas como um vírus que tirou muitas vidas desde seu aparecimento, mas também como locus de mobilização e surgimento de movimentos sociais organizados em Curitiba, como o próprio Dignidade, depois o Liberdade e o Grupo Esperança⁷⁰. A necessidade de fundar uma ONG surgiu a partir dos diálogos e do trabalho de prevenção que iniciava-se com Grupo Dignidade, e em meio a todas as violências as quais as prostitutas eram submetidas, inclusive pela polícia:

“E daí eu vi a necessidade realmente de lutar pelos direitos dessas mulheres, né, que elas teriam o direito à saúde, à hospital, a uma moradia digna, entendeu? E a polícia tinha que parar de bater nas mulheres, né? E aí foi fundado o Grupo Liberdade”.

Os trabalhos na ONG passaram a exigir bastante tempo de Carmem, que em determinado momento passa a se dedicar integralmente às responsabilidades características da rotina de uma militante. Por esse motivo, aliado às questões de saúde, Carmem interrompe sua rotina de programas nas praças e ruas da cidade – o que não significa em absoluto que tenha se afastado desses espaços, pelo contrário: seu trabalho e o de suas colegas na ONG fez com que conhecesse diversos outros espaços ligados ao mercado do sexo, agora com o objetivo de levar informações, falar sobre os direitos das mulheres profissionais do sexo e realizar ações como a distribuição de preservativos em diferentes locais de trabalho do comércio sexual.

4.3.2 O Grupo Liberdade: ações, desafios e conquistas

Desde a sua criação, o Grupo Liberdade - Direitos Humanos da Mulher Prostituída vem atuando através de diferentes frentes, podendo ser resumidas em duas: a primeira de trabalho de base, em conversas e ações diretas com as milhares de profissionais do sexo de Curitiba e Região Metropolitana; e a segunda, mais ligada ao diálogo com os poderes públicos, em que o Grupo apresenta suas pautas aos seus representantes, buscando respostas e fazendo com que se posicionem diante das reivindicações.

70 ONG voltada às prostitutas transgêneras, criada junto ao Grupo Liberdade, em 1994.

O grande diferencial do Grupo Liberdade é a possibilidade de travar contato com e chegar a praticamente todo tipo de trabalhadora sexual, sobretudo as que encontram-se em maior vulnerabilidade social - como por exemplo as mulheres em situação de rua ou as prostitutas com elevada idade que não podem deixar de trabalhar por não contarem com outra fonte de renda, a despeito de muitas vezes não possuírem mais condições de continuar atuando. Uma das ações que o grupo realiza desde seu surgimento é justamente a distribuição de preservativos em diferentes locais de prostituição - praças, ruas, bares, boates, apartamentos - e, mais recentemente, distribuição de géis lubrificantes e auto testes de HIV - tudo de maneira controlada e em parceria seja com a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, seja com a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, que fornecem os materiais ao Grupo. No último Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS 2020⁷¹ divulgado pela prefeitura de Curitiba, o Grupo Liberdade é mencionado como parceiro na efetivação de ações que visam o controle do vírus na cidade, tendo participado do Projeto Viva Melhor Sabendo⁷² em quatro edições, de 2014 até 2019. Aliás, um dos resultados animadores e consequências da presente pesquisa foi justamente ter contribuído com a escrita do projeto para a edição deste ano, o qual foi aprovado.

Além da distribuição de preservativos, géis e autotestes, outra ação bastante comum é o compartilhamento de informações corretas e pautadas pela ciência através de rodas de conversa, não apenas sobre o HIV, mas outras doenças e infecções sexualmente transmissíveis, principalmente as que mais acometem a parcela feminina da sociedade – como o câncer de colo do útero, por exemplo. As informações podem vir através de panfletos, distribuídos nos locais de trabalho das prostitutas, ou através de rodas de conversa, ficando alguém do grupo responsável por coordenar a dinâmica. Ainda, conversas com os direitos das trabalhadoras sexuais, autoestima, direitos humanos e sexuais.

O Grupo Liberdade se mantém através de doações de pessoas que já conhecem e acompanham a história e o trabalho do grupo e de Carmem - que

71 RIBEIRO, Cléa Elisa Lopes (Org). **Boletim Epidemiológico AIDS/HIV – 2020**. Curitiba: CURITIBA-CE-CVE. Ano 7 – n.1, dezembro de 2020. Disponível em: <https://saude.curitiba.pr.gov.br/vigilancia/epidemiologica/vigilancia-de-a-a-z/12-vigilancia/463-aids-hiv.html> Acesso em 4 de junho de 2021.

72 O Projeto Viva Melhor Sabendo tem por objetivo a realização de testagens de fluido oral em grupos chave, como maneira de controlar o vírus do HIV, além do compartilhamento de informações importantes a partir das quais os sujeitos envolvidos com o sexo podem munir-se a fim de se prevenir de outras ISTs, e poder escolher o melhor método de prevenção que desejam utilizar.

podem contribuir seja com algum valor mensal em dinheiro, seja com gasolina para o deslocamento das ativistas entre os locais de prostituição da cidade - e a enorme parte da verba para realizar suas ações vem através da elaboração de Projetos e Propostas escritas pelo Grupo em certos Editais, lançados por entidades como a UNAIDS e o Ministério da Saúde, que divulgam amplamente os critérios de seleção a serem levados em conta para a escolha da proposta mais adequada. Normalmente, esses editais são bastante específicos quanto ao público alvo e o problema a ser solucionado, e representam a importante ligação entre as ONGs e os agentes de Estado, já que muitas vezes os últimos não têm acesso direto àquela população mais afetada pelos problemas - como o HIV -, enquanto os primeiros trabalham diretamente com tais populações, que na linguagem do ativismo e dos formuladores de políticas públicas são chamados de populações-chave.

Enquanto coordenadora do Grupo Liberdade, Carmem também atua participando de palestras em universidades, entrevistas em rádios e outros programas, reuniões dos Conselhos de Saúde Municipal e Estadual, e em outros espaços ligados aos problemas que afetam o dia a dia das profissionais do sexo. Outra importante ação do Grupo é a realização de encontros como o Seminário sobre Prostituição, Direitos Humanos e prevenção às IST/HIV/AIDS, que teve sua XIV edição, ocorrida em 2017, em Curitiba - do qual tratei no segundo capítulo. Na entrevista com Carmem busquei saber um pouco mais sobre o Grupo, como as conquistas e os desafios ligados às trabalhadoras sexuais.

Carmem aponta para a dificuldade de encontrar outras mulheres que desejam atuar na militância de sua categoria, atribuindo ao forte peso do estigma, que faz com que muitas delas escondam sua profissão e não queiram assumir-se, publicamente, enquanto profissionais do sexo. Embora ela entenda o medo e diga que essas mulheres estão no direito de permanecerem no anonimato, não deixa de apontar para o fato de que talvez, se as coisas fossem diferentes, a própria situação de toda a categoria poderia se transformar, para melhor: “Quem sabe a partir do momento que elas assumam, melhore as políticas públicas pras profissionais do sexo. Mas enquanto isso a gente tem que ir marchando conforme as pernas dá, né?”. Além disso, não deixa de situar o anonimato das profissionais do sexo como uma “utopia”, já que “muitas famílias sabem, mas fazem conta que não sabem”. Mais a frente a questão de assumir sua profissão será novamente abordada por ela.

Quando perguntei sobre as conquistas obtidas através do trabalho da ONG e o que havia mudado na vida das profissionais do sexo de Curitiba ao longo desses anos de atuação, Carmem responde:

Mudou a vontade de conhecimento, da informação, da busca ativa de saúde, da qualidade de vida melhor. Mudou a situação da cafetinagem, que parou, elas começaram a trabalhar essas questões de “não queremos isso pra nós”. Negociar com os donos de casa, sabe? Tudo isso melhorou.

É interessante refletir sobre a negociação com os donos de casas, a partir do detalhamento de Carmem sobre a questão, através deste trecho da entrevista:

A negociação com os donos de casa é o seguinte: tem horário de entrar e de sair em algumas casas. (O dono da casa diz): “Eu vou pagar 50% do programa pra você, e 50% é teu. Você tem que beber cinco doses e ir pro quarto”. Então você já começou a negociar isso melhor: (A profissional diz) “Olha, se eu ganhar R\$150, se for um programa, eu vou te dar R\$50, R\$100 é meu. Ó, vou tomar dose, mas se eu não tomar eu quero ter o direito de fazer programa do mesmo jeito. Se eu tomar 10 doses, você cobra R\$20 a dose, então vamos fazer que você ganha R\$10 (por dose) e eu ganho R\$10”. Entendeu? Ela deixou de ser explorada.

Obviamente para uma afirmação mais correta ou objetiva sobre a real transformação das condições impostas aos donos de casas de prostituição às mulheres, deveria levar em conta uma observação direta, da parte do pesquisador, e uma ampla pesquisa nos diferentes espaços de sexo comercial da cidade. Contudo, sobre este ponto trazido por Carmem é interessante pensar nas condições de trabalho de Gabriela na boate diurna onde trabalhou, onde a retenção do valor do programa por parte da gerência nunca era superior a 33%. Além disso, não havia a imposição de práticas sexuais obrigatórias às mulheres, nem a obrigação de ingestão de bebidas alcoólicas. O valor mencionado por Gabriela, obtido no consumo de uma dose de bebida paga pelo cliente, é exatamente o mesmo mencionado no exemplo de Carmem. Neste caso, é possível observar uma transformação nas condições de trabalho das profissionais do sexo, para melhor, conquistada através da negociação com as gerências e da pressão do movimento organizado, que já se materializou, ao menos na boate em que Gabriela atuou em 2016.

Ainda, sobre os donos de casas de prostituição, uma informação que me chamou bastante atenção quando iniciei minhas conversas com Carmem em vistas de realizar a presente pesquisa, já em plena pandemia da COVID-19, foi o apoio

deles para com as profissionais do sexo afetadas pelas medidas de restrição e circulação de pessoas. Isso porque quando as boates e hotéis começaram a ser fechados no início da pandemia, milhares de profissionais do sexo tiveram seus rendimentos diretamente afetados, situação crítica para elas, já que muitas são mães e únicas responsáveis pelo sustento de toda a família. As que dependem dos programas para pagar os aluguéis e diárias dos quartos onde trabalham e vivem, estavam em uma situação mais crítica ainda. Na live da ANPS que Carmem me convidou para participar, ela mencionou que havia donos de hotéis em Curitiba que, diante da situação difícil, haviam deixado de cobrar as diárias das profissionais do sexo, situação que durou alguns meses. Sobre este ponto, é interessante pensar como a imagem do dono da boate enquanto um algoz explorador e maldoso – da qual até mesmo eu compartilhava, mesmo que parcialmente – nem sempre coincide com o que ocorre na prática. Talvez seja possível dizer, inclusive, que estas pessoas mencionadas por Carmem tenham contribuído muito mais para aliviar as dificuldades de algumas profissionais do sexo de Curitiba durante a pandemia da COVID-19 do que muitas outras.

No que se refere à pandemia, uma das ações realizadas pelo Grupo foi a arrecadação e distribuição de centenas de cestas básicas às profissionais do sexo da cidade, sobretudo aquelas em maior vulnerabilidade. As cestas eram entregues no centro de Curitiba e vinham de doações de parceiros da ONG, ou eram compradas com recursos provenientes de uma vaquinha online, lançada no início da pandemia. Essas informações foram compartilhadas por Carmem também na live referida acima, cujo objetivo era justamente que as diferentes lideranças presentes, oriundas de quatro regiões do país, contassem as maneiras de enfrentar e se proteger da COVID-19.

Dando continuidade ao que Carmem menciona como conquistas do Grupo, após trazer a questão da negociação com os donos de boates, ela diz, sobre as profissionais do sexo:

Também uma das coisas que eu vejo, assim, que elas passaram de vítimas, de se vitimizar, sabe? A ter uma autoestima resgatada. Tipo assim: “Não importa o que eu faço, né, o que importa é o que eu sou, enquanto pessoa”. Eu acho que isso daí é uma coisa bem... Um ganho muito grande, sabe? Porque antigamente – e até hoje, ainda! – tem muita mulher que coloca a prostituta como vítima. E ela não é vítima! Ela pode ter sido vítima de algumas coisas que aconteceu com ela, na vida dela, mas agora, a partir do momento que ela ingressou na profissão de prostituta, ela não se vitimizou

mais. Ela começou a prover do seu próprio sustento, a comprar sua casa, a dar estudo pros seus filhos, sabe? Então... Ser prostituta não é vitimismo, sabe?

Essa impressão de Carmem, que aponta para uma transformação ligada a uma autovalorização que a profissional do sexo possui de si mesma, mais positiva, mais uma vez pode ser comparada com a narrativa das outras entrevistadas, e sobre esta parte em específico me ocuparei na próxima sessão. De qualquer forma, é interessante notar como mais uma vez Carmem afasta o carimbo de vítimas da imagem da trabalhadora sexual. Outra transformação ou conquista obtida através do Grupo, relatada por Carmem, é a questão da violência policial, que expõe da seguinte forma:

É aquela história que eu estava te falando, me respeita que eu também te respeito. O que que a gente colocou pras profissionais do sexo: a partir do momento que a polícia tem o direito de revistar aquele que ele julga suspeito, não se pode intervir, porque é o trabalho do policial. O que ele não pode é ter abuso de poder com você. Isso ele não pode. Então, se você souber respeitar o policial numa abordagem, ele vai aprender a te respeitar, sabe? Mas se você ficar xingando, se você fizer isso, ele não vai te respeitar. Então, tem muitas mulheres, hoje, na prostituição, que elas vêm vindo desde que a prostituição era muito mais violenta do que hoje. E elas, nesse contexto, nesses anos, elas foram se modelando, sabe?

Vê-se que ao mesmo tempo em que Carmem trata dos deveres que as profissionais do sexo possuem – como o de acatar a uma ordem policial para uma abordagem tranquila –, também fala dos direitos que elas possuem, como o de não sofrer abusos de poder. Todo esse terreno é bastante delicado, e aqui mais uma vez é preciso compreender a enorme importância dada por Carmem ao diálogo, ao respeito, à escuta tanto com as profissionais do sexo quanto com os outros agentes envolvidos com a temática, como a própria polícia, ou mesmo os donos das casas de prostituição. E os principais desafios do Grupo, sob o prisma de Carmem? Ela aponta para a ausência de políticas públicas:

Falta políticas públicas voltadas para as profissionais do sexo. Nós queremos que tenha uma política pública para as mulheres. A gente precisaria de uma proteção social. Tipo assim, a gente tem mulheres que elas trabalham na rua há 20 anos. Hoje elas adoeceram. Ela não têm casa pra morar, elas não têm alimentação, elas não têm nada. Então a gente gostaria que fosse criada uma política pública que amparasse essas mulheres. Até tipo uma casa! Entende? As mulheres da terceira idade, na prostituição, que elas tivessem um cantinho pra ficar lá. Então isso não

existe. E o que nós vemos hoje nas ruas? Mulheres da terceira idade morando nas sarjetas, em extrema pobreza!

O último ponto mencionado como desafio remonta à questão da vergonha em se assumir enquanto trabalhadora sexual. O estigma associado a essas mulheres, o preconceito que é tão forte e com consequências negativas. Como já contei, Carmem nunca escondeu a profissão que começou a desempenhar aos 18 anos de idade, e talvez isso seja um elemento fundamental para compreender toda sua trajetória de vida e sobretudo sua entrada no movimento organizado de trabalhadoras sexuais. Quando questiono se existem outros desafios além da falta de proteção social, Carmem diz:

O grande desafio das mulheres, que eu acho que elas não conseguem enfrentar, é a situação de mostrar a cara mesmo. Do estigma e do preconceito, sabe? “Porque meu filho vai sofrer preconceito na escola se souber que eu sou puta...”, né? “Como é que eu vou numa festa, todo mundo sabendo que eu sou puta?”. É que isso não acontece comigo, entendeu, Alexandre? Eu não tô nem aí se a pessoa sabe que eu sou puta, se eu não sou, se eu fui, eu tô muito bem, de cabeça erguida, eu não fiz nada que desabonasse minha conduta, eu sou a Carmem Costa e pronto acabou, entendeu? Então eu não fico preocupada com o que o outro lá tá pensando o que eu sou, entendeu? Eu posso ter tudo o que os outros quiserem! Porque *eu* sei quem eu sou. Sabe? Então isso falta. [...] Porque sempre costumo dizer: “Se você não consegue se libertar do estigma das pessoas, e do preconceito, é porque você é mais preconceituosa do que aquele que está com preconceito e estigmatizando você!”, sabe? Se eu for falar com o Presidente da República, hoje, e pensar que ele é o presidente e eu sou uma mera prostituta... Porque ele tem um grau de instrução maior do que o meu, porque ele nunca precisou deitar com um homem na cama, né, pra ter o seu recurso, o seu dinheiro... Claro que eu vou ser menos que ele! Mas a partir do momento que eu colocar em minha mente: “Eu não posso ter preconceito e discriminação comigo mesmo, com a minha profissão, porque eu sou ser humano, e posso debater as questões com a presidência da república”, eu vou lá e vai acontecer!

É perceptível na narrativa de Carmem como o estigma pode afetar a dignidade das trabalhadoras sexuais, ao se sentirem menos capazes ou confiantes do que outras pessoas, somente pela maneira como adquirem dinheiro, seja para uma conversa com o presidente da república ou qualquer outra autoridade, seja para questões mais ligadas ao dia a dia de qualquer ser humano, como a ida até uma festa, ou as preocupações com o que o próprio filho pode passar no ambiente escolar caso a profissão de sua mãe seja revelada. E sobre este ponto, é interessante voltar ao caso mencionado por Díaz-Benítez do ator pornô que não quis fazer uma cena por medo do que os colegas de classe do filho poderiam falar, já que

achavam o máximo o trabalho do pai, sempre transando com várias mulheres. Como as atrizes pornográficas que são mães lidam com essas situações? Será que os colegas dos filhos acham o máximo o trabalho delas, tal como o acham no caso do ator?

4.3.3 O renascer de uma fênix – Margarete e a militância

A primeira vez que Margarete teve contato com uma organização de ativistas e militantes foi durante seus últimos anos como prostituta, quando trabalhava na cidade de Rio Grande-RS. Aos 29 anos, antes do episódio fatídico de internamento, ela menciona o GAPA e suas ações de prevenção ao HIV junto das prostitutas nas esquinas e bares desta cidade portuária. Ela diz que foi a partir desse contato que começou a ter acesso aos preservativos – portanto nos anos finais da década de 1990, o que coincide com o período de ações de prevenção em Curitiba. Porém, sua aproximação e atuação mais efetiva como militante ocorreu após ela ter saído do hospital, já sabendo de sua sorologia para o HIV. Ainda um pouco fraca e necessitando de internações frequentes, Margarete começou a frequentar atividades promovidas no âmbito do 1º Departamento de HIV/AIDS do Rio Grande do Sul, que consolidou-se exatamente em Rio Grande, onde ela residia. Ela, junto de outras mulheres, todas vivendo com HIV, participava das atividades que ocorriam em uma unidade de saúde da cidade.

Eram mais ou menos oito mulheres que em cada encontro contavam suas histórias, iam conhecendo-se aos poucos, algumas delas haviam sido prostitutas, outras não, mas o elo de união era a sorologia positiva para o HIV. Tudo isso ocorreu por volta de 1999 e 2000. Vale a pena reproduzir o trecho da entrevista em que ela conta sobre essas reuniões – cujo contexto serve para explicar a criação, no ano seguinte, de uma ONG a partir de seus esforços. Referindo-se a uma atividade organizada pelo Departamento, Margarete conta:

Quando você apresenta uma pirâmide de alimentação, e você é uma pessoa com vulnerabilidade social, não tem renda, e tu vê aquilo ali, apresentavam feijão, arroz, carne, isso, aquilo... Aí tinha mãe que olhava assim, que levava seus filhos (nesse momento Margarete fala em sussurros, simulando uma participante da palestra interagindo com ela):

— Quando é que é o lanche da tarde, que eu tô morrendo de fome, ela tá me mostrando tudo isso...

— Tu não comeu hoje?

- Não.
- E como é que tu tomou os remédios (para tratamento do HIV)?
- Eu não tomei remédio, vou tomar esses remédios? Deus me livre!
- Quantos comprimidos tu toma?
- 28.
- Eu tomava 75.

Logo ficou claro para Margarete que a despeito de todas as participantes serem pessoas vivendo com HIV, havia outra questão pungente a ser resolvida, um problema bem mais antigo que o vírus dos anos 1980: a fome, a pobreza, a desigualdade, a vulnerabilidade social. Ela menciona que só aprendeu a tomar suas medicações quando passou a ingeri-las juntamente das refeições. Na ausência de comida – realidade para muitas das mulheres de sua região que participavam das palestras promovidas pelo Departamento – havia quem não tomasse os remédios. Assim que percebeu essa dificuldade, comunicou a coordenadora do órgão: “O que é que a gente pode fazer? Tem mercado, tem programas, tem tudo! Cara, eu tenho que fazer alguma coisa! Temos que cutucar o poder público!”.

Nesse momento da entrevista ela repete uma palavra importante cuja compreensão do significado é fundamental para situarmos sua trajetória e a maneira como ela mesma a concebe: “empoderamento”. Menciona que foi nesse momento que passou a assistir televisão, ler sobre HIV, enfim, a se “empoderar”. Antes de continuar contando a história da ONG, importante mencionar que, diferentemente de Carmem, a entrada de Margarete dentro da militância ocorre não devido diretamente à prostituição, mas sim ao HIV e ao fato de ser uma mulher vivendo com HIV. As participantes das reuniões e palestras promovidas pelo Departamento de HIV do Rio Grande não estavam ali por serem ou terem sido prostitutas, mas sim devido à sua sorologia e a necessidade de informações sobre o vírus, sobre saúde e sobre direitos. Aliás, um dos estímulos para a participação dessas mulheres era justamente a entrega de cestas básicas. Conforme se verá, a partir da intensificação de sua militância dentro do movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS ela voltará a travar diálogos e contatos com profissionais do sexo, mas sua entrada na militância decorreu sobretudo por conta do impacto do vírus em sua vida, independentemente da prostituição. É como se houvesse uma Margarete antes e depois do HIV, considerando toda sua narrativa: a primeira era não empoderada e a segunda empoderada.

A necessidade de “cutucar o poder público” e “fazer algo” pelas mulheres em vulnerabilidade inquietou Margarete e rendeu grandes frutos. A ideia de criar uma ONG transformou-se em realidade, e contou com a colaboração de diferentes pessoas: um médico, uma assistente social e uma importante liderança do movimento de mulheres vivendo com HIV, até então desconhecida por Margarete: Beatriz Pacheco⁷³. O caminho não foi tão simples, e mais uma vez, ao lembrar o contexto prévio do surgimento da ONG, Margarete fala em empoderamento, contando com humor os percalços pelos quais passou:

Cara, pra abrir uma ONG, o pessoal não sabia... Nos reunimos e disseram que tinha que colher 10 mil assinaturas! Lá fui eu, colhi, cheguei no cartório (risos) - *tu vê o que é, você não ter empoderamento!* - aí olharam pra mim: “Não...! Tu é burra?! Cadê a documentação da ONG, que caderno é esse, pra que tu me trouxe?”. Aí eu comecei a chorar: “Moço, assim, eu tenho HIV, preciso...”. Coloquei a situação, já contei toda a história do grupo, tudo, daí ela: “Pera aí, calma, toma um copo d’água”. Daí ela pegou um papel: “Aqui, você precisa disso, disso...”

Já se vê que a sinceridade de Margarete e a coragem que tem de contar sua história é uma marca que carrega desde os primeiros anos de recuperação da AIDS. Com a lista de documentos em mãos, correu atrás de outras pessoas que poderiam ajudá-la a efetivar o projeto. Bateu à porta de um médico pediatra de Rio Grande e manifestou sua vontade de criar uma ONG voltada a toda e qualquer pessoa vivendo com HIV, ou acometida por uma patologia crônica, independente da profissão, da idade, origem e qualquer outra diferença. O nome, escolhido um pouco ao acaso em uma reunião coletiva, foi Mãos Unidas pela Vida. Ela é enfática ao dizer que foi a partir deste momento que conheceu a militância, o ativismo, e os direitos humanos:

A gente um dia numa reunião, levaram um livro: “Qual o nome desse livro?” - “Mãos unidas”. Eu disse: “Mãos unidas pelo quê? Vida. Nós unimos para lutar pela vida das pessoas”. Aí eu aprendi o que é Direitos Humanos, né? E a história começou ali, do ativismo. E aí a gente montou a ONG, começamos a ir nas empresas, em mercados, e a militância começou ali.

O médico, Dr. Nildo, entrou para a diretoria da ONG, e uma das assistentes sociais vinculadas ao Departamento de HIV/AIDS de Rio Grande, Tânia, uma vez viu

73 BEATRIZ PACHECO. Sou +, estou indetectável. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Disponível em: http://www.aids.gov.br/indetectavel/05_beatriz_pacheco.html. Acesso em: 8 de junho em 2021.

Beatriz Pacheco no Fantástico, conseguiu seu contato e passou para Margarete, que durante uma semana ligou para a ativista, também com vistas a contribuir com a consolidação da organização. Após muitas tentativas, finalmente conseguiu falar com ela – a quem viria a se tornar madrinha da ONG, como conta Margarete, e quem deu pessoalmente uma cópia do estatuto para ela. Vale a pena reproduzir esse trecho da entrevista, quando Margarete fala com entusiasmo sobre seu encontro com Beatriz Pacheco, que viajou até o município gaúcho especialmente para conhecer a organização, e chegando lá topou de primeira dar uma entrevista para uma rádio local, juntamente de Margarete – que rememora o momento como sua primeira aparição em rádio TV. Tudo isso por volta dos anos 2000. Foi Margarete quem combinou com um radialista e vereador do município a entrevista, que contou com um momento que poderia ser bastante embaraçoso e prejudicial à causa das pessoas vivendo com HIV, mas graças à maestria e experiência de Pacheco, serviu como uma nova postura positiva de Margarete diante de sua sorologia:

Eu nunca me esqueço do que ele (radialista) fez (Margarete coloca as mãos no rosto, como constrangida). Cara, ele falou no rádio: “Aqui está Beatriz Pacheco e Margarete Silva de Melo, tal e tal...” - porque ela falou sobre montar a ONG, disse tudo, ele doou dinheiro pro estatuto, ali, no ar – aí ele falou: “...a que trabalha em prol dos *aidéticos!*”. Cara, a Beatriz, com toda a classe, aquela voz dela (Margarete fala bem tranquila e suavemente, simulando o tom da ativista): “Ah, meu querido... Você me desculpe, eu vou te interromper. Por favor, não use essa palavra, *aidético!* Tão forte, não existe no dicionário. Nós não usamos essa palavra dentro do movimento, nós somos cidadãs. *Nós mulheres somos cidadãs positivas. Eu sou uma liderança do Movimento Nacional de Cidadãs Positivas, nós somos cidadãs como você, como todo mundo.* Não deixamos de pagar impostos”. Aí ele veio: “Nossa, não – pediu desculpas – eu não sabia que não usavam a palavra *aidético*”. “Pois é, e nós temos que mudar isso”. *Ali eu aprendi: eu não era uma aidética. Eu era uma cidadã positiva.*

Sua última frase é forte e emblemática. Passa pela noção de empoderamento empregada por Margarete ao longo de toda a entrevista, que passa pelo acesso ao conhecimento, à leitura, à TV, pela participação das reuniões e atividades promovidas pelo Departamento de HIV/AIDS do Rio Grande. Finalmente, passa pelo início efetivo de sua vida de militante em prol dos direitos das pessoas vivendo com HIV/AIDS, culminando na criação oficial da ONG Mãos Unidas Pela Vida. A partir desse momento, Margarete começa a frequentar fóruns municipais, estaduais e nacional de HIV/AIDS, e é levada exatamente por Beatriz Pacheco, em

2004, ao I Encontro Nacional de Cidadãs Positivas, que ocorreu na Praia dos Ingleses, em Florianópolis. “Foram cinco dias de encontro. Maravilhoso! Debates, palestras! Daí a luta começou... E a gente vai, quando entra na luta que pega no sangue, não adianta. Eu já disse que ia me aposentar aos 60, não sei se vou (ela ri)”. Desde então, Margarete nunca mais deixou de participar de atividades e ações em prol das pessoas vivendo com HIV, onde quer que ela estivesse, e foi exatamente assim que nos conhecemos, em Curitiba, no curso promovido pelo Grupo Dignidade “*Advocacy em HIV/AIDS*” em 2019.

4.3.4 A relação de Gabriela com a militância

Resta abordar a relação da mais nova das entrevistadas com a militância. Quando questionada, Gabriela disse-me que nunca havia ouvido falar sobre nenhum grupo organizado voltado às pautas das mulheres que trabalham com sexo, mas mostrou interesse em saber. A questão é que a despeito disso, sua curta experiência no mercado do sexo de Curitiba, entre os anos de 2016 e 2017 - quando ela tinha 20 anos de idade - está profundamente marcada pela militância do movimento de trabalhadoras do sexo, de maneira particular através do Grupo Liberdade e da pessoa de Carmem Costa. É aqui que podemos perceber com mais detalhes as transformações ocorridas no universo local do mercado do sexo, quando se compara a prostituição das décadas de 1970 a 1990 com a da atualidade.

Os caminhos de duas das entrevistadas para esta pesquisa acabaram se cruzando. Isso porque durante a entrevista com Gabriela, esta comentou que chegou a encontrar Carmem duas vezes, durante as tardes em que estava trabalhando na boate diurna que frequentou em 2016. A boate foi um dos diversos locais de prostituição que a equipe do Grupo Liberdade realizou suas habituais ações de entrega de preservativos, géis lubrificantes, rodas de conversa sobre educação sexual, direitos das mulheres profissionais do sexo, entrega de panfletos informativos, e para fazer o “*check up* das meninas”, nas palavras de Gabriela, que incluiu a realização de testes rápidos de HIV naquelas que assim desejassem. Sobre esse dia em específico, Gabriela comenta: “Eu ficava pensando: ‘O que ela tá vindo fazer aqui, trazendo camisinha, né, e fazendo exames nas gurias’. Mas eu via que todas as gurias tinham muita amizade com ela, eu era a mais bobona, assim, nunca

fui muito de conversar...”. Gabriela, que conversava muito pouco com suas colegas de trabalho na boate, não se inteirou sobre o Grupo Liberdade, apesar de desfrutar diretamente de suas ações.

Quando questionei, em momento anterior da entrevista, sobre o uso dos preservativos, Gabriela conta que sempre havia caixas cheias deles para as mulheres trabalharem, que não eram fornecidos pela boate, mas sim pela própria Carmem, situação que poupava bastante recursos: “Porque assim, sinceramente, ficar indo na farmácia comprar camisinha toda vez que eu for, né... Não compensa, porque é muito caro!”. Às vezes ela chegava a comprar, outras vezes os clientes traziam seus próprios preservativos de preferência, mas ela foi enfática ao dizer que sempre havia camisinhas disponíveis para as mulheres no local.

Gabriela - e a grande maioria das trabalhadoras sexuais hoje - nunca se envolveu com nenhum tipo de militância ligada à prostituição. Contudo, graças aos esforços de diferentes grupos organizados espalhados pelo Brasil, e em Curitiba graças ao Grupo Liberdade, conforme a narrativa de Carmem, desfrutam das ações desses movimentos sociais, que em articulação com a Secretaria Municipal e Estadual de Saúde e o próprio Ministério da Saúde, bem como com agências internacionais como a UNAIDS, garantem a realização dessas ações como a distribuição de preservativos, auto testes de HIV e encaminhamentos aos serviços de saúde, quando necessário. A sociologia, conhecida por proporcionar a desnaturalização das relações sociais e da própria realidade, ajuda-nos a visualizar a construção social da prostituição hoje, que possui uma história e é resultado dos esforços de diferentes agentes e grupos em constante embate, que promovem mudanças que nem sempre são percebidas como resultado de processos sociais. É possível pensar na disponibilidade de preservativos nas boates hoje, apenas para citar um exemplo, como resultado de ações de grupos de trabalhadoras sexuais impulsionadas pelo combate ao HIV/AIDS, que inicia-se em Curitiba somente em 1992, conforme a narrativa de Carmem, mas que ainda continua acontecendo.

Porém, a partir da entrevista com Gabriela é possível visualizar que muitas informações ainda necessitam ser disseminadas entre as mulheres que realizam trabalhos sexuais em Curitiba – isto é, as ações das organizações e grupos devem ser intensificadas, sobretudo pensando na grande rotatividade de mulheres nesse trabalho, característica apontada por Carmem a partir de seus anos de experiência

enquanto profissional do sexo e militante. Ou, talvez, o Estado brasileiro deva assumir para si a tarefa de disseminar informações sobre a saúde sexual a todas e todos os cidadãos, independentemente da profissão, origem, gênero, etc. A entrevista de Gabriela e suas percepções sobre o HIV, bem como situações que ela teve de enfrentar durante seu trabalho, servem para ilustrar o quadro.

4.3.5 O HIV entre as jovens profissionais do sexo

No período em que trabalhou na boate diurna em 2016, aos 20 anos, Gabriela passou por uma situação de desrespeito por parte de um cliente, a qual me relatou quando questionei-a sobre as situações ruins e negativas que poderiam ocorrer em sua rotina. Gabriela já conhecia esse cliente e já havia saído com ele por, pelo menos, duas vezes, contexto que a deixou confortável e segura em sair pela terceira vez, quando ele pediu por um programa fora da boate, já quando a noite caía. Ela avisou a dona da casa e ambos saíram, no carro do cliente, em direção a um motel – ao menos era isso que Gabriela imaginava. O cliente, porém, estacionou o carro próximo a um supermercado nas proximidades da boate e começaram a se beijar:

Começou meio que um esquentar ali, só que daí ele começou a querer tirar a roupa, querendo que eu tirasse a roupa, daí eu falei: “Não, não vou transar com você aqui!”. (Ele responde) “Não, mas eu vou te pagar”, não sei o que... Daí eu falei: “Ué, mas você me tirou de dentro da casa pra quê? [...] Não, não vou, de graça eu não vou e dentro do carro também não”. Daí ele falou: “Tá, então desce do meu carro”. E me deixou lá. Desci do carro e ele foi embora.

O cliente ficou dois meses sem aparecer novamente na boate, e quando o fez, conforme conta Gabriela, voltou dizendo para as outras mulheres da boate que ela tinha AIDS:

E as meninas ficaram muito cabrera comigo, porque, porra, né?! Daí a Maria⁷⁴ veio um dia, conversou: “Ele falou isso, isso e aquilo”. Daí eu falei: “Cara, você tem todos os meus exames de sangue na mão. Se você quiser, eu faço de novo”. Daí ela falou: “Não, não quero”. Eu falei: “Não, beleza”. Fui, fiz de novo o exame de sangue e entreguei na mão dela: “Tá aqui, ó”. Depois disso ele nunca mais foi, porque ela não deixou mais ele entrar.

74 Nome fictício da dona do estabelecimento.

A partir desse episódio pode-se perceber o grande medo do HIV entre as trabalhadoras do sexo na boate, e, mais do que isso, o peso da acusação de soropositividade no ambiente. Em sua pesquisa sobre as redes do pornô, Díaz-Benítez (2010) dedica um espaço para tratar dos filmes em que os atores e atrizes relacionam-se sexualmente sem o uso de preservativo, mostrando uma série de cuidados que cada um toma em vistas de manter um ambiente livre do vírus do HIV – uma vez que, dentre as diferentes ISTs, é justamente o HIV a mais temida de todas, segundo sua etnografia. Nestes filmes, é obrigatória a realização de testes para as gravações, que são exigidos pelos produtores e realizados 24h antes da cena, prática que ajuda a tranquilizar as atrizes e atores, tendo em vista os maiores riscos característicos deste tipo de filme. O medo, contudo, persiste entre todos, o que pode acarretar em fofocas diante de alguma suspeita, tal como ocorreu com Gabriela. Segundo Díaz-Benítez, tratando de seu contexto de pesquisa,

A fofoca é um mecanismo de controle social e, nesse caso, de controle sanitário, controlando os corpos e os comportamentos dos sujeitos e, sobretudo, assegurando que a indústria permaneça sadia. Quando surge um boato de que alguém obteve uma resposta positiva nos testes de Aids, coisa que não ocorre com frequência, a informação corre rapidamente de boca em boca e os telefones não param de tocar para notificar uma suspeita já tomada como acontecimento real. (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 133-134)

A antropóloga mostra, ainda, como uma acusação e uma suspeita de HIV positivo podem, inclusive, interromper a carreira de atores e atrizes, situação relatada por um dos produtores entrevistado por ela, que apresenta o caso de um homem que ficou por quatro anos sem ser chamado para realizar mais filmes, justamente porque havia se espalhado um boato sobre sua sorologia. O produtor ligou para o ator e contou-lhe que todos estavam dizendo que ele tinha AIDS. Pediu que fizesse um novo teste e fosse até a produtora, pois haveria a gravação de uma cena no dia seguinte. O ator fez o teste, que deu negativo, e continuou gravando outros filmes.

Voltando para o caso de Gabriela e a prostituição, perguntei se a dona do estabelecimento exigia das mulheres testes de HIV e de outras ISTs para que pudessem trabalhar, situação que não ocorre – a não ser, justamente, quando existe um boato. As características da prostituição impedem um controle tal qual aquele realizado pelas produtoras pesquisadas por Díaz-Benítez – imaginem se todas as mulheres tivessem de fazer, diariamente, testes rápidos de HIV, pensando, por

exemplo, no caso de Gabriela, que trabalhou ao longo de um ano, de segunda a sexta-feira. Ademais, tal exigência aproxima-se⁷⁵ de uma prática criminosa, conforme a legislação brasileira, na medida em que empresas não podem fazer tal exigência para nenhum de seus funcionários, seja na admissão seja na demissão⁷⁶. Uma vez que me proponho a trabalhar com a narrativa das entrevistadas, vale a pena reproduzir o que Gabriela pensa sobre a prática de não exigir os testes de uma novata na casa:

Eles não pedem. E sinceramente eu acho isso errado, porque pode ter menina que tenha as coisas, e não conta. Tanto que eu ouvi história de outras pessoas, que não vem ao caso, mas que passou doenças graves pra cliente, entendeu? Porque transou sem camisinha, e a menina tinha gonorreia, entendeu? Porra, é uma doença, cara! Como é que ele vai chegar em casa daquele jeito? Então é uma responsabilidade da casa, querendo ou não, né? Porque aceitar qualquer pessoa, assim... Eu sempre fiz, sempre tive com isso em dia – até porque trabalhar com isso, acontece muitas vezes de estourar, entendeu?

Em primeiro lugar, é interessante notar a preocupação de Gabriela com seus clientes e com a casa onde trabalha. Contudo, a despeito dela mesma ter sido vítima de uma mentira envolvendo sua sorologia, ela também parece participar das redes de boatos, e isenta, de certa maneira, a responsabilidade dos clientes em relação a transmissão de ISTs, que recai sobre as trabalhadoras do sexo, e suas colegas. Mesmo dizendo que sempre relaciona-se com camisinha, ela admite que já desejou, sim, transar sem o preservativo, principalmente quando se depara com um cliente que lhe agrada fisicamente, que lhe atrai. O importante, para fecharmos esta sessão, é outro ponto, o da falta de informação sobre HIV entre as trabalhadoras do sexo. Gabriela diz, sobre quando estoura a camisinha – situação nem tão incomum em seu trabalho:

Então, aí não há o que faça, né? Às vezes você sente, ali, que o negócio foi. Eu não vou ser hipócrita de falar pra você que algumas vezes eu quis transar sem camisinha já. Porque vai uns clientes muito gostoso! Ai! (Em tom de prazer). Mas aí, a questão de estourar... Estourou, você vai fazer o quê? Mas se o cara usou camisinha, a gente já sabe que ele não tem nada,

75 Aproxima-se, porque não sei se é possível dizer que uma boate é uma empresa, e que as mulheres que ali trabalham são funcionárias, dada a ausência de regulamentação da atividade.

76 BRASIL. **Portaria nº 1.246, de 28 de maio de 2010**. Prevê, pelo Art. 2º, que “Não será permitida, de forma direta ou indireta, nos exames médicos por ocasião da admissão, mudança de função, avaliação periódica, retorno, demissão, ou outros ligados à relação de emprego, a testagem do trabalhador quanto ao HIV”. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 31 de maio de 2010. Seção 1, p. 1.

né. Ou que, pelo menos... É que é foda, porque essas doenças não tem cara, né? Não tem como você saber. Mas já aconteceu, e graças a Deus eu corria fazer o exame logo em seguida.

Um cliente atrativo, aos seus olhos, desperta o desejo de relacionar-se sem preservativo. Mas, para além disso, o rompimento do preservativo, apesar de deixá-la aflita e representar um risco de seu trabalho, de certa forma não causa a maior das preocupações, na medida em que, aos seus olhos, este cliente seria uma pessoa sem alguma infecção, como alguém que cuida de sua própria saúde. Gabriela, contudo, demonstra não ter tanta certeza disso, apontando para o fato de que é impossível realmente saber se a pessoa tem alguma doença ou não, apenas pelas aparências ou práticas – ou seja, percebe-se uma certa ambiguidade em relação à questão.

O ponto que liga a militância do movimento de trabalhadoras sexuais – e em nível local o trabalho do Grupo Liberdade – com a narrativa de Gabriela exposta acima é o acesso ao conhecimento e às informações corretas, pautadas na ciência, sobre o HIV e as maneiras de prevenção. Aqui devemos analisar dois pontos: 1) o medo em relação ao vírus e as consequentes acusações, entre as mulheres, de ser soropositiva; 2) como agir diante de um acidente como o rompimento do preservativo. Devo lembrar que um dos trabalhos realizados pelo Grupo Liberdade é justamente a disseminação de informações referentes ao HIV, através de rodas de conversa e distribuição de panfletos em diferentes locais de prostituição.

Atualmente as tecnologias de controle do HIV não se restringem ao preservativo. Fala-se em prevenção combinada, na medida em que as pessoas dispõem de diferentes mecanismos que reduzem ou impedem completamente as chances de contrair o vírus, como a PrEP (Profilaxia Pré-exposição) e a PEP (Profilaxia pós-exposição). A PrEP é um medicamento que começou a ser distribuído recentemente pelo sistema de saúde pública. O paciente soronegativo toma diariamente os remédios e diminui drasticamente as chances de contrair o vírus do HIV, mesmo diante de uma exposição ao vírus – isto é, se o usuário ou usuária da PrEP relacionar-se sexualmente com alguém que têm HIV, não contrairá o vírus.

A PEP funciona de maneira semelhante, mas é voltada para casos em que a pessoa soronegativa se expôs a uma situação de risco – ou seja, relacionou-se sem preservativos, por exemplo, ou quando este rompeu durante o ato – e quer se precaver de uma possível contaminação. A pessoa exposta deve procurar os

atendimento de saúde em até 72h após a situação de exposição e tomar a PEP ao longo de 28 dias – um comprimido por dia –, de modo que ao final do tratamento não terá adquirido o vírus do HIV. Importa dizer que as e os trabalhadores sexuais são considerados populações chave dentro das políticas de combate ao HIV, o que significa que, em tese, possuem acesso facilitado a essas tecnologias dentro dos serviços de saúde. É claro que para que tais políticas efetivem-se, é necessário um longo e contínuo trabalho de disseminação dessas informações entre esses grupos – exatamente o trabalho realizado pelo Grupo Liberdade entre as profissionais do sexo de Curitiba.

O fato de Gabriela mencionar que “não há o que faça” diante de uma situação de rompimento do preservativo demonstra a necessidade da intensificação do trabalho de conscientização e acesso às informações e aos próprios serviços de saúde do município entre as profissionais do sexo – o que não quer dizer que a responsabilidade em relação a esse fato deva recair sobre o Grupo Liberdade, mas sim sobre todo o conjunto de agentes do poder público que devem zelar pela saúde dos cidadãos e articular ações de combate às ISTs.

Em relação ao medo do HIV e às consequências dos boatos referentes à sorologia alheia, importa mencionar outro ponto fundamental. Uma das maneiras conhecidas de combater a disseminação do vírus da AIDS, hoje, é o próprio tratamento das pessoas vivendo com HIV. Apesar de básica, muitas pessoas desconhecem a informação de que um indivíduo soropositivo que adere ao tratamento antirretroviral em poucos meses deixará de transmitir o vírus – mesmo relacionando-se sem preservativos. É uma condição conhecida como *indetectável*: a carga viral diminui tanto ao ponto de um exame não conseguir detectar o vírus no sangue da pessoa. Quando indetectável, a pessoa vivendo com HIV não transmite mais o vírus. Tal fato, reconhecido cientificamente, levou à disseminação da campanha mundial e do mote *I = I - Indetectável = Intransmissível*⁷⁷, a fim de diminuir o estigma e o preconceito contra pessoas vivendo com HIV.

Margarete, com sua longa trajetória em defesa das pessoas vivendo com HIV, menciona em nossa conversa a articulação deste ponto com a situação das profissionais do sexo, apontando para a importância e o direito do sigilo da

77 DIAHV Atualiza informações sobre o conceito Indetectável = Intransmissível. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/diahv-atualiza-informacoes-sobre-o-conceito-indetectavel-intransmissivel>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

sorologia: “Conheci muitas meninas que quando se descobriram HIV e eram prostitutas, diziam ‘Ai, agora eu não vou mais ganhar dinheiro’. Cara, ficou indetectável, tu não tem que falar que tu tem o HIV! Tu não precisa falar! Tu vai ter uma vida normal... Nós somos normais”. É por conta desse fato que uma exigência por parte de administradores de casas de prostituição da apresentação de exames de HIV seria um tanto descabida, na medida que prostitutas vivendo com HIV, mesmo indetectáveis, perderiam o direito de trabalhar, por puro preconceito e desinformação. Carmem também aponta para essa situação ao lembrar de um episódio durante o início dos trabalhos de prevenção ao HIV/AIDS em Curitiba, numa atividade que contou com a participação de uma psicóloga em uma ONG da cidade:

Essa história de dizer: “Eu sou limpinho”. Gente, que preconceito mais podre esse! Eu sou limpinho por quê? Porque eu não tenho HIV? Então quer dizer que quem tem HIV não é limpinho? Inclusive, quando começou os trabalhos de HIV tinha uma psicóloga que dizia assim pra nós: “Mulher que tiver com AIDS não pode fazer sexo, não pode trabalhar na prostituição. Porque é a mesma coisa que ir na feira e comprar peixe podre”. Eu quebrei o pau com ela por isso: “*Todas* as pessoas que tem o HIV, eles tem o *mesmo direito* de fazer sexo e trabalhar, em qualquer profissão, desde que não transmita pro outro”. Nós quebramos o pau nisso daí, sabe? “Você tá dizendo que uma prostituta com AIDS seja peixe podre? Você ia gostar que um psicólogo que tivesse com AIDS fosse comparado com peixe podre?”. “É, mas psicólogo não pega HIV”. Eu falei: “Pega sim!”.

Diante do exposto, das novas tecnologias de controle do HIV e da possibilidade de tratamento, se essas informações fossem compartilhadas entre as profissionais do sexo, talvez uma boa parte dos boatos e das angústias diante de uma possível colega vivendo com HIV desapareceriam⁷⁸. É pensando nesses casos, também, que o Grupo Liberdade realiza suas ações de acesso à informação e aos serviços de saúde entre as profissionais do sexo de Curitiba. Contudo, é bastante importante levar em consideração a perspectiva de ações voltadas ao controle do HIV entre profissionais do sexo, na medida em que muitas vezes, mesmo não sendo a intenção, pode-se aumentar o estigma em torno da prostituição, como quando a mulher passa a ser concebida enquanto uma transmissora de doenças. Quer dizer,

⁷⁸ Essa situação me faz lembrar de uma amiga, trabalhadora sexual, que foi chamada por uma importante produtora de filmes pornográficos no Brasil para uma gravação. Diante da exigência do teste de HIV, ela argumentou com o rapaz que era pessoa vivendo com HIV, indetectável há alguns anos, e que poderia mostrar seus exames comprovando a situação. O rapaz, apesar de dizer que sabia que não haveria riscos de transmissão do vírus, negou-lhe a possibilidade de gravar. Percebe-se o impedimento ao trabalho motivado pela incompreensão sobre o tratamento de HIV e sobre o estigma que impera entre as pessoas vivendo com o vírus.

por que focar apenas na testagem das trabalhadoras sexuais, e não também em seus clientes? Esse é um ponto colocado por Margarete, e de certa forma ignorado por Gabriela. Além disso, no já referido artigo de Leite, Murray e Lenz (2015), essa crítica também é feita, sobre ações voltadas somente às profissionais do sexo e na metodologia chamada de educação entre pares. Tratando de uma etnografia realizada por Larissa Pelúcio⁷⁹ entre travestis profissionais do sexo em São Paulo, os autores dizem que o estudo

Mostra como a metodologia (educação entre pares) cria diferenciação, em vez de proximidade e solidariedade, entre as profissionais do sexo. Embora a intenção seja de que falam entre iguais, a metodologia em si não favorece essa possibilidade já que é estruturada em torno da ideia de que um par tem informações que o outro não tem e precisa conhecer. (LEITE, MURRAY, LENZ, 2015)

Este é um aspecto bastante complexo de se refletir. Como já foi apontado, uma das principais maneiras do Grupo Liberdade realizar suas ações é justamente através de Projetos escritos a partir de diferentes Editais, sendo uma das ações previstas a realização de testes rápidos, de fluido oral, entre as profissionais do sexo. Como realizar tais ações, sem contribuir com a intensificação do estigma em torno das profissionais do sexo? Como diminuir os preconceitos ligados às pessoas vivendo com HIV/AIDS sem falar sobre as novas tecnologias de prevenção e os avanços científicos que, já a algum tempo, permitem que uma pessoa que vive com HIV, e faz seu tratamento, se relacione sexualmente normalmente, sem transmitir o vírus, mesmo ao não usar preservativo?

4.4 A PROSTITUIÇÃO PARA AS ENTREVISTADAS: DIFERENCIAÇÕES E ENCAIXES MORAIS

O presente tópico surge a partir de um aspecto que apareceu ao longo da narrativa das três mulheres entrevistadas, com certas especificidades e em alguns casos com uma elaboração mais detalhada – refiro-me principalmente à entrevista de Gabriela, mas também a de Margarete. Apesar de a prostituição estar socialmente situada no estrato mais baixo da hierarquia sexual e da escala de respeitabilidade (RUBIN, 2017), não é possível dizer que as mulheres que atuam

⁷⁹ PELUCIO, L. **Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de Aids.** São Paulo: Annablume FAPESP, 2009. 264 p.

nesta atividade compartilham de referenciais morais e de conduta totalmente distintos daqueles que figuram nos outros patamares da hierarquia. É claro que a trajetória na prostituição e a necessidade de lidar com os preconceitos e estigmas imprime na subjetividade dessas mulheres diferenças importantes nos modos de pensar e agir – e a partir da narrativa das entrevistadas sobre os aprendizados nesta experiência é possível enxergar algumas dessas diferenças. Porém, acabamos por cometer um equívoco quando acreditamos que por trabalharem com sexo e por relacionarem-se com muitos homens, elas, por isso mesmo, são indivíduos que carecem de uma moral onde se pautar, uma moral que também carrega certos valores de recato, pudor.

Até hoje o fato de uma mulher transar com muitos homens coloca-a num lugar socialmente rebaixado, desprezado, e ela está à mercê de inúmeros julgamentos que visam ferir sua reputação na medida e que podem ser compreendidos como um eco das formulações científicas do século XIX, quando instituiu-se como uma verdade as diferenças biológicas e naturais entre homens e mulheres, em que nesta última prevalecia o instinto materno ao instinto sexual, resultando na figura da mulher como mãe e casta. A partir da análise do material coletado acredito ter conseguido perceber a maneira pelas quais minhas entrevistadas lidam com as expectativas e cobranças sociais de recato e da necessidade de uma mulher ter poucos parceiros sexuais a fim de poder contar com o respeito da sociedade – maneira que eventualmente poderia ser estendidas para outras prostitutas, o que configura como uma hipótese que deve ser investigada futuramente. A prostituta, apesar de pertencer a este grupo social, não se resume a ele. Todas elas possuem uma história, uma família, frequentaram em algum momento a escola, trabalhos formais, a Igreja, portanto precisam ser compreendidas pensando em sua totalidade, configurando a trajetória na prostituição como mais um elemento de sua biografia – para alguma delas bastante importante, como no caso de Carmem, para outras uma fase crítica e tensa de sua vida, como em Margarete, e para Gabriela um curto período.

Quando questionei Margarete sobre o que significava a prostituição para ela, surgiu uma importante diferenciação entre a prostituta que *precisa* e a prostituta que *gosta*, onde creio ser possível perceber uma moralidade e um caminho que apresenta-se como muito feliz e inteligente que as entrevistadas – sobretudo

Margarete e Gabriela – encontraram para defender acusações de promiscuidade às mulheres que trabalham com sexo. Margarete diz: “Quando eu penso em prostituição, eu digo que é um modo de vida. É um modo de vida, uma opção de vida. *Hoje* a prostituição se tornou uma *opção*, um *modo de vida*, um ganha pão”. Como ela mobilizou em diferentes momentos de sua narrativa as categorias “ontem e hoje”, pergunto-lhe o que e por que as coisas mudaram, ao que ela responde:

Ah, porque a mulher tem mais barganha pra negociar hoje em dia. A mulher aprendeu a negociar o seu corpo. Só que o que mudou é que hoje nós temos as profissionais do sexo que dão por dinheiro, e temos aquelas que fazem por prazer, né? Que é aquela menina que vai pra balada e o coroa chega lá e pega aquela menininha bonitinha. A mulher lutou por direitos mas ao mesmo tempo se vulgarizou. Por isso eu dou *tanto* valor à profissional do sexo! Porque elas fazem por um ideal, por um objetivo. Faz pela tua sustentabilidade, muita vezes, né? Pra pagar sua faculdade, pra pagar sua casa própria... Pra pagar o seu carro.

Entender a prostituição enquanto um modo de vida significa concebê-la como uma possibilidade que todas as mulheres possuem de exercer o direito sobre o próprio corpo, e estabelecer um preço para encontros sexuais⁸⁰. Dentro da lógica de Margarete – e também na de Gabriela, conforme se verá – a mulher vulgar jamais poderia ser a prostituta, já que esta, apesar de se relacionar, sim, com muitos homens, ao menos *coloca um preço no sexo*, um valor com o qual atingirá suas metas e objetivos de vida, sustentar a si mesma e adquirir os bens que tantos cidadãos brasileiros almejam. Vulgar, portanto, é aquela mulher que mesmo após a conquista de tantos direitos para a parcela feminina da sociedade, inclusive com o aumento do poder de negociação do próprio corpo, vai para a balada e transa gratuitamente com um homem. A resposta de Gabriela sobre o que é a prostituição enriquece mais ainda este quadro:

Sinceramente falando, pra mim a prostituição é um jeito de você trabalhar livre, do jeito que você quer, muitas vezes de uma forma que você gosta – porque tem pessoa que gosta *mesmo* do que faz – e... Eu não acho errado, eu não acho feio, eu não acho sujo, eu não acho nada. Eu acho que é um jeito de você trabalhar com o que você quer, com o que você gosta, ou de um jeito que te traz um dinheiro mais rápido – porque fácil nunca vai ser – mas é um dinheiro rápido. E por necessidade tem muita gente que faz, tem gente que faz porque gosta, igual eu falei, mas eu acho que é um jeito de você trabalhar livre, com o seu corpo, entendeu? Da mulher falar: “É o que eu quero fazer, é o meu corpo, eu vou e faço do jeito que eu quero, a hora

⁸⁰ Em um momento anterior da conversa a prostituição enquanto opção já havia aparecido: “[...] Hoje em dia ser profissional do sexo é uma opção. Eu quero um ganho a mais. Gente que trabalha de carteira assinada é profissional do sexo. Porque o salário não dá pra sobreviver”.

que eu quiser.” E o melhor disso é que tem o dinheiro no final, né? Tem tanta gente que faz de graça... E eu falo uma coisa pra você que eu carrego pra mim pra sempre: tem muita mulher aí que é mais puta do que uma própria garota de programa. [...] Que faz, dá pra todo mundo e pega um monte de coisa, sai dando pra Deus e todo mundo... E não cobra! Tipo... Só dá! Entendeu? É mais puta que muita garota de programa, que tá ali, mas, pelo menos, ela tá trabalhando, tá sustentando sua casa, um filho, comprando um carro, comprando uma casa, e fazendo um monte de coisa. Tá fazendo o que pode, o que consegue, tá ganhando dinheiro pra isso.

Mesmo com trajetórias tão distintas e com experiência com o trabalho sexual que distanciam-se em quase duas décadas, tanto Margarete quanto Gabriela operam com esta categoria de diferenciação que ao mesmo tempo em que as distingue das não prostitutas, colocam-nas num lugar moralmente superior, onde estão livres das acusações de vulgares ou promíscuas – que muitas vezes são representadas pela própria palavra *puta*, daí a frase que Gabriela carrega para sempre para si mesma. Se não estão livres deste tipo de julgamento ou acusação por parte de quem as observa de fora, ao menos o estão em seus próprios sistemas de valores, em sua própria moralidade, na medida em que encontram uma coerência entre transar com muitos parceiros e preservar o respeito e a moralidade cobrada das mulheres. O elemento-chave que permite esta coerência é exatamente o dinheiro, mas talvez principalmente a luta por atingir os objetivos e planos de vida, sustentar-se a si mesmas e aos filhos.

É interessante pensar nas teorizações feministas que concebem uma prática sexual sadia e realmente humanizada somente quando o dinheiro não se faz presente, ou a partir da pesquisa da socióloga Viviana Zelizer⁸¹, que permite questionarmos, conforme Adelman, a ideia de que “o interesse econômico representa uma ameaça constante que paira sobre a esfera mais “pura” de relações de afeto” (ADELMAN, 2011, p. 121). A partir dessas entrevistas e narrativas, conseguimos observar que o dinheiro é exatamente o elemento que garante a coerência de suas existências e modos de vida enquanto prostitutas em uma sociedade que cobra de maneiras distintas as mulheres e os homens no que concerne às possibilidades e atividades sexuais.

Também é possível pensar na relação entre práticas sexuais e o dinheiro a partir de Díaz-Benítez (2010), que em seu já referido trabalho sobre as produções de filmes pornográficos reflete sobre os namoros entre sujeitos pertencentes a essa

81 ZELIZER, Viviana. **The Purchase of Intimacy**. Princeton/Oxford, Princeton University Press, 2005.

rede. No caso de relacionamentos heterossexuais, não é incomum que os atores trabalhem também como garotos de programa, atendendo sobretudo outros homens. Este fato não faz com que suas parceiras os concebam enquanto homossexuais, nem mesmo bissexuais, porque esta é a forma de ganharem dinheiro. Conforme escreve a antropóloga,

Trazendo à tona o fator dinheiro, são justificadas práticas que, em outro momento, seriam condenadas. *O dinheiro, nesse universo, pode liberá-los, situacionalmente, de acusações de desviantes*, levando-se em consideração os olhares vigilantes em relação à heterossexualidade dos homens (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010, p. 212)

A partir das narrativas creio ter sido possível identificar uma liberação semelhante a esta descrita por Díaz-Benítez, mediada pelo dinheiro, que permite uma coerência na moralidade interna das entrevistadas em uma sociedade que continua a impor à parcela feminina da sociedade a necessidade de ter poucos parceiros sexuais a fim de se ter respeito.

Do ponto de vista da entrevistada mais velha, e que trabalhou durante mais tempo no comércio sexual nas ruas de Curitiba, a definição apresentada por Carmem sobre a prostituição nos traz essa visão histórica da profissão, visando sempre colocá-la no escopo de uma profissão como qualquer outra, e ao mesmo tempo tão estigmatizada pela sociedade, que nega inclusive esse lugar no mundo do trabalho. Em suas palavras:

Penso que a prostituição é uma profissão, a mais antiga do mundo, e que as pessoas não reconhecem enquanto profissão. Mas é uma profissão que nos dá dignidade, nos ensina a sermos pessoas melhores... Primeiro nos ensina a ser piores, depois nos ensina a ser melhores, sabe? E a prostituição, na verdade, ela é uma coisa bonita, né, só que as pessoas colocam ela como se ela fosse feia, sabe? Mas se você viver a prostituição, você *entender* a prostituição, na verdade, a profissão, você vai ver o quanto gloriosa e valiosa ela é, essa profissão. A prostituição pra mim não passa de uma faculdade da vida, que nos ensina, que nos faz errar, nos fazer acertar... Ela é glamurosa, ela tem, como qualquer outra profissão, ela tem seus altos e baixos. Não é uma profissão fácil de ser exercida, porque tem que ter coragem e garra... Porque senão não fica nesta profissão, sabe? Pra mim a prostituição foi uma maneira de me achar, de me encontrar... A prostituição é tão ampla, e na mesma hora tão complicada... O fato de preconceito e discriminação, de eu estar sempre sendo pisada, não é muito fácil. Mas nós fazemos a profissão com nosso entendimento, com a nossa força, e fazemos com que a nossa profissão seja, qualquer profissão, seja boa, se a gente tiver coerência, ser maleável, e achando caminhos pra que ela fique mais leve. Qualquer profissão.

Embora Carmem não tenha trazido em sua narrativa de maneira direta uma diferenciação entre a mulher que faz sexo com vários homens com vistas a remuneração em dinheiro da que faz sem interesse econômico – diferenciação essa trazida por Margarete e Gabriela –, talvez seja possível perceber algo semelhante na seguinte passagem, quando perguntei-lhe se em algum momento de sua trajetória parou de realizar programas com vistas a atingir sua mãe, por conta da frustração de ter perdido o homem por qual era apaixonada. Ela responde:

Olha... Depois de muitos anos eu passei a trabalhar porque era uma coisa que me dava prazer, né? Só de pensar que eu não vou ficar debaixo de um homem de *graça*, pra ele me ter ele tem que *pagar*, eu comecei a sentir que... a ser valorizada. Eu não queria ser uma menina que dava pra todo mundo gratuitamente porque você é boazinha. Eu queria, sim, ter o meu apreço, entendeu? Um preço, a dizer: “Ah, você quer transar? Você quer se satisfazer? Eu vou realizar seus desejos, suas fantasias, mas pra isso você tem que me pagar! Não vai ser gratuito”, sabe? Então eu comecei a gostar. Mas eu sempre trabalhei, sabe, nunca deixei de trabalhar com vínculo empregatício.

Em outro momento ela também menciona algo parecido com aquilo trazido por Margarete, sobre as meninas que vão para as baladas e transam gratuitamente com outros homens, mas referindo-se aos bailes. O trecho apareceu de maneira aleatória, quando estávamos tratando sobre as preferências entre modalidades de trabalho, mas que faz sentido ser trazido neste momento:

Mas sabe, Alexandre, uma coisa que eu aprendi durante todos esses anos na prostituição, que eu vejo a situação de que quando a gente vai em um baile – e até o dia de hoje eu tenho essa mesma postura quando vou num baile – é que tem muitas mulheres que vão nesses lugares e não são prostitutas, são mulheres que vão pra sair com as pessoas pra fazer sexo! Gratuito, na verdade, sabe? É... E eu sempre fui no baile, mas eu nunca fui lá porque eu fui atrás de um homem ganhar dinheiro, ou pra fazer sexo de graça. Eu fui no baile somente pra dançar, sabe?

Embora não tenha dito, tal como Margarete, que as mulheres se vulgarizaram, a colocação de Carmem também revela uma diferenciação, realizada conscientemente, entre as mulheres que cobram por sexo e aquelas que o fazem gratuitamente. Ainda, a passagem exposta acima parece vir no sentido de afastar a imagem de que, somente por ser trabalhadora sexual, está a todo momento e em todos os espaços buscando clientes e formas de ganhar dinheiro. Na verdade, como colocou, o baile era vivido por ela com vistas a se divertir dançando, e não para

travar contato com homens e com eles se relacionar, seja exigindo uma cobrança, seja gratuitamente.

Para aprofundar um pouco mais esse ponto, é possível retornar à narrativa de Gabriela, mais especificamente sobre os aprendizados que disse ter com a prostituição, quando mencionou a questão dos julgamentos, de não julgar o outro, e ter empatia. Ela explica: “Porque muitas mulheres estão lá não porque gostam, mas porque precisam do dinheiro, porque sabem que ganha dinheiro”. Diante da sua resposta, eu perguntei sobre ela, se ela gostava ou se ela precisava. Ao que ela respondeu:

Eu? Eu gostava. Gosto, né, mas... Na verdade quando eu comecei a trabalhar eu mais precisava do que gostava. Aí eu descobri que eu gostava mesmo do negócio, sempre gostei a vida toda, só que daí dava de graça porque era tonga, né? Aí aprendi a cobrar e nunca mais dei de graça, quer dizer, dei sim, um tempo, mas foda-se, isso não vem ao caso!

A frase final foi proferida em tom de humor, revela uma indignação consigo mesma, de certa forma um arrependimento. Possivelmente ela estava se referindo ao casamento que teve e onde sofreu as violências por parte do marido, *humilhações*, em suas palavras, e que já foi exposto em sessão anterior. Interessante notar o emprego do adjetivo tonga, quer dizer, ela acredita que quando relacionava-se sexualmente com outros homens sem cobrar estava agindo como boba, tendo mudado seu comportamento depois de descobrir que poderia ganhar dinheiro com o sexo, e que isso acabou se transformando em algo do qual gostava – tal como Carmem passou a conceber a prostituição depois de querer atingir a mãe. Isso encontra eco também na percepção de Margarete sobre a prostituição, e isso apareceu na entrevista no momento em que falava sobre as prostitutas com quem dividia o espaço de trabalho no porto, e que pagavam suas faculdades com o dinheiro dos programas. Margarete, que naquele momento de sua vida não havia terminado sequer o Ensino Fundamental, conta que ficou surpresa com as diferenças percebidas entre as trabalhadoras sexuais, descobrindo mulheres que considerava ricas: “Aí eu perguntava pra ela: ‘Por que que tu estas...?’ Aí ela falava: ‘Eu faço porque eu gosto, uma opção. É uma opção’. Para muitas mulheres é uma opção de gostar: eu faço sexo *mas, pelo menos, eu cobro*”, conclui ela.

A partir do que já foi exposto e considerando as narrativas, é possível pensar em uma nova transformação da prostituição, perceptível ao compararmos alguns

pontos entre as três mulheres. Uma das conquistas do ativismo e militância do movimento organizado apontado por Carmem foi o fato das mulheres pararem de se vitimizar, e terem resgatado sua autoestima: “Não importa o que eu faço, né, importa o que eu sou, enquanto pessoa” explicou ela. Margarete também percebeu essa mudança, ao dizer que hoje em dia a mulher tem mais capacidade de barganha, que aprendeu a negociar o próprio corpo. Já no final da entrevista com Gabriela, perguntei-lhe o que ela diria às pessoas sobre seu próprio trabalho se pudesse gritar para todo mundo, e sua resposta merece ser reproduzida integralmente, devendo ser levado em consideração sobretudo a parte em itálico, pois nela é possível perceber uma forte ligação e consonância com o que foi exposto por Carmem e Margarete:

Pra que parem de julgar. Parem de colocar as pessoas que trabalham com isso lá embaixo. Parem de humilhar as pessoas, sabe? Porque não é porque eu trabalhei com isso, que eu trabalho com isso, que eu sou menos que você, ou menos que o fulano, ou ciclano. É aquele tabuzão, cara, do preconceito. Não adianta, isso vai assombrar o ser humano pelo resto da vida. É uma das coisas que eu, hoje em dia, fico indignada. Então, eu, com certeza, falaria pras pessoas pararem de ser babacas e ficarem diminuindo as pessoas nas rodinhas de amigo, ou ter vergonha de quem já trabalhou com isso, é próximo disso, ou trabalha com isso. *Porque, cara, o corpo é meu, eu sou dona da minha vida, eu faço o que eu quiser, entendeu?* E eu não estou fazendo mal pra ninguém! Se o teu marido vai na zona atrás de puta é porque ele quer! Eu não tô indo na tua casa carregar ele! Entendeu? Então parem de ficar rotulando, tipo: “Ai, garota de programa, então não vale nada. Ai, é puta, então eu não quero ela perto de mim, perto da minha família”. Ah, vai se foder, pelo amor de Deus. É isso!

É evidente que Gabriela, com 25 anos de idade, possui as características das trabalhadoras sexuais de hoje apontadas por Carmem e Margarete – que viveram uma outra estrutura de relações econômico sexuais e também de gênero -, como a valorização de si mesma e a negociação sobre o próprio corpo. É como se as narrativas conversassem e confluíssem entre si, e as diferenças de idade e experiências entre as trabalhadoras entrevistadas revelassem transformações macrossociais sobre o significado e as possibilidades de ser mulher e ser prostituta. Salta aos olhos o apelo de Gabriela para o fim dos julgamentos sobre as prostitutas. Mas se o importante, como diz Carmem, é o que a mulher realmente é, e não o que ela faz, qual é essa essência? E como a questão do estigma e da ocultação da profissão estão ligados a isso? Perguntei a Margarete por que ela não esconde o fato de ter sido profissional do sexo, ao que ela responde:

Pra que esconder? Minha vida é um livro aberto, eu não tenho nada pra esconder, né? A sociedade já me teve todos os preconceitos que têm até hoje, inclusive com o estigma do HIV/AIDS. Eu não escondo minha sorologia, eu não escondo que eu fui puta, eu não escondo que eu fui usuária de droga. Pra que que eu vou esconder? Acho que quanto mais se esconde, pior é. Mais falam. E quando você abre, e você fala, as pessoas... É como se você estivesse falando de um assunto normal! Se torna um assunto corriqueiro.

Ainda, quando falava sobre a importância da não obrigatoriedade das trabalhadoras sexuais que vivem com HIV, indetectáveis, revelarem sua sorologia, podendo levar uma vida normal, ela diz: “Nós somos normais. O que me define? É o HIV que define quem eu sou? É o ser prostituta que me define como mulher? Não... O que me define como mulher é ser mulher, é ser eu, é ter caráter, é buscar a vida, o melhor de mim, dar o melhor de mim e me amar!”. Percebe-se uma multiplicidade de fatores na composição de uma essência, à luz da narrativa de Margarete, em que aos seus olhos um único elemento de sua trajetória não é capaz de definir sua pessoa. A opção por falar sobre sua vida, sua sorologia e seu passado mostra-se enquanto um meio para trazer todos esses assuntos à tona e retirar-lhes os estigmas e tabus – algo que provavelmente percebeu quando do início da vida militante.

Para finalizar este capítulo, é possível retomar uma questão ligada às discussões feministas. Liberdade, autonomia sobre si mesma e sobre o próprio corpo, e valorização de si são anseios de diferentes grupos feministas para todo o conjunto de mulheres. A partir das narrativas já expostas, é possível dizer que a prostituição também apresentou-se como um espaço ou instituição para as três entrevistadas chegarem a essas atitudes, mesmo sem terem tido contato diretamente com organizações feministas enquanto atuavam como prostitutas – e aqui deve-se lembrar que Margarete só conheceu o feminismo após ter entrado na militância; Carmem conheceu grupos feministas mas que manifestam-se contrários à prostituição, também durante o ativismo; e Gabriela diz que embora tenha visto algo nas redes sociais, não se sente à vontade em falar sobre, ou seja, não conhece sobre o assunto. Mesmo assim, as três dizem terem aprendido a se valorizar enquanto mulheres, a reconhecer o valor no próprio corpo e uma forma da mulher trabalhar de maneira livre. Quando perguntei para Gabriela, já no final da entrevista, o que a palavra puta era para ela, a mais jovem das entrevistadas disse:

Ah, é uma mulher foda mesmo. Que faz o que ela quer da vida dela, do jeito que ela quer, entendeu? Com o homem que ela quer! Não tem que ficar linda e maravilhosa, plena e casada pro resto da vida até morrer, levar chifre, sendo idiota e sendo trouxa. Não! Ela faz o que ela quiser. E mulher pode ser puta em vários aspectos, né, não necessariamente trabalhando como garota de programa.

Liberdade, autonomia e direito ao próprio corpo. Obviamente os diferentes feminismos não lutam apenas para garantia desses aspectos na vida das mulheres, além de que o próprio significado dessas diferentes características variam bastante conforme a vertente de cada movimento. Mesmo assim, me parece interessante pensar em como a experiência vivida na prostituição e narrada pelas três mulheres entrevistadas assemelham-se ao que muitas mulheres, e até mesmo as adolescentes com quem constantemente converso na condição de alunas, dizem aprender com o movimento feminista, seja em livros, seja na internet, seja na televisão, etc. O trabalho sexual e o feminismo parecem possuir elos importantes de relação, a despeito, ou talvez justamente por conta, das múltiplas interpretações sobre o fenômeno do sexo comercial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última parte do trabalho, tentarei realizar o esforço de retomar os objetivos almejados com a pesquisa e a pergunta que norteou as investigações. Considerando as três narrativas e trajetórias de vida colhidas e analisadas, vê-se que os sentidos e os significados atribuídos à prostituição variam em certos aspectos e em outros assemelham-se, o que já demonstra uma heterogeneidade de elementos que devem ser considerados para compreensão dos resultados obtidos.

Iniciando-se por Carmem, na adolescência, ao ver as profissionais do sexo trabalhando nas ruas de Curitiba, reprovava suas condutas, julgava-as. Ou seja, nos primeiros anos de vida a prostituição significava uma maneira reprovável de levar a vida. Os valores característicos de uma boa moça, sobretudo a valorização da virgindade, transmitidos pela instituição familiar e seguidos por ela, acabam por afastá-la de seu objeto de desejo, um homem para quem nutria uma violenta paixão. A frustração e a ira diante de tal situação acabam servindo para aproximá-la da prostituição, que se transforma numa via a partir da qual poderia atingir a própria mãe e os valores tão caros que defendia para as filhas, ou seja, neste momento de sua vida a prostituição começa a ser entendida e significada como um lugar de transgressão, onde poderia canalizar sua raiva por não ter o objeto amado.

Após alguns anos, a prostituição adquire um novo significado em sua vida: começa a ser entendida e experienciada enquanto espaço do prazer e valorização de si mesma, inclusive enquanto mulher, já que poderia, sim, realizar os desejos dos homens e satisfazê-los, mas apenas mediante um preço, um retorno financeiro. Na medida em que relata que por um bom tempo trabalhava como profissional do sexo concomitantemente com outras ocupações remuneradas, a prostituição não significava direta e exclusivamente uma via para recursos financeiros. A partir do momento em que inicia sua trajetória enquanto militante do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, fundando uma ONG e aproximando-se de outros grupos e instituições semelhantes, a prostituição começa a possuir um significado propriamente de trabalho, enquanto uma profissão. Essa nova postura é defendida e enfatizada quando ela mobiliza, ao longo de toda a entrevista, comparações entre o trabalho sexual e outras ocupações formais, destacando certas semelhanças entre elas. Não é uma profissão fácil, entende-a como possuidora de altos e baixos, que

demanda garra e coragem, mas não deixa de entendê-la como bela e sobretudo capaz de dignificar aquelas que a protagonizam. Hoje, passados tantos anos vivendo a prostituição, esta já é concebida como uma faculdade da vida, tendo sido uma forma dela se encontrar, dar sentido à sua própria trajetória enquanto pessoa.

Vê-se uma multiplicidade de significados sobre o trabalho sexual, que variam ao longo de sua trajetória de vida, de forma semelhante ao que ocorre com Margarete. Para esta, em um primeiro momento, ainda na adolescência, a prostituição significou dor, violência, privação de liberdade e exploração. Ainda, foi nesse momento que as drogas começaram a fazer parte de sua vida, apresentadas exatamente pelos administradores da boate para que trabalhasse com mais energia, sem ser devida e justamente remunerada. Conforme foi exposto, grande parte das perdas e situações ruins ocorridas em sua vida são atribuídas, justamente, à dependência química. A constante mobilização da expressão “naquele tempo”, seguida de aspectos negativos percebidos por ela ligados ao mercado do sexo, demonstra, contudo, uma transformação da prostituição, aos seus olhos.

Quando começa a trabalhar com a prostituição de maneira autônoma, longe daquele primeiro ambiente, o sexo comercial passa a ser visto como uma maneira de ganhar a vida diante da ausência de uma formação para o mercado de trabalho, ou seja, possui um significado ligado aos recursos econômicos. Contudo, na medida em que começa a perceber, ao longo de sua trajetória neste mercado, a grande diversidade de mulheres que prestam serviços sexuais a partir de diferentes fins e interesses, como, por exemplo, pagar a própria faculdade, a prostituição adquire um novo significado: uma atividade em que a mulher pode, sim, gostar de realizar, a partir da qual consegue atingir metas e objetivos, como o próprio sustento, ou dos filhos, da família.

A descoberta do HIV, em um período em que o tratamento era praticamente inexistente e bastante escasso, quase tirou-lhe a vida, mas representou uma nova guinada em sua trajetória. Neste momento, quando para de trabalhar como prostituta e aproxima-se de pessoas envolvidas com o controle e combate ao vírus, e começa a ler e sentir-se capaz de transformar a dura realidade das mulheres que, tal como ela, venciam diariamente a batalha contra a doença, um novo vocabulário passa a fazer parte de seu repertório: aquele advindo dos movimentos sociais que possuíam a marca dos direitos humanos e da cidadania. Após criar uma ONG

voltada para os direitos das pessoas que vivem com HIV, começa sua trajetória enquanto militante desta causa, deslocando-se para diferentes regiões do país, momento em que transforma mais uma vez o significado do trabalho sexual. A partir do encontro com mulheres profissionais do sexo que militam também na causa das pessoas vivendo com HIV, a prostituição também começa a ser vista enquanto um trabalho, uma profissão, algo que ela compartilha ainda hoje. Para além disso, a compreensão da prostituição enquanto uma opção e profissão, aos seus olhos, também está ligada à capacidade da mulher ter aprendido a negociar seu próprio corpo e se valorizar.

Para a mais jovem das entrevistadas, Gabriela, a prostituição também significou, num primeiro momento, tal como Carmem, um espaço de desprestígio onde os julgamentos às mulheres que a protagonizavam, por parte dela, prevaleciam. Ela atribui tal postura por conta dos valores aprendidos na instituição familiar. Contudo, na medida em que começa a se aproximar deste espaço, de maneira aleatória e inicialmente com vistas a aumentar seus rendimentos, os sentidos e significados sobre a prostituição também se transformam, apresentando uma consonância em relação às outras percepções aqui já apresentadas: a autonomia em relação ao próprio corpo, a valorização de si mesma, a consciência e a liberdade compõem os elementos a partir dos quais passa a conceber e vivenciar a prostituição, que se transforma num espaço potente que permitiu-lhe amadurecer, além de rever a imagem que possuía sobre as mulheres desta ocupação, deixando de julgá-las e passando a desenvolver um sentimento de empatia para com o próximo.

A técnica de história de vida, empregada nesta pesquisa, foi importante para perceber e explicar as transformações dos sentidos sobre a prostituição apresentadas nas narrativas, na medida em que foi possível perceber, por exemplo, como a entrada de Margarete e Carmem em movimentos sociais representa uma realidade local de um processo amplo e nacional de organização de grupos e indivíduos ligados às pautas sociais de um Brasil pós ditadura militar, em que os conceitos de cidadania e direitos humanos começam a se materializar em todo o país, demonstrando uma transformação das maneiras de se encarar questões como o trabalho sexual e o controle sobre o HIV. A partir do contato com esses movimentos, e de seu protagonismo ao criarem ONGs, ambas passam construir

uma trajetória em que o resgate da dignidade e a busca por direitos humanos dos sujeitos envolvidos seja com o trabalho sexual, seja com o HIV, tornam-se seus objetivos e horizontes de vida.

Ainda, ao se tratar da infância e adolescência, o caso de Carmem é bastante revelador ao demonstrar os valores a partir dos quais guiava sua conduta e como estes tiveram importante peso em sua entrada na prostituição, e como, depois serão transformados nessa nova caminhada. Em Margarete vê-se difíceis situações de violência sexual desde sua tenra idade, e também durante a adolescência, o que não significou na manutenção de uma significação negativa sobre o trabalho sexual, como uma associação direta deste com o período em que passou em cárcere privado em uma boate, como se englobasse tudo o que pensa sobre a prostituição. Isso porque, percorrendo sua história de vida e a narrativa que faz dela, percebe-se uma vasta e variada gama de relações após o período de privação de liberdade e grande exploração. Compreender a fase inicial de vida de Gabriela é fundamental não para explicar sua entrada na prostituição, mas sim para perceber, por exemplo, como a maternidade influenciou em sua trajetória no mercado do sexo, na medida em que mesmo podendo ganhar mais rendimentos trabalhando nas boates noturnas e não precisando passar por situações de assédio, optou pelas diurnas, justamente para poder aproveitar o tempo ao lado do filho.

Aliás, em se tratando das preferências entre as diferentes modalidades de trabalho sexual, não creio ter sido possível identificar um padrão de moralidade ligado a esse aspecto, no sentido das três entrevistadas, ou alguma delas, preterirem certa modalidade em razão da imagem que possuíam das mulheres que as realizavam. O que foi possível de verificar, sim, é que diferentes elementos explicam suas preferências e permanência seja na prostituição que ocorre nas ruas, nas boates diurnas, noturnas, ou bares e portos. O fato de ser mãe e desejar passar um maior tempo ao lado do filho, no caso de Gabriela, fez com que permanecesse atuando na boate diurna mesmo reconhecendo que ali ganhava menos dinheiro do que nas boates noturnas, ou seja, era uma modalidade em que conseguia conciliar estas duas necessidades. Em Carmem, a preferência pelas ruas e praças de Curitiba está ligada à dinâmica dos programas desta modalidade, mais rápida e sem situações de assédio por parte de clientes – algo que incomoda, também, Gabriela, e talvez tantas outras profissionais do sexo – além da questão do consumo de

álcool, algo que praticamente faz parte da rotina das boates. Ainda, importa mencionar o entendimento em torno da noção de exploração, que para as três entrevistadas significa uma retenção excessiva dos rendimentos nos programas, o que faz não somente Carmem se afastar das boates, mas também Margarete, que disse preferir modalidades como o porto, onde além de se ganhar mais rendimentos, não existem intermediários na negociação do programa, ou seja, não existe exploração.

No que se refere ao conceito de agência, foi bastante difícil identificar e separar as situações em que cada uma das entrevistadas encontrou ou formulou maneiras de contornar sejam os aspectos e situações de dificuldade no cotidiano do trabalho, sejam aqueles visíveis ao se considerar toda sua trajetória de vida. Não porque não as consegui enxergar ou porque não existem, mas sim porque elas são inúmeras, estão presentes a todo o momento, são pungentes, desde a infância até a vida adulta, dentro ou fora do mercado do sexo. Mas, no que se refere especificamente à negociação dos programas com os clientes, foi perceptível a imposição de limites e regras claras concernentes ao que estão aptas, ou não, a realizarem sexualmente, um protagonismo e controle relevantes deste momento, de modo a não ser possível identificar uma submissão, pautada pelo dinheiro, da parte das entrevistadas perante os clientes.

Um aspecto bastante interessante que foi possível notar na narrativa das entrevistadas, que não estava em meu escopo de investigação mas que surgiu a partir da análise do material, diz respeito a maneira em que elas conseguem eximir-se das acusações de promíscuas que pairam sobre o conjunto de trabalhadoras sexuais, ao menos em seus próprios sistemas morais. Por relacionarem-se sexualmente com diferentes homens – comportamento que em nossa sociedade marcada pelas relações de sexualidade e gênero de forma desigual, com expectativas distintas sobre os homens e mulheres – é possível identificar que as entrevistadas, sobretudo Margarete e Gabriela, escapam da pecha de promíscuas justamente porque as relações sexuais possuem um propósito importante, qual seja, o de sustentar-se a si mesmas e a sua família com o dinheiro obtido através dos serviços sexuais. Promíscua, para elas, é aquela mulher que transa com muitos homens, mas sem cobrar, ou seja, nunca uma trabalhadora sexual pode figurar neste campo estigmatizado. É uma forma de lidar com o estigma envolto no trabalho

sexual, em que o dinheiro e os objetivos de vida aparecem enquanto elemento-chave.

No que se refere a relação entre feminismo e trabalho sexual, foi possível perceber as importantes ligações entre ambos, na medida em que o surgimento do movimento organizado de trabalhadoras sexuais só pode ser devidamente compreendido à luz das conquistas históricas e das transformações que ocorreram no âmbito da cultura e da sociedade no que se refere ao lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, transformações estas que possuem a forte marca dos diferentes movimentos feministas. Ao mesmo tempo, é possível dizer que ambos os movimentos partilham, muitas vezes, de compreensões distintas sobre a sexualidade e do significado do trabalho sexual. Não é correto dizer, por exemplo, que Carmem possui uma visão equivocada sobre o feminismo. Isso seria injusto. O melhor seria entender sua concepção sobre o feminismo levando-se em consideração as distintas vertentes que se contrapõem, explicitamente, à conceitualização do sexo comercial enquanto um trabalho, as quais ela já teve contato, talvez as únicas. Ao mesmo tempo, é inegável a força que vem adquirindo o putafeminismo no Brasil, na figura de Monique Prada, e aqui reconheço uma lacuna no presente trabalho, na medida em que seria possível estabelecer uma série de importantes paralelos entre o material aqui coletado e as ideias contidas em seu livro. Vê-se que a despeito dos diferentes entendimentos sobre as desigualdades de gênero e sexualidade, tanto os movimentos feministas, tanto o movimento organizado de trabalhadoras sexuais, e mais especificamente o trabalho e as percepções de Carmem aqui analisados, coincidem no que se refere à defesa pelos direitos e emancipação das mulheres, de modo que não faz sentido contrapor um movimento ao outro.

Um outro aspecto interessante ligado a história de vida foi ter conseguido coletar narrativas de mulheres cuja idade possuem um intervalo de tempo considerável. Isso porque é possível perceber em Gabriela uma outra realidade da prostituição, e um outro modo de compreender as profissionais do sexo, que já possui as marcas do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, e do próprio trabalho local do Grupo Liberdade. Seja o fato de Gabriela dispor de preservativos entregues pelo Grupo no local onde trabalhava - e deve-se pontuar que o Grupo recebe os preservativos da própria Secretaria de Saúde de Curitiba, ou seja, revela-

se aqui uma outra relação entre o poder público e as profissionais do sexo -, seja o fato de considerar, hoje, a prostituta como uma *mulher foda*, quer dizer, afastada de uma noção de vítima ou coitada.

Por fim, esta pesquisa possuía uma proposta metodológica distinta da que veio a assumir ao longo da pós-graduação, e isso por conta da pandemia da COVID-19 que o mundo enfrenta. As profissionais do sexo de Curitiba, do Brasil e de todo o mundo foram duramente afetadas pelo vírus e as medidas de restrição necessárias para contê-lo, e os diferentes movimentos organizados também reuniram-se e compartilharam as maneiras que estavam encontrando para contornar os novos desafios impostos. Essa foi uma realidade que parcialmente acompanhei, mas que não está aqui presente, sobre a qual seria importante considerar e refletir justamente para compreender o papel ativo dos movimentos organizados no processo de combate ao vírus.

Ainda, reconheço as limitações de se falar sobre a realidade do trabalho sexual e suas distintas modalidades apenas a partir da narrativa de suas protagonistas, devendo ser necessário, para uma ampliação dessa compreensão, trabalhos de cunho mais etnográficos em que o pesquisador participe diretamente desses espaços, observando e interagindo com suas interlocutoras, seus clientes, e os demais sujeitos envolvidos nestas redes. Essa tarefa seria importante até mesmo para melhor compreensão das próprias narrativas das entrevistadas, mas conforme foi possível também perceber nesta pesquisa, é preciso levar em consideração os diferentes elementos na trajetória de vida das trabalhadoras sexuais para compreensão de suas percepções sobre a prostituição – e não apenas os acontecimentos em suas vidas quando da atuação nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. Editora Blucher Acadêmico. São Paulo, 2009.

_____. **Por amor ou por dinheiro? Emoções, discursos, mercados**. In: Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, n.2, p. 117-138. jul-dez. 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/43/25>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. **Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)**. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/45161>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

CHAPKIS, Wendy. **Live sex acts. Women performing erotic labour**. Londres: Cassell, 1997.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. **Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GUÉRIOS, Paulo. **O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas**. Campos, v. 12 (1): 9-29, 2011.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MURRAY, L.; LEITE, G.; LENZ, F. **O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/AIDS em contextos de prostituição**. Rev. brasileira de epidemiologia, São Paulo, 8 (Suppl 1): p.7-25, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/rxWDsSbHC8bxNqyPL4dtWvm/?lang=pt>. Acesso em 2 de novembro de 2020.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações: política da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes de Porto Alegre (tese)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

PIERRET, Janine. **Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia**. In: LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade nas ciências humanas. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, Campinas (SP), n. 25, p. 7-23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/issue/view/1104>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

_____. **Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista.** Cadernos de Antropologia Social, n. 36, p. 11-21, 2012. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/359390>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

_____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'.** In: Ciência e cultura, 39(3), 1987.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Cléa Elisa Lopes (Org). **Boletim Epidemiológico AIDS/HIV – 2020.** Curitiba: CURITIBA-CE-CVE. Ano 7 – n.1, dezembro de 2020. Disponível em: <https://saude.curitiba.pr.gov.br/vigilancia/epidemiologica/vigilancia-de-a-a-z/12-vigilancia/463-aids-hiv.html> Acesso em 4 de junho de 2021.

RUBIN, Gayle. **Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** In: Políticas do sexo. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. **“Nossa Senhora da Help”:** sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Cadernos pagu, n. 25, jul-dez, 2005.

STRATHERN, Marilyn. **Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia.** Mediações, Londrina, vol. 14, n. 2, jul-dez, 2009.

ANEXO 1 – CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS (RBP)

CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS⁸²

A rede considera a prostituição uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.

A Rede é contra:

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em consonância com a legislação brasileira.

A Rede repudia:

A vitimização das prostitutas;

O controle sanitário de prostitutas;

E combate a criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas;

Combate a criminalização dos clientes;

O oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral que se associe a prostitutas com a criminalidade;

O tráfico de seres humanos.

A Rede defende:

A regulamentação do trabalho da prostituta;

E promove a auto-organização das prostitutas;

Promove o acesso aos insumos de prevenção de DST⁸³/AIDS;

O acesso aos serviços de saúde integral;

O direito de migração para o trabalho legal;

82 CARTA DE PRINCÍPIOS DA RBP. Observatório da Prostituição. LeMetro/IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://observatoriodaprostituicao.wordpress.com/carta-de-principios-da-rbp/>. Acesso em: 2 de junho de 2021.

83 DST é a sigla para Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Que o trabalho sexual é um direito sexual;

Que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços.

A Rede combate:

A discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.

A Rede atua:

Em parcerias nos cenários nacional, regional e internacional com outras redes de prostitutas e aliados.

A Rede vê:

O turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.

A Rede entende:

Que a prostituta não vende seu corpo. Ela presta serviços sexuais.

A Rede recomenda:

Aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais.

Crítérios

- Quem pode entrar na rede:

Associações, núcleos, prostitutas e grupos de prostitutas que respeitem os princípios desta Carta;

A Rede pode convidar pessoas que contribuam e respeitem essa Carta.

Para entrar na Rede e na lista eletrônica é necessário ser indicado por um grupo já integrante.

- Quem não pode entrar na Rede:

Entidades ou empresas dirigidas ou controladas por cafetinas, cafetões e/ou outros exploradores da prostituição.

Associações, grupos e indivíduos que não respeitem os princípios desta Carta.

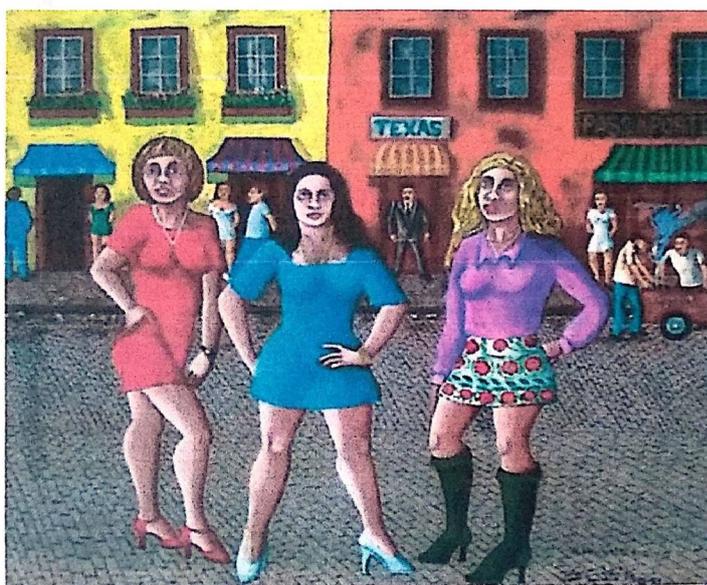
ANEXO 2 – PROGRAMAÇÃO XIV SEMINÁRIO SOBRE PROSTITUIÇÃO
DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AS IST/HIV/AIDS⁸⁴



Grupo Liberdade

LeCarmen

XIV – SEMINARIO SOBRE PROSTITUIÇÃO DIREITOS HUMANOS E PREVENÇÃO AS
IST/HIV/AIDS
DIA – 10, 11, 12 /2017
LOCAL; HOTEL PARANÁ NACIONAL
RUA.LOURENÇO PINTO ,453
CURITIBA - PARANÁ



Sede: Rua. Tobias de Macedo, 53 térreo, Centro, Curitiba-PR
E-mail: grupoliberalde1994@hotmail.com - Telefone para contato: (41) 99186551
Fundação: 1994, Curitiba
CNPJ: 00.102.556/0001-99
Membro do Fórum Paranaense de ONG's Aids.
Utilidade Publica Municipal sob° 11.066 Utilidade Publica Estadual - 15552

84 A programação aqui exposta é uma cópia de quando participei do Seminário, e por isso, pode conter algumas anotações de próprio cunho.

Grupo Liberdade



PROGRAMAÇÃO:

10/12/17

Oficina de Fortalecimento das Ongs da Região Sul

15:00 - Palestrante Monica Soares Siqueira

Doutora em antropologia pela UFSC, tesoureira da estrela Guia, atua nas seguintes áreas: gênero, sexualidade, políticas públicas e direitos humanos

17:00 - Coffee Break

17:15 - Apresentação cultural com Debora Lee

18:00 – Encerramento das atividades do dia

11/12/17

PREVENÇÃO COMBINADA

09:00 – Lis Pasini – Ministério da Saúde

10:00 – PROSTITUIÇÃO/LEGALIZAÇÃO

Palestrante: Cristina Furuta Moraes Tontini - Advogada – pós Graduada em direito Público - Mestranda direito Uninter - Curitiba

Palestrante Vitor Sugamoto Romfeld , PPGD/UFPR

11:00 – PEDOFILIA / EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Palestrante: Sandra Dolores de Paula Lima

Formada em Historia e Serviço Social, Presidente da Associação Fênix

12:30 Almoço

13:30 DROGAS

Palestrante: Ivone Gonçalves

Presidente do Grupo Rede Sol

Sede: Rua. Tobias de Macedo, 53 térreo, Centro, Curitiba-PR
 E-mail: grupoliberalde1994@hotmail.com - Telefone para contato: (41) 99186551
 Fundação: 1994, Curitiba
 CNPJ: 00.102.556/0001-99
 Membro do Fórum Paranaense de ONG's Aids.
 Utilidade Publica Municipal sob° 11.066 Utilidade Publica Estadual - 15552



Grupo Liberdade

14:30 SAÚDE/TRANS /GENERO

Palestrante: Debora Lee Coordenadora do grupo Renascer, agente da ação social

Joseli Maria da Silva - Professora e Doutora da UEPG

15:30 Coffee – Breack

15:45 HIV/AIDS (Sentimentos: 0 Como viver com HIV/AIDS)

Palestrante; Maria do Socorro RNP + Curitiba

17:30 Apresentação Lúdica

18:00 – Encerramento das atividades do dia

19:00 Mesa de Abertura

- Ministério da Saúde – Elisiane Pasini
- Ministério Publico – Dr.Olympio de Sá Souto Maior Neto
- CEVIGE – Comissão de violência e gênero – Dra. Sandra Lia Bazzo Barwinski
- SEJU – Coordenadora do Núcleo de enfrentamento Trafico de pessoas
- DPE – Coordenadora do Núcleo da cidadania e direitos
- DPE – Camille Vieira Costa
- Secretária de Estado – Dra. Julia Cordelini
- Coordenação Estadual de IST/HIV/AIDS – Francisco Carlos Santos
- Coordenadora Municipal de IST/HIV/AIDS - Liza Rosso
- Representantes dos três estado Paraná, Santa Catarina , Rio Grande do Sul
- Representante do Movimento Trans
- UFPR Professora e Dra. Ana Carla Harmatiuk Matos
- UFPR ; Mestranda e Dra. Jacqueline Lopes Pereira

Sede: Rua. Tobias de Macedo, 53 térreo, Centro, Curitiba-PR
 E-mail: grupoliberalde1994@hotmail.com - Telefone para contato: (41) 99186551
 Fundação: 1994, Curitiba
 CNPJ: 00.102.556/0001-99
 Membro do Fórum Paranaense de ONG's Aids.
 Utilidade Publica Municipal sob° 11.066 Utilidade Publica Estadual - 15552



Grupo Liberdade

12/12/17

HEPATITES , SIFILIS , GONORREIA , HIV/AIDS / DADOS DA PESQUISSA

09:00 - Palestrante; Juliane Vieira - enfermeira, coordenadora do Coa

Dados de Pesquisa Palestrante : Dra. Karen Regina Luhm – Professora do Departamento de Saúde comunitária .

10:00 – MULHER VIOLENCIA

Professora UFPR - Roseli Isidoro -da casa da mulher

11:00 – VIOLENCIA / GENERO

Palestrante - Dra. Ana Raggio – departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEIDC

Palestrante Dra. Mariana Seifert Bazzo – CAOP Direitos humanos

12:30 - Almoço

13:30 TRAFICO DE SERES HUMANOS

Palestrante Dra. Camille Vieira Costa

Defensoria Pública do Estado do Pr

15:30 - Encerramento

17:00 - apresentação cultural e encerramento com coffee break

Sede: Rua. Tobias de Macedo, 53 térreo, Centro, Curitiba-PR
 E-mail: grupoliberalde1994@hotmail.com - Telefone para contato: (41) 99186551
 Fundação: 1994, Curitiba
 CNPJ: 00.102.556/0001-99
 Membro do Fórum Paranaense de ONG's Aids.
 Utilidade Publica Municipal sob° 11.066 Utilidade Publica Estadual - 15552

ANEXO 3 – ARTIGO “A COMERCIALIZAÇÃO DO SEXO”, NO JORNAL “O QUE SERÁ – O JORNAL DOS ESTUDANTE DA UFPR, OUTUBRO DE 2016

6 **Questão Feminina** O que será?

Outubro de 2016

A Comercialização do Sexo

Na cultura contemporânea hegemônica, a sexualidade é incentivada o tempo todo. Vivemos em tempos de banalização do sexo. Há fácil acesso a conteúdo pornográfico, a prostituição é cada vez mais aceita e o que antigamente era considerado *soft porn*, hoje, é exibido em cenas corriqueiras que assistimos com a família em almoços de domingo. Porém, até que ponto podemos considerar como emancipatória a sexualidade produzida para consumo? Não há como ignorar que essa racionalidade mercadológica produz efeitos sobre a forma como



Fonte: Domínio Público

nos relacionamos sexualmente. É preciso entender com o que lidamos.

A começar pela pornografia, que nada mais é que prostituição filmada e está diretamente relacionada à compra de sexo e ao tráfico de mulheres. É ela que cria a demanda por prostituição, sendo responsável por educar sexualmente garotos que acabam tendo o primeiro contato com o sexo dessa forma e, por vezes, produzem fetiches extremamente violentos.

O resultado é que esses garotos possuem grande chance de se tornarem homens dispostos a pagar para obter sexo de mulheres em situação de vulnerabilidade, pois só elas aceitam submeter-se a toda aquela violência e degradação a que cresceram assistindo no pornô. Em uma pesquisa britânica que investigava o perfil desses homens, um dos entrevistados deu o seguinte depoimento: “Homens pagam por mulheres, pois assim podem ter o que quiserem e como quiserem”. Vários homens procuram prostitutas para poder fazer coisas que mulheres reais não topariam fazer.”

Assim, consumir pornografia significa enclausurar a sexualidade em relações dicotômicas de dominação-submissão, como se sexo fosse sobre exercício de poder de um sobre o outro (sempre do homem sobre a mulher), servindo como instrumento de propaganda patriarcal ao reforçar a crença de que a mulher possui sexualidade essencialmente submissa em contraposição à natureza predadora dos homens.

A sexualidade deveria ser sobre conexão entre duas pessoas, porém o que a indústria do sexo faz é retirar qualquer elemento de humanidade dessas relações. Nessa lógica, sexo é bom quando é impessoal e é excitante aquilo que for mais degradante possi-

vel. Assim, é claro o casamento entre a indústria pornográfica e a prostituição.

6 Quanto à prostituição em si, ela pode ser vista como uma troca em que o corpo é a mercadoria, a própria mulher é o objeto de consumo, em uma relação de subjugação. Tatiane Santin, sobrevivente da prostituição, afirmou a partir do que viveu enquanto prostituta que “quando você paga uma pessoa para transar com você, está coagindo ela a transar com você, porque não se pode comprar consentimento.” E como a compra de sexo implica nessa falta de empatia pela mulher e objetificação do seu corpo, alguns estudos apontam semelhanças entre homens que pagam por sexo e estupradores.

7 Mas se a prostituição é assim tão degradante, o que faz tantas mulheres aceitarem? A maioria das prostitutas não possui sequer ensino fundamental completo e nenhuma delas chegou ao ensino superior, o que as exclui da possibilidade de disputar bons empregos formais. Elas vendem seu corpo porque não conseguem vender e reproduzir sua força de trabalho, a prostituição entra como alternativa para sobreviver. Entre outros principais motivos que levam à prostituição estão o abuso infantil, coerção por terceiros, falta de moradia e vício em drogas. No caso de mulheres trans, as maiores vítimas da prostituição no Brasil (estima-se pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais que 90% estejam nessa condição), o que as empurra para a venda do próprio corpo é o estigma social que enfrentam, seja das famílias, que as expulsam de casa, ou da sociedade, que não permite que conquistem o espaço público.

8 É certo que existe uma pequena quantidade de mulheres que opta voluntariamente por prostituir-se, mas é tênue a linha que separa o livre arbítrio da ati-

vidade forçada, pois mesmo aquelas que escolhem vender seu corpo “livremente” não sabem que sofrerão violência física, abuso psicológico, estupro e ameaças constantes — experiências que são parte integrante das narrativas de prostitutas.

9 Estimativas mostram que uma vez que uma mulher entra para a prostituição espera-se que ela não sobreviva por mais de 10 anos. Entre as causas da baixa expectativa de vida estão as doenças sexualmente transmissíveis, agressões físicas, trauma psicológico, alta incidência de abortos, desnutrição e uso excessivo de drogas. Trata-se, portanto, de mulheres que se vendem até o completo esgotamento de sua mercadoria (o corpo), que se encerra na morte.

10 Por outro lado, eleva a prostituição ao status de “trabalho” por meio da “regulamentação” não torna a vida dessas mulheres menos violenta, nem significa, de forma alguma, dignificá-las, mas sim permitir legalmente sua exploração, institucionalizando-a. Com a legalização da prostituição, pouco se fala a respeito de tirar as mulheres desse beco sem saída, é tudo sobre reforçar a condição das prostitutas e tornar a compra e venda de sexo algo socialmente aceitável, além de beneficiar os cafetões e casas de prostituição.

11 Na Alemanha, que passou pela regulamentação, a indústria do sexo tornou-se um grande negócio. Foram criadas casas onde o cliente paga um preço fixo e pode fazer o que quiser, com quantas mulheres quiser, por tempo indeterminado. Os corpos femininos são vendidos literalmente como pedaços de carne em um rodízio e tudo é permitido, sem qualquer restrição da lei. Qual consequência da regulamentação no Brasil, onde mesmo sem amparo legal o corpo das mulheres já é propagandeado como atrativo turístico?

12 A saída para uma sexualidade realmente livre de amarras e emocionalmente saudável (com diálogo, consentimento e reciprocidade) aponta para o caminho contrário da indústria do sexo, que, apesar de se colocar como emancipação, instaura a violência no imaginário sexual e promove a exploração dos corpos de milhões de mulheres no mundo.

Gabriela Faria
Direito

Ainda sobre as correntes filosóficas feministas

Em relação ao artigo “A opressão feminina e suas correntes filosóficas”, publicado na 1ª edição do JOQS, cabe esclarecer algumas questões.

Contextualização

O artigo foi baseado em uma obra de Anuradha Gandhi, intitulada “Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista”. Essa obra corresponde a uma análise crítica dos fundamentos das principais correntes feministas que emergiram nos EUA a partir dos anos 60, e como elas se difundiram na Índia. Por esse motivo, é possível que o conteúdo do artigo aborde alguns elementos que diferem dos fundamentos das correntes feministas do Brasil hoje.

Ressalva

Na seção do feminismo radical do artigo, foi escrito que algumas feministas dessa corrente “chegam a prestar apoio à pornografia e à prostituição”, enquanto segundo a obra original, elas defendem “relações sexuais livres, desligadas de qualquer envolvimento emocional”, o que estaria a “um passo para apoiar a pornografia e a prostituição”.

Quem foi Anuradha Gandhi

Anuradha Gandhi nasceu em 1954 e era professora de pós-graduação quando abdicou de sua vida confortável para lutar pelas massas na Índia. Liderou o Movimento Progressista da Juventude (PROYOM), o movimento sindical nas favelas de Nagpur, participou do movimento Dalit Panther, e da Revolução Naxalita. Foi uma das fundadoras do Partido Comunista da Índia (Maoísta) e liderou o movimento revolucionário feminino nas regiões de Dandakaranya e Maharashtra. Gandhi foi pioneira ao aplicar a compreensão marxista na questão de castas, defendendo os dalits, e desenvolveu uma concepção materialista histórica e dialética sobre a questão da mulher e o movimento feminista no mundo.

Ianka Antunes
Ciências Econômicas